



# SiCOM

Simulação de Conselhos e Organismos Multilaterais

## Guia de Estudos - SiCOM 2012

Volume 1



Secretário Geral Lucas de Carvalho Moreira  
Secretário Acadêmico Lucas da Silva Almeida

Equipe de Diretores Acadêmicos da SiCOM 2012



Lucas de Carvalho Moreira e Lucas da Silva Almeida  
(org.)

**Guia de Estudos  
SICOM - 2012**

**ISBN 978-85-65604-11-6**

1ª edição

Brasília

IDP

2013

MOREIRA, Lucas de Carvalho e ALMEIDA, Lucas da Silva.  
Guia de Estudos SICOM – 2012  
Brasília : IDP, 2013.

298p.

ISBN 978-85-65604-11-6

1. História .      2. Formação do Estado Nacional. I. Título.

CDD 341.2

*Dedicado aos  
nossos delegados do ano de  
2012.*

*Essas mentes jovens que  
são tão fundadoras desse  
evento quanto qualquer um da  
organização.*



## SUMÁRIO

<b>Prefácio .....</b>	<b>6</b>
<b>Capítulo 1 – Organismos Geopolíticos .....</b>	<b>8</b>
<b>The Aerial Herbicide Spraying Case.....</b>	<b>41</b>
<b>Reformas Estruturais Para Solução da Crise .....</b>	<b>63</b>
<b>GUIA DE ESTUDOS COMITÊ DE IMPRENSA – SiCOM-2012 .....</b>	<b>126</b>
<b>Capítulo 2 – Organismos Históricos.....</b>	<b>152</b>
<b>Corte Distrital de Jerusalém.....</b>	<b>185</b>
<b>Caso de Karl Adolf Eichmann. ....</b>	<b>185</b>
<b>(1947) Comitê Especial das Nações Unidas Para a Palestina .....</b>	<b>222</b>
<b>(1815) A Sétima Coalizão: Alto Comando dos Aliados Contra Napoleão Bonaparte - A Batalha de Waterloo .....</b>	<b>243</b>
<b>The Split from Catholic Church and Creation of Anglican Church .....</b>	<b>273</b>

## PREFÁCIO

Carta do Secretário Geral.

Direcionada ao leitor e pesquisador que decidir por explorar o conhecimento nesse livro.

Brasília, Outubro de 2012

Caros leitores;

Lhes escrevo aqui agora com muito orgulho desse livro, pois é o resultado do trabalho árduo de vários estudantes universitários que se dedicaram por meses para que pudessem trazer aos caros delegados participantes da primeira Simulação de Conselhos e Organismos Multilaterais, dos dias 11 a 14 de Outubro de 2012, as mais variadas discussões e mais interessante debates.

É impressionante lembrar o início da idéia, quando juntamos vários amigos e lhes dissemos que nossa simulação aceitava qualquer espécie de conselho ou organismos multilateral, não somente comitês da ONU. Baseado nessa simples frase, criamos um nome, uma proposta, uma idéia, e ganhamos cerca de dez comitês, dos quais o único que era da ONU debateria um dos tópicos mais difíceis da atualidade. Temos nessa incrível coleção artigos jurídicos, históricos, geopolíticos, e alguns que fundem esses elementos, em torno dos esforços de pesquisas de nossos Diretores Acadêmicos. Diferente de várias simulações, a nossa escolheu não utilizar um tema central esse ano, o que me leva a destacar um pouco sobre cada um nessas linhas.

Nesse livro o nobre leitor irá encontrar, em face jurídica, um artigo em inglês sobre um caso em litígio que perdura até hoje sem solução e desafia os preceitos do Direito Internacional e um julgamento do século passado visto pela história com olhos cansados e vermelhos, por ser resultante do nazismo da Segunda Guerra, que condenou um general que havia escapado, enquanto tinha sua legitimidade questionada.

Por um olhar histórico, temos uma rica coleção: o conselho de um rei que ousou enfrentar um poder de sua época que era considerado maior que o dele, até que esse provou o contrário enquanto decidia sobre sua dinastia que seria perdida por falta de um filho; os relatos e contexto histórico de uma guerra que modificou rumos em todo um continente e liquidou um dos maiores estrategistas da história; um embate que perdura até os dias de hoje

sobre uma distante terra prometida para dois povos tão diferentes que não conseguem se entender, cabendo à população mundial debater soluções como se fosse parte do conflito; e um acontecimento extremamente recente que tem derrubado líderes que eram eternos ao ver das populações de vários países, como artigo de um órgão secreto que guarda algumas das famílias mais poderosas do mundo.

Para a geopolítica pode-se dividir o livro entre uma organização dedicada à proteção que agora debaterá se o ataque é a melhor defesa, um conselho que sofre pressão diariamente procurando por soluções para o fator extremamente destrutivo e instável de várias nações de hoje: a moeda, e um órgão mandatário que enfrenta um problema de proporções de guerra em relação à mais nova nação retentora de pólo nuclear do oriente.

Para os curiosos, incentivo o caro leitor a olhar esse livro pelo olhar dos apaixonados pelos estudos da mídia e instigar seu entendimento para um artigo a respeito da história da mídia mundial e como um individuo poderia representá-la na prática.

Finalmente, para qualquer um que esteja lendo, esteja ciente que este volume contém uma parte do saber necessário sobre variados tópicos, e com ele carregamos o legado de nossos trabalhos, dedicados aos delegados que participaram do evento, mas também aqueles ávidos por pesquisa. Beba da fonte de uma simulação nova e imagine a experiência que foi debater cada um desses tópicos. Nosso objetivo é ensinar, nossa é tarefa educar e nossa vontade é a de passar para frente essa coletânea de conhecimento.

Aproveite a pesquisa!

Lucas de Carvalho Moreira  
Secretário Geral  
Simulação de Conselhos e Organismos Multilaterais – 2012

## **CAPÍTULO 1 – ORGANISMOS GEOPOLÍTICOS**

### **Nuclear Development in Asia**

#### **The North Korean issue**

Victor Gebhard

#### **1 Historic of the nuclear proliferation**

On the very beginning of the 20<sup>th</sup> century the radioactive elements were discovered. It was de ignition for the studies of the possibility of extracting energy from the.

In 1942 the United States built the first nuclear reactor on the world (NED, 2012). The expectations around this new type of energy were huge considering its various uses, including weapons of mass destruction.

During the World War II, the United States, helped by the United Kingdom and Canada, led a nuclear program called the Manhattan Project. This project had he objective to create a bomb using the knowledge acquired with the studies about the atoms and how it could generate usable energy.

The project was active from 1942 to 1946 and it reached its goals. On August 1945, last days of World War II, the United States shocked the world and presented one of the most destructive – maybe the most – human creation: the nuclear bomb.

At the end of the war, the conflict was defined in favor of the Allies, but Japan refused to surrender and kept fighting. Many lives were being lost due to the Japanese decision, so the US decided to experiment their creation and

bombed the cities of Hiroshima (6 August 1945) and Nagasaki (9 August 1945).

The effect of the bombings was astonishing. Even the United States hadn't expected such destruction. The two cities were vanished by the explosions. Almost all others a few days later due to the wounds it caused. (DOE, 2007)

After the American attack, Japan surrendered immediately and the war was closest to an end. The US excused their selves explaining that the bombings were needed to save lives. They elucidated that if the WW II did not ended in short time, the number of deaths would be even higher.

When the world was recovered of the shock cause by the bombs, all people feared the nuclear weapons, but consider them as a strong alternative to gain respect and to protect their territories and interests. This is so, since a nuclear country has a very intimidating instrument in its hands It was how the nuclear proliferation process began.

After the end of the World War II the Soviet Union launched a full-speed secret atomic program that was able to build a bomb in 1949. The US felt threatened by that event and the embryo of the Cold War emerged from the Soviet-American arms race. At the Cold War, technologies on the nuclear development, as well as in the spatial field, were used by both countries to show their strength and superiority. The more advanced a country was on those nuclear and spatial fields, the most powerful it was.

The United Kingdom was the next country to develop a nuclear device. When the Manhattan Project was already capable of building the bomb, the US broke the partnership with the UK fearing the nuclear proliferation. The British Prime Minister at the time, Winston Churchill, authorized the UK to start a nuclear program. The results were seen on 1952 with the first British nuclear test. When the UK acquired nuclear power the US reestablished the

cooperation, since they could not stop their old partner and it already had bad relations if the USSR. (CHARNYSH, 2009)

On 1960 it was French's time to develop a nuclear bomb. The country had a peaceful nuclear program in the 50s but, as three of its old allies were already nuclear powers, it decided to join the atomic group.(CHARNYSH, 2009)

China also wished to have a nuclear weapon. So it signed an agreement with the USSR in which Moscow would give China the nuclear knowhow in exchange of uranium. In 1964 China successfully tested its nuclear bomb.(CHARNYSH, 2009)

United States, United Kingdom, France, Russia and China were the nuclear-weapon states recognized under the Nuclear Non-Proliferation Treaty (NPT).(CHARNYSH, 2009)

Other countries have acquired nuclear weapons as well, but are not recognized as nuclear-weapon states under the NPT. These countries are India (1974), Israel (1979), Pakistan (1998) and North Korea (2006). They are known as De-facto Nuclear-Weapon States and will be addressed on the next topic.

## **2 Treaties and initiatives that regulate the nuclear development**

### ***2.1. Non-Proliferation Treaty (NPT)***

In force since 1970, the Non-Proliferation Treaty recognizes the countries that have "manufactured and exploded a nuclear weapon or other nuclear explosive device prior to 1 January 1967" (USA, UK, USSR – current Russia –, China and France) as nuclear-weapon states (NWS).

The treaty is based on three pillars: the non-proliferation, disarmament and the right to peacefully use nuclear technology.

The first pillar says that the NWS are not allowed to transfer “nuclear weapons or other nuclear explosive devices and “in any way assist, encourage, or induce” other countries to acquire nuclear weapons.

The second pillar is present on the article VI. “Each of the Parties to the Treaty undertakes to pursue negotiations in good faith on effective measures relating to cessation of the nuclear arms race at an early date and to nuclear disarmament, and on a treaty on general and complete disarmament.” Analyzing this article, it is possible to presume that the NWS do not have the obligation of disarmament. They must only negotiate it.

The third pillar guarantees to all the parties the right to develop nuclear technologies for peaceful goals, such as the generation of electric energy and medical researches to cure diseases as cancer. This pillar is the one that contains more social and environmental relevance. The nuclear energy is a very important alternative to mitigate the global warming effects, since this energy can be considered clean for not emitting polluting gases.

All the parties to the NPT agreed to respect the International Atomic Energy Agency Safeguards System, which is composed by inspections on their nuclear facilities in order to verify its safety conditions and if the technologies that are being developed are for non-bellicose ends.

### *2.1.1. De-Facto Nuclear-Weapon States*

These countries are the ones that are not parties to the NPT and have tested nuclear explosive devices after 1967. They are the only sovereign states that have not signed the NPT.

In 1950 India and the USA signed an agreement that created a peaceful program called Atoms for Peace. On this agreement, the US helped India to build and fuel a reactor. Despite the peaceful terms of the agreement, India insisted that it should have a clause that did not exclude peaceful explosions. This is what made possible the building of an Indian atomic bomb.

The country's not so friendly relationships with China (that already had a nuclear device tested) and Pakistan made the Indian government invest on the development of its own nuclear bomb in 1974. India was called to join the NPT but it refused the offer, considering the treaty discriminatory.(CHARNYSH, 2009)

Israel is suspect of having nuclear devices and no one was capable to prove that until today. If Israel really has nuclear bombs, they were made with French organizations assistance. The Suez crisis raised the Israeli intentions to acquire nuclear devices and the French will to provide the necessary instruments. Israeli government has never preceded a public nuclear test, but has also never denied that the country has an atomic arsenal. Israel already said that it does not want to be the first country to introduce nuclear weapons in the Middle East.(CHARNYSH, 2009)

The Israeli issue worries the international community because if an Arab country – which does not recognizes Israel as sovereign state – develop nuclear weapon, the risks of an atomic war on the region will increase to alarming levels due to the ideological differences between Jews and Arabs and their territorial disputes for the Holy Land. The US government adopts a silence posture about the Israeli nuclear program.(CHARNYSH, 2009)

The Pakistani situation also worries the international community. The country felt threatened by the Indian acquisition of nuclear bombs and decided to invest in that area too. Pakistan is suspect of acquiring a nuclear bomb through a materials trade clandestine network, involving Libya, Iran and North Korea. Pakistan announced the successful test of five nuclear devices on 1998.(CHARNYSH, 2009)

North Korea is another De-Facto Nuclear-Weapon State and will be addressed latter.

### *2.1.2. Immediate Nuclear Proliferation Risks*



Iran is suspected of being developing nuclear researches and studies in order to build a nuclear bomb.

In the 1950s the US supported Iranian researches to build a nuclear reactor that would generate electric energy. So, with the Iranian Revolution in 1979 the relationships between the USA and Iran have become hostile. The possibilities of Israel have a nuclear weapon scares Iran and may create de desire of developing its own atomic device to protection – as happened with India and Pakistan. In 2005, Ayatollah Khamenei forbidden the manufacturing of any WMD but it was not enough to diminish the concerns about the Iranian objectives with its nuclear program.(CHARNYSH, 2009)

Tehran affirms that does not intend to have nuclear weapons and it is only exercising its rights guaranteed by the NPT. The US critics about the Iranian posture are common but there are no concrete evidences that Iran has a nuclear weapon program.

### *2.1.3. States that gave up nuclear weapons capabilities*

After the creation of the NPT some countries gave up their objectives to have a nuclear explosive device.

South Africa used to have a nuclear weapon program. The program was active for 15 years, until the country tested its first nuclear device in 1979 to protect itself. South Africa used to fear the Soviet expansion on Southern Africa, specially because its relationships with the western countries were no longer friendly.

When the Cold War ended, South Africa considered that dismantling its nuclear arsenal and joining the NPT was a good opportunity to improve its international relations.(CHARNYSH, 2009)

South Africa was the first country to voluntarily give up its nuclear capabilities.

Brazil and Argentina also had nuclear ambitions but never had tested or acquired any nuclear device. Both countries abandoned their nuclear programs and are now parties to the NPT.

Libya started to pursue a nuclear weapon by the time the country joined the NPT but in 2003, after months of secret negotiations with the USA and the UK, the Libyan government announced its renunciation of its nuclear program. (CHARNYSH, 2009)

#### *2.1.4. Nuclear Sharing*

The United States has stocked nuclear weapons in European countries parties to the NATO. Germany, Italy, Netherlands, Turkey and Belgium have received those warheads and keep them on their territory. (KIRSTENSEN, 2010)

The weapons are guarded and monitored by American troops and only the US has the codes that allow their launching. Although that, many countries criticize the nuclear sharing saying it violates the NPT since the treaty does not allow the transfer of nuclear weapons. (KIRSTENSEN, 2010)

As, at least in theory, the warheads are under American control, it can be said that they were not actually transferred, since their owner is still the US. The United States declares that these weapons will only be transferred in case of a war happens, what is allowed by the NPT.

Critics say that the US is stocking nuclear weapons in Europe to facilitate an offensive action against other countries – possibly Iran and North Korea – in case of a war.

Stocking nuclear warheads on other countries is a polemic decision and it tends to create tensions and crises such as in the Cuban Missile Crises on 1962.

## **2.2. *Comprehensive Test Ban Treaty (CTBT)***

The Comprehensive Test Ban Treaty prohibits all nuclear weapon test explosions. It was created on 1996 and needs the ratification of 44 specific “nuclear capable states” countries to be in force, amongst them are the US, China, India, Pakistan, Iran, Israel and North Korea.(JOHNSON, 2009)

India, Pakistan and North Korea have not even signed the treaty. China, USA, Iran and Israel have signed it, but still need to ratify it.

This treaty is the most complete agreement about nuclear tests. It has huge importance and needs to be in force as soon as possible, since it prevents nuclear tests and that prevention may diminish the possibilities of new countries acquire nuclear devices and protect the environment and people from the negative effects of nuclear tests.

The CTBT prohibits nuclear tests on the atmosphere, underwater, in space and on the underground. These prohibitions are very important to protect the environment since those test spread radioactive particles on the air, on the underground water fields and on the soil, what can be harmful for people, animals and plants.

## **2.3. *Global Initiative to Combat Nuclear Terrorism (GICNT)***

The Global Initiative to Combat Nuclear Terrorism is an international partnership that aims to improve the security on the nuclear issue. The partnership has 85 members, including all the NWS, Japan, Germany, Morocco, Portugal, Pakistan, India, Israel and South Korea. It counts with four observer members: IAEA, European Union, INTERPOL and the United Nations Office for Drugs and Crimes (UNODC). (US DEPARTMENT OF STATE, 2010)

The GICNT is based on 8 principles:

Develop, if necessary, and improve accounting, control and physical protection systems for nuclear and other radioactive materials and substances;

Enhance security of civilian nuclear facilities;

Improve the ability to detect nuclear and other radioactive materials and substances in order to prevent illicit trafficking in such materials and substances, to include cooperation in the research and development of national detection capabilities that would be interoperable;

Improve capabilities of participants to search for, confiscate, and establish safe control over unlawfully held nuclear or other radioactive materials and substances or devices using them;

Prevent the provision of safe haven to terrorists and financial or economic resources to terrorists seeking to acquire or use nuclear and other radioactive materials and substances;

Ensure adequate respective national legal and regulatory frameworks sufficient to provide for the implementation of appropriate criminal and, if applicable, civil liability for terrorists and those who facilitate acts of nuclear terrorism;

Improve capabilities of participants for response, mitigation, and investigation, in cases of terrorist attacks involving the use of nuclear and other radioactive materials and substances, including the development of technical means to identify nuclear and other radioactive materials and substances that are, or may be, involved in the incident; and

Promote information sharing pertaining to the suppression of acts of nuclear terrorism and their facilitation, taking appropriate measures consistent with their national law and international obligations to protect the confidentiality of any information which they exchange in confidence. (GICNT, 2011)

Although the GICNT is an important start to combat nuclear terrorism, some experts say it needs to be developed and improved because some countries could not afford the safeguards system that the initiative demands.

#### **2.4. *Missile Technology Control Regime (MTCR)***

In 1987, Canada, France, Germany, Italy, Japan, US and UK created an informal international partnership to combat the proliferation of nuclear weapons. Nowadays the MTCR has 34 members, including Russia, South Korea, South Africa, Germany and Portugal. (MTCR, 2009)

Although it is focused on nuclear weapons, the MTCR combats the proliferation of chemical, biological and all types of WMD. After the 11 September 2001 attacks, the partnership started to concern about the possibilities of WMD falling into the hands of terrorist groups. An alternative to avoid that would be to “maintain vigilance over the transfer of missile equipment, material, and related technologies usable for systems capable of delivering WMD”. (MTCR, 2009)

The MTCR uses dialogue and diplomacy to achieve its objectives and to enlist new members. The trade of information between the member countries is another alternative for the MTCR to combat the proliferation of WMD.

### *2.5. Proliferation Security Initiative (PSI)*

The US president George W. Bush launched the Proliferation Security Initiative in 2003. The PSI has currently 98 member nations, including UK, Russia, South Korea, Germany and Portugal. India and China strongly disagree with the PSI principles and activities.(US DEPARTMENT OF STATE, 2003)

The PSI is another initiative to combat the proliferation of Weapons of Mass Destruction. It combats states and non-states agents that may represent a risk the world peace and are evolved with nuclear proliferation.(US DEPARTMENT OF STATE, 2003)

This initiative suffers many critics. China, Iran and the DPRK accused the PSI of violating international laws (United Nations Convention on the Law of the Sea) that guarantee freedom of the seas because it stops ships at the high sea to inspect their cargos. (HAWKINS, 2005)

The PSI is also accused of targeting specific states such as Iran and North Korea. These two countries say that this initiative is an US instrument to block their planes and ships in order to obtain information about their military

activities. India and Pakistan are also said to be persecuted by the PSI. (BOND, 2007)

The US leadership and the fact of it be founded by Bush are target of critics too. Some countries say that the US use the PSI intending to combat their specific enemies by creating denounces and rumors about illegal military activities. These critics became stronger after the invasions in Afghanistan and Iraq. (PRATHER, 2006)

The secret character of the PSI serves as target for more critics. Specialists and non-member countries say that there are no formalities on the initiative and it is used as an US instrument to fight in the War on Terror. (VALENCIA, 2008)

### **3 The North Korean polemic nuclear program and the denounces against the country**

The number of denounces against the North Korean controversial nuclear program has suffered a substantial increase since the country announced its withdrawal from the NPT on 2003. As anonparty to the treaty, North Korea does not have the legal obligation to accept the Safeguards Agreement with the International Atomic Energy Agency (IAEA), what clearly worries the international community because of the oscillating policy adopted by the government of North Korea.

Furthermore, as North Korea neither attends to the international organizations' demands nor demonstrates volition to diminish its atomic researches, there is no guarantee that the goal of the Korean governments is pacific or not aimed to bellicose purposes.

The distrusts around the North Korean nuclear program have began in 1992, when the United States suspected that Pyongyang was secretly using a generator to obtain plutonium to build a nuclear weapon. On 1993, DRPK

firstly announced its withdrawal from the NPT, but decided to retreat and continue as a party to the treaty.

One year later, the DPRK admitted signing the Agreed Framework in exchange of fuel, oil, economic cooperation and the building of two civil light-water nuclear power plants.

On 1998 North Korea launched a modified missile in a launch attempt of a satellite. The US believed that Pyongyang was using the satellite's launching to test an Intercontinental Ballistic Missile. (FAS, 1998)

Four years have passed since what the US considered a Korean nuclear test when the DPRK announced to have acquired nuclear weapons. The US president at that time, George W. Bush, claimed the communist country to eliminate its nuclear program saying it was the only way Pyongyang could have a viable future. Few months later the US stopped sending North Korea oil due to the Korean refusal to extinguish its atomic researches.

Once again, in 2003 the DPRK announced its withdrawal from the NPT, but this time Pyongyang did not retreat and effectively left the treaty, seriously alarming the international community since it was known that the country already had obtained nuclear weapons – despite that North Korea still does not have the immediate capability to launch an atomic weapon – and there is no agreement, initiative or treaty that could stop the Korean nuclear ambitions.

During 2004 and 2005 the DPRK led series of nuclear and missile tests, and has announced that had successfully tested its first atomic weapon in October 2006. This information was confirmed by the US Intelligence Agency. (MILLER & BARNES, 2009)

On 2007 North Korea agreed to shut down and seal the Yongbyon nuclear facility in exchange of six tons of fuel and oil. A few months after the Korean government released a statement confirming the deal, inspector from

the US, Russia and China visited the place and checked the end of the process of closure.

Two years later the DPRK announced that would reopen nuclear facilities and tested another nuclear device in response of new sanctions approved by the UNSC. (DITZ, 2009)

The last Korean nuclear polemic activity was the announcement made on 2012 saying the country was planning to test one more nuclear device. (KIRK, 2012)

The unstable North Korean policy worries the international community because it is practically impossible to predict the next Koreans attitudes or if the country is going to honor the agreements settled.

Some specialists on political relationships say that the DPRK adopt that unpredictable policy to use it as a bargain to receive supplies and aids. As the country does have neither a strong economy nor a large quantity of natural resources in its territory, the only survival possibilities are the donations made by other countries. As those donations would be done spontaneously, the DPRK threatens the world peace and offers to cooperate in exchange of help.

## **4 The negotiation with North Korea**

### **4.1. *The Six Party Talks***

The Six Party Talks are negotiations aiming to reach a peaceful solution for the tensions around the North Korean nuclear program. The talks involve the Democratic People's Republic of Korea, the United States, the Russian Federation, the Republic of Korea, the Democratic People's Republic of China and Japan.

The talks are result of the North Korean withdrawal from the NPT and have had six rounds so far. The main contents of the negotiations are:



security guarantee, construction of light water reactors, peaceful use of nuclear energy, diplomatic relations, financial restrictions and verifiable and irreversible disarmament.

#### *4.1.1. The first round of negotiations*

The first round of negotiations happened on August of 2004 and the parties did not reach an agreement. The DPRK refused any proposals to abandon its nuclear program and decided to test a nuclear device to prove its nuclear capabilities.

A non-aggression pact proposal was rejected by the United States, what led North Korea to assume a posture of non-cooperation and difficult and agreement that could ease the nuclear tension.(LIANG, 2012)

#### *4.1.2. The second round of negotiations*

The debates were a bit better on the second round (February 2004), when a Chairman's Statement was announced by treating of the denuclearization of the Korean Peninsula and the peaceful coexistence of the parties.(LIANG, 2012)

During this round the DPRK changed its posture and agreed to eliminate its bellicose nuclear program but would not abandon its nuclear researches on the development of electric energy or medical technologies. The US, Japan and South Korea wanted the DPRK to abandon any nuclear activity since if the communist country was involved with any kind of nuclear program there was no guarantee that North Korea would not keep a secret nuclear program to develop nuclear warheads.(LIANG, 2012)

Due to that divergence the negotiations' results were superficial and did not end the nuclear issue.

#### *4.1.3. The third round of negotiations*

On the third round (June 2004) the US proposed an agreement in which North Korea would slowly dismantle its nuclear program. The North Korean government stated that would accept the agreement in exchange of compensations.(LIANG, 2012)

Many proposals of compensations and changes on the agreement were made but none of them was accepted by all parties and the lack of a consensus blocked a deal.

#### *4.1.4. The fourth round of negotiations*

This round happened between July and September of 2005. It was the round that de parties made more progress on the negotiations. This round's final document was a Joint Statement where the countries reached a promising agreement.

Along the six articles of the Statement, the DPRK agreed to return to the NPT and abandon all nuclear weapons and nuclear programs as soon as possible. On the other hand, the rest of the parties undertake to respect the right of North Korea to use energy peacefully.(LIANG, 2012)

The Korean relationships with the United States and South Korea became friendlier since both countries declared that they had no nuclear weapons on the Peninsula.

The US, Russia, South Korea, China and Japan agreed to provide energy cooperation, as well as financial cooperation, for North Korea. The parties also stressed the 'mutually coordinated measures', in other words, 'words for words and actions for actions'.(LIANG, 2012)

#### *4.1.5. The fifth round of negotiations*

This round was divided on three different phases that occurred on November 2005, December 2006 and February 2007. On the first phase, the negotiations and agreements had the same content of the ones of the fourth round but the 'word for words' and 'actions for actions' principle, which was altered to 'commitment for commitment and action for action'. When the phase ended, there was no prevision of when the talks would be retaken.

The DPRK tried to bargain benefits and between the first and the second phases proposed to return to the negotiations if the US releases North Korean financial resources that were held in a bank. Washington refused the proposal saying that nuclear issues should be dealt singly.(LIANG, 2012)

Dissatisfied with the refusal of its proposal, the DPRK announced the nuclear test of its first nuclear weapon on October 2006. The Korean government stated that the test was necessary due to the American hostile policy. A few days after the announcement North Korea made another statement informing the test's success. As result of the test the United Nations Security Council passed the Resolution 1718 sanctioning DPRK.(LIANG, 2012)

The second phase began when the talks were resumed on December 2006. Once again the progress was small. The parties reaffirmed previous talks and the debates were interrupted one more time due to the lack of a consensus.

Days before the third phase begins the DPRK and the US reach an agreement in which Korea would stop its nuclear program in exchange of 500.000 tons of oil per year.

Parties reached a great progress on the third phase. During talks North Korea accepted to shut down a nuclear facility in Yongbyon and invite back the IAEA inspectors to monitor the process. The other parties assured to provide emergency energy assistance to the DPRK. (LIANG, 2012)

#### *4.1.6. The sixth round of negotiations*

Despite the good advances of the last round the relationships between the parties became tense once again. The sixth round was divided on two phases.

When the first phase started, the US unfroze a \$25 million fund that belonged to Korea as a response for the positive previous North Korean steps and admitted that used the fund as a bargain to pressure the Asian country. The DPRK refused to receive the money and left negotiations. After that a South Korean newspaper accused the North of being reactivating the Yongbyon reactor.(LIANG, 2012)

The talks were resumed on July 2007 when the DPRK declared to have closed the Yongbyon facility and wanted to extinguish its nuclear program after receiving a fuel aid from South Korea. By this time, North Korea confirmed its past declarations. The negotiations on the first phase were over when Japan refused to fund energy assistance to the DPRK saying that would not share costs until Korea solve the issues involving the abductions of Japanese people. (LIANG, 2012)

On the second phase the parties normalized its relationships in between them. The DRPK reaffirmed its willing to abolish the nuclear program and the other five countries send food, energy and fuel aid to Korea.

#### *4.1.7. The suspension of the talks and possible resumption*

On April 2009 the DPRK launched a satellite and the international community believed it was actually a nuclear test. A few days have passed and the UNSC approved a Presidential Statement the suggested heavier sanctions on North Korea. The Korean response to the Statement was aggressive. The country announced its exit of the Six Party Talks and promised never return again to the negotiations, expelled the IAEA inspectors

that were in its nuclear facilities and detonated an underground nuclear device.

On February 2012 the US and the DPRK reached an agreement where the Americans would provide food aid and, in exchange, the Asians would return to the Six Party Talks and re-accept the IAEA inspectors in their nuclear facilities.

Although the agreement reached, North Korea launched another satellite, but it was considered a failure and a provocative action by South Korea and the US, that immediately ceased the food aid supply.

#### *4.2. Consequences of the North Korean withdrawal from the NPT and possibilities of returning to the treaty*

Since 2003, when the DRPK left the NPT, the tension surrounding the nuclear issues has reached alarming levels. The treaty's credibility has been negatively affected by that event inasmuch as there was no more legal hindrance to the development of a Korean nuclear weapon and that could make countries that feel directly threatened by the this possibility – such as Japan and South Korea – to try to protect themselves acquiring nuclear devices as well.

If other countries obtained nuclear weapons, one of the most important pillars of treaty could fall apart – the non-proliferation. A domino effect could be generated and atomic devices may be spread around the globe, what would create a very unstable and dangerous scenario.

The DPRK left the NPT legally, since it respected all the terms of the treaty. Therefore the international community can not apply sanctions or, in any way, obligate the country to re-join the NPT.

The Six Party Talks are appointed as the best alternative to reach an agreement that could make the DPRK return to the NPT. If this happens, there are two possible scenarios.

In the first possibility North Korea would abandon its nuclear weapons and return to the treaty as a non-nuclear State, bending itself to the IAEA inspections and safeguards. That scenario is the best imaginable. The tension around the nuclear issues would surely suffer an intense decrease. Although the stable situation that this possibility could create, it has several difficulties. North Korea said in 2005 that would accept the international demands if the country received aid on energetic, financial and healthy fields. However, the unpredictable policy adopted by the DPRK does not provide guarantees that, if an agreement was reached, it would be fulfilled, since the Koreans have disrespected many others past settles.

On the second possibility the DPRK would join the NPT, bend itself to the IAEA inspections and safe guards, respect the treaty rules but would not abandon its nuclear arsenal, being recognized as nuclear State. This possibility would severely dissatisfy the countries that feel threatened by the recent North Korean policies – once again, as Japan and South Korea – or that has abandoned its nuclear program to join the treaty – such as South Africa. The odds of this possibility be concretized are extremely low inasmuch as the danger that recognizing the DPRK a nuclear State would represent to the world peace.

Both possibilities present big obstacles to be concretized, what lets the North Korean nuclear issues in a very delicate position, since the need to reach an agreement is enormous but the chances of this to happen are very few.

#### **4.3. *The UNSC resolutions***

The UNSC Resolution 825 was approved on May 1993 and suggested the DPRK to invite back the IAEA inspectors to the country, revoke the decision of leaving the NPT. The UNSC asked North Korea to honor its commitment with the international community and reaffirmed "crucial contribution which progress in non-proliferation can make to the maintenance of international peace and security". This resolution has not been sanctioned by North Korea.

The Resolution 1695 was a response to the North Korean missile tests conducted on July 2006. The document establishes the prohibition to all UN members to sell North Korea material or technology for missiles or weapons of mass destruction.

Two months passed since the approval on the Resolution 1695 and the UNSC approved a new document, the Resolution 1718. This resolution said the DPRK must stop conducting any nuclear or missile test, abandon its nuclear program and return to the Six Party Talks immediately. North Korea was also prohibited of importing any bellicose material and the UN members were not allowed anymore to export luxury goods to the Asian country.

On 2009, the UNSC approved the Resolution 1874. Once again the DPRK is called to return to the NPT and to the Six Party Talks, to abolish its nuclear program and stop conducting nuclear tests. The arms embargo was extended and intensified. The resolution forbids all UN members to send North Korea any economic/financial aid that is not for humanitarian or developmental reasons.

The resolution 1928 was approved on 2010, but did not bring new measures or policies that about the North Korean posture. It only recalls the past resolutions.

The last approved resolution about the DPRK nuclear issue was the 1985, but, as the resolution 1928, did not presented any new ideas, just recall the past documents

## **5 Analysis of the current situation**

North Korea is a country that causes worries on the international community for many reasons, among them the most serious are the human rights disrespects, its political system adopted and the threat that its nuclear program represents to the world peace. The North Korean issue is different from the Iranian issue because the communist country is not party to any international nuclear agreement, what lets the DPRK free to develop a nuclear arsenal.

It is not easy to foresee the next events that will involve the DPRK and its nuclear program due to the instability on the negotiations generated by the Korean totally uncertain posture. The country's word is devaluated on the international context and it happens because the other States can never know that, if an agreement is reached or a promise is made by the DPRK, it is going to be fulfilled.

This happens because the DPRK is not a weak country on the negotiations. North Korea, due to years of embargo and isolation, does not has much to lose and can assume risks that the US or any other country can assume. (QIAN and WU, 2006)

North Korea oscillates between moments of cooperation and moments of complete disrespect and constant abuses of its bargaining power. These oscillations are caused because the DPRK knows how worried the US and its allies are with Koreannuclear program and it allows North Korea to decline any agreement without leaving the interest zone of the world community.(FARLEY, 2010)

According to that, the countries must know how to balance their actions. They shall be able to know – or at least imagine – howprofitable the use of diplomacy is – and the creation some cooperation spirit – and assume



a tougher posture, using non-diplomatic alternatives – and run the risks of having hostile responses from the DPRK.

The UNSC should not overlook the possibility of the North Korean government decide to collaborate with the development of nuclear weapons in other countries to obtain extra help on economic, healthy or social fields.

With the death of the Korean leader Kim Jong Il on December 2011 the political situation in the country is totally unpredictable. Kim Jong Un, Jong Il's son, assumed the leadership on the DPRK. The tendency is that Jong Un follows his father policies, but there is still a small chance of a military coup to take the power or the collapse of the current North Korean regime. (YATES, 2009)

An agreement is more likely to happen with a diplomatic bargain to solve the nuclear problem. Despite that, this way has its problems and difficulties. The diplomatic bargain can not happen because the countries are hardly going to reach an agreement about what North Korea would receive in exchange of dismantling its nuclear program.(FARLEY, 2010)

The UNSC must act in order to avoid a possible North Korean nuclear attack. If the sanctions or pressure to the country are too hard, the DPRK may respond aggressively and leave the negotiation board once and for all.

Finding the exact point where the UNSC actions would be able to mitigate the tensions and concerns about the North Korean nuclear program without causing an aggressive response of the DPRK must be the most difficult political exercises faced by the international community.

The relevance of the South Korean participation on the resolving of the North Korean nuclear issue has to be emphasized. South Korea, due to the proximity to the DPRK and the absence of a peace treaty on the Korean War, is one of the countries that feel most threatened by the Pyongyang's nuclear program.

Seoul's military forces are superior to the North Korean. With a bigger population and a stronger economy than North Korea, South Korea has more conditions to invest on military resources without jeopardizing its population or other technological spheres such as the energetic researches.

Despite that, the DPRK allocates plenty of its resources on military fields and that transformed the communist country's army into one of the biggest on the world.

The North and South Korean relations are not friendly, especially on the border between the two countries. That area is used by both countries to perform military trainings, what raises the tension and the possibility of an aggressive response.

The tension on the Korean Peninsula is high and the possibility of an armed conflict to begin should not be ignored. If this happens South Korea is expected to have US support while China could support North Korea, as it happened on the Korean War, but a possible Chinese participation is uncertain.

The US relevance should also be pointed. The country is leading the negotiation boards and claims for the adoption of new sanctions on North Korea. A diplomatic strategy is the American main plan to solve the nuclear tension around the DPRK, but the US would not retreat in case of an armed conflict.

Nuclear technology can be used to promote progress on many areas, but it can also be used to pugnacious purposes. These opposite possibilities arouse the countries' ambitions to master the nuclear technology, but this may represent a risk to the world peace. The North Korean nuclear issue is one of the most worrying situations faced by the UN on the last years and needs an urgent solution in order to prevent conflicts and the nuclear proliferation.

## **6 Bloc position**

### **6.1. *United States, United Kingdom, France, Germany and Portugal***

The US is probably the country that is most concerned about the Korean nuclear development. United States shall defend the adoption of hard and new sanctions to North Korea. The US must press the DPRK during all the debates in order to make the Asian country give up its nuclear program and cooperate with the other countries.

Diplomacy should not be forgotten by the American delegation, but it must be used carefully. The DPRK, for reasons already explained on the text, disrespected the last agreements achieved and this makes the US be cautious on settling new diplomatic deals without none or few guarantees.

The UK and France are allied to the US and will press the DPRK as well. Despite that both countries will tend to a more diplomatic policy, but without forgetting the sanctions and punishments to North Korea. They must recall the importance of the IAEA inspections and the need to regulate the nuclear development once and for all.

Germany and Portugal, as members of the European Union, will follow the British and French positions. Germany, as a stronger country on the EU can adopt a different policy, but the odds of this happening are low, because it could cause conflicts between European countries or with the United States. Portugal tends to be a more passive country but may try to assume the role of mediator and propose agreements and solutions to the North Korean nuclear issue.

### **6.2. *Russian Federation and China***

Russia and China fluctuate between a compliant posture and a strict posture with the DPRK.

Since the end of the Cold War Russia and the US have tumultuous relationships. Some experts on international affairs say that Russia still has

some socialist ideals and this could induce a tendency to protect North Korea. Despite that Russia recognizes that some Korean actions represent a threat to the world peace and may defend the adoption of sanctions.

China, as Russia, is said to tend to protect North Korea due to ideological similarities on past. Even today China has a mixed economy and uses both communist and capitalist principles on its activities. To China, the DPRK is an instrument to avoid the large scale introduction of capitalist concepts since North Korea borders the country and is one of the last Chinese protections against these concepts.

Russia and China defend sanctions to North Korea, but they must not directly affect the Korean economy because it could create problems to these countries' commercial relationships.

### **6.3. *Pakistan and India***

Pakistan, as a De-Facto Nuclear-Weapon State and economic partner of the DPRK, will not defend sanctions. It will support the diplomacy to solve the nuclear issue. Pakistan, Iran and North Korea are said to cooperate on the development of nuclear weapons, but there is no proof of that.

India is also a De-Facto Nuclear-Weapon State and economic partner of North Korea, so it will not defend economic sanctions. Both countries have some bilateral agreements on culture and scientific cooperation, what shows their good relationship. India defends the reunification of the Koreas.

Despite India and Pakistan have good relationships with North Korea, the political conflicts between the two countries may interfere on the way they support or attack the DPRK.

### **6.4. *North Korea***

Accordingly to the past North Korean postures the country may defend its right to protect itself and remember all delegations that there is no treaty or legal instrument that could preclude the Korean development of nuclear weapons.

The Korean position has been exhaustively exposed all along the text and does not need more explanations.

#### **6.5. *South Korea and Japan***

South Korea and Japan are countries that feel threatened by the DPRK actions and will defend the adoption of new sanctions.

Both countries shall press North Korea to abandon its nuclear program and stop the hostile responses to the international community acts. Japan and South Korea must present facts and arguments that place North Korea in an uncomfortable situation, making the communist nation tend to cooperate.

Despite that neither country will abandon the diplomatic negotiations.

#### **6.6. *Guatemala, Colombia, Azerbaijan, Morocco, Togo and South Africa***

As parties to the NPT and Non Nuclear-Weapon States these countries tend to strongly criticize and condemn the North Korean aggressive attitudes. As they are not directly involved on the nuclear issue, they can act as mediators and propose new agreements.

Their position allows them to elaborate impartial proposals, what could ease an agreement.

The diplomacy is their first choice, but these countries will not hesitate to defend sanctions to North Korea if it does not demonstrate cooperation.

South Africa, as a country that voluntarily abandoned its nuclear program, can either appreciate the diplomacy and head the negotiations or

assume a strict position, in which would strongly press the DPRK to stop threatening the world peace.

## References

BOND, Richard. The Proliferation Security Initiative: Targeting Iran and North Korea?. Available: <<http://www.nuclearfiles.org/menu/key-issues/nuclear-weapons/issues/governance/psi/BP53%5B1%5D.pdf>>.

Access: 10 July 2012

CHARNYSH, Volha. A Brief History of Nuclear Proliferation. Available: <[http://www.wagingpeace.org/articles/pdfs/Proliferation\\_History.pdf](http://www.wagingpeace.org/articles/pdfs/Proliferation_History.pdf)>. Access: 15 June 2012

CRAIL, Peter. North Korea Delivers Nuclear Declaration. Available: <[http://www.armscontrol.org/act/2008\\_07-08/NorthKorea](http://www.armscontrol.org/act/2008_07-08/NorthKorea)>. Access: 15 June 2012

DITZ, Jason. North Korea conducts nuclear weapons test. *Antiwar.com*. 25 May 2009. Available: <<http://news.antiwar.com/2009/05/24/north-korea-conducts-nuclear-weapons-test/>>. Access: 30 June 2012

FARLEY, Robert. How to negotiate with North Korea. Available: <<http://prospect.org/article/how-negotiate-north-korea-0>>. Access: 10 July 2012

GLOBAL countries with nuclear stockpiles. Available: <[http://www.blatantworld.com/feature/the\\_world/nuclear\\_weapons\\_stockpiles.html](http://www.blatantworld.com/feature/the_world/nuclear_weapons_stockpiles.html)>. Accessed: 12 July 2012

GLOBAL Initiative to Combat Nuclear Terrorism. Available: <<http://www.state.gov/documents/organization/145499.pdf>>. Access: 05 July 2012

HAWKINS, William. Chinese Realpolitik and the Proliferation Security Initiative. Available: <<http://www.asianresearch.org/articles/2505.html>>. Access: 08 July 2012

HUNTLEY, Wade. North Korea and the NPT. Available: <[http://www.fpif.org/reports/north\\_korea\\_the\\_npt](http://www.fpif.org/reports/north_korea_the_npt)>. Access: 18 June 2012

JOHNSON, Rebecca. Unfinished Business: the Negotiation of the CTBT and the End of Nuclear Testing. Available: <<http://www.acronym.org.uk/ctbt/index.htm>>. Access: 28 May 2012

KAHN, Joseph. North Korea Says It Will Abandon Nuclear Efforts. *The New York Times*. Beijing, 19 September 2005. Available: <[http://www.nytimes.com/2005/09/19/international/asia/19korea.html?\\_r=1](http://www.nytimes.com/2005/09/19/international/asia/19korea.html?_r=1)>. Access: 22 June 2012

KESSLER, Glenn. Message to U.S. Preceded Nuclear Declaration by North Korea. *The Washington Post*. Washington, 2 July 2008. Available: <<http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2008/07/01/AR2008070102847.html>>. Access: 25 June 2012

KIRK, Donald. Third Son Inherits North Korea's Dynasty After His Father's Death. Available: <<http://www.biztechreport.com/story/1888-third-son-inherits-north-korea%E2%80%99s-dynasty-after-his-father%E2%80%99s-death>>. Access: 01 July 2012.

KIRSTENSEN, Hans and NORRIS, Robert. Russian nuclear forces. Available: <<http://bos.sagepub.com/content/68/2/87.full.pdf>>. Access: 01 July 2012

KIRSTENSEN, Hans. Status of US nuclear weapons in Europe 2010. Available: <<http://www.fas.org/programs/ssp/nukes/images/euronukes2010.pdf>>. Access: 01 July 2012

LIANG, Xiaodon. The Six-Party Talks at a Glance. Available: <<http://www.armscontrol.org/factsheets/6partytalks>>. Access: 1 June 2012

MILLER, Greg and BARNES, Julian. US military: No doubt of North Korea nuclear test. *The Los Angeles Times*. Washington, 26 May 2009. Available: <<http://articles.latimes.com/2009/may/26/world/fg-military-test26>>. Access: 29 June 2012

NORTH Korea admits nuclear arsenal. *BBC News*, 17 November 2002. Available: <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/asia-pacific/2485829.stm>>. Access: 5 June 2012

NORTH Korea Space Guide. Available: <<http://www.fas.org/spp/guide/dprk/>>. Access: 30 June 2012

ONISHI, Norimitsu and WOGN, Edward. U.S. to remove North Korea from Terror List. *The New York Times*. Tokyo, 26 June 2008. Available: <<http://www.nytimes.com/2008/06/26/world/asia/26iht-nuclear.3.14018130.html>>. Access: 30 June 2012

PRATHER, Gordon. Bolton and the PSI Posse. Available: <<http://antiwar.com/prather/?articleid=9686>>. Access: 9 July 2012

PROLIFERATION Security Initiative. Available: <<http://www.dfat.gov.au/globalissues/psi/index.html>>. Access: 29 May 2012

PROLIFERATION Security Initiative. Available: <<http://www.globalsecurity.org/military/ops/psi.htm>>. Access: 30 May 2012

PROLIFERATION Security Initiative. Available: <<http://www.state.gov/t/isn/c10390.htm>>. Access: 1 June 2012

PROLIFERATION Security Initiative: Statement of Interdiction Principles. Available: <<http://www.state.gov/t/isn/c27726.htm>>. Access: 07 July 2012

QIAN, Jason and Wu, Anne. 5 wrong assumptions about negotiating with North Korea. Available:



<<http://www.sfgate.com/opinion/openforum/article/5-wrong-assumptions-about-negotiating-with-North-2515439.php>>. Access: 08 July 2012  
REACTORS designed by Argonne National Laboratory. Available: <<http://www.ne.anl.gov/About/reactors/early-reactors.shtml>>. Access: 05 July 2012

RYALL, Julian. North Korea: any critical statement on nuclear program 'a declaration of war'. *The Telegraph*. Tokyo, 22 March 2012. Available: <<http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/asia/northkorea/9159922/North-Korea-any-critical-statement-on-nuclear-programme-a-declaration-of-war.html>>. Access: 7 June 2012

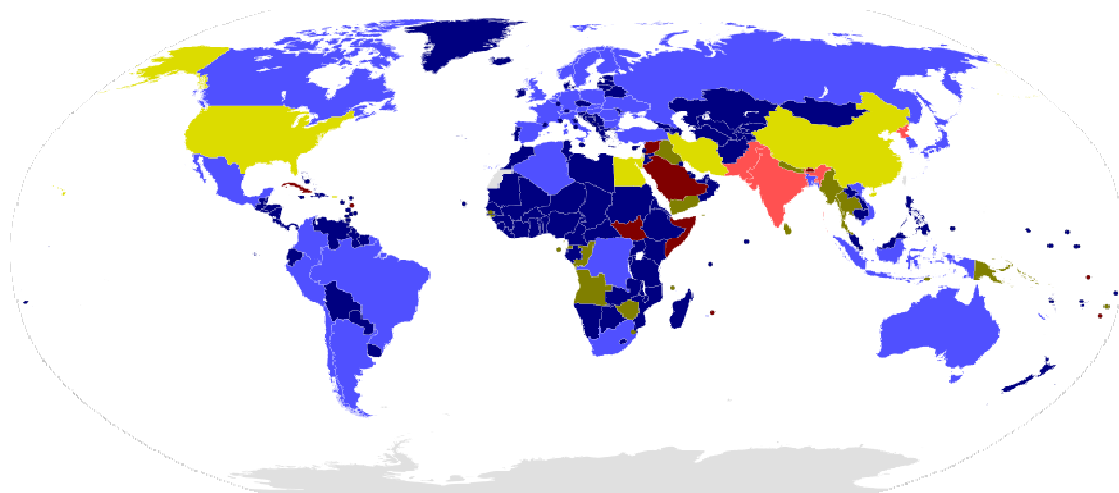
THE MISSILE Technology Control Regime. Available: <<http://www.mtcr.info/english/index.html>>. Access: 26 May 2012

VALENCIA, Mark. Policy forum 08-043: Put the Proliferation Security Initiative under the UN. Available: <<http://nautilus.org/napsnet/napsnet-policy-forum/put-the-proliferation-security-initiative-under-the-un/>>. Access: 02 July 2012






YATES, Dean. How the situation may play out in North Korea. *International Business Times*. Singapore, 13 July 2009. Available: <<http://www.ibtimes.com/articles/20090713/how-situation-may-play-out-north-korea.htm>>. Access: 12 June 2012

## Appendices

### 6.7. CTBT participation – 2010

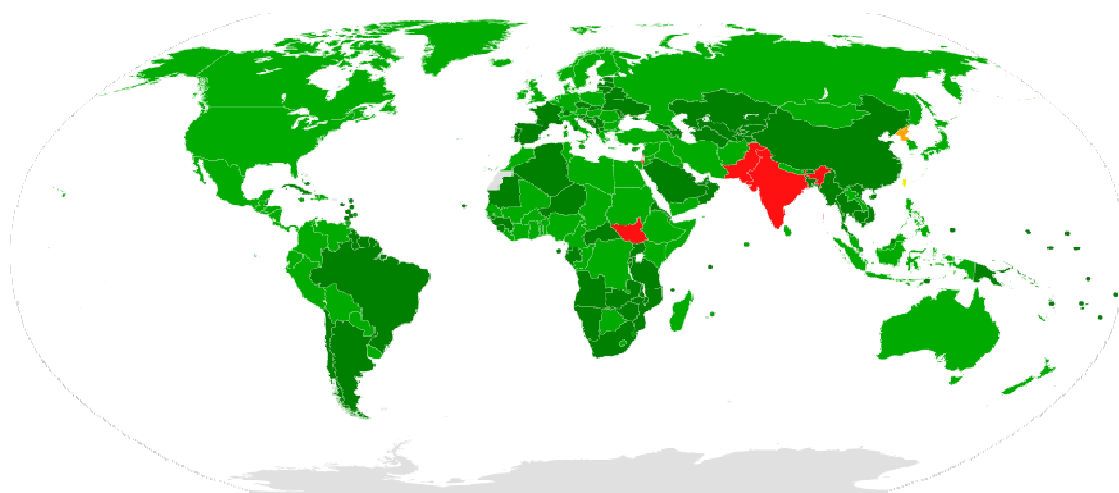


#### Description:






- |  |   |
|--|---|
|  Signed and ratified* |  Signed and ratified |
|  Only signed*         |  Only signed         |
|  Non-signatory*       |  Non-signatory       |

\* Countries listed on Annex 2 of the CTBT. The treaty will only be in force after it is signed and ratified by all these countries.

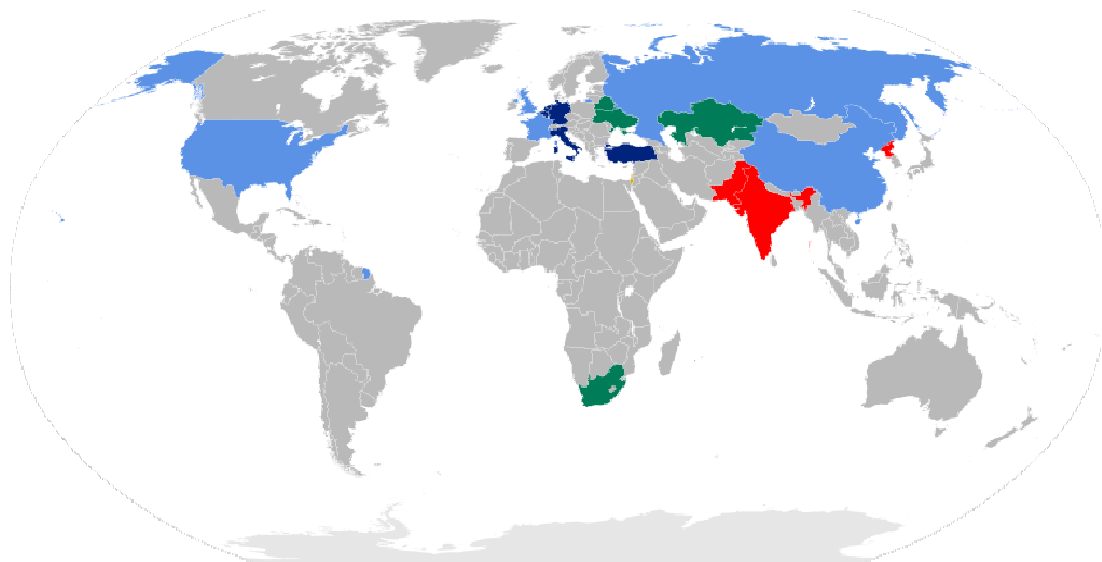
### 6.8. NPT participation – 2008



#### Description:

- |  |   |
|--|---|
|  Abiding by treaty though outside (Taiwan)  |  Signed and ratified |
|  Withdrawn (North Korea)                    |  Acceded or seceded  |
|  Non-signatory (India, Pakistan and Israel) |   |

### 6.9. Global overview of nuclear weapons



#### Description:

- NPT Nuclear Weapon States (China, France, Russia, UK, US)
- Non-NPT Nuclear Weapon States (India, North Korea, Pakistan)
- Undeclared Nuclear Weapon States (Israel)
- NATO weapons sharing weapons recipients
- States formerly possessing nuclear weapons\*

\* *Belarus, Kazakhstan and Ukraine are considered "States formerly possessing nuclear weapons" because were part of the USSR.*

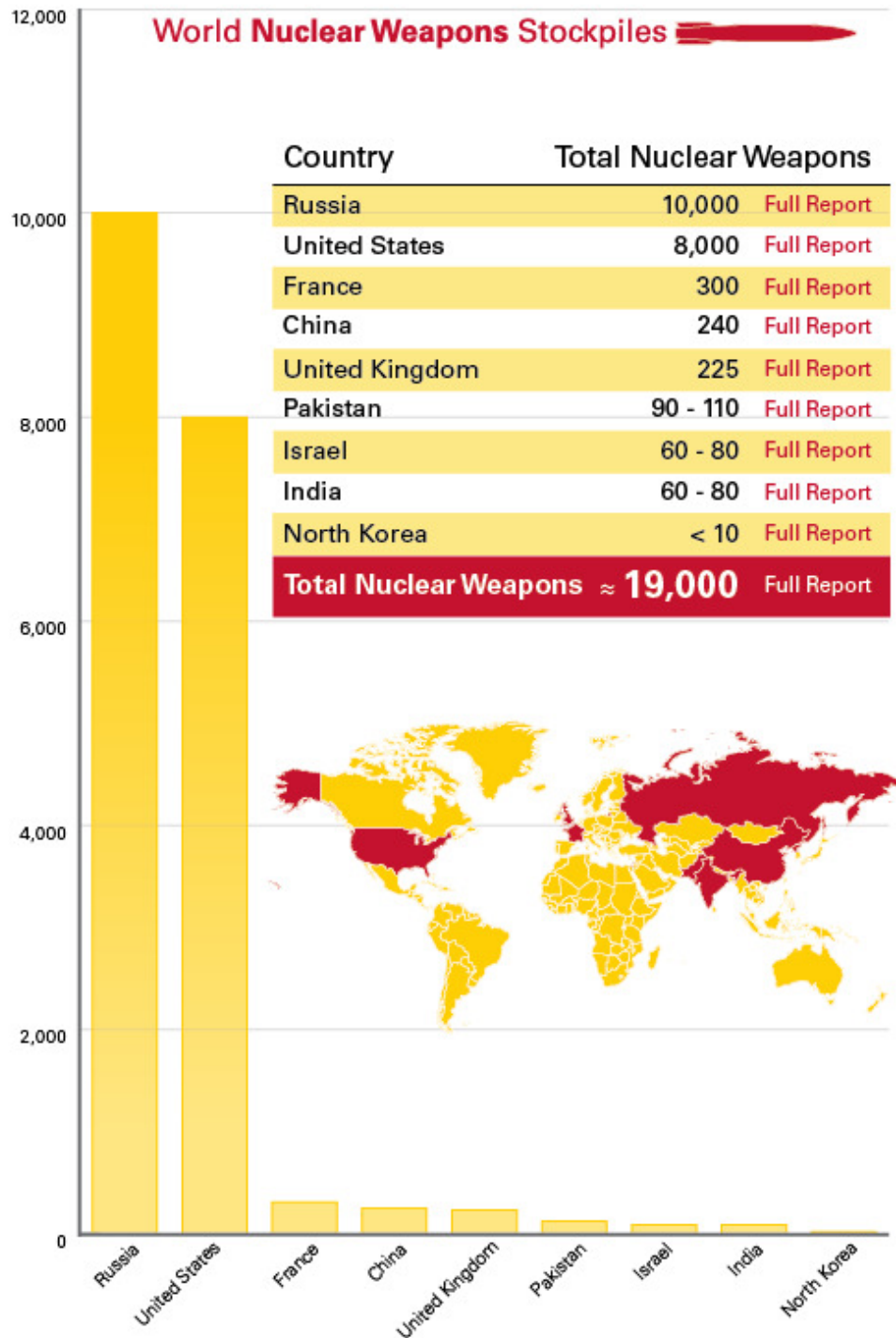
#### 6.10. Nuclear sharing countries\*

Country	Current Warheads**	Loaner
Germany	10-20	United States
Italy	70-90	United States
Belgium	10-20	United States
Netherlands	10-20	United States
Turkey	50	United States

\* *Research by Hans M. Kirstensen, 2010*

\*\* *Estimated number of nuclear warheads*

6.11. Countries with nuclear weapon stockpiles\*



\* Research by Hans M. Kirstensen and Robert S. Norris, 2012

## THE AERIAL HERBICIDE SPRAYING CASE

Jessica Holl

Yumi Sato Alves

Lucas Augusto Santos Batista

Martim Tassinari Aguiar

*El Estado es libre para dejar encargo a sus tribunales del cumplimiento de sus obligaciones internacionales dentro de su territorio[...]. Pero, [...], todo conflicto entre el derecho internacional y el derecho interno que queda producir un incumplimiento de una obligación internacional, implica la responsabilidad del Estado. Como corolario, la norma de derecho interno que sea contraria al derecho internacional en considerada por los tribunales internacionales, desde el punto de vista de su sistema, como si no existiese.*

**(Manual de Derecho Internacional, Fondo de Cultura Económico, México, 1992)**

### 1 Introduction to the Case

In April 2008, Ecuador required by the International Court of Justice (ICJ) an application against Colombia, which was accused to spray toxic herbicides at locations near and across its border with Ecuador. The Ecuadorian government also alleges that repeated efforts to negotiate an end to the fumigations were already made, but no results were achieved. It's pointed that this spraying caused notorious damage to the crops, the animals,

the environment and the people who live in the region, and the possibility of future damages were really manifest.

But this request shows more than just disapproval with the Colombian government's politics. It is a result of a long term misunderstanding with these two countries, and involves the right to sovereignty of both of them, as well as the respect to the fundamental human rights and the protection of the environment in their territories.

So is important to notice that the political and the judicial circumstances are simultaneously important to understand this case's dynamic. And these aspects are intertwined, in order that, one interferes in the other dimension, making this case teeming of nuances that are vital to get a complete overview of the local situation.

## **2 The main juridical aspects of the Case**

The most important juridical issues of the case are: the right to sovereignty – which is considered one of the basis of the international relations – the need to protect the fundamental human rights – another important topic in the international agenda – and the protection of the environment. And all of these topics may be seen by the Colombian or the Ecuadorian focus, what makes the case more complex to be analyzed.

### **2.1 The principle of Sovereignty**

According to Judge Huber: “sovereignty in relation to a portion of the surface of the globe is the legal condition necessary for the inclusion of such portion in the territory of any particular State”<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup>SHAW, Malcom. 2008 (abstract from: 2 RIAA, pp. 829, 838 (1928); 4 AD, pp. 103, 104. See also the Report of the Commission of Jurists in the *Aaland Islands* case, LNOJ, Supp. no. 3, p. 6.)

The concept of State sovereignty was first established in the Treaty of Westphalia, in 1648, and it refers to the capacity of a State govern itself and settle its own rules, and it is also related to its right of doing what it wishes, without external interference<sup>2</sup>. Since then the entire international community has based its actions on this basilar principle: that no country has the right to interfere on others internal issues.

Meanwhile, in the contemporary age, the respect to the fundamental human rights and to the *jus cogens* rules (rules that that have an *erga omnes* application) have been considered by many specialists more important than the simple accordance to the principle of State sovereignty. This means that, in order to assure the fulfilment of the human rights and the *jus cogens*, it may be reasonable that the international community interferes in other States internal politics.

However is important to remember that the principle of sovereignty is still one of the main conductors of the international relations, as well as one of the fundaments defended by the United Nations, as exposed on the second article of its Charter:

The Organization and its Members, in pursuit of the Purposes stated in Article 1, shall act in accordance with the following Principles.

1- The Organization is based on the principle of the sovereign equality of all its Members;

[...]

4- All Members shall refrain in their international relations from the threat or use of force against the territorial integrity or political independence of any state, or in any other manner inconsistent with the Purposes of the United Nations.

7- Nothing contained in the present Charter shall authorize the United Nations to intervene in matters which are essentially within the domestic jurisdiction of any state or shall require the Members to submit such matters to settlement under the present Charter; but this principle shall not prejudice the application of enforcement measures under Chapter VII.(United Nations Charter, Article 2)

---

<sup>2</sup>GIANNINI, Renata. 2010.

It is important to point out that the sovereignty, as defended by the United Nations (UN), shall not be an obstacle in the pursuit of the peace in the international community, neither in the application of the enforcement measures defined by the UN's Security Council – according to the UN Charter chapter VII (Action with respect to threats to the peace, breaches of the peace and acts of aggression) and the Article 2 of the same Charter.

Considering the case between Colombia and Ecuador, the question that arises is: how far can the Ecuadorian government do something related to the Colombians politics to combat drug traffic? And, is it legitimate that a Colombian estimate its effects in detrimental to the Ecuadorian people, violating their fundamental right to live and live with quality ?

In one side, it is possible to affirm that the Colombian government is the only one responsible to deal with its internal politics, and the fact that the Ecuadorians didn't responded to its trials to make a bilateral agreement on the issue is a precedent that validates Colombians actions. In the meantime, the international community has the right to charge that the Colombia follows with the basilar principle of the respect to the human rights as well as the sovereignty one, and stop to interfere in the Ecuadorian territory.

## *2.2- Human Rights aspects*

The principles of the human rights were already present in the modern society even before the publication of the Universal Declaration of Human Rights (1948). They brought to practice some basilar rules, that had not to be written, and that were of general knowledge of all the States, since their observance was vital to the maintenance of the international relations among them. These are obligations *oferga omnes* or rules of *jus cogens*<sup>3</sup>. As an

---

<sup>3</sup> SHAW, Malcom N. 2008. p.124



example of these rules, there is the need to protect the life and the dignity of the human being.

But, after two world wars that happened in the short period of thirty years, the international community saw the need to create an organism responsible to promote peace around the globe, so in 1945, in the San Francisco Conference, was created the United Nations. In its foundation Charter, the UN proclaimed the need to preserve the human rights as one of its main pillars.

We the peoples of the United Nations determined:

[...]

to reaffirm faith in fundamental human rights, in the dignity and worth of the human person, in the equal rights of men and women and of nations large and small,

(Charter of the United Nations, Perambulatory clauses)

Article 13

The General Assembly shall initiate studies and make recommendations for the purpose of:

[...]

b. promoting international cooperation in the economic, social, cultural, educational, and health fields, and assisting in the realization of human rights and fundamental freedoms for all without distinction as to race, sex, language, or religion.

(Charter of the United Nations, Article 13)

In order to truly assure the fulfillment of these human rights, was established, in 1946, the United Nations Human Rights Commission (which was substituted by the Human Rights Council in 2006), and in 1948 was adopted and proclaimed the Universal Human Rights Declaration. In this document are established the basilar rights of each person and nation, that must be fully observed by the international society. And this obligation is applied to case between Colombia and Ecuador.

The Colombian government alleged that in order to be able to assure the accomplishment of the human rights to its people, it had to implement a strong politic to combat the drug traffic; and the main point of this politic is to combat the illicit drug production. Allied to this, the fact that the Ecuadorian

government did not have any answer to the Colombians trials to make an agreement on that matter, gave Colombia an excuse to keep on with the aerial spraying. Here, it is important to note that the Colombian people have the right to see their live condition improved, and that it is the State's duty to work in order to promote it.

In the other hand is the violation of the Ecuadorian nation human rights, promoted by the aerial spraying itself. The degradation of the environment and the subsequent deterioration of the quality of these people's life, come against the principle defended by the Article 25 of the Universal Declaration of Human Rights:

Everyone has the right to a standard of living adequate for the health and wellbeing of himself and of his family, including food, clothing, housing and medical care and necessary social services, and the right to security in the event of unemployment, sickness, disability, widowhood, old age or other lack of livelihood in circumstances beyond his control [...].

Even thou it is responsibility from the Ecuadorian government assure all the rights mentioned above, the State which created the situation that culminated in the violation of the right of an adequate standard of living was Colombia. So, can be considered its responsibility readjust the proper conditions to the habitants of the region affected by the herbicides.

It is also important to appoint that the trial to defend a human right do not justify the noncompliance of other ones. They have to be followed by the international society as a whole, as long as each one of them complements the other ones.

Thereby, in order to reinforce the Ecuadorian argument, that there is no justification for the violation of the human rights on its territory, it is possible to adduce that:

Each Party [State] shall take appropriate measures to prevent illicit cultivation of and to eradicate plants containing narcotic or psychotropic substances, such as opium poppy, coca bush and cannabis plants, cultivated illicitly in its territory. The measures adopted shall respect fundamental human rights and shall take due account to traditional licit uses, where there is historic evidence of such use, as well as the protection of the environment.

(United Nations Convention against Illicit Traffic in Narcotic Drugs and Psychotropic Substances, 1988)

Having considered all these topics is important to reinforce the basic role of the human rights, because, more than applying them, the States are requested to follow the principles that are implicit on them. And so, the States have to have their acts judged by the International Court of Justice according to the observance of the rights themselves, as well as by the pursuance of the principles that originated these rights.

Ergo, we have the human rights defined by the UN Human Rights Council, as “rights inherent to all human beings [...] without discrimination”. They are universal and inalienable, so that “it is the duty of States to promote and protect all human rights and fundamental freedoms, regardless of their political, economic and cultural systems” according to the Vienna World Conference on Human Rights, 1993. Therefore, they are all interrelated, interdependent and indivisible, in order that the facilitation of one of them provides the improvement of the others, as well as the deprivation of one affects the others. Thus, they are rights that assume obligations and duties, as long the States have the commitment to promote them to their own people and to the entire international community.

Wherefore, is important to offset the Colombian and the Ecuadorian arguments under the light of the fulfillment of the human rights, because both countries are having somehow fundamental rights violated, as long as they are both trying to assure better living conditions to their citizens – what is itself a fundamental right.

### *2.3-The Environmental Issue*

Those who are concerned about the world environment are, in my view, the abolitionists of this area, struggling to make an

enlightened public aware that environmental deprecation is an axe at the root of every culture, every freedom, every value.<sup>4</sup>

The twenty first century brought to the top of the international community's discussions the environment issue, that is, the need to care more about the environment and to promote a sustainable development. According to this, the responsibility of the States is to assure that on its territory the politics adopted will protect the environment from degradation, what became a concern to the entire international society.

Although the [Charter of the United Nations](#) does not specifically mention the environment or sustainable development, the [Preamble](#) to the Charter states that the United Nations is determined "to promote social progress and better standards of life in larger freedom", while [Chapter 1](#) declares that one of the basic purposes of the United Nations is "to achieve international cooperation in solving international problems of an economic, social, cultural or humanitarian character, and in promoting and encouraging respect for human rights and for fundamental freedoms for all without distinction as to race, sex, language or religion".<sup>5</sup>

So is correct to conclude that the persecution of politics that preserve the environment contribute to the fulfillment of the United Nations Charter, with which the entire international community.

Meantime, it can be considered a grave outrage if one State contributes to the degradation of the environment of other ones. That not just because all States should be concerned in promoting the protection of the entire global environment, but because it would be a harm to the sovereignty of the affected country. And this is what Ecuador alleges against Colombia: that its crops and vegetation have been contaminated by the herbicides used

---

<sup>4</sup>From "Wilderness" in The Death of Adam, Essays on Modern Thought, Marilyn Robinson, 1998

<sup>5</sup> United Nations Environment Programme (UNEP). Available at: <http://www.un.org/Depts/dhl/resguide/specenv.htm>

by the Colombian government, and the damages caused by it will reflect in a long period of time on their territory<sup>6</sup>.

Still the Colombian government assures that the damages caused in the Ecuadorian environment were not its fault. They were a result from the illicit coca plantations in the region, which demands a intense use of pesticides, insecticides and fertilizers. So, these plantations would be the real danger to the protection of the environment and the human rights in the site, what would show the need to combat them over everything else.

### **3- The Politics involved**

#### *3.1 - The region reality: Political Aspects*

Analyzing the present case, it is possible to see that not only judicial aspects could be present. Here, the political aspects – mainly the realities of each country and the relations among them – are an important part of the discussion between Ecuador and Colombia. The political outlooks here will help to give base to the case.

#### *3.1.1- Historical Background*

As one of the major drug producers in the world<sup>7</sup>, Colombia has – in the production, consumption and trade of drugs – a hard challenge to combat. From its old days, Colombia has problems in the political arena (from the domestic one to the external political one). The guerrillas, here, has an

---

<sup>6</sup>ICJ, 2008

<sup>7</sup> Central Intelligence Agency [CIA]. (n.d.). The World Factbook: Colombia. Retrieved: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/co.html>

important linkage with the drug production and drug trade: both of them are located in remote areas, with poor access. And the drug cartels use these civil armed groups as a security guard for the growing of the drug production.

The two last centuries in Colombia's politics is known for its instability and internal conflicts, which can be seen in the War of Thousand days (1899-1902) and in the Famous Violence (1948-1965). During the Cold War, Colombia was also having a Civil War (1948 - 1964), that was the start point of the internal armed conflict between socialist groups, known as guerrillas, and paramilitary right-wing groups; both of them fighting against each other and against the government itself. Historically, both groups engaged in illegal economies such as drug trafficking and arms traffic as a form of self-financing.

In 1987, special analysts were convoked by the government to prepare a essay about violence in the country, in which it was classified in three different categories by its causes: the usual delinquents, the narcotraffics and the political violence. In 1990, the two last groups started to approach: as the members of the Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC) had to hide from the government, they went to the region where was the coca production, and with the time , both activities started to self-finance themselves. According to Colombia's National Planning Department, in 1996, 1,54% of Colombia's PIB was provided by the greatest guerrilla, called Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia, and 48% of FARC's income was provided by illicit taxes collected over drug traffic<sup>8</sup>.

The U.S. and Colombia have a historical alliance, since the doctrine of Respice Polum, established in the government of Marco Suarez (1918-1922). According to the doctrine, the country would adopt the US' foreign policy as a guideline. This policy made it easier to set agreements between the two countries, seen in episodes such as the Colombian military cooperation in

---

<sup>8</sup>VALENCIA, León. Drogas, conflito e os EUA - A Colômbia no início do século.

Sinai Peninsula for the fulfillment of Camp David agreement); secret pacts with the U.S. during World War II, platinum and oil supply for military nuclear arms race, the Korean War (1951), participation in the expulsion of Cuba in OAS (1962)<sup>9</sup>. At the end of World War II, Colombia received U.S.' financial support in order to strengthen democratic politics in the country, as they have also done in Brazil during the military dictatorship. Other agreements and pacts were signed, such as the installation of an American radar in San Andrés (in order to monitor the Sandinista government in Nicaragua)<sup>10</sup>, 3, Colombian support to the US' foreign policy in Latin America, especially in the event of war on drugs, officiating the stay of American troops in the region in 1971.<sup>11</sup>

Under the National Security Doctrine of the American president Nixon, U.S.A began to provide financial and military support to the Colombian army to fight the guerrillas mentioned above and against the production and trafficking of illicit drugs. In 1982, by the Defense Authorization Act, the U.S. military started to directly combat drugs in Latin America, and in 1986, the National Security Decision Directive classified the guerrillas allied to drug trafficking, and therefore a powerful threat to American security.

The fall of the Berlin Wall (1989) symbolized the end of the Cold War, and soon the ideology of North American foreign policy against Communism was replaced by the war on drugs' ideology, under the slogan of promoting national security through the end of international drug trafficking. During his tenure, Bush delivered the National Defense Authorization (1989), in order to end the so called war on drugs, which, as the international community's

---

<sup>9</sup> SANTOS, Marcelo. Passado e presente nas relações Colômbia-Estados Unidos: a estratégia de internacionalização do conflito armado colombiano e as diretrizes da política externa norte-americana. Página 68

<sup>10</sup> SANTOS, Marcelo. Passado e presente nas relações Colômbia-Estados Unidos: a estratégia de internacionalização do conflito armado colombiano e as diretrizes da política externa norte-americana. Página 69

<sup>11</sup> <http://www2.lse.ac.uk/IDEAS/programmes/latinAmericaProgramme/pdfs/base.pdf>

opinion, would be a justification for increasing militarization of the American Security Policy and, therefore, the presence of U.S. troops in Latin America.

Colombia was this policy's background, once it access both coasts of U.S.A and great smuggler tradition, not to mention the great political instability caused by guerrillas' political war. During Bill Clinton's and Andres Pastrana's tenure, the United States reformulated and joined in the Plan Colombia, which became almost completely funded by the United States. The original plan, "Cambio la Paz to Build 1998 - 2002", was an initiative of Pastrana, hoping for other nation's and multilateral organization's aid to develop the weak institutional State and the economy. Though its ideology was based in "internationalizing peace to 'desinternationalize' the conflict, it was the lack of international financial aid and support that ruined Pastrana's initial plan. However, USA managed to promote Plan Colombia, investing almost U\$ 1 billion<sup>12</sup> of the U\$ 7,5 billion plan's total investment.

The Plan Colombia, was proposed as "set of alternative development projects which will channel the shared efforts of multilateral organizations and [foreign] governments towards Colombian society"<sup>13</sup>. Established by the Colombian president Andrés Pastrana Arango, the Plan Colombia has, among its main points and aspects, one important point: the help of the United States – one of the most important narcotic markets for the Colombian cartels. That help, for Pastrana, had the sense of "securing an increase in U.S. aid for counternarcotics projects, sustainable economic development, the protection of human rights, humanitarian aid, stimulating private investment, and joining other donors and international financial institutions to promote Colombia's economic growth."<sup>14</sup> One of the main points of the Plan Colombia is the

---

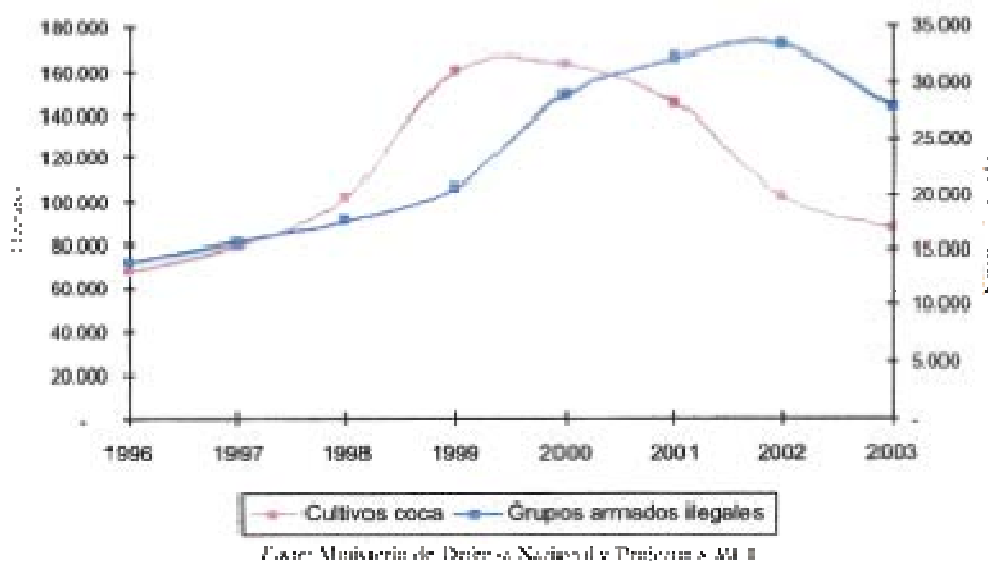
<sup>12</sup>SANTOS, Marcelo. Passado e presente nas relações Colômbia-Estados Unidos: a estratégia de internacionalização do conflito armado colombiano e as diretrizes da política externa norte-americana. Página 73

<sup>13</sup>Pastrana, A. & Gómez, C. (2005). La Palabra bajo Fuego. Bogotá: Editorial Planeta Colombiana.

<sup>14</sup>Retrieved from <http://dotandcalm.com/calm-archive/index/t-25135.html>



fumigation of noxious herbicides in the border with Ecuador, to break the production of drug crops. To eradicate the illicit traffic, United States eventually had to fight the Guerrillas too, once they were considered strongly linked to the production and traffic of those drugs.



However, the plan failed to attempt its initial aim, the end of drug traffic, but succeeded to affirm the American influence in Latin America by weakling the political opposition, the guerrillas. “Now-a-days, the coke crops are 3 times more productive than before. That’s why, in a smaller plantation, you can have more raw material, in half of the field used back than”<sup>15</sup>. According to the Colombian government, the production of illicit crops decreased 46,6% between 1999 and 2005<sup>16</sup>, the traffic has raised in the US, once the producers invested in more resistant and strong plants. Even if the plan failed to stop the producer of illicit drugs (Colombia is still producing 54% and selling 65% of

<sup>15</sup> Jorge Restrepo to BBC

<sup>16</sup> SANTOS, Marcelo. Passado e presente nas relações Colômbia-Estados Unidos: a estratégia de internacionalização do conflito armado colombiano e as diretrizes da política externa norte-americana. Pag 80

the cocaine in the world<sup>17</sup>, and responsible for 95% of the cocaine consumed in US)<sup>18</sup>, the guerrillas were extremely affected: the Colombian Army was given training by US soldiers, weapons and planes, which made it possible to fight the guerrillas. The strongest guerrillas in Colombia, FARC and EL, were directly linked to narcotraffic by the US and Colombian governments, in the episode that Pastrana gave up pacific negotiation with the guerrillas in 2002, since FARC and EL were also known for the attacks to North-American corporation in Latin America, the murders and kidnappings of American civil in Latin America. With the Colombia Plan, North-America corporations such as OXY, Texaco, Chevron, BP-Amoco, Reliant, Eron and Global were guaranteed more security, once offensives against the guerrilla were commanded and supported by the US army.

In fact, the alliance of the two countries was not anymore focused only in the war on drugs but in the destruction of the guerrillas itself, seen as terrorist groups who control the narcotraffic and threat the global security, an ideology built during Bush's and Uribe's government. With Politic of Democracy Security, Uribe was given monetary aid to fight the guerrillas and the narcotraffic, mostly by fumigations on the illicit crops plantations. In 2004, Uribe decreed the Patriotic Plan, an 18 thousand soldier offensive against the guerrillas partly promoted by the USA.

As stated before, the political reality in the South American region is very close to this case. The political problems among Ecuador and Colombia (with some influence of Venezuela, in the figure of Hugo Chávez) fuel the political instability.

### *3.2- The political background of the Andean Crises*

---

<sup>17</sup>SANTOS, Marcelo. *Passado e presente nas relações Colômbia-Estados Unidos: a estratégia de internacionalização do conflito armado colombiano e as diretrizes da política exertna norte-americana*. Pag 80 - reatorio onu drogas 2006

<sup>18</sup> BBC

The case discussed in this Court stands out not only for its Juridical relevance, but also because it takes place in a region of interest in the international diplomacy, due to recent conflicts among involved countries, including the same matter of drug trafficking and the combat of the guerrillas.

In March 2008, a Colombian military incursion in the frontier region, three kilometers inside the Ecuadorian territory, ended with the death of dozens of people, among them many prominent militants of the FARC (Colombian Armed Revolutionary Forces), including Raul Reyes, member of the organization's high command.

The dispute took place due to differences between the versions of the incident provided by both countries. While Colombian officials affirmed that the crossing of the border happened during a hot "pursuit", Ecuadorean President Rafael Correa claimed that alternative investigations conducted by his country's military showed that the operation, which had left more than two dozen dead bodies in Ecuadorean territory, was a planned action, a "massacre". In addition, he claimed that the pursuit had gone not three, but ten kilometers past the border, despite contrary allegations made by the government of the neighboring country.

Later that day, in an official pronouncement, Colombian president Alvaro Uribe took responsibility for the operation. In response, Correa claimed the operation was a violation of the Ecuadorian airspace and sovereignty, and called back his ambassador for "consultations". The next day, Correa called Uribe a "liar", to which he responded by making allegations that the Ecuadorian government had made deals with the guerrillas.

As the crisis intensified, even Venezuela, who already had had some problems with Colombian foreign affairs the past year, during a humanitarian negotiation in which Hugo Chavez, the Venezuelan president, was the mediator, got involved, expelling the Colombian ambassador. The expulsion

followed the declaration by a Colombian General that computers found during the operation showed the Venezuelan government had been funding the FARC's. The diplomatic ties between Ecuador and Colombia were also cut, with both countries retrieving its respective ambassadors.

However, despite its intensity and the speed of its instauration, the crisis didn't extend itself. In March 7<sup>th</sup>, less than a week after the military operation, during the Rio Group summit, a meeting between heads of state from Caribbean and Latin American countries, a solution was found, thus restoring Colombian diplomatic ties with Ecuador and Venezuela. After a tense session in the morning, Colombian officials decided to offer an official apology to the Ecuadorean government, admitting the violation of sovereignty and promising not to make similar incursions or meddle with any matters regarding the border region of Ecuador.

The operation was considered by several organizations, including the OAS (Organization of American States), a clear lack of respect of sovereignty and a violation of Articles 19 and 21 of the OAS Charter.

#### **4- Sources of International Law**

*The Court, whose function is to decide in accordance with international law such disputes as are submitted to it, shall apply: a. international conventions, whether general or particular, establishing rules expressly recognized by the contesting states; b. international custom, as evidence of a general practice accepted as law; c. the general principles of law recognized by civilized nations; d. subject to the provisions of Article 59, judicial decisions and the teachings of the most highly qualified publicists of the various nations, as subsidiary means for the determination of rules of law.<sup>19</sup>*

---

<sup>19</sup> INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE. STATUTE OF THE INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE. ARTICLE 38, 1<sup>st</sup> paragraph. Retrieved from <http://www.icj-cij.org/documents/index.php?p1=4&p2=2&p3=0>

After building a concept and discussing about the International Law, as something made by the sovereign states for sovereign states<sup>20</sup>, there is another concept that is very close to this discussion, the sources of the International Law. As stated in the quote above, the sources are established in the Article 38 of the ICJ's Statute. Making a brief concept, they could be seen as the expressed rules of behavior of the subjects of international relations and who report to these rules as an international legal norms.<sup>21</sup>

According to some scholars, the sources of International Law are not merely the sets of rules that are the opposite of themselves. They represent, actually, the result of a huge set of processes of decision-making, in which different forms of legal authority<sup>22</sup> co-exists and interact with themselves, with an inter-relation character. In that way, the traditional sources of the International Law are (all the points will be discussed in the next paragraphs):

International Conventions whether general or particular establishing rules expressly recognized by 'the contesting states';  
International custom as evidence of a general practice accepted as law;  
The general principles of law recognized by civilized nations;  
and  
Judicial decisions and the teachings of the most highly qualified publicists of the various nations (as subsidiary means for the determination of rules of law)<sup>23</sup>

The first source, the *International Conventions*, refers to the so-called treaties, that are the agreements concerted among sovereign states. Being

---

<sup>20</sup>SCHREUER, Christoph. **SOURCES OF INTERNATIONAL LAW: Scope and Application**. Emirates Lecture n. 28. 2000. The Emirates Center for Strategic Studies and Research. Retrieved from [http://www.univie.ac.at/intlaw/wordpress/pdf/59\\_sources.pdf](http://www.univie.ac.at/intlaw/wordpress/pdf/59_sources.pdf)

<sup>21</sup>**Sources of International Law**. Retrieved from <http://www.projectuntitled.com/sources-of-international-law/>

<sup>22</sup>SCHREUER, Christoph. **SOURCES OF INTERNATIONAL LAW: Scope and Application**. Emirates Lecture n. 28. 2000. The Emirates Center for Strategic Studies and Research. Retrieved from [http://www.univie.ac.at/intlaw/wordpress/pdf/59\\_sources.pdf](http://www.univie.ac.at/intlaw/wordpress/pdf/59_sources.pdf)

<sup>23</sup> MORAITIS, Chris. **Sources of International Law – The Place of Treaties**. 2004. Retrieved from [http://www.dfat.gov.au/treaties/workshops/treaties\\_global/moraitis.html](http://www.dfat.gov.au/treaties/workshops/treaties_global/moraitis.html)

named as pacts, charters, protocols, conventions, memorandum of understanding, the treaties represent agreements built between two states (a bilateral treaty) or more states (multilateral treaty). As an example, it is could be quoted the United Nations Charter, the Statute of the ICJ and the Vienna Convention on Diplomatic Relations. The international conventions are seen as the most important source of international law. That fact could be assured by an analysis of the production of rules of International Law from the beginning of the civilization to the present day: the major part of this production is treaties (from peace settlements to economic conventions).<sup>24</sup>

The second source, the *international custom*, is a result of the behavior of the states in the international arena. It is possible to see the international customary law as a set of beliefs that the actions made by the sovereign states have a legal basis (*opinio juris*), as a consequence of the fact that there are some obstacles to establish, in the international law, a method of written law making<sup>25</sup>. In that case, one important fact to be considered is the link between the interests of the state (or a group of change) and their behavior related to the international customary law: if there is a change in the interests, there is also a change in the behavior of the state in the customary law.

*The general principles of law*, the third one, are considered as a source that encompasses the solutions for the problems related to the other two sources cited before. That principles are conceived in the comparisons among the several national law systems in order in the world (for example, the Common Law, the Civil Law, the Islamic Law), choosing the principles that are common to all of them to the ones which must be also applied in the

---

<sup>24</sup> The estimated number of treaties produced until the present time is 60000. For more, it is suggested the reading of MORE, Rodrigo Fernandes. " Fontes do Direito Internacional" (in Portuguese), available at <http://more.com.br/artigos/fontes%20do%20direito%20internacional.pdf>

<sup>25</sup>SCHREUER, Christoph. **SOURCES OF INTERNATIONAL LAW: Scope and Application.** Emirates Lecture n. 28. 2000. The Emirates Center for Strategic Studies and Research. Retrieved from [http://www.univie.ac.at/intlaw/wordpress/pdf/59\\_sources.pdf](http://www.univie.ac.at/intlaw/wordpress/pdf/59_sources.pdf)

international context. The usage of those principles is widely seen in the international arbitral tribunals, for example<sup>26</sup>. They also have the importance of coordinate the relations among states, applying measures and positions.<sup>27</sup> Some examples of those principles are the right of intervention, the right of fairness before a court of law, protection of acquired rights, and so on.

As stated in the Article 38 of the Statute of the Court, the fourth source is Judicial decisions and the teachings of the most highly qualified publicists of the various nations (as subsidiary means for the determination of rules of law). In other words, the decisions of courts and tribunals and the teachings made by the publicist are not a source in stricto sensu. They have the duty of “reveal” the law – “they are merely called upon to shed light on existing laws, and to clarify legal provisions through their decisions and writings.”<sup>28</sup>

After discussing and conceptualizing the traditional sources, is important to affirm that they coexist in the international law. In other words, each one of them is not responsible for one part of the building process of rules in that area, showing the dynamic character of the international law. For example, one treaty could be also based in customary law, using general principles of law. A decision of a Tribunal could (and often use) use writings made by scholars as a basis. To the present case to be judged by the International Court of Justice, this interaction between the sources is truly possible to be seen.

## 5- Bibliography

---

<sup>26</sup>SCHREUER, Christoph. **SOURCES OF INTERNATIONAL LAW: Scope and Application.** Emirates Lecture n. 28. 2000. The Emirates Center for Strategic Studies and Research. Retrieved from [http://www.univie.ac.at/intlaw/wordpress/pdf/59\\_sources.pdf](http://www.univie.ac.at/intlaw/wordpress/pdf/59_sources.pdf)

<sup>27</sup>MORE, Rodrigo Fernandes. “ **Fontes do Direito Internacional**” (in Portuguese), available at <http://more.com.br/artigos/fontes%20do%20direito%20internacional.pdf>

<sup>28</sup>SCHREUER, Christoph. **SOURCES OF INTERNATIONAL LAW: Scope and Application.** Emirates Lecture n. 28. 2000. The Emirates Center for Strategic Studies and Research. Retrieved from [http://www.univie.ac.at/intlaw/wordpress/pdf/59\\_sources.pdf](http://www.univie.ac.at/intlaw/wordpress/pdf/59_sources.pdf)

Central Intelligence Agency [CIA]. (n.d.). The World Factbook: Colombia.

Retrieved: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/co.html>

Colombia of toxic herbicides over Ecuadorian territory. Retrieved:

<http://www.icjij.org/docket/files/138/14470.pdf>

GIANNINI, Renata. *The rule of law: State sovereignty vs. International Obligations*. 2010

<http://en.mercopress.com/2008/03/05/oas-no-agreement-on-ecuador-colombia-conflict>

<http://foreignaffairs.house.gov/110/41757.pdf>

<http://news.bbc.co.uk/2/hi/americas/7277313.stm>

<http://news.bbc.co.uk/2/hi/americas/7284597.stm>

[http://news.xinhuanet.com/english/2008-03/03/content\\_7703282.htm](http://news.xinhuanet.com/english/2008-03/03/content_7703282.htm)

<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDG82250-5855,00-A+AMERICA+DO+SUL+EM+GUERRA.html>

<http://web.archive.org/web/20080313003123/http://www.presidencia.gov.ec/noticias.asp?noid=12889>

[http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/04/120411\\_plano\\_colombia\\_lf.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/04/120411_plano_colombia_lf.shtml)

[http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2008/11/081106\\_planocolombia\\_cq.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2008/11/081106_planocolombia_cq.shtml)

<http://www.elmundo.es/elmundo/2008/03/03/internacional/1204515279.html>

[http://www.fpiif.org/articles/the\\_andean\\_crisis](http://www.fpiif.org/articles/the_andean_crisis)

<http://www.icj-cij.org/documents/index.php?p1=4&p2=2&p3=0>

<http://www.iht.com/articles/2008/03/02/america/bogota.php>



[http://www.lanacion.cl/prontus\\_noticias\\_v2/site/artic/20080302/pags/20080302213525.html](http://www.lanacion.cl/prontus_noticias_v2/site/artic/20080302/pags/20080302213525.html)

<http://www.leieordem.com.br/guerra-as-drogas-na-corte-internacional-de-haia.html>

<http://www.nytimes.com/2008/03/04/world/americas/04venez.html>

<http://www.ohchr.org/EN/Pages/WelcomePage.aspx>

<http://www2.lse.ac.uk/IDEAS/programmes/LatinAmericaProgramme/pdfs/base.pdf>

International Court of Justice [ICJ]. (2008). Ecuador institutes proceedings

INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE. STATUTE OF THE INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE. Retrieved from

Manual de Derecho Internacional, Fondo de Cultura Económico, México, 1992

MORAITIS, Chris. Sources of International Law – The Place of Treaties. 2004. Retrieved from

[http://www.dfat.gov.au/treaties/workshops/treaties\\_global/moraitis.html](http://www.dfat.gov.au/treaties/workshops/treaties_global/moraitis.html)

MORE, Rodrigo Fernandes. “ Fontes do Direito Internacional” (in Portuguese), available at

<http://more.com.br/artigos/fontes%20do%20direito%20internacional.pdf>

PASTRANA, A. & GÓMEZ, C. La Palabra bajo Fuego. Bogotá: Editorial Planeta Colombiana, 2005

Revista Brasileira Política Internacional. 53(1):67-68[2010]

ROBINSON, Marilyn. "Wilderness" in The Death of Adam, Essays on Modern Thought, 1998

SANTOS, Marcelo. Passado e presente nas relações Colômbia-Estados Unidos: a estratégia de internacionalização do conflito armado colombiano e as diretrizes da política externa norte-americana.

SCHREUER, Christoph. SOURCES OF INTERNATIONAL LAW: Scope and Application. Emirates Lecture n. 28. 2000. The Emirates Center for Strategic Studies and Research. Retrieved from [http://www.univie.ac.at/intlaw/wordpress/pdf/59\\_sources.pdf](http://www.univie.ac.at/intlaw/wordpress/pdf/59_sources.pdf)

SHAW, Malcom. *International Law*. 2008, New York: Cambridge University Press.

Sources of International Law. Retrieved from <http://www.projectuntitled.com/sources-of-international-law/>

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. (1993). Direitos humanos e meioambiente: paralelo dos sistemas de proteção internacional. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor.

United Nations Charter (available at: <http://www.un.org/en/documents/charter/>)

United Nations Convention against Illicit Traffic in Narcotic Drugs and Psychotropic Substances, 1988. Retrieved: [http://www.unodc.org/pdf/convention\\_1988\\_en.pdf](http://www.unodc.org/pdf/convention_1988_en.pdf)

United Nations Environment Programme (UNEP). Retrieved: <http://www.un.org/Depts/dhl/resguide/specenv.htm>

United Nations Human Rights Council:

Universal Declaration of Human Rights, 1948. Retrieved: <http://www.un.org/en/documents/udhr/>

# REFORMAS ESTRUTURAIS PARA SOLUÇÃO DA CRISE

Arthur de Oliveira e Oliveira

Henrique de Souza Passos

Louise Vieira Martins

Pedro Lima Mortoza

## 1. A União Européia

Após dois conflitos devastadores no início do século XX, que tiveram como epicentro o continente europeu, a manutenção da paz na Europa passou a ser o principal objetivo dos líderes do continente. E é nesse contexto, e com esse objetivo, segundo Cini (2007), que se fortalecem os movimentos em prol de maior cooperação e integração entre os países da Europa Ocidental. Se observarmos hoje o resultado desses esforços, chegamos à conclusão de que, como afirma Cini (2007), uma guerra entre países europeus é improvável, talvez resultado desse processo.

Para entender como esse *status* de integração foi alcançado, é preciso analisar o histórico da criação e expansão do bloco.

O contexto do pós-guerra apresentava uma Europa destruída e espremida entre duas potências: Estados Unidos e União Soviética. Com a intenção de bloquear o avanço soviético na Europa, os americanos promoveram uma série de planos de ajuda para reconstruir e fortalecer os países capitalistas da Europa Ocidental. O conjunto desses projetos, que tinham no Plano Marshall sua maior celebridade, compôs a Doutrina Truman.

Nesse contexto, Cini (2007) traz a expectativa no continente pela liderança de países como Reino Unido e França na tarefa de organizar a

reconstrução, e assim promover maior cooperação na Europa. Entretanto, foram Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo que deram o primeiro passo, criando uma união comercial, o BENELUX.

Em 1952, com a criação da Comunidade Européia do Carvão e do Aço, os países signatários deram um passo na criação de um verdadeiro mercado comum europeu, ação que foi potencializada com a criação da Comunidade Econômica Europeia, em 1957. Com o Tratado de Maastricht, em 1992, o bloco deu mais um passo no rumo da integração (Borchardt, 2010).

Entretanto, após as dificuldades para ratificar o Tratado de Maastricht, e as diversas questões que seguiram (moeda única, entrada de novos membros, reformas institucionais), o projeto da constituição europeia, que unificaria de vez a maior parte das instituições europeias, sendo um símbolo do futuro europeu, acabou por encontrar o fracasso nas urnas. O Tratado de Lisboa, elaborado após a não ratificação da constituição, promoveu algumas das mudanças propostas, entretanto mantendo a estrutura existente anteriormente (Borchardt, 2010).

### **1.1 O Conselho Europeu**

O Conselho Europeu (CE) surgiu com o intuito de definir a agenda e os rumos políticos da União Européia. Criado oficialmente em 1974, para facilitar as discussões e decisões políticas do bloco, o conselho apenas adquiriu um status mais formal ao ganhar um estatuto com o Tratado de Maastricht (1992).

Já a figura do Presidente do CE foi criada no Tratado de Lisboa (2009), e tem como função coordenar e direcionar as discussões nos encontros do CE. No mesmo tratado o CE passou a integrar oficialmente o grupo das instituições da UE.

É importante lembrar que o Conselho Europeu não tem poderes práticos dentro da estrutura da União Europeia. Entretanto, sua influência é amplamente reconhecida, caracterizando-o como uma das instituições que ditam os rumos do bloco. As decisões do CE são levadas em conta na preparação das agendas do Conselho da União Europeia (antigo Conselho de Ministros da UE) e do Parlamento Europeu, assim como nas decisões dos mesmos. De fato, são estes dois os maiores responsáveis pelas decisões legislativas do bloco, contando com o apoio da Comissão Europeia (Cini, 2007).

O conselho europeu tem 27 países-membros representados pelos seus chefes de governo. Além destes, compõem o CE o presidente, do qual já falamos, e ainda o presidente da Comissão Europeia. Nos casos de maior importância, como mudanças estruturais, a votação deve ser por unanimidade. De fato, ele tem sido o principal palco de discussões para a busca por uma solução para a crise econômica.

## **1.2 Outras Instituições e Documentos da UE**

Como elencado anteriormente, os maiores responsáveis pelas decisões legislativas do bloco são o Conselho da União Europeia e o Parlamento Europeu. Juntos, esses organismos analisam as propostas elaboradas pela Comissão Europeia, e decidem, num processo conjunto, pela aprovação ou reprovação das mesmas.

O Banco Central Europeu (BCE) tem como função manter a estabilidade dos preços no bloco e elaborar a política monetária da zona do euro (estabelecendo a taxa de juros, por exemplo), além de garantir a estabilidade da moeda única (Borchardt, 2010). Para garantir que as políticas do BCE sejam independentes de qualquer influência, o Tratado de Funcionamento da União Europeia garante que as instituições da União não

vão influenciar o BCE, assim como o mesmo e os demais bancos centrais dos membros não vão aceitar as instruções das instituições da União (TFEU, 2010).

Apesar de todos os países membros do bloco fazerem parte do Sistema Europeu de Bancos Centrais, e portanto participarem das decisões com relação a política monetária, as questões mais importantes, como a taxa de juros da zona do euro são de caráter exclusivo do conselho governamental do BCE, que é composto apenas por representantes dos países da zona do euro (TFEU, 2010).

Em se tratando de documentos, as conclusões do CE podem ser base para futuros trabalhos do Conselho da UE e do Parlamento Europeu. Elas representam os membros do bloco e suas vontades, “de modo a garantir a correlação entre a hierarquia de decisões na Comunidade e nos Estados-Membros” (Borchardt, 2010).

Vale ressaltar também a importância dos planos de ação, os famosos “White Papers” e “Green Papers”. Esses documentos são produzidos pela Comissão e pelo Conselho da UE, por iniciativa dos mesmos ou do Conselho Europeu, e servem para por em prática as propostas dos tratados e da legislação europeus (Borchardt, 2010).

### **1.3 O Euro**

A idéia da união monetária nasceu em 1969, quando os líderes europeus decidiram criar uma comissão para elaborar um projeto de integração que tinha como objetivos aumentar a influência europeia no cenário monetário internacional e unificar de fato a UE (Krugman, 2004).

Desde então, o bloco passou por diversas etapas de crescimento e integração, além de algumas atribulações econômicas (como

as crises do petróleo na década de 70), que fizeram com que o projeto da moeda comum só voltasse à pauta com o Tratado de Maastricht, que previa a criação da União Econômica e Monetária, e a entrada em circulação de uma moeda única (recebendo mais tarde o nome de euro).

Vale ressaltar, entretanto, que a criação de uma união monetária se deu em grande parte devido à necessidade política de promover a união entre os países do bloco. Uma moeda comum tem grande valor simbólico nesse sentido, e traz esperança de maiores ações no sentido da união política (Krugman, 2004). Claro que existiam vantagens em aderir ao euro, uma moeda única facilitava e incentivava o comércio entre os países do bloco, já que havia uma redução de custos.

Entretanto, para economistas como Krugman (2004), não havia informações suficientes para garantir que a união monetária fosse obter o sucesso esperado por seus idealizadores. Como resultado das dúvidas existentes, temos alguns casos de países que não utilizam o euro (veja no mapa 1.1). O Reino Unido e a Dinamarca fizeram a opção por ficar fora do projeto.

Já a Suécia, assim como qualquer outro país a ingressar no bloco após o Tratado de Maastricht, teoricamente seria obrigada a entrar para a zona do euro, entretanto, como qualquer país, antes de aderir ao euro, precisa passar por um período de adaptação de dois anos, os suecos vêm postergando sua entrada ao não aderir a esse processo de transição.



**MAPA 1.1:** Situação monetária da UE (zona do euro, moedas atreladas ao euro e moedas independentes) – Fonte: *The Economist*

## 2. A Crise

A crise atual envolvendo os países europeus é mais do que um problema contextual desencadeado pela crise bancária norte-americana. Ela se dá como uma consequência direta da estrutura comercial e financeira no período de desencadeamento da crise global. Como ressalta o relatório especial da revista *The Economist* (2011), “*State of the union: Can the euro zone survive its debt crisis?*”, alguns países (em sua maioria localizados na periferia geográfica da Europa), apresentavam grande demanda e pouca produção, ao mesmo tempo em que os países do “centro” europeu estavam na situação inversa.

Inicialmente, o ambiente parecia claro e vantajoso. Um grupo de países produziria e abasteceria os consumidores dos países que apresentavam grande demanda, enquanto estes escapavam da baixa



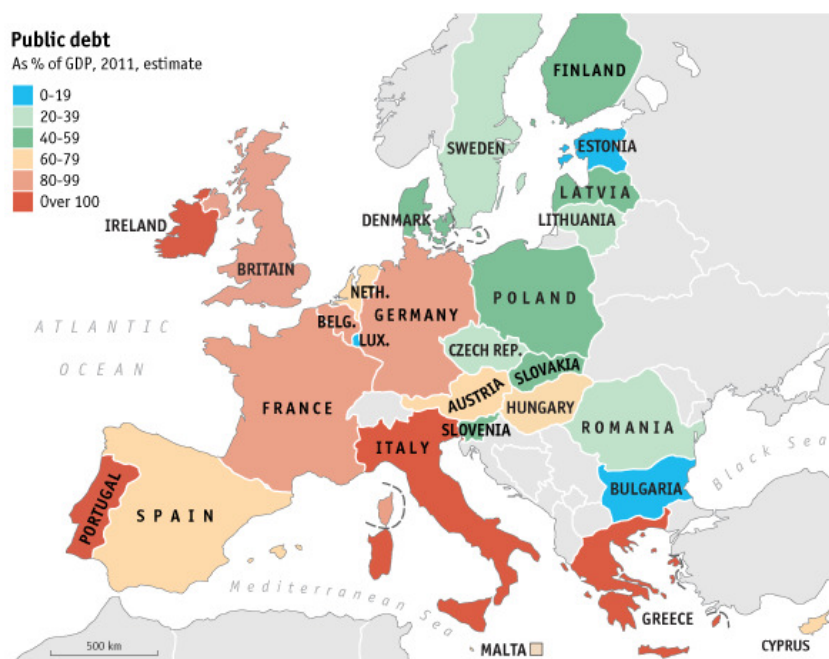
demanda interna. Para financiar o consumo, os países da periferia ampliaram a oferta de crédito, por meio de empréstimos bancários privados ou por meio de maiores gastos, financiados com os títulos da dívida pública.

## 2.1 A Dívida Pública

Títulos da dívida pública são ferramentas utilizadas por governos para arrecadar recursos. Um governo vende seus títulos com o compromisso de, em um prazo determinado, ressarcir o comprador devolvendo a quantia, mais juros. Basicamente, a lógica do processo é parecida com os empréstimos bancários normais. De fato, geralmente os bancos são alguns dos maiores compradores de títulos de dívida pública, como é o caso da maioria dos títulos de países europeus. No mesmo relatório, a *The Economist* (2011) ressalta que foram os bancos europeus os maiores credores do *boom* de consumo europeu.

O relatório ressalta que apesar de hoje os países da periferia serem criticados pelos gastos exagerados, as exportações dos países do centro também se mantiveram por meio dos mesmos gastos, sendo estes tão beneficiados pela situação quanto os devedores. O relatório ressalta ainda que o fluxo de capital para a periferia foi resultado de ação privada, e não de ação oficial (governamental) (The Economist, 2011). Observamos portanto, que a crítica sobre os governos do “centro” europeu não está em uma política de empréstimos governamentais sem critérios, mas na falta de fiscalização e planejamento quanto ao capital privado.

Como pode ser observado no mapa 1.2, alguns países apresentam um endividamento de mais de 100% do PIB (Irlanda, Portugal, Itália, Grécia). O Tratado de Maastricht estabelecia o endividamento público como um dos critérios para um país fazer parte da zona do euro. O país deveria ter uma taxa abaixo ou próxima de 60% do PIB (UE, 1992). Hoje boa parte dos países não está dentro do padrão esperado.



MAPA 1.2: Dívida Pública na UE em % do PIB – Fonte: *The Economist*

O relatório da *The Economist* (2011) lembra que com a deflagração da crise em nível global, os países europeus passaram a enfrentar a recessão. Com a demanda em baixa e a falta de competitividade, ficou difícil honrar as dívidas. Esses países perderam competitividade devido à política de altos salários, que superou a produtividade. Piorando a situação, uma das ferramentas mais utilizadas para restaurar essa competitividade e promover a volta do crescimento seria a desvalorização da moeda, entretanto tem-se o euro como moeda comum, o que dificulta a utilização de tal ferramenta.

Como resultado, existe a ameaça do calote, que já pode ser observada nas reações às eleições gregas de 17 de junho de 2012. A simples possibilidade de o candidato esquerdista, defensor do não pagamento da dívida grega, subir ao poder, levou a uma grande movimentação em prol da saída da Grécia da zona do euro (ou até da UE), como retratou a *Businessweek* (Malkoutzis, 2012).

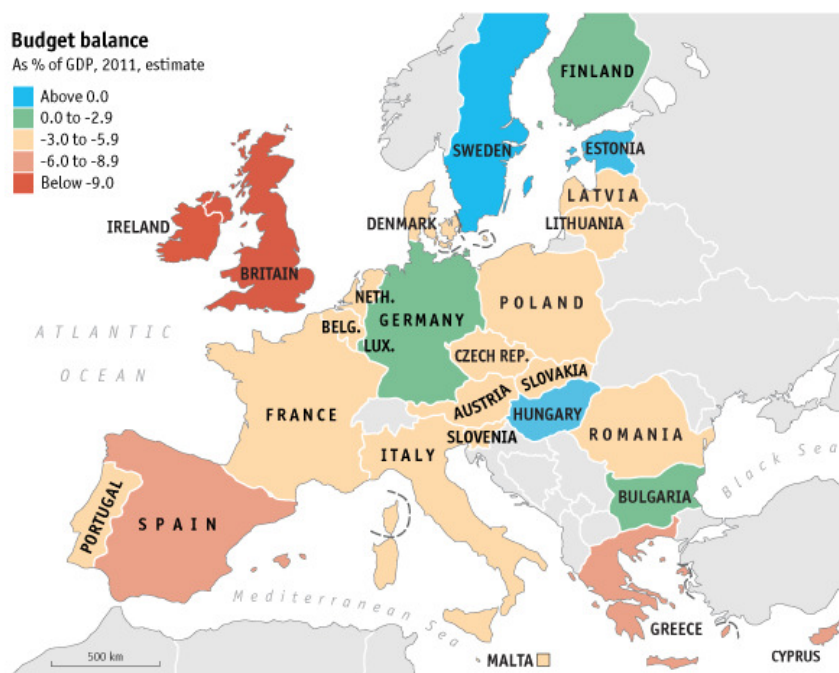
## 2.2 A Crise Bancária

É importante lembrar que o não pagamento da dívida levaria a um rombo generalizado na economia europeia, já que são os próprios bancos europeus os maiores credores dessa dívida. Esta é outra face da crise: segundo o relatório da *The Economist* (2011), a crise da dívida na periferia é acompanhada de uma crise bancária em toda a UE. Desta forma, os líderes europeus tentaram de toda forma evitar o calote. Juntamente com o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, a UE promoveu pacotes de ajuda a alguns dos países em pior situação. Além disso, o BCE injetou nos bancos europeus pouco mais de 500 bilhões de euros na tentativa de reanimar o sistema financeiro. (Wallace, 2012)

Tendo em vista essa necessidade de ajuda financeira, o Conselho Europeu, na reunião de março de 2011, criou o Mecanismo Europeu de Estabilidade (ESM - na sigla em inglês) (Conselho Europeu, 2011). Criado para substituir os fundos emergenciais já em operação (EFSF e EFSM) e garantir a saúde financeira do bloco no futuro, servindo como barreira para possíveis crises e problemáticas, o ESM terá capacidade de empréstimo de 500 bilhões de euros. A expectativa é de que o mecanismo esteja ativo no segundo semestre de 2012 (T/ESM, 2012).

## **2.4 O Déficit Público**

Como ressaltado, os títulos públicos serviram para financiar os gastos governamentais. Esta é outra situação que contribui para o caos que a economia europeia vive: o déficit nas contas públicas. Muitos países apresentam uma situação em que a máquina pública exerce um enorme papel, com os serviços sociais representando tamanhos gastos que a balança pública apresenta prejuízo, os governos estão gastando mais do que arrecadam para manter o nível social. E gastando mais do que arrecadam, ficam impossibilitados de pagar seus empréstimos.



**MAPA 1.3** Balanço do orçamento público na UE – Fonte: *The Economist*

O déficit público também foi estabelecido como um dos critérios para a entrada de países no euro. Estabeleceu-se o limite de 3% de déficit (UE, 1992). Entretanto, como podemos observar no mapa 1.3, são poucos os países que se encaixam em tal situação.

Em combate a essa postura, surgiu a campanha pela austeridade, que tem como principal defensora a Alemanha (e os países do “centro” em geral) (Schäfer e Hall, 2010). Os defensores da austeridade defendem que a saída para a crise é o controle extremo de gastos, de maneira a equilibrar as contas públicas. Para tanto, medidas de austeridade foram estabelecidas como contrapartida para que países tenham acesso aos recursos dos fundos de emergência.

A principal medida foi o acordo fiscal assinado por 25 países, oficialmente conhecido como Tratado em Estabilidade, Coordenação e Governança na União Econômica e Monetária (T/SCG, 2012). O tratado relembra as regras de convergência do Tratado de Maastricht, e ainda precisa passar por algumas etapas de aprovação em cada país para entrar

em vigor (a suprema corte alemã, por exemplo, tem questionado o acordo) (Buell, 2012).

Este “remédio”, entretanto, tem seus efeitos colaterais. A maneira mais imediata obtida pelos governos para cortar gastos foi a demissão de funcionários públicos e a redução de alguns benefícios sociais, como mostrou a Reuters (Georgiopoulos, 2012). Tais ações têm levado a um agravamento do desemprego e a revolta popular. Nos países mais afetados, caso da Grécia, diversas manifestações e greves foram organizadas, e em muitos casos a violência serviu como válvula de escape para a frustração do povo, como retratou a mídia (Granitsas, Bouras e Paris, 2011).

Apesar das críticas, os defensores da austeridade insistem em seu “remédio”. Para eles esse é um sofrimento pelo qual o bloco tem que passar para garantir sua sobrevivência no futuro. Nem todos pensam assim.

Alguns, como o presidente do BCE Mario Draghi, acreditam que apesar da necessidade de alguns ajustes no orçamento público, a chave para a saída da crise está na retomada do crescimento (Wallace, 2012). Os defensores do crescimento acreditam que existe espaço para medidas que promovam o crescimento e a recuperação de empregos, mesmo com a existência dos planos de austeridade. Entretanto, existem aqueles que se opõem fortemente, e tentam repelir de toda forma os cortes propostos.

Temos então uma situação de austeridade x crescimento, com países divergindo entre o quanto de austeridade ou de busca pelo crescimento deve ser adotada no momento. Essa discussão é imediata, e acompanhá-la é importante para se situar na realidade política e econômica que vive a Europa hoje. Enderlein et al. citam essa situação como uma ameaça para a recuperação européia:

O foco continuado na redução em curto-prazo dos déficits e das dívidas corre o risco de reduzir as estimativas gerais de crescimento na zona do euro no curto e médio prazo. Enquanto níveis excessivos de dívida não são desejáveis nem sustentáveis, nós vemos o risco de que excessiva

austeridade poderia se traduzir em uma década perdida para o crescimento na zona do euro. (Enderlein et al. 2012)

Entretanto pouco foi falado sobre as raízes do problema. Este documento tem como intenção aprofundar essas questões. As idas e vindas da frágil economia grega revelam o quão conflituosa se tornou a união dos 27 países europeus. Tendo em vista a situação na qual o bloco se encontra, o que se coloca à sua frente é a necessidade do fortalecimento do laço entre os membros. A integração regional chega ao último pilar de seu matrimônio: a união fiscal, o último pilar da política econômica sobre a qual os países ainda detinham alguma autonomia.

Observa-se uma recorrente discussão sobre o quanto de soberania os membros da união estão dispostos a se desfazer em prol da continuidade do bloco. Essa discussão foi trabalhada pela revista *The Economist* (2012a), que colocou como opções para o futuro um “superestado” ou a separação. Mesmo que tal visão possa ser considerada radical, existe um consenso de que reformas precisam ocorrer para completar a estrutura do bloco: “a União Monetária Européia foi propositadamente concebida como uma união monetária sem uma união fiscal. A história não tem sido gentil com tais arranjos (...)” (Claessens, Mody e Vallée, 2012).

Portanto, são necessários debates sobre os caminhos a tomar para corrigir as lacunas do projeto europeu. Mesmo que uma união fiscal e bancária seja um projeto de longo prazo, a discussão de elementos comuns a se aplicar hoje fortalece os caminhos a tomar no futuro, em direção a união fiscal, iniciando um processo de aprendizagem (Claessens, Mody e Vallée, 2012). Neste contexto, analisamos a reforma financeira, pretendida por meio da união bancária, e a reforma fiscal, que tem nos títulos comuns (eurobônus) sua principal proposta.

### **3. Reforma Financeira (União Bancária)**

O conceito da união bancária foi lançado pelo Presidente da Comissão Europeia, José Manuel Barroso, na reunião de 23 de maio de 2012 do Conselho Europeu, e consiste em uma visão política dos passos a serem seguidos no sentido de fortalecer o setor bancário europeu (Comissão Europeia, 2012c).

Como relatado pela revista *The Economist* (2011), existe uma crise bancária que atinge toda a UE. Os autores do relatório ressaltam que nos casos de Irlanda e Espanha, a grande causa dos problemas econômicos teve origem no setor privado, e não no setor público. Os bancos europeus financiaram, nestes países, investimentos em setores que mais tarde se revelariam grandes bolhas, ou seja, setores superestimados, que não apresentavam situação tão favorável quanto se imaginava. As dificuldades que os governos destes países enfrentam hoje são resultado dos custos de arrumar a “bagunça” resultante do estouro das bolhas (The Economist, 2011).

Neste aspecto, o presidente do Banco Central Europeu tem argumentado em favor da centralização da supervisão bancária na UE como medida para combater a situação de crise encontrada hoje. Tal mecanismo, além de fortalecer o processo de fiscalização, enviaria uma forte sinalização para os mercados e políticos, trazendo maior confiança e possibilitando maiores ações em prol do sistema bancário europeu (Jones, Jenkins e Johnson, 2012).

Nesse contexto, a revista *The Economist* (2012b), também ressaltou a importância de um sistema de supervisão e regulação bancária em nível europeu (ou pelo menos na zona do euro). Entretanto, a publicação ressalta que a resposta seria não transferir tudo para o nível da UE. Fala-se ainda em uma ajuda dos fundos de resgate europeus aos bancos, algo que tem sido arduamente discutido.

O FMI (IMF Survey, 2012) e a Comissão Europeia (2012c) destacam três ações básicas para buscar a união bancária e combater a crise:



- Um mecanismo unificado de supervisão
- Um sistema de garantia de depósitos unificado
- Uma autoridade bancária que apoie instituições financeiras fracas e promova sua reestruturação (fundos de resolução)

Na reunião do Conselho Europeu de 28 e 29 de outubro de 2012, algumas decisões foram tomadas com relação ao tema. Os líderes europeus definiram que a Comissão Europeia elaborará propostas para um mecanismo único de supervisão, sendo estas propostas analisadas pelo Conselho da UE para tomar de maneira urgente as medidas necessárias para criação de tal mecanismo. Após essa decisão, os líderes concluem que o Mecanismo de Estabilidade Europeu (ESM) poderia recapitalizar os bancos de maneira direta (Euro Area, 2012).

Portanto, podemos observar que algumas das propostas apresentadas anteriormente foram adotadas e já se encontram em processo de elaboração. Entretanto ainda existe muito que fazer. Outro ponto de divergência é a proposta de um sistema de garantia de depósitos em nível europeu (The Economist, 2012b). Tal proposta consistiria em uma instituição de caráter supranacional que garantiria os depósitos bancários nos bancos europeus, de maneira a tranquilizar os clientes e evitar retiradas em massa de dinheiro devido ao medo em situações de crise, como observado em alguns países europeus (Bair, 2012).

Tal instituição poderia ser financiada pelos próprios bancos ou até pelos estados (Enderlein et al., 2012), garantindo maior segurança do que os sistemas nacionais de garantia de depósito já existentes (Bair, 2012). Neste âmbito, a Comissão Europeia tem discutido opções para implementar um sistema pan-Europeu de garantia de depósitos (Comissão Europeia, 2010b), apresentando tanto ações que englobariam os sistemas de garantias nacionais como um todo assim como ações de apoio, reforçando os sistemas nacionais sem excluí-los.



Já os fundos de resolução bancária seriam instituições que garantiriam a existência de capital para a ajuda aos bancos europeus em tempos de crise, excluindo a necessidade da ajuda direta dos governos (uma das críticas à ação governamental na crise é o uso do dinheiro do contribuinte para ajudar os bancos) (Comissão Europeia, 2010a).

De qualquer forma, essas ações são de extrema importância, como ressaltou a missão à zona do euro, do Fundo Monetário Internacional (FMI): “enquanto a união bancária é desejável no nível da UE 27 (todo o bloco), ela é crítica para o euro 17 (zona do euro)” (FMI, 2012, com adaptações). O próprio chefe da missão, Mahmood Pradhan, concluiu que: “a completa união bancária demonstraria um claro comprometimento dos formuladores de políticas da zona do euro em garantir a viabilidade da união monetária” (IMF Survey, 2012).

#### **4. Reforma fiscal**

Tendo em vista as dificuldades da recuperação financeira dos países mais envolvidos na crise (Grécia, Espanha, Portugal, Itália, Irlanda), e sua dificuldade em sanar seus problemas com os pacotes de ajuda financeira, os mesmos emitiram uma grande remessa de títulos de dívidas públicas. Porém os mesmos não foram muito bem aceitos pelo mercado por causa da desconfiança quanto à possibilidade de calote. Desta forma, observa-se um alto valor de taxa de juros destes títulos, dificultando o acesso ao crédito por parte desses países.

Com isso surge a proposta dos eurobônus (eurobonds). Apesar de a proposta parecer uma boa solução para a crise atual, ela não foi bem aceita pelos principais países do bloco na primeira vez que foi apresentada no ano de 2011 (final do primeiro e começo do segundo semestre de 2011). Apesar

disso admitiu-se que a proposta fosse rediscutida, e pode vir a ser a grande solução para a UE, ao menos na situação de crise extrema que vive o bloco.

#### **4.1 Títulos de Dívida Pública e os Eurobônus (Eurobonds)**

Antes de começar a falar dos *eurobonds*, precisamos entender o que é um título de dívida de um governo. Este é uma forma de financiamento por endividamento, ou seja, é uma forma de obtenção de liquidez (dinheiro) a partir da contração de uma dívida para com o dono do título (credor). Esse empréstimo tem um tempo estipulado com uma determinada taxa de juros durante esse período. Os fatores que influenciam essa taxa de juros são principalmente o tempo do empréstimo e o risco de inadimplência do dono da dívida (Mankiw, 2010).

Os eurobônus (eurobonds) brotaram como uma proposta dos economistas Jakob Von Weizsacker e Jacques Delpla em um artigo publicado em maio de 2010 (Clayssens, Mody e Vallée, 2012). O novo modelo surge como uma tentativa de resolver a crise da dívida europeia, sendo um meio pelo qual os Estados endividados que enfrentam elevadas taxas de juros possam contrair novos empréstimos em melhores condições e se beneficiar da qualidade do crédito já que os títulos de dívida seriam classificados pelos países melhor cotados no mercado, a começar pela Alemanha.

O projeto propõe unir uma parte dos (ou todos os) títulos de dívidas públicas dos países pertencentes à zona do Euro. Estes títulos passariam a ser emitidos por um único agente financeiro (Baker e Strupczewski, 2012). Com isso a credibilidade dos títulos seria alta, fazendo com que investidores possivelmente voltem a depositar dinheiro nos cofres europeus. Cada país poderá emitir a quantidade de títulos europeus (eurobônus) que precisar dentro do limite de cada proposta.

Os juros associados seriam uma média ponderada de cada país. Muitos economistas apontam que um passo desses exigiria em primeiro lugar uma política fiscal comum e também a criação de uma Agência de Dívida Europeia e um Tesouro Europeu, além de maior integração política (La Guardia, 2012).

#### **4.1.1 Objetivos e Motivação**

“A emissão de títulos de dívida comum pode servir para vários propósitos diferentes. Do ponto de vista de um devedor, o título precisa fornecer incentivos à prudência, mas também deve assegurar contra o interesse e choques de liquidez que possam ameaçar a sustentabilidade da dívida. Do ponto de vista dos credores, os títulos devem promover a estabilidade, e reduzir a probabilidade de inadimplência. O debate dos dias atuais, no entanto, não é motivado principalmente por tais preocupações de longo prazo dos incentivos fiscais adequados e mecanismos de partilha de risco, mas principalmente pela urgência de estabilizar os mercados financeiros, fazê-los ter menor risco de crédito, e, eventualmente, melhorar a perspectiva da dinâmica da dívida dos países.” (Claessens, Mody e Vallee, 2012 – traduzido pelos autores).

#### **4.1.2 Vantagens do projeto:**

Com os títulos garantidos pela zona do Euro como um todo, os países mais afetados pela crise teriam uma ferramenta para conseguir dinheiro a taxas de juros menores do que as pagas hoje por seus títulos. Além disto, a confiabilidade dos títulos europeus seria maior, trazendo segurança para os credores comprarem estes títulos, estabilizando o mercado.

#### **4.1.3 Desvantagens do projeto:**

O problema que surge com os eurobonds é o fato de que os países já altamente endividados na zona do euro poderiam adicionar mais facilmente uma nova carga de dívidas. Devido a essa controvérsia, os eurobonds podem não só não resolver o problema financeiro europeu como também adicionar riscos para a estabilidade financeira da Europa.

Além disso, os eurobonds encontram resistência, sobretudo por parte da Alemanha, que seria a maior prejudicada com a mudança. Áustria, Finlândia e Países Baixos também estão resistentes à mudança. O principal efeito negativo se reflete nos riscos às economias mais fortes, que passariam a ter um acentuado aumento em seus custos de financiamento. Países com ratings de crédito mais altos seriam penalizados por aqueles com ratings inferiores, por ter que garantir a dívida pública desses países (Coogan, 2012). Caso a notação desse fundo baixe, contaminaria países que atualmente mantém baixas taxas de juros.

#### **4.1.4 Projetos de Eurobônus**

Levará algum tempo para dar iniciativa à introdução desse novo instrumento, principalmente nos modelos mais ambiciosos, que necessitam alterar o Tratado da União Europeia (Cunha, 2011). Para ir adiante é preciso

um fortalecimento no processo de integração política, econômica e financeira entre os participantes da zona do euro. Mesmo assim, a Comissão acredita que acordos prévios sobre a emissão em comum da dívida já poderia dar um impulso imediato nas expectativas do mercado e reduzir os custos de financiamento por parte dos países com dificuldade de refinanciamento da dívida.

São cinco as propostas concretas apresentadas para por em prática a ideia da emissão de dívida pública através de títulos europeus, e que foram resumidas por Claessens, Mody e Vallée (2012).

A proposta dos **Euro-Bills**, elaborada por Hellwig e Philippon (2011), traz a ideia de títulos comuns de curto prazo, ou seja, que são pagos em pequeno prazo. A grande vantagem dessa ferramenta seria conseguir injetar de maneira rápida uma boa quantidade de dinheiro no mercado, para ampliar o tempo de reação dos governos em crise, e promover um “fôlego” financeiro. Ao mesmo tempo, ela garantiria constante comprometimento com a regulação fiscal, já que seria teria as garantias renovadas após pequenos períodos.

Há também a proposta de Delpla e von Weizsäcker (2010), dos **Blue e Red Bonds**. Neste caso os Estados poderiam usar os títulos europeus para financiar parte de sua dívida – 60% do PIB, que reflete o valor máximo admitido pelos Tratados. Esses títulos seriam garantidos pelo bloco, e desta forma seriam mais valorizados, possibilitando menores taxas para obtenção de crédito por parte dos Estados. A partir desse teto, os Estados teriam de emitir obrigações próprias (red bonds), garantidos individualmente. O impacto de estabilização dos mercados não é tão grande quanto em uma mutualização total, mas o risco moral também é menor. Neste caso, é preciso alterar os Tratados para sua efetivação (Gaspar, 2011).

A Comissão Europeia elaborou um Green Paper acerca dos **Stability Bonds**. Neste caso, houve uma junção das variadas propostas, chegando-se

a três projetos, cada um prevendo níveis diferentes de envolvimento, desde a substituição total dos títulos nacionais pelos europeus, a títulos temporários e com pequenas garantias (Gaspar, 2011).

O Conselho Alemão de Especialistas Econômicos também elaborou uma proposta. No **Redemption Pact**, Doluca et al.(2012) propõem, como podemos ver na tabela 1.1, a mutualização da dívida acima do nível dos 60% do PIB, ou seja, seria algo como o oposto dos Blue e Red Bonds. Desta forma, todo país da zona do Euro que ultrapasse o limite entraria para o projeto, mutualizando essa parcela excedente na forma de um fundo. Como a proposta é reduzir a dívida para níveis abaixo do nível dos Tratados, a proposta acabaria um dia. De certa forma, essa característica é vista como uma vantagem, já que não seria uma mutualização permanente.

Por fim, a proposta dos **ESBies** (Brunnermeier et al., 2011) prevê a criação de uma agência para comprar parte da dívida europeia, e então revendê-la de maneira conjunta em duas categorias (ESBies e EJBs), uma melhor segurada (ESBies) e outra menos (EJBs). A vantagem dessa proposta está no fato de não haver o envolvimento de novos recursos, sendo apenas a realocação da dívida já existente. Desta forma, reduzem-se as preocupações políticas.

	Euro-bills	Blue-Red bonds	Stability bonds	Redemption pact	ESBies
Garantias	RSS	Blue: RSS Red: Não	RSS ou RSu	RSS	Não
Quantidade de títulos garantidos	≈10% do PIB	Até 60% do PIB	Não	Acima de 60% (27% do PIB da zona do Euro).	Acima de 60% do PIB

Parcelamento e mutualização	Apenas mutualização	Parcelamento e mutualização	Depende da opção	Parcelamento e alguma mutualização	Apenas mutualização
Regras fiscais baseada em leis	Sim, através da limitação de quota	Pacto de crescimento e estabilidade 2.0, acordo fiscal, “two pack”, “six pack”, algumas regras de vinculação e garantia.		estabilidade 2.0, acordo fiscal, “two pack”, “six pack”, algumas regras através de	Não é necessário
Disciplina fiscal baseada no mercado	Dar-se-á através de sinais do próprio mercado	Sinais do próprio mercado com relação ao Red-Bond	Não explicito mais depende da opinião	Sinais do mercado nas outras dívidas	Não previsto nem necessário
Coordenação fiscal	Não necessariamente	Comitê, alocação dos Blue-bonds, algumas taxas comuns	Depende. Alguma coordenação e alguma união fiscal	Mais coordenação, Alguma união fiscal	Não é necessário
Renegociação da dívida	Não prevista	Red bonds sim, ligada ao MEE.	Não discutido. CAC continuam a como o atual	Não previsto, CAC similares às atuais	Em nível dos países. EJB's absorvem a perda, ligação com o MEE

**Tabela 1.1** PIB- Produto Interno Bruto, MEE- Mecanismo de Estabilidade Europeu, RSS -

Responsabilidade Solidária e Subsidiária, RSu - Responsabilidade Subsidiária, CAC - Cláusulas de Ação Coletiva.

Fonte: *Bruegel* (adaptado pelos autores).

### Referências Bibliográficas:

BAIR, S. **Europe must act fast to avoid the risk of a bank run.** Fortune, 9 jul. 2012. Disponível em: <<http://finance.fortune.cnn.com/2012/07/09/europe-bank-run-avoid/>>. Acesso em: 23 jul. 2012.

BAKER, L.; STRUPCZEWSKI, J. **ZONA DO EURO VÊ EUROBÔNUS E TESOURO COM UNIÃO FISCAL.**

BORCHARDT, K. **The ABC of the European Union law.** Publications Office of the European Union, Luxemburgo, 2010. Disponível em: <[http://europa.eu/documentation/legislation/pdf/oa8107147\\_en.pdf](http://europa.eu/documentation/legislation/pdf/oa8107147_en.pdf)>. Acesso em: 30 jul. 2012.

BRUNNERMEIER, M.; GARICANO, L.; LANE, P. R.; PAGANO, M.; REIS, R.; SANTOS, T.; VAN NIEUWERBURGH, S.; VAYANOS, D. **European Safe Bonds (ESBies).** The euro-nomics group, 26 set. 2011. Disponível em: <<http://euro-nomics.com/wp-content/uploads/2011/09/ESBiesWEBsept262011.pdf>>. Acesso em: 02 ago. 2012.

BUELL, T. **Will the German Court's ESM Ruling Be a "Brown v Board" Moment?** The Wall Street Journal, 13. jul. 2012. Disponível em: <<http://blogs.wsj.com/eurocrisis/2012/07/13/will-the-german-court%E2%80%99s-esm-ruling-be-a-%E2%80%9Cbrown-v-board%E2%80%9D-moment/>>. Acesso em: 16 jul. 2012.

CINI, M. **European Union Politics.** Londres, Reino Unido: Oxford University Press, 2007.

CLAESSENS, S.; MODY, A.; VALLÉE, S. **Paths to Eurobonds.** IMF Working Paper, 3 jul. 2012. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2012/wp12172.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2012.

COMISSÃO EUROPEIA(a). Communication from the Commission to the European

COMISSÃO EUROPEIA(b). **Report from the Commission to the European Parliament and the Council: Review of Directive 94/19/EC on Deposit Guarantee Schemes,** COM(2010)369 final, 12 jul. 2010. Disponível em:



<[http://ec.europa.eu/internal\\_market/bank/docs/guarantee/20100712\\_report\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/internal_market/bank/docs/guarantee/20100712_report_en.pdf)>. Acesso em: 23 jul. 2012.

COMISSÃO EUROPEIA(c). **Memo: The banking union**, MEMO/12/413, Bruxelas, 6 jun. 2012. Disponível em: <<http://europa.eu/rapid/pressReleasesAction.do?reference=MEMO/12/413&>>. Acesso em: 24 jul. 2012.

CONSELHO EUROPEU. **Conclusões 24/25 Março**, EUCO 10/1/11 REV 1, 20 abr. 2011. Disponível em: <[http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms\\_data/docs/pressdata/en/ec/120296.pdf](http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/en/ec/120296.pdf)>. Acesso em: 12 jul. 2012.

COOGAN, P. **Eurobonds: il conto, la cuenta, l'addition, die Rechnung**. The Economist, 29 mai. 2012. Disponível em: <<http://www.economist.com/blogs/buttonwood/2012/05/euro-zone-crisis-4>>. Acesso em: 02 ago. 2012.

CUNHA, I. A. **Comissão Europeia avança três modelos de eurobonds**. Público, Bruxelas, 21 nov. 2011. Disponível em: <<http://www.publico.pt/Mundo/comissao-europeia-avanca-tres-modelos-de-eurobonds-1521827>>. Acesso em: 02 ago. 2012.

DELPLA, J.; VON WEIZSÄCKER, J. **The Blue Bond Proposal**. Bruegel Policy Brief, 06 mai. 2010. Disponível em: <<http://www.bruegel.org/publications/publication-detail/publication/403-the-blue-bond-proposal/>>. Acesso em: 02 ago. 2012.

DOLUCA, H.; HÜBNER, M.; RUMPF, D.; WEIGERT, B. **The European Redemption Pact: An Illustrative Guide**. German Council of Economic Experts, Working Paper, fev. 2012. Disponível em: <[http://www.sachverstaendigenrat-wirtschaft.de/fileadmin/dateiablage/download/publikationen/working\\_paper\\_02\\_2012.pdf](http://www.sachverstaendigenrat-wirtschaft.de/fileadmin/dateiablage/download/publikationen/working_paper_02_2012.pdf)>. Acesso em: 02 ago. 2012.

ENDERLEIN, H.; BOFINGER, P.; BOONE, L.; de GRAUWE, P.; PIRIS, J.; PISANI-FERRY, J.; RODRIGUES, M. J.; SAPIR, A.; VITORINO, A. **Completing the Euro: A road map towards fiscal union in Europe**. Report of the “Tommaso Padoa-Schioppa Group”, Notre Europe. Paris, França: 26 jun. 2012. Disponível em: <[http://www.notre-europe.eu/uploads/tx\\_publication/CompletingTheEuro\\_ReportPadoa-SchioppaGroup\\_NE\\_June2012\\_01.pdf](http://www.notre-europe.eu/uploads/tx_publication/CompletingTheEuro_ReportPadoa-SchioppaGroup_NE_June2012_01.pdf)>. Acesso em: 19 jul. 2012.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI). **2012 Article IV Consultation with the Euro Area Concluding Statement of IMF Mission: Completing the Union to Overcome the Crisis**, 21 jun. 2012. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/np/ms/2012/062112.htm>>. Acesso em: 23 jul. 2012.

GASPAR, E. **Três propostas de “eurobonds”, duas com morte (quase) certa à nascença**. Jornal de Negócios, 23 nov. 2011. Disponível em: <[http://www.jornaldenegocios.pt/home.php?template=SHOWNEWS\\_V2&id=521387](http://www.jornaldenegocios.pt/home.php?template=SHOWNEWS_V2&id=521387)>. Acesso em: 02 ago. 2012.

GEORGIOPOULOS, G. **Greece cuts minimum wage as austerity drives begins**. Reuters. Atenas, 28 fev. 2012. Disponível em: <<http://www.reuters.com/article/2012/02/28/us-greece-idUSTRE81R1KR20120228>>. Acesso em: 16 jul. 2012.

GIRALDI, R. **Alemanha rejeita proposta da França para emitir eurobonds**. Agência Brasil, 21 mai. 2012. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-05-21/alemanha-rejeita-proposta-da-franca-para-emitir-eurobonds>>. Acesso em: 02 ago. 2012.

GRANITSAS, A.; BOURAS, S.; PARIS, C. **Greek Protest Intensify on New Cuts**. The Wall Street Journal. Atenas, 19 out. 2011. Disponível em: <<http://online.wsj.com/article/SB10001424052970204485304576640273106012538.html>>. Acesso em: 16 jul. 2012.

HELLWIG, C.; PHILIPPON, T. **Eurobills, not Eurobonds**. Vox, 02 dez. 2011. Disponível em: <<http://www.voxeu.org/article/eurobills-not-euro-bonds>>. Acesso em: 02 ago. 2012.

IMF SURVEY. **IMF Calls on Eurozone to Take Determined Action in Response to Crisis**, IMF Survey Online, 18 jul. 2012. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/survey/so/2012/INT071812A.htm>>. Acesso em: 24 jul. 2012.

JENKINS, P. **EBA chief plots path to banking union**. Financial Times, 15 jul. 2012. Disponível em: <<http://www.ft.com/intl/cms/s/0/574c19ac-cd1d-11e1-b78b-00144feabdc0.html#axzz21Tn4NtbR>>. Acesso em: 23 jul. 2012.

JONES, C.; JENKINS, P.; JOHNSON, M. **Spain reveals a €100bn capital flight**. Financial Times, Londres, Madrid, 31 mai. 2012. Disponível em: <<http://www.ft.com/intl/cms/s/0/25c39204-ab01-11e1-b875-00144feabdc0.html#axzz21BVtul22>>. Acesso em: 20 jul. 2012.

KRUGMAN, P. **Economia Internacional: Teoria e Política**. 5ª edição, capítulo 20, Áreas monetárias ótimas e a experiência europeia. Editora Pearson, São Paulo, 2004.

LA GUARDIA, A. **Euro Euphemism: François Hollande is trying to wriggle out of Germany's demand for more political union**. The Economist, 28 jul. 2012. Disponível em: <<http://www.economist.com/node/21559636?spc=scode&spv=xm&ah=9d7f7ab945510a56fa6d37c30b6f1709>>. Acesso em: 02 ago. 2012.

MALKOUTZIS, N. **The Fear Factor in Greek Elections**. Bloomberg Businessweek, 13 jun. 2012. Disponível em: <<http://www.businessweek.com/articles/2012-06-13/the-fear-factor-in-greek-elections>>. Acesso em: 12 jul. 2012.

MANKIW, N. G. **Introdução à Economia**. Tradução da 5ª edição Norte-Americana, 4ª edição. Editora Cengage Learning Nacional, 2010.

O ESTADO DE SÃO PAULO. **França muda discurso sobre os eurobônus.** Paris, 21 jun. 2012. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,franca-muda-discurso-sobre-os-eurobonus-,889259,0.htm>>. Acesso em: 02 ago. 2012.

Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee and the European Central Bank: **Bank Resolution Funds.** Bruxelas, 26 mai. 2010. Disponível em: <[http://ec.europa.eu/internal\\_market/bank/docs/crisis-management/funds/com2010\\_254\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/internal_market/bank/docs/crisis-management/funds/com2010_254_en.pdf)>. Acesso em: 31 jul. 2012.

SCHÄFER, D.; HALL, B. **Berlin calls for eurozone budget laws.** Financial Times. Frankfurt e Paris, 16 mai. 2010. Disponível em: <<http://www.ft.com/intl/cms/s/0/5ff35db4-6117-11df-9bf0-00144feab49a.html#axzz20jeossg6>>. Acesso em: 16 jul. 2012.

THE ECONOMIST (a). **The choice: A limited version of federalism and a less miserable solution than the break-up of the euro.** 26 mai. 2012. Disponível em: <<http://www.economist.com/node/21555916>>. Acesso em: 19 jul. 2012.

THE ECONOMIST (b). **Inching towards integration: The latest European summit made more progress than usual – but still not enough.** 7 jul. 2012. Disponível em: <<http://www.economist.com/node/21558257>>. Acesso em: 24 jul. 2012.

THE ECONOMIST INTELLIGENCE UNIT (EIU). **State of the union: Can the euro zone survive its debt crisis?** Londres, Reino Unido, 2011. Disponível em: <<http://pages.eiu.com/rs/eiu2/images/EuroDebtPaperMarch2011.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2012.

TREATY establishing the european stability mechanism (T/ESM), 2012. Disponível em: <<http://www.european-council.europa.eu/media/582311/05-tesm2.en12.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2012.

TREATY on functioning of the european union (TFEU), consolidated version, 30 mar. 2010. Disponível em: <<http://eur->

[lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2010:083:FULL:EN:PDF](http://lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2010:083:FULL:EN:PDF)>.

Acesso em: 27 jul. 2012.

TREATY on stability, coordination and governance in the economic and monetary union (T/SCG), 2012. Disponível em: <[http://european-council.europa.eu/media/639235/st00tscg26\\_en12.pdf](http://european-council.europa.eu/media/639235/st00tscg26_en12.pdf)>. Acesso em: 16 jul. 2012.

ULTIMO INSTANTE. **PARA MERKEL, EUROBÔNUS NÃO SÃO SOLUÇÃO PARA CRISE, AFIRMA PORTA-VOZ**, 21 NOV. 2011. DISPONÍVEL EM: <[HTTP://WWW.ULTIMOINSTANTE.COM.BR/ECONOMIA/MERCADO-INTERNACIONAL/57674-PARA-MERKEL-EUROBNUS-SOLUO-PARA-CRISE-AFIRMA-PORTA-VOZ.HTML#IXZZ22KI1UTTY](http://WWW.ULTIMOINSTANTE.COM.BR/ECONOMIA/MERCADO-INTERNACIONAL/57674-PARA-MERKEL-EUROBNUS-SOLUO-PARA-CRISE-AFIRMA-PORTA-VOZ.HTML#IXZZ22KI1UTTY)>. ACESSO EM: 1 AGO. 2012.

UNIÃO EUROPÉIA. **Treaty on European Union** (Tratado de Maastricht), 7 fev. 1992.

WALLACE, P. **Draghi strikes back II**. The Economist. Londres, Reino Unido: 29 fev. 2012. Disponível em: <<http://www.economist.com/blogs/freeexchange/2012/02/europes-central-bank-and-euro-crisis>>. Acesso em: 12. Jul. 2012.

WALLACE, P. **What Mario means when he talks about growth**. The Economist. Londres, Reino Unido: 3 mar. 2012. Disponível em: <<http://www.economist.com/blogs/freeexchange/2012/05/draghis-ten-year-vision>>. Acesso em: 27 jul. 2012.

# AS RELAÇÕES ECONÔMICAS, POLÍTICAS E MILITARES ENTRE ORIENTE E OCIDENTE NA ANÁLISE DAS PERSPECTIVAS DE INTERVENÇÃO MILITAR DA OTAN NO ORIENTE MÉDIO

Eduardo Capuano Nery  
Jonas França Tavares  
Karina StangeCalandrin

*De toda forma, não é provável que uma pessoa que tenha vivido este século extraordinário se abstenha de julgar. O difícil é compreender.*  
**Eric Hobsbawm**

*Justitia ut semper speratur.*  
(*Espera-se a justiça de sempre*)  
**Ditado jurídico do direito romano**

*Virgilia pretium libertatis.*  
(*A vigilância é o preço da liberdade*)  
**John Philpot Curran**

## **1. As implicações dos conflitos democráticos árabes-muçulmanos no contexto internacional contemporâneo: análises iniciais de introdução**

### *1.1 Introdução ao estudo*

“Entro em matéria sem provar a importância do meu tema. Perguntar-me-ão se sou príncipe ou legislador para escrever sobre Política? Eu respondo que não, e que é por isso que eu escrevo sobre a Política. Se eu fosse príncipe ou legislador, não perderia meu tempo dizendo o que é preciso fazer; eu o faria ou eu me calaria”.

Jean-Jacques Rousseau – *Do contrato social*

A presente análise acerca das ramificações políticas, econômicas e sociais da antes chamada “primavera árabe” pretende, a priori, valorizar a forma direta, breve e plana acerca da problemática.

Já postuladas, naturalmente por vias midiáticas, as lideranças naturais das disposições bélico-diplomáticas do grupo, deve-se limitar o presente tópico ao exclusivo porém complexo substantivo “*consequência*”. Tangenciando formas mais profundas e quiçá complexas de análise, deve-se esclarecer, de todas as formas plausíveis, que o objetivo central da presente parte do Guia encontra-se como um vetor direcionado aos desdobramentos dos conflitos democráticos nas potências árabe-muçulmanas nos últimos meses. O enfoque será dado, por fim, ao presente impasse democrático, civil e legal presente na Síria. A “*consequência*” abrange, logo, a percepção e o desenvolvimento de novas disposições no quadro ocidental intervencionista no Oriente Médio. Abrange, por fim, entrar em contato com o maior número possível de vertentes sociais e políticas das lideranças europeias e americanas.

Definido por grandes personalidades como o evento mais importante do século 21, a Primavera Árabe é, sem dúvida, um acontecimento de gigantesca importância geo-política. Reconhecida como a terceira democratização da atualidade, antecedida pela América Latina em 1980 e a Europa Oriental em 1990, seus frutos já são sentidos em todo o mundo. A comunidade internacional percebe e sofre efeitos das alterações no mercado de petróleo, os países vizinhos mais fechados, como a Arábia Saudita, tem manifestações pelo reconhecimento de direitos específicos, os regimes islâmicos próximos sofrem abalos e novos partidos políticos, com ou sem ligações religiosas, surgem em meio manifestações pacíficas ou violentas.

Mas, por que escolher, de forma arbitrária, a ímpar e latente situação na Síria? Afinal, há violações graves e constantes aos Direitos Humanos e aos pilares mais básicos da democracia no Bahrein, no Iêmen, na Jordânia, Iraque, Mauritânia, Omã... E por mais incomum que se torne essa lista de exemplos, deve-se lembrar ainda que a situação íntegra e “clássica” da democracia árabe não foi restituída e repensada, da forma mais progressista que esses adjetivos possam significar, no Egito, na Líbia e na Tunísia. E ainda nos falta mais um valete nesse panorama: o governo de Ahmadinejad em Teerã. Há, portanto, uma série de focos que apresentam-se como centrais e importantes no tratamento do

tema do presente artigo. A Síria possui um histórico particularmente singular de relações político-belicosas com o ocidente, e eis um fator que incrementa sua posição no centro dos debates. Além disso, a inserção nas discussões do regime de Assad, recentemente também condenado pela Liga dos Estados Árabes, leva a uma reflexão totalmente contemporânea ao presente estudo. Incluir acontecimentos recentes e em legítimos processos de ebulição midiática ao cenário do estudante secundarista exhibe valor inestimável, uma vez que o quadro educacional brasileiro também valoriza, naturalmente, a ligação equalizada do jovem estudante com o cenário político internacional.

## *1.2 Análises iniciais: 800 anos de ligação e compreensão*

Antes de iniciar, de fato, a análise dessa tranca – ou paciência – de rodadas políticas e blefes militares, sugere-se uma abordagem ainda mais dualista e que, de forma não muito sucinta, aproxima o entendimento cultural do estudante brasileiro daquele adotado pelas relações multilaterais entre a OTAN e o Oriente Médio.

Disse Gilberto Freyre (1984, p.04), ilustre autor de prima qualidade acadêmica e social, que:

Atuaram sobre o contato humano entre a Europa e a África o constante estado de guerra (que, entretanto, não excluiu nunca a miscigenação [...] entre as duas raças, muito menos o intercuro entre as duas culturas) [...]; a atividade guerreira, que se compensava do intenso esforço militar relaxando-se, após a vitória, sobre o trabalho agrícola e industrial dos cativos de guerra, sobre a escravidão ou a semi-escravidão dos vencidos. Hegemonias e subserviências essas que não se perpetuavam; revezavam-se.

Mas o que faria, de forma teórica e prática, a formação colonial do Brasil justificada pela própria formação de Portugal em detrimento da dualidade Europa-África vivida na Ibéria tangenciar a relação ocidente-Oriente Médio nas discussões políticas e militares, mais de 800 anos após o utilizado como substrato por Gilberto Freyre ocorrer? Pois a pergunta é respondida em duas etapas: a primeira, naturalmente, segue no presente estudo. A segunda, também naturalmente, deve despontar da audácia e da interpretação historiográfica dos delegados. Insere-se, então, a breve lapidação da recém-feita pergunta por meio da más básica interpretação: tomemos as terras portuguesas dos séculos XI e XII, antes mesmo de respirarem o afago de Avis, como analogia da dualidade ocidente-Oriente Médio presente



no mundo de hoje. Tomemos as formações positivistas, realistas e por que não cristãs da Europa e dos germânicos ao norte da Ibéria como um floreio ensaiado do costumeiro intervencionismo ocidental em questões concernentes ao petróleo e ao discurso democrático no Oriente Médio e, por fim, tomemos os enxertos culturais e institucionais dos mouros, negros e pardos do norte africano em Portugal pelos Califados como ilustrações das nações árabes sob governos ditatoriais e em processo de transição democrática. Logo teremos a saliente porém pertinente ideia de que as rivalidades entre islâmicos e cristãos, capitalistas e socialistas, ditadores e representantes legítimos do povo no cenário internacional também são ímpares exemplos de que culturas em choque se complementam e se submetem, de forma cíclica, a pré-conceitos, a virtudes e a integrações de interesses.

Por mais que extensa e até mesmo contraditória tenha sido essa última análise, e cita-se o termo “contraditória” pois o presente Guia comprometeu-se a elaborar análises “diretas, breves e planas”, acredita-se que a resposta para a problemática a ser discutida encontra-se na condição de fruto dessa interpretação aqui esboçada: procura-se, agora, ater a análise somente sob o cruzado e ancestral – porém fraternal – patamar diplomático-militar.

### *1.3 As interconexões dos impasses democráticos na comunidade árabe internacional: histórico da primavera árabe*

#### *1.3.1 Quadro socioeconômico geral do mundo árabe*

A surpresa da comunidade internacional com os acontecimentos neste guia comentados, porém, não pode ser tida como verdadeira, visto que o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, que em seus relatórios anuais analisou a região do Oriente Médio e do Norte da África entre 2001 e 2005, previu que, em um futuro próximo, haveria a possibilidade de manifestações dada à presente situação econômica, social e política da região.

Nos últimos trinta anos, a região do Oriente Médio gastou cerca de 5% de suas riquezas totais com investimentos em educação<sup>1</sup>. Um dos maiores problemas socioeconômicos do quadro é, indubitavelmente, o

desemprego. 90% dos desempregados têm idade entre 15 e 29 anos, faixa etária que também encontra grandes dificuldades de abastecimento por conta do crescimento desordenado de preços do setor<sup>2</sup>. Nos últimos meses de conflitos internos, os alimentos atingiram mais que o dobro de seus preços em 2002, e ainda há exemplos como o do açúcar que teve seu valor quadruplicado nos últimos dez anos<sup>3</sup>.

Um outro fenômeno que causa frustração social e que deve ser levado em conta na análise do descontentamento com o governo é o casamento, que atinge apenas 50% da população masculina com idades entre 25 e 29 anos<sup>4</sup>. Em casos praticamente isolados como o de Omã, o Conselho de Cooperação do Golfo atua de forma direta com medidas de curto prazo para traçar formas rápidas de reparo social. Dessa forma, em países cuja matriz industrial é principalmente voltada para o petróleo, as mazelas sociais e os descontentamentos passam a ser administrados de forma mais branda<sup>5</sup>.

As importações de mercadorias aumentaram em 18,6%, resultando em um déficit de 21 bilhões de dólares na balança comercial após a crise econômica de 2008. A mesma crise causou outros sérios problemas para a comunidade árabe, como a queda de 4,3% nas receitas geradas pelo turismo e a transferência de renda por estrangeiros caiu 6,1%. Uma das principais preocupações, entretanto, é o retorno migratório dos cidadãos estrangeiros que trabalham no Golfo. Esse medo é explicado pelo fato dos governos “não investirem em suporte de massas para o desenvolvimento na região”<sup>6</sup>.

O menor PIB per capita da comunidade árabe é da Somália (US\$600,00) enquanto o maior é detido pelos Emirados Árabes Unidos (US\$50.000,00). Os intermédios destes dados são percebidos nos PIBs per capita do Egito (US\$2.270,00), Líbia (US\$9.714,00) e Síria (US\$2.474,00)<sup>7</sup>.

Os níveis de alfabetização mais elevados estão na Jordânia (92%) e no Bahrein (91%). Os mais baixos são encontrados no Egito (66%) e na Argélia (69,23%)<sup>8</sup>. As taxas de miséria (pessoas vivendo com menos de US\$2,00 por dia) mais alarmantes são encontradas na Somália (65%), no Iêmen (58%), e na Palestina (que atinge os 70% na região de Gaza). As menos preocupantes, entretanto, são encontradas na Líbia (7,4%), na Tunísia (7,6%), no Bahrein (10%) e nos Emirados Árabes Unidos (19,3%)<sup>9</sup>.

Uma sequência curiosa de dados é a compreendida no número de utilizadores de internet (dados de 2008), que coloca os Emirados Árabes no topo com 65,2% e o Iêmen no fim, com apenas 1,6% de sua população conectada à rede internacional de computadores<sup>10</sup>.

Os números de mortos nas revoluções são realmente assustadores. A lista inicia com nenhuma vítima em países como Somália, Kuwait e no Chipre, mas chega à casa superior de 50 mil vítimas na Líbia, 980 no Egito, dois mil no Iêmen e 338 na Argélia.

O que incita a intervenção militar e política ocidental nos acontecimentos árabes é, justamente, a garantia pragmática dos direitos fundamentais das comunidades em questão. O discurso democrático e positivista das instituições ocidentais é carro-chefe nas campanhas belicistas incidentes em casos especiais como o do Egito e da Líbia, podendo principalmente germinar intervenções na Síria. Apesar do alinhamento sírio-russo e sírio-chinês, a comunidade internacional – quase que de forma homogênea – coloca-se a favor da corrente de opinião que atesta a falência do cumprimento de direitos e deveres nas regiões supracitadas. Cabe, então, indagar como fez Louis Jaffe:

Como é possível isolar e descobrir um consenso sobre uma questão tão obscura quanto a existência de um direito fundamental? O povo pode valorizar um direito e ainda assim não acreditar que ele seja fundamental. O povo pode ser da opinião de que os direitos dos pais são fundamentais e ainda assim não saber se entre tais direitos figura o de enviar o filho a uma escola particular. Pode haver grande ambigüidade na consciência pública; ela pode gostar de um ideal tradicional mas ao mesmo tempo relutar em agir com base nele (Jaffe, “Was Brandeis na Activist? The Search for Intermediate Premises”, 80 Harv. L. Rev., pp.986, 994, 1967).

### *1.3.2 Histórico comentado das revoltas*

Foram organizados seguindo o caráter temporal os acontecimentos registrados por fontes bibliográficas e midiáticas de confiança da Primavera Árabe. A seguir encontram-se observações diretas e comentadas acerca dos governos árabes depostos e sob processo de deposição após a onda de revoltas iniciada na Tunísia em dezembro de 2010. É necessário frisar que demais informações acerca da linearidade de manifestos não pertencem à primeira ordem de necessidades para o preparo dos estudos dos debates.

A incessante atenção dada pela ONU ao conflito Israel x Palestina acabou, por fim, ofuscando e fechando os olhos da comunidade internacional para a possibilidade de insurgências pró-Democráticas na região. Quando Mohammed Bouazizi ateou fogo no próprio corpo, em 19 de dezembro na Tunísia, deu início a uma série de discussões e mudanças no

cenário político tanto da Tunísia, quanto da Comunidade Internacional,. Foi possível perceber a formação de um certo padrão, em que nações se aglomeram com opiniões conjuntas e formam blocos de coalizões em desesperadas tentativas de conseguir se posicionar acerca do tema já necessitado de urgência.

Apesar de lenta, a participação de diversos países nos conflitos e nas revoluções foi acontecendo. Como uma locomotiva a carvão, a atenção da mídia foi aumentando gradativamente e dando cada vez mais cobertura aos acontecimentos. Um marco inicial foi o congelamento, por parte do Conselho Federal Suíço, de todos os ativos financeiros do presidente tunisiano existentes em solo estrangeiro e ainda o bloqueio de qualquer pedido de auxílio monetário. Seguido pela oferta de auxílio, do governo francês, ao novo governo tunisino, o presidente francês, Nicholas Sarkozy admitiu ter subestimado o poder das revoluções que depuseram o presidente da Tunísia, e assim como todos os outros movimentos que começaram a surgir. Após o sucesso da deposição de Zine al-Abidine Ben Ali, os movimentos em outros países foram ganhando força e a comunidade internacional foi dando mais e mais atenção. A Costa do Marfim, por exemplo, abrigou o ex-presidente tunisiano, tendo sido, por esse motivo, os ativos financeiros de seu presidente também congelados por parte do Conselho Suíço, e se tornando alvo de críticas pela imprensa e por um grande número de nações.

Após anos de quietude e negligência da comunidade internacional para com os regimes governamentais existentes na região, líderes de nações, que antes mantinham seus olhos fechados para certos atos tomados por parte dos governos de certas nações, não podiam mais calar-se diante das insurgências populares que ocorriam. Os interesses econômicos, antes existentes nas regiões em questão já não importavam diante dos acontecimentos. A queda do regime na Tunísia foi o início das revoluções. No dia 17 de janeiro é a vez do governo do Egito, um homem ateou fogo ao próprio corpo em frente ao Parlamento, e em 25 de janeiro

iniciam-se os primeiros protestos organizados. Com várias tentativas falhas, o governo egípcio tenta aprovar medidas para acalmar a população, depois de mais de 20 dias de negociação o presidente dos Estado Unidos, Barack Obama, demanda que o Egito siga por um caminho de democratização, e apenas dois dias depois o Vice-Presidente do Egito, Omar Suleiman, anuncia que o presidente egípcio Hosni Mubarak entregará o poder aos militares. Iniciam-se, então, os protestos com mais intensidade na Líbia, e logo em seguida na Síria, e no Iêmen. É perceptível que após a queda do presidente Mubarak houve um fortalecimento nos movimentos de democratização na região, movimentos que antes aconteciam em intervalo agora passaram a acontecer paralelamente. Os organismos multilaterais não poderiam mais encarar tais movimentações como fatos isolados.

#### *a. República Tunisina*

*17 de dezembro de 2010*

Era início de ano e logo faiscava, literalmente, a primeira chama popular contra o regime de Ben Ali. Logo em 14 de janeiro uma granada eclodiu em meio ao silêncio historicamente assentado na capital tunisiana, e não tardou para que o corpo em chamas de um jovem comerciante se tornasse uma flâmula, um mastro e um hino para o resto da população local. O resultado foi (in)esperado: com o aumento da massa – e da densidade – de protestos, o governo de Ben Ali tratou de firmar compromissos há muito tempo negligenciados de redução de impostos, aumentos salariais, reformas estruturais na saúde e na educação com a sociedade tunisiana.

Eis que frisa-se a seriedade dos fatos a seguir: mesmo com a flexibilização institucional de Ben Ali, a população prosseguiu com protestos e milícias, e logo foi tingido de preocupação o discurso diplomático franco-saudita. O que os populares desejavam ultrapassava os limites compreendidos em “reformas sociais”. Atingiam o cerne da sustentação política de Ben Ali: feriram, citando agora Max Weber, as dominações carismáticas, tradicionais e legais do ex-Presidente. Foi dessa forma ríspida, inesperada e até mesmo efêmera que o governo de Ben Ali terminou, juntamente com o inverno para a democracia no mundo árabe. Talvez as primeiras flores a colorirem a chamada primavera do islã tenham sido as palavras do egípcio Amr Moussa que, em 19 de janeiro de 2011, na qualidade de Secretário-Geral da Liga

dos Estados Árabes, evidenciou, claramente, que “os cidadãos árabes encontram-se em um estado de profunda frustração, sem precedentes”.

#### **ANEXO IV<sup>11</sup>**

### *b. República Popular e Democrática da Argélia*

*28 de dezembro de 2010*

O Governo da Argélia logo foi apontado por milhares de manifestantes insatisfeitos como alvo de protestos. A Coordenação Nacional para a Transição Democrática da Argélia logo foi criada com a intenção principal de efetuar a manutenção dos direitos humanos no país. A liderança do movimento oficial foi presidida por Ali Yahia Abdennour, também líder da Liga Argelina Para a Defesa dos Direitos Humanos.

Em 24 de fevereiro de 2011 o governo decreta o fim do Estado de Exceção iniciado em 1992 pela Frente Islâmica da Salvação, setor de militares que assumiram o poder. No começo de abril, cerca de 80% dos trabalhadores do país encontravam-se em situação total de greve<sup>12</sup>. Na segunda metade de abril, o presidente Bouteflika promete reformas constitucionais intensas.

O quadro socioeconômico do país permanece estável após a redução dos protestos, com um Índice de Desenvolvimento Humano elevado (0,677 em 2010) e com um PIB per capita em torno de US\$6.799,00. As principais cidades do país são quatro: Argel, Orã, Constantina e Annaba.

### *c. República do Iêmen*

*29 de dezembro de 2010*

Iniciados pela camada estudantil, os manifestos no país logo atingiram fortes setores da oposição governamental e do exército. Generais das forças armadas colocaram-se contra o regime de Ali Abdallah Saleh, líder do antigo Iêmen do Norte e presidente do Iêmen unificado desde 1990. Em fevereiro, Ali anuncia que realizará um referendo constitucional. Logo no próximo mês, exatamente em 18 de março, cerca de 57 manifestantes são mortos na cidade de Sanaa, o que acabou por gerar uma grande onda de inquietação da comunidade internacional e das altas patentes do Exército.

Em 22 de abril o número de manifestantes em Sanaa e Tazé já superava os três milhões. Uma coalizão de monarquias do Golfo apresenta ao partido governista do

lêmen um plano de transição governamental, sugerindo a demissão de Ali Saleh e a transferência da chefia de Estado para seu vice-presidente. A resposta dos líderes governistas foi negativa e, logo, uma onda de revoltas tribais atingiu as margens das principais cidades da nação iemenita.

Em 3 de junho, Saleh é vítima de um atentado e após novas conversações diplomáticas entre os líderes do Golfo o antigo vice-presidente Abd Rab Mansour Hadi sucede Saleh em 27 de fevereiro de 2012. O governo do Iêmen anuncia mais de dois mil mortos durante os protestos, além de mais de 22 mil feridos. Segundo as agências governamentais, cerca de 143 crianças iemenitas foram mortas durante o processo violento de transição democrática.

**ANEXO V<sup>14</sup>**

**ANEXO VI<sup>15</sup>**

*d. Reino Hachemita da Jordânia, República Islâmica da Mauritânia e Sultanato de Omã  
14 e 17 de janeiro de 2011*

A Jordânia, Reino sob o governo de Abdallah II desde 1999, passou a enfrentar manifestações contra o governo do antigo Primeiro-Ministro Samir Rifaï. Os protestos também apontaram desejo de reformas monarquistas, em busca de evitar a concentração desnecessária de poder. A resposta do Rei logo foi reunir-se com os grupos da oposição partidária e prometer uma “nova era” para o país. As reformas políticas foram ínfimas, apesar de iniciadas. Maarouf Bakhit substituiu Samir no poder e, segundo a jornalista Lamis Andoni da rede Al Jazeera, “a inércia do Rei pode resultar em problemas econômicos de grande escala para o país”.

Na Mauritânia, país de apenas 3,1 milhões de habitantes, auto-imolações marcaram os protestos em pequena escala contra o governo de Mohamed Ould Abdel Aziz, General no poder desde 2009. As manifestações no país atingem as cidades de Atar, Nouakchott, Aleg e Zouerate. Os principais pontos de reivindicação do movimento popular foram a melhoria de vida no país e a troca do presidente, que passou a ter sua eleição contestada. Em maio de 2011 os profissionais da educação anunciam greves e paralisam parte do sistema nacional. O governo permanece nas mãos de Aziz, que garantiu a inserção das minorias sociais e da proibição da escravidão na constituição. Os manifestantes também receberam a garantia do governo de que mulheres também terão direito a integrar o



Parlamento e de que a participação militar no Estado será reduzida.

A cidade de Sohar, no Sultanato de Omã, foi palco para manifestações no início de janeiro de 2011. O governo, por medida preventiva, anunciou a criação de novos cargos públicos para contribuir com a redução do desemprego. Em 13 de março o Sultão Qabusibn Said, detentor do título desde 1970, anuncia uma reforma constitucional branda que deverá passar pelo Conselho Legislativo do Estado. Deve-se frisar que, diferentemente dos outros governos do Golfo, o Sultão de Omã concentra poderes de Primeiro-Ministro, Ministro de Assuntos Estrangeiros, Ministro de Finanças e Presidente da Bancada Central do Governo. Traduzindo, Qabus firma-se sobre o preceito de monarquia absoluta<sup>16</sup>.

#### *e. Reino da Arábia Saudita e República Libanesa 21 e 24 de janeiro de 2011*

As manifestações na Arábia Saudita foram marcadas por rápidas repressões do governo do Rei Abdallah I, monarca no poder desde 2005. No dia 21 de janeiro os protestos foram iniciados, e já no dia 23 do mesmo mês o Estado árabe colocou em prática investimentos no valor de 36 milhões de dólares em favor dos trabalhadores e dos estudantes do país<sup>17</sup>. Em 11 de março as manifestações seguiram com o foco na cidade de Qatif, mas não resistiram ao começo de 2012 com a forte repressão das forças de segurança pública.

O Líbano constitui-se sobre o sistema republicano, singularmente formado de acordo com as eleições efetuadas por um Parlamento Nacional (chamado de Majis Al Nuwab). É importante frisar que a maioria do Parlamento alinha-se ao quadro xiita, opondo-se às forças políticas apoiadas pelas nações ocidentais. Dentre os apoiados pelos países do Norte, encontram-se os membros da chamada “Aliança do 14 de Março”, dos quais destacam-se o deputado sunita Saad Hariri; o Chefe das Forças Libanesas, Samir Geagea; o antigo Presidente da República Libanesa, Amine Gemayel; o líder do Partido Liberal Nacional Libanês, Dory Chamoun; e o chefe do Movimento de Renovação Democrática, Nassib Lahoud. As principais reivindicações dos manifestantes são o cancelamento do mandato do atual Presidente alegando inconstitucionalidade, criação de um tribunal penal a nível internacional para julgar o ex-Primeiro Ministro Rafiq Hariri, a normalização diplomática e fronteiriça com a Síria, o desarmamento do Hezbollah e amplas reformas sociais.

Vale aqui ressaltar Norberto Bobbio quando trata de interesses nacionais. O caso do Líbano e da Síria é simplesmente resumido de forma acadêmica e clara:



Para poder defender os próprios interesses, econômicos ou de qualquer outra natureza, quando em conflito com os de outros Estados, e também para, em definitivo, poder decidir autonomamente as questões internas, cada Estado deve prover, antes de tudo, à própria segurança, munindo-se do conveniente poder militar e desenvolvendo uma atividade diplomática, que vise ao equilíbrio de força da potência ou grupo de potências com as quais existem ou é previsível que existam divergências e conflitos. Além desta tendência geral, o Interesse nacional assim entendido pode definir, por outro lado, comportamentos diversos, segundo a situação histórica concreta, a força do Estado em questão, sua estrutura econômica e seu regime político. Ele pode levar a políticas expansivas ou de contenção de outras potências para manter o equilíbrio; [...] Tudo isso torna claro como o conceito de Interesse nacional, referido ao contexto das relações internacionais, indica uma tendência assaz relevante, mas de caráter geral – a busca prioritária da própria segurança –, cujas manifestações concretas são extremamente variáveis e exigem, para ser claramente compreendidas, uma atenta consideração da situação histórica concreta (Bobbio, “Dicionário de Política – Volume I”, p.641, 2010).

Dessa forma, é possível compreender o impasse político e diplomático que por muitos anos comprometeu a irmandade árabe nas fronteiras sírio-libanesas. De forma genérica e quiçá branda, é possível também expandir a análise de Norberto Bobbio para inúmeras outras interrelações políticas e militares no mundo árabe, tais como as disputas internas entre o Hamas e o Fatah na Palestina e a dualidade belicosa entre Turquia e Chipre.

**ANEXO VII<sup>18</sup>**

**ANEXO VIII<sup>19 20</sup>**

**ANEXO IX**

*f. República Árabe do Egito  
25 de janeiro de 2011*

O governo do ex-Presidente Hosni Said Mubarak sempre foi acompanhado de protestos e contestações – mancas, como as que colocaram em xeque a entrada do General no poder após a morte de seu antecessor; ou certas, como as manifestações online que invadiram a internet após a derrubada de Ben Ali na Tunísia. No dia 25 de janeiro de 2011 dezenas de milhares de cidadãos egípcios já se organizavam, após combinações nas redes sociais em massa, nas cidades de Alexandria, Cairo e Suez.

Dois dias depois do início das concentrações nas principais cidades egípcias, passou a ser notada certa fragilização no Partido Nacional-Democrático Egípcio, comandado por Mubarak e seus aliados. Mohammed El-Baradei, Prêmio Nobel da Paz e opositor ao governo vigente, foi enviado ao Cairo com a finalidade de efetuar negociações pacíficas entre os líderes populares e o governo. O Estado logo interceptou os meios de comunicação e bloqueou o uso de internet e outras tecnologias em todo o território egípcio. A resposta do povo? Foi tão clara quanto a dos manifestantes tunisinos: no primeiro dia de fevereiro o total de egípcios na praça Tahrir, região central do Cairo, já ultrapassava 2 milhões.

As tentativas de Mubarak para apaziguar os ânimos revoltosos foram singelas: promessa de não concorrer a Presidente nas próximas eleições, realizar reformas sociais e de base e outros tópicos previsíveis. Com a onda de protestos cada vez maior, o uso da força também se tornou cada vez mais presente, assim como a atenção da comunidade internacional para as ruas do Cairo. A vice-presidência da República estava agora nas mãos de Omar Souleiman, um militar de alta patente do exército egípcio. A colocação de Souleiman no cargo deveu-se a uma manobra política também previsível de Mubarak para conseguir certo apoio das Forças Armadas, pois o Conselho Militar Supremo das Forças Armadas Egípcias, máximo órgão militar da República, estava sob pressão popular e internacional para retirar Mubarak do poder por meio de um golpe. Isso não aconteceu, e nem poderia. O que ocorreu foi que Mubarak pediu a exoneração do cargo, e logo após o acontecimento o Conselho Militar, apoiado pelo povo egípcio e pelo discurso democrático internacional, dissolveu o Parlamento Egípcio, conhecido como a Shura. As atuais conjunturas políticas no Egito apontam para a convergência do Estado e das lideranças populares para uma histórica reestruturação legislativa e judiciária.

Em junho de 2012 a Praça Tahrir voltou a ser palco de protestos, dessa vez contra a candidatura do ex-Primeiro Ministro Ahmed Shafiq para cargos políticos. O julgamento de Hosni Mubarak e de profissionais de segurança de seu governo deve ser concluído ainda no mesmo mês.

Vale, para finalizar a presente análise acerca do panorama egípcio, citar amplamente Patrick Charaudeau quando analisa discursos políticos em tempos de crise e transição.

É a teoria de “dominação legítima” desenvolvida por Weber (1963), que vai até a justificação da violência, legal, como meio necessário para que “os homens dominados se submetam à autoridade”. É sabido que Arendt (1972)

contesta essa necessidade da violência ao definir o poder político como o poder dos cidadãos, princípio de determinação da comunidade que encontra aqui sua própria justificação, seu próprio fim. Não nos cabe resolver essa questão, mas fazer notar, seguindo Habermas, que de toda maneira a instância política encontra-se entre “dois processos contrários: a produção comunicativa de um poder legítimo [...] e a constituição dessa legitimação pelo sistema político, com a qual o poder administrativo estabelece uma relação reflexiva” (1990). No entanto, se o poder administrativo remete às regras da ação política que acabamos de discutir, o poder comunicativo remete à busca pela dominação legítima – que, sem necessariamente justificar a violência, garante o acesso da instância política ao poder, ou sua manutenção nessa posição -, pois ela se encontra permanentemente ameaçada por uma sanção física (golpe de Estado), institucional (derrubada do governo) ou simbólica (descrédito). Isso faz com que ao espaço de discussão que determina os valores responda um *espaço de persuasão* no qual a instância política, jogando com argumentos da razão e da paixão, tenta fazer a instância cidadã aderir à sua ação. Todos os grandes políticos disseram, ou deixaram a entender, que a arte política reside em uma boa gestão das paixões coletivas, isto é, em um “sentir com os outros” (Maffesoli, 1992) que, é preciso acrescentar, os torna cegos quanto às suas próprias opiniões e motivações pessoais. Seria o suficiente para justificar a expressão weberiana “dominação legítima”, terrível ao olhar da moral comum (Charaudeau, “Discurso Político”, p.19, 2005).

As atuais disposições do Conselho Militar Supremo das Forças Armadas Egípcias utilizam, de certa forma despótica, os contratos sociais firmados pelo fim do governo Mubarak. A resposta popular se apresenta como um claro descrédito simbólico direcionado aos militares no poder. O que ocorreu durante as manifestações no fim do governo de Said Mubarak, entretanto, cabe perfeitamente ao uso legal da força conceituado por Weber.

#### *Atual panorama político e social do Egito*

Recentemente a mídia internacional divulgou que o impasse democrático no Egito prossegue com certos abusos legais por parte do Conselho Militar Supremo das Forças Armadas. Acredita-se que os militares de altíssimas patentes presentes no governo de transição estão utilizando formas mascaradas de manter o Exército por trás das decisões políticas, utilizando um preceito brando weberiano de

dominação legal. A população coloca-se extremamente contra esse avanço militar ao poder pragmático na República, e as lideranças de oposição ao antigo regime Mubarak continuam movimentando-se para evitar qualquer fagulha de despotismo nas atuais conjunturas políticas locais.

Um outro problema no sistema egípcio é o jurídico, pois também estão margeadas por especulações e anseios as eleições para a Shura, câmara legislativa da República. No presente ponto da análise, deve-se frisar o que disse John Hart Ely (2010, prefácio):

Atualmente, o debate constitucional está dominado por uma falsa dicotomia: um lado afirma que devemos nos ater firmemente aos pensamentos daqueles que escreveram os trechos essenciais de nossa Constituição e considerar ilegais apenas as práticas que eles julgavam inconstitucionais, enquanto o outro assevera que, para que os tribunais possam controlar a legislação, eles devem ter autoridade para corrigir e reavaliar as opções valorativas do legislativo. Cada um dos lados está interessado em sustentar a ideia de que essas são as únicas opiniões possíveis. No jogo da retórica, cada um deles marca pontos quando expõe a inadmissibilidade da alternativa contrária; [...] Afinal, nenhuma das teorias professadas [...] é, em última análise, compatível com os pressupostos democráticos implícitos em nosso sistema (Ely, “Democracia e Desconfiança – Uma teoria do controle judicial de constitucionalidade”, Prefácio, 2010).

Dessa forma, John Hart Ely nos leva a refletir acerca dos futuros patamares óticos do sistema jurídico egípcio. Novas revoltas e novas intervenções organizacionais podem surgir de acordo com o fenômeno descrito pelo supracitado autor, e é dever das lideranças políticas internacionais reconhecer a possibilidade de muitas correntes divergirem na formação de uma nova concepção de Estado e de direitos e deveres no mundo árabe.

#### *g. Reino de Marrocos, Autoridade Palestina e Reino do Bahrein*

*28 e 30 de janeiro e 14 de fevereiro de 2011*

Em 20 de fevereiro mais de 40 mil cidadãos marroquinos já se mobilizavam em diversas cidades para continuar os protestos iniciados no dia 30 de janeiro de 2011 contra o governo formado pelo Rei Mohammed VI (no poder desde 1999) e pelo antigo Primeiro-Ministro Abbas El Fassi (no cargo desde 2007). Cinco mortos e 128 feridos já marcavam os protestos no Reino de Marrocos<sup>20 21</sup>. O Rei

Mohammed VI anuncia um pacote de reformas constitucionais por meio de referendos, com o intuito de reforçar os poderes políticos do Primeiro-Ministro e dos partidos nacionais. Em 28 de abril um atentado causou 27 mortes em Marrakech<sup>22</sup>, atingindo uma cidadã francesa e causando desconforto internacional. O Príncipe Moulay Hicham logo se colocou ao lado das revoltas, alegando que, “como marroquino, estou orgulhoso de ver que os jovens estão produzindo um discurso político tão inteligente”<sup>23</sup>. Mais de dezessete organizações marroquinas e internacionais juntaram-se aos protestos, que fizeram com que o governo marroquino subsidiasse a importação de produtos como trigo, óleo de cozinha e açúcar para reduzir seus preços à população. A polícia, ao mesmo tempo, dispersou violentamente as manifestações das cidades de Casablanca, Rabat, Fès, Tanger, Marrakech e Agadir<sup>24</sup>. Mudanças políticas de peso foram aprovadas pelo Rei, como a separação das autoridades religiosas das políticas na Monarquia, instituição que passou a ser excluída dos assuntos jurídicos e parlamentares do país.

A Autoridade Palestina passou a conter revoltas a partir de 28 de janeiro de 2011, e em fevereiro Mahmoud Abbas anuncia a convocação das eleições presidenciais antes de setembro. Excluindo do processo democrático o grupo Hamas, a Autoridade Palestina também efetivou acordos entre o grupo e a facção Fatah. A Autoridade Palestina de Abbas conta com auxílios financeiros externos realmente extensos, como 234 milhões de dólares oriundos dos EUA investidos em desenvolvimento social e 295 milhões de dólares investidos pela União Europeia, ainda podendo citar as ajudas individuais da Alemanha (56 milhões de dólares) e do Reino Unido (50 milhões).

As manifestações instaladas na Praça da Pérola, centro da capital do Bahrein, logo foram violentamente reprimidas pelas forças armadas da Monarquia em conjunto com os governos da Arábia Saudita e dos Emirados Árabes Unidos, sob a supervisão do Conselho de Cooperação do Golfo. No primeiro dia de junho de 2011 o governo decretou Estado de Emergência e as forças armadas não passaram a hesitar em levar civis para julgamentos formados por tribunais militares. O principal partido de oposição do Bahrein, o Wefaq, amenizou o tom dos diálogos com o governo e nada fez pela recuperação dos presos políticos. O país governado pela família Al-Khalifa possui como principal fonte de renda o petróleo, que é explorado pela empresa Saudi Aramco (de capital saudita e norte-americano) e que também passa pelo processo de refinamento ainda no Bahrein. Vale ressaltar que o Reino do Bahrein é a principal fonte financeira do Golfo<sup>25</sup>, sem deixar de frisar que cerca de 1500 soldados estadunidenses são permanentemente

alojados no país ao lado da Quinta Frota dos EUA. Trata-se de um posicionamento estratégico para garantir a integridade do fornecimento de petróleo para os Estados Unidos. A família real do Bahrein é sunita, enquanto cerca de 70% da população nacional é declaradamente xiita e, portanto, há uma clara preferência por empregar sunitas em cargos públicos<sup>26</sup>. Dezenas de mesquitas xiitas foram destruídas por tropas sauditas durante os conflitos, e outros fatos impressionantes acompanharam a permanência dos protestos: o governo fechou o principal jornal de oposição política, o *al-Wassat*, e inúmeras associações sindicais foram também dissolvidas. Em 16 de março de 2011 a embaixada do Irã em Manama foi fechada, e dois dias depois o consulado da Arábia Saudita na cidade de Mashhad, no Irã, foi alvo de ataques de mais de 700 iranianos. Uma poeta anti-governista foi torturada e presa pelas forças da Monarquia<sup>27</sup>, que seguiu como alvo de novos protestos na Praça da Pérola. As manifestações continuam no país, mas sem qualquer flexibilização do governo.

#### **ANEXO X<sup>28 29</sup>**

#### **ANEXO XI**

##### ***h. República do Iraque 10 de fevereiro de 2011***

As revoltas populares na República do Iraque iniciaram-se em fevereiro de 2011 e permanecem ativas. Cerca de 35 cidadãos foram mortos e 90 feridos. A taxa de desemprego oficial do país é de 30% e, de acordo com a Transparência Internacional, a nação é a terceira mais corrupta do mundo<sup>30</sup>. Na cidade de Bassorah, os manifestantes atearam fogo na sede do governo local. O Primeiro-Ministro Nouri al-Maliki anunciou, como tentativa de atenuar as complicações políticas e sociais, que não pretende concorrer ao terceiro mandato. O governo também anunciou que não aumentaria os salários dos Ministros e Deputados em 40%, como havia sido tramado<sup>31</sup>.

O governo do Presidente Jamal Talabani permanece no poder, mas ainda contando com manifestações recorrentes em todo o país.

##### ***i. Grande Jamahiriya Socialista Popular Árabe da Líbia 13 de janeiro de 2011***

Um Golpe de Estado em 1969 retirou do poder o Rei Idris I e colocou no centro legítimo das decisões políticas Mouammar Khadaffi. O que parecia ser o início de uma era democrática para o país na realidade tornou-se em um



regime autoritário militar de mais de 40 anos. 58% do PIB da Líbia provém da extração do petróleo<sup>32</sup>, que é fornecido principalmente para a França, Itália, Suíça, Áustria e Irlanda. As manifestações populares iniciaram-se em 13 de janeiro de 2011, e logo causaram a formação de medidas sociais paliativas do governo.

O acesso ao site YouTube foi bloqueado no dia 24 do mesmo mês, e em 15 de fevereiro a cidade de Benghazi passou a ser palco de violentas repressões policiais com armas de fogo e canhões. Os protestos tomaram conta do oeste do país em poucos dias, e o filho do líder governista, Saïf Khadaffi, produziu um discurso televisionado na noite do dia 20 de fevereiro exigindo o fim das manifestações. A resposta do povo líbio foi direta e clara: prédios públicos como a sede do Parlamento foram incendiados e os enfrentamentos entre as forças de segurança e os manifestantes já haviam gerado, de acordo com a ONG Solidariedade e Direitos Humanos na Líbia, 300 mortes e 1000 ferimentos até o dia 21 de fevereiro<sup>33</sup>.

No dia 27 de fevereiro formou-se um Conselho Nacional de Transição na cidade de Benghazi, que passou a coexistir com as instituições políticas de Khadaffi. A Líbia passou, então, a possuir duas lideranças políticas oficiais. No dia seguinte, o Pentágono declarou a movimentação do USS Enterprise e do USS Kearsarge em direção às costas da Líbia. A França e o Reino Unido logo reconhecem o Conselho Nacional de Transição como legítimo órgão governamental do país, sendo os primeiros Estados a afirmarem sua inclinação às forças rebeldes. No início de março foi estabelecida uma zona de exclusão aérea, supervisionada pelos Estados Unidos e pela França.

A maior parte da intervenção militar foi encabeçada pelos EUA, França, Reino Unido, Canadá, Bélgica e Itália com o apoio do Qatar, Emirados Árabes Unidos, Jordânia, Sudão, Egito e Tunísia. As lideranças militares ocidentais intervencionistas tiveram foco nos líderes políticos e militares Anders Rasmussen (Secretário-Geral da OTAN), Nicolas Sarkozy (ex-Presidente da República Francesa), Édouard Guillaud (Almirante francês), David Cameron (Primeiro-Ministro do Reino Unido), David Richards (General britânico) e Carter Ham (General Norte-Americano).

Cerca de oito mil soldados divididos em 36 batalhões e apoiados por cinco mil voluntários marcaram as forças a disposição do Conselho Nacional de Transição. Além de um porta-aviões permanentemente alojado na costa do país, mais de oito fragatas internacionais margeavam a Líbia durante os conflitos. Cerca de 10 mil a 12 mil homens firmavam as forças pró-Khadaffi<sup>34</sup>, que perderam dois mil efetivos após a guerra civil. O número de mortos no exército

popular está entre 5 e 10 mil homens<sup>35</sup>. Em 20 de outubro de 2011 foi anunciada a morte de Khadaffi na região de sua cidade natal, Syrte. A OTAN, frente institucional que encorajou os esforços rebeldes durante o período mais severo e violento das manifestações, deve atentar-se ao futuro da política na Síria. Torna-se saudável citar Patrick Charaudeau mais uma vez:

Todos os tipos de poder político na medida em que os que dele se apropriam de maneira individual (por exemplo, em um golpe de Estado) o fazem em nome de um ideal supostamente partilhado por certo número de indivíduos – mesmo se minoritário – que têm necessidade de manter-se no poder sob uma aparência de aprovação popular e se valem da discussão, ainda que como simulacro: eis os fundamentos do populismo (Charaudeau, “Discurso Político”, p.20, 2005).

É dever compromissado e institucional da OTAN garantir que as autoridades de transição da Líbia estejam de acordo com a manutenção da democracia no país. É dever dos líderes intervencionistas ocidentais acompanhar os processos políticos de reconstrução da Jamahiriya líbia, devendo contar com os instrumentos políticos e militares disponíveis no sistema internacional para assegurar o bem-estar da população local.

*j. República Árabe da Síria*  
*26 de janeiro de 2011*

Os apelos às revoltas populares iniciam-se por meio das redes sociais por volta do fim de janeiro e início de fevereiro. Em 17 de fevereiro o governo de Assad anuncia, de forma preventiva, a criação de um fundo de auxílio social destinado a 420 mil cidadãos necessitados<sup>36</sup>. A partir de 18 de março de 2011 revoltas começam a tomar corpo na cidade de Deraa, e prédios públicos como tribunais e parlamentos são incendiados. Os protestos avançam e tomam conta das cidades de Damas, Homs e Baniyas, e a organização *Human Rights Watch* (doravante HRW) já passa a evidenciar extensos massacres e repressões sangrentas contra o povo. A reação internacional tem seu ápice em agosto de 2011, quando o Conselho de Segurança das Nações Unidas emite repúdio a “violações generalizadas dos direitos do homem e ao emprego da força contra civis”<sup>37</sup>. Alguns dias após a declaração do CSNU é formado o Conselho Nacional Sírio, órgão de transição inspirado na instituição rebelde formada na Líbia.



O governo sírio avança a resposta aos protestos populares com violentos bombardeios às cidades tomadas pelos comandantes rebeldes Burham Ghalioun e Riyad Al Assad. O Estado também envia auxílios diplomáticos e militares para o regime de Khadaffi, na Líbia. Não tarda para que os acessos ao Facebook, ao Skype e ao YouTube sejam bloqueados pelas forças de inteligência do governo. No dia 7 de março cerca de 13 presos políticos iniciam uma greve de fome em protesto contra o regime de Bachar al-Assad. Estátuas de políticos históricos homenageados por Assad são derrubadas, e a revolução passa a banhar toda a nação síria. Em 25 de abril a cidade de Deraa passa a ser alvo de ataques das tropas sob o comando dos militares Maher al-Assad e Muhammad Saleh al-Rifai. Os fornecimentos de água, eletricidade e comunicações na cidade são cortados para dificultar o planejamento estratégico das forças rebeldes.

Aos primeiros dias de maio 161 veículos blindados iniciam operações táticas nas cidades de Al-Rastan e Talbisseh a mando do governo<sup>38</sup>. A ONG Insan emite um boletim oficial que contabiliza 632 mortes e oito mil prisões entre 15 de março e 6 de maio em todo o país. A lista de cidades com os principais focos revoltosos passa a incluir BouKamal, Lattaquié, Kameshli, Amouda e Alep, cidade em que, no dia 27 de junho, foi palco da prisão de mais de 400 estudantes universitários acusados de insultar o Presidente<sup>39</sup>. O apoio internacional às revoltas cresce com o reconhecimento, por parte do Conselho Nacional de Transição da Líbia e do governo de Nicolas Sarkozy, do Conselho Nacional Sírio como o único e legítimo órgão de administração do Estado.

Em 11 de janeiro de 2012, o jornalista francês Gilles Jacquier é vítima de ataques do exército sírio, sendo o primeiro representante de veículos internacionais de informação a ser morto durante a revolta. O envolvimento de fardas governamentais legítimas com o derramamento de sangue estrangeiro é uma questão delicada e que é ilustrada no Direito Internacional há anos:

É um princípio clássico do direito internacional que a responsabilidade internacional de um Estado por danos causados a estrangeiros só pode ser implementada a nível internacional depois de esgotados os recursos de direito interno pelos indivíduos em questão, isto é, depois que o Estado reclamado tenha se valido da oportunidade de reparar os supostos danos por seus próprios meios e no âmbito de seu ordenamento jurídico interno (Trindade, “O Esgotamento de Recursos Internos no Direito Internacional”, p.23, 1979).

A HRW denuncia casos de tortura de crianças e adolescentes por parte das forças pró-Assad<sup>40</sup>, que alegam fazer o uso da força oficial pela segurança da nação contra terroristas armados. O discurso se torna homogêneo e o governo de Assad passa a tratar os rebeldes como patrocinadores infiéis do terror no país. Os bombardeios da armada síria prosseguem em inúmeras cidades, e o governo do vizinho Qatar utiliza o termo genocídio para definir as repressões de Assad contra seu povo.

Nações europeias cortam as relações diplomáticas com o governo de Bachar al-Assad, e em 12 de março de 2012 o enviado especial das Nações Unidas, Kofi Annan, deixa a Síria sem qualquer sucesso de negociação política com o presidente local. O Ministro sírio da Informação, Adnane Mahmoud, acusa os governos da Arábia Saudita e do Qatar de serem “cúmplices das gangues terroristas”<sup>41</sup>, gerando desconfortos externos ainda maiores. Qatar e Arábia Saudita ainda são acusados pela Síria de terem financiado atentados terroristas no dia 17 de março na cidade de Damas. Segundo um morador da cidade de Homs, principal foco de ataque das forças sírias, o exército em nome de Bachar al-Assad utiliza mecanismos de artilharia de modelos T72, além de mísseis<sup>42</sup>.

Em 26 de maio as forças governamentais realizam um massacre na cidade de Houla, deixando 108 vítimas, dentre elas 49 crianças. O ataque incitou as primeiras condenações oficiais por parte da China e da Rússia ao uso da força pelo regime de Assad. Um outro massacre ocorreu na cidade de Al-Koubeir, em que cerca de 80 civis foram mortos. Representantes enviados das Nações Unidas passam a atestar a frequente morte de crianças e mulheres por todas as partes do país. Em 12 de abril a missão de paz comandada por Kofi Annan consegue firmar um acordo de cessar-fogo, que é desrespeitado em menos de 24 horas pelo exército de Assad. Cerca de 300 membros observadores da ONU passam a ser autorizados a adentrar as fronteiras sírias para acompanhar as manifestações, uma vez que o Estado de Assad, legitimamente reconhecido pelas Nações Unidas, declara oficialmente que os revoltosos não passam de terroristas.

Em 6 de junho de 2012 o presidente Assad nomeia Riad Hijab, antigo Ministro da Agricultura, como novo Primeiro-Ministro da República. Dois dias após a substituição ministerial, o Secretário-Geral das Nações Unidas Ban Ki-Moon define a situação síria como uma “iminente e real guerra civil”. A atual conjuntura militar do conflito é dividida entre dois pólos: os revoltosos somam 40 mil homens da Armada Síria Livre, sob o comando do Conselho Nacional

Sírio, enquanto as forças pró-Assad consistem no Exército Sírio e algumas milícias, apoiados pela Força Al-Qods da Guarda Iraniana da Revolução Islâmica, sob o comando de Mohammad Ali Jafari. A estimativa atual de perdas já contabiliza mais de 14.400 mortos nas forças populares e 11.853 nas forças de Assad.

*k. Margens do mundo árabe: República do Chipre e República Islâmica do Irã*

*28 de janeiro e 14 de fevereiro de 2011*

Em 2 de março, a região da Nicosia no Chipre foi palco para mais de vinte mil manifestantes cipriotas que protestaram contra as relações de sua nação com a Turquia. De acordo com o Direito Internacional, o Chipre é uma ilha independente. Deve-se lembrar que, em 1974, a Turquia invadiu e ocupou a região norte da nação cipriota após um golpe local de Estado de nacionalistas de origem grega. O norte do país, portanto, encontra-se na condição de uma entidade turco-cipriota reconhecida somente pela própria nação turca, que isola a capital nacional do Chipre do resto de seu território. Situada no Mar Mediterrâneo, a ilha do Chipre também é próxima da Síria e conta com os territórios britânicos de Akrotiri e Dhekelia. É saudável lembrar que o IDH do Chipre é muito elevado (0.903)<sup>43</sup>.

Os territórios britânicos do Chipre são Zonas de Soberania, e possuem desenvolvidas e estratégicas bases aéreas. As Forças Reais localizadas na região estão sob o comando do Marechal-do-Ar William Stacey, que lidera os mais de 7,5 mil oficiais britânicos dispostos na ilha. As bases de Akrotiri e Dhekelia também são utilizadas por aeronaves dos Estados Unidos e de outros aliados militares de Sua Majestade, a Rainha Elizabeth II.

A República iraniana de Ahmadinejad passou a conter manifestações em 14 de fevereiro de 2011, tendo oficializado, até junho de 2012, apenas três mortes e 150 feridos. As autoridades iranianas não colaboram com a precisão de dados, e por conta de tal fator não é possível, de forma certa, dissertar acerca dos números que envolvem as manifestações em Teerã. Sabe-se que as forças policiais do governo contam com o apoio de cerca de 1,5 mil militantes do Hezbollah para abafar os protestos<sup>44</sup>. O Aiatolá Ahmad Janati disse, em 18 de fevereiro, que as lideranças revoltosas devem ser executadas. No dia seguinte, o Ministro do Interior, Mostafa Mohammad-Najjar, afirmou que os protestos serão tratados pelo governo de Ahmadinejad como “afrontamentos à Lei”<sup>45</sup>. As cidades de Isfahan e Shiraz aderiram aos protestos, que logo foram violentamente sufocados pela polícia e pela milícia Basij.

O Vice-Cônsul do Irã em Milão, Ahmed Maleki, colocou-se ao lado das forças revoltosas e obteve o apoio governamental da França. A Campanha Internacional Para os Direitos Humanos no Irã emitiu um parecer em 26 de fevereiro que incitava a utilização de certos “métodos e técnicas”<sup>46</sup> por parte das forças de Ahmadinejad na obtenção de informações das lideranças manifestantes. Ignácio Perez-Cambra, Cônsul espanhol no Irã, foi detido por quatro horas no dia 14 de fevereiro pela polícia iraniana, acusado de alinhar-se aos movimentos revoltosos. Mahmoud Ahmadinejad emitiu um pronunciamento em que afirmou que “É claro que a nação iraniana tem inimigos, pois é uma nação que deseja brilhar, conquistar picos e mudar [suas] relações internacionais. Há muita hostilidade contra o governo, claro... [os organizadores] só queriam manchar o brilho da nação iraniana, que é um Sol que brilha. Eles jogaram um pouco de poeira ao Sol, mas a poeira vai voltar aos seus olhos”<sup>47</sup>. Serviços de inteligência foram posicionados estrategicamente para acompanhar os protestos contra o governo.

O Parlamento Iraniano emitiu pedidos de execução por traição nacional a líderes revolucionários anti-Ahmadinejad, medida apoiada pelo Procurador-Geral do Irã, Gholam-Hossein Mohseni-Eje'i. Outras instâncias governamentais e jurídicas incitaram a condenação do ex-Presidente iraniano Akbar Hashemi Rafsanjani à pena de morte por corrupção e traição. Foram bloqueados os acessos aos sites Yahoo, Google, Skype, Facebook e Twitter. Em 13 de fevereiro de 2012, o acesso aos e-mails foi normalizado.

Vale ressaltar pontos para que possamos inserir o Irã, mesmo não pertencendo ao mundo árabe, nas discussões da OTAN. Tomemos como inspiração o que disse Antônio Augusto Cançado Trindade acerca da proteção internacional dos Direitos Humanos como Norte para a bússola das ações internacionais de intervenção e debate:

Os direitos proclamados são inerentes ao ser humano, anteriores portanto a toda e qualquer forma de organização política ou social, e de que a proteção de tais direitos não se esgota – não pode esgotar – na ação do Estado. É precisamente quando as vias internas ou nacionais se mostram incapazes de assegurar a salvaguarda desses direitos que são acionados os instrumentos internacionais de proteção (Trindade, “A Proteção Internacional dos Direitos Humanos e o Brasil”, p.24, 2000).

Em março de 2012, o britânico The Guardian reportou a utilização de crianças de 12 a 16 anos como soldados da milícia Basij em troca de alimentação e moradia. Hadi Ghaemi, Diretor Executivo da Campanha Internacional Para

os Direitos Humanos no Irã, afirmou que tal fato é uma clara “violação ao Direito Internacional”<sup>48</sup>. A situação geral no país continua a marcar constantes violações aos Direitos Humanos fundamentais, mas sem qualquer tipo de incitação a intervenção externa.

Fica claro que Ahmadinejad, utilizando do apoio político da Rússia e da China que legitima suas decisões como oficiais em nome do Estado e do povo iraniano frente à comunidade internacional, faz uso da mais pura e previsível arte política da retórica. Acusar as revoltas de traição e utilizar o cerne jurídico inflexível de seu país é uma forma explícita de intervir em diferentes espaços e instâncias. Vale, portanto, citar mais uma vez Patrick Charaudeau:

O governo da palavra não é tudo na política, mas a política não pode agir sem a palavra: a palavra intervém no espaço de discussão para que sejam definidos o ideal dos fins e os meios da ação política; a palavra intervém no espaço de ação para que sejam organizadas e coordenadas a distribuição das tarefas e a promulgação das leis, regras e decisões de todas as ordens; a palavra intervém no espaço de persuasão para que a instância política possa convencer a instância cidadã dos fundamentos de seu programa e das decisões que ela toma ao gerir os conflitos de opinião em seu proveito (Charaudeau, “Discurso Político”, p.21, 2005).

O uso do discurso político de Ahmadinejad é legítimo e até certo ponto explicável, tendo em vista a sua soberania frente ao sistema internacional. Entretanto, deve-se frisar que aqui não cabe o uso do ditado francês outrora citado por Hobsbawm<sup>49</sup>, que diz que *“tout comprendrec’est tout pardonner”* (tudo que é compreensível é perdoável). Não é por que entende-se e explica-se o comportamento de Ahmadinejad que deve-se, obrigatoriamente, perdoar suas recorrentes violações aos Direitos Humanos e aos alertas humanitários internacionais.

## **2. As acusações e pautas dos conflitos internos**

### *2.1 Direitos Humanos*

Antes de dissertar acerca das violações aos Direitos Humanos universais ocorrentes no Oriente Médio e da seriedade de suas consequências, torna-se sadio anexar ao presente Guia a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948.

## ANEXO XII<sup>50</sup>

Os moldes árabes de instituições políticas chocam-se com os parâmetros ocidentais de forma natural quando o assunto é o respeito aos Direitos Humanos. Enquanto boa parte do discurso internacional – que estende-se, inclusive, à Corte Internacional de Justiça – valorizam o aspecto cultural como afirmação da soberania dos Estados que espontaneamente assumem como legais penas de morte e apedrejamento em praças públicas, há também uma grande via internacional, tanto jurídica como política e midiática, que afirma que os Direitos Humanos são universais e inalienáveis, devendo prevalecer sobre qualquer outro aspecto de análise. Essa é uma argumentação que favorece, por exemplo, a presença militar da OTAN em algumas regiões em que violações frequentes aos Direitos Humanos formam famas e quiçá culturas.

O jurista Antônio Augusto Cançado Trindade, anteriormente citado no presente documento, utilizou um discurso puramente democrático e humanista recentemente na Corte Internacional de Justiça. A Alemanha nazista, ao invadir a Itália em 1941, cometeu diversas violações aos Direitos Humanos. A partir de 2002, os organismos jurídicos italianos passaram a aceitar o julgamento de ações civis contra o Estado alemão em busca de indenizações. Tecnicamente, o fato de um órgão italiano julgar e emitir uma decisão contra um outro Estado quebra o princípio de Imunidade de Jurisdição (*Pare in pare non habet imperium*) que garante a soberania jurídica entre países. Entretanto, Cançado Trindade colocou-se a favor do comportamento italiano, pois, segundo sua opinião, toda e qualquer medida em decisões políticas internacionais devem seguir sempre o norte nos Direitos Humanos e auxiliar as vítimas passadas das violações da Carta.

Vale citar uma expressão francesa muito utilizada no mundo jurídico, *“Personne ne fait pas justice à soi même”*<sup>51</sup>. Dizer que ninguém pode fazer justiça por suas próprias mãos é afirmar também que nenhuma pessoa ou instituição unilateral ou antidemocrática não pode fazer justiça e dosá-la por si só. Esse termo é utilizado no direito costumeiro do mundo moderno e contemporâneo quase que integralmente: faz a promotória em questão afirmar, com bases clássicas, que o acusado não possui direito algum de forjar parâmetros e significados para aplicá-los ao próximo. Esta passagem auxilia grande parte do discurso ocidental a criticar negativamente as posturas inflexíveis de líderes árabes no que tange a violações recorrentes aos Direitos Humanos, mesmo que sob o véu da soberania.



## *2.2 Complicações econômicas e discursos democráticos*

### *2.2.1 A interferência de organismos multilaterais na primavera árabe*

Quando em 21 de fevereiro dois pilotos líbios pousaram em Malta afirmando terem recebido ordens do alto comando militar da Líbia para bombardear embaixadas e locais de reuniões civis, a comunidade internacional despertou para a gravidade da situação que discorria na Líbia a partir de então. Dias depois, mais precisamente dia 26 de fevereiro, Rússia e China se juntam aos países ocidentais na ONU à favor de uma intervenção na mudança de regime, e o ditador líbio fica sem saída, e sem apoio de nenhuma grande potência. É acusado por crimes contra a humanidade. No fim da primeira quinzena de março o Conselho de Segurança das Nações Unidas aprova uma resolução com 10 votos à favor e 5 abstenções para se criar um **bloqueio aéreo** sobre os céus de Benghazi com o objetivo impedir qualquer movimentação militar de Gaddafi contra os civis, e poucos dias depois, em 18 de março, as forças aéreas britânica e francesa iniciam movimentações para defender os rebeldes e seus postos de concentração em Benghazi. Poucas semanas depois a OTAN assume o comando das investidas aéreas sobre Gaddafi e suas movimentações, e seguindo os passos de David Cameron as principais potências européias aumentam as pressões apoiando a queda do regime líbio. Apesar de se manterem a favor dos movimentos e durante muitos discursos afirmarem que não armaram os rebeldes, países como a França admitem publicamente terem dado apoio bélico às revoluções armadas, desafiando o consenso atingido em reunião da ONU que condenaria qualquer tipo de apoio bélico à grupos que pudessem causar mortes civis. Após esse episódio a OTAN decide rever suas estratégias de apoio aos rebeldes.

A comunidade internacional demorou mas percebeu que, enquanto fechou seus olhos, os protestos se espalharam como um sopro de desejo por liberdade e democratização, muito similar ao já ocorrido nas Américas e na Europa.

O Secretário Geral da ONU, Ban Ki-Moon, afirmou que as rebeliões que se espalharam como um “Fogo Selvagem” pelo Norte da África e no Oriente Médio estão servindo para as mais novas gerações do mundo abrirem seus olhos, e a prova disso são as manifestações que vem ocorrendo contra a opressão de direitos básicos que ainda assola muitas regiões do planeta.

Para que os erros do passado não sejam repetidos, o Secretário Geral da ONU se posicionou a favor dos protestos, os comparando à própria queda do Comunismo e a reunificação das Alemanhas, dizendo que os ideais dessa geração se refletem nas manifestações, portanto, elas devem ser apoiadas. Já em relação à posição tomada pelo ocidente, o Secretário se mostra contra a interferência militar nas regiões para deixar o controle operacional das invasões sob tutela da OTAN.

### *2.2.2 Direitos Humanos*

Violações abertas e legítimas aos Direitos Humanos por parte de Estados árabes implicam em impasses com os discursos democráticos e humanitários ocidentais. Como grande parte do capital investido nas multinacionais petrolíferas na região é de origem europeia ou norte-americana, manter a estabilidade governamental e institucional nos países produtores de petróleo torna-se fundamental para o caminhar sadio dos lucros.

É capaz afirmar aqui que violações com frequência exorbitante aos Direitos Humanos normalmente são acompanhadas de medidas econômicas autoritárias por parte do governo que se firma no território em questão. Assim sendo, é válido também crer que um quadro muito chamativo de violações aos Direitos Humanos acompanha uma série de medidas governamentais que possam prejudicar os interesses empresariais multinacionais em determinado país.



Um caso recente e válido de se apresentar é o da Líbia de Khadaffi, que sempre foi acusado de desrespeitar a democracia no país e liderar a população de acordo com uma lógica ditatorial. Tornou-se ainda mais indesejado pelas lideranças ocidentais quando atingiu o auge de uma postura recorrente de medidas protecionistas e anticapitalistas, provocando desconforto em Estados europeus e americanos.

A partir de reformas neoliberais, as questões centrais envolvendo as relações entre a sociedade e os Estados nacionais têm a ver com a capacidade desses futuros Estados de assumir eficientemente seu novo papel indutornormativo-regulador, ao mesmo tempo em que um original pacto social consiga definir como lidar com a tendência de crescente exclusão social decorrente do atual modelo econômico global. A internacionalização dos agentes econômicos privados e a privatização dos serviços públicos de infraestrutura, além de trazer claros benefícios à eficiência econômica da produção, têm gerado tendência simultânea de aumento do desemprego formal e crescente flexibilização da mão de obra. Em decorrência, os governos inevitavelmente acabam pressionados a garantir certa *proteção social* às crescentes populações carentes, em contradição com seus recursos fragilizados pela meta imperiosa de equilíbrio orçamentário (Dupas, “A Lógica Econômica Global e a Revisão do Welfare State: a urgência de um novo pacto”, 1998).

A supracitada opinião de Gilberto Dupas, coordenador da Área de Estudos Internacionais do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, reafirma o que foi sugerido anteriormente no presente Guia: os governos árabes, por exemplo, encontram-se em uma espécie de ciclo vicioso político-econômico. São responsáveis por mostrar eficiência na administração pública que sofre com exclusão social (gerando revoltas), ao mesmo tempo que acabam pressionados a recorrer a recursos capitalistas internacionais para garantir direitos básicos às populações. As ajudas externas, como privatizações, acabam por causar grandes problemas orçamentários nos países em questão, firmando,

indiretamente, cada vez mais exclusão social seguida por motivos claros de revoltas contra os governos.

Percebe-se, portanto, que a lógica econômica vigente nas relações internacionais entre Oriente Médio e ocidente é complementada e coexistente com o discurso democrático e sua proteção. Defender o bem-estar da democracia e dos Direitos Humanos no Golfo Pérsico é, por excelência, uma forma política segura de manter as transações econômicas (petrolíferas, por exemplo) de acordo com as vontades dos países ocidentais. Tal observação não é de pesar pessoal, apenas midiático. É um fenômeno (re)conhecido na política contemporânea, passível de muitas outras análises.

As relações políticas que deverão marcar as discussões da OTAN em outubro desse ano continuam sendo análogas ao que disse Gilberto Freyre definindo a formação étnica de Portugal. Durante a formação cultural da Ibéria, mouros e caucasianos chocavam-se por meio de batalhas e exclusões, alternando relações belicosas com amistosas. O resultado foi a formação de um caráter nacional português legitimamente fruto da interseção das duas culturas em choque: a árabe e a cristã. Estavam presentes alguns dos principais exemplos de governo árabe da história, os Califados do Norte da África; mas estavam também firmados no mesmo território os embriões do Estado moderno ocidental. Manobras políticas frutos e germen de interesses e preocupações culturais acabaram, ao longo de séculos, por gerar uma das culturas mais confusamente harmônicas do mundo: o caráter nacional português, que mescla o positivismo institucional cristão com o fervor moral das antigas comunidades árabes da região. Entre guerras e tratados; entre encontros e desencontros; entre acordos e repúdios nascem os discursos políticos contemporâneos. Entre as relações históricas e inerentes às relações internacionais que habitam a tangência do Oriente Médio com o ocidente encontram-se todas na condição de vitais e indispensáveis para a história do mundo que vivemos: os interesses imperialistas, o fundamentalismo exacerbado e as misturas intercontinentais de ideais e de aspirações são frutos dos encontros, das misturas, das miscelâneas. As relações político-econômicas entre os governos árabes e ocidentais são base fértil para que não apenas inimizades cresçam na situação: são base, independente de seu caráter, para que interesses sejam combinados e utilizados como norte para novas relações cada vez mais diplomáticas e cordiais entre os polos envolvidos na problemática.

É natural que inimizades ocorram em quadros multilaterais: Freud já deixara claro que inimizades acompanham o indivíduo em sociedade, seja coexistindo com o outro ou consigo mesmo. O que preocupa as análises políticas futuras é, justamente, a disposição das partes

integrantes dos conflitos de solucionar os problemas por meios diplomáticos e pacíficos. Ainda que a Organização do Tratado do Atlântico Norte seja um engodo militar e bélico para afirmar os interesses ocidentais na comunidade internacional, deve-se lembrar que a OTAN foi criada sob o discurso de fraternidade e de conduta sã, tópicos culturais e políticos que não só devem ilustrar com floreios as ações ocidentais mas sim esboçar novos quadros de cooperação com o oriente.

### 3. Estratégia

#### 3.1 Comitê Militar

A Organização do Tratado do Atlântico Norte é um comitê militar<sup>52</sup>. Trabalha com oficiais militares de alta patente para todas as decisões tomadas. No caso, a função desses militares é de consultoria às autoridades políticas da OTAN, sobre quais atitudes do âmbito estratégico militar tomar.

A Islândia, por exemplo, não possui um exército propriamente dito, e é representado por um oficial civil.<sup>53</sup> A França retirou suas forças militares da OTAN, porém tem um observador sem poder de voto no âmbito militar.

As decisões militares da OTAN são feitas por consenso, ou seja, unanimidade; o que na prática pode significar que todos os países participantes tem poder de “veto”, com exceção da França. Os Estados podem se abster caso não queiram “vetar sozinhos” uma decisão.<sup>54</sup>

#### 3.2 Conceito de Estratégia

O conceito de estratégia militar na OTAN é estabelecido por um documento que orienta a organização sobre as questões da agenda. O Conceito abrange três tópicos:

- i) Expressa o propósito, a natureza e as principais tarefas da Organização;
- ii) Identifica as características do ambiente de segurança contemporâneo; e
- iii) Provê orientação para a adaptação das forças militares de seus membros a esse novo ambiente.

Uma das frases clássicas do documento é “A aliança não se considera adversária de nenhum país”.<sup>55</sup>

Com o fim da guerra fria e as implicações da mesma o documento sofreu várias alterações.

### 3.2.1. A Guerra Moderna

O conceito de guerra moderna nasceu com a paz de Westphália em 1648, tratado que colocou fim à guerra dos 30 anos. Depois desse tratado o Estado passou a possuir o monopólio legítimo do uso da força.<sup>56</sup>

A primeira geração da guerra é a chamada de linha e coluna (line and column), onde as batalhas eram todas corpo-a-corpo e eram formais. Esse tipo de guerra durou de 1648 a 1860. A importância desse tipo de guerra é dada pelo nascimento da questão de ordem da estratégia militar. A partir dela nasceu o uniforme, continência e a hierarquia.<sup>57</sup>

Com o aperfeiçoamento das armas e da estrutura bélica, esse tipo de guerra se tornou inviável, dando origem à segunda geração da guerra.

A segunda geração foi desenvolvida pelo exército francês durante a primeira guerra mundial. O poder de fogo era sincronizado para a infantaria, carros de combate e artilharia em uma “batalha conduzida” onde o comandante era como um maestro.<sup>58</sup>

A questão da ordem permanecia intimamente ligada à cultura da guerra, o que era um alívio para os oficiais.

Este tipo de guerra é o mesmo utilizado até hoje pelos Estados Unidos, por isso a importância dela é tão grande. Se observarmos a guerra do Iraque e a do Afeganistão podemos perceber esse tipo de guerra, para os estadunidenses a guerra é “por aço no alvo”.<sup>59</sup>

A terceira geração da guerra também é um fruto da primeira guerra mundial, dessa vez criado pelo exército alemão, a famosa guerra relâmpago (blitzkrieg). Esta guerra não é baseada no poderio militar em si, mas na velocidade e na surpresa. O ataque se dá pela retaguarda do inimigo, seu princípio é causar o colapso. Na defesa, é atrair o inimigo para cortar a retirada. Esta guerra é não linear.<sup>60</sup>

A cultura de guerra também muda na terceira geração. O general foca no resultado, nos fins; e não internamente, como no processo.

Na quarta geração, a mais importante para o nosso estudo, há a maior mudança desde a paz de Westphália, o Estado perde o monopólio sobre a guerra. A guerra agora é dominada por grupos não ligados ao Estado, como os grupos terroristas: Hamas, Hezbollah, al-Qaeda e etc. Na guerra da quarta geração não são os estados que entram em conflito, mas sim as culturas.<sup>61</sup>

## ANEXO XIII

### 3.3. Conclusões Gerais sobre Guerra

Uma guerra não tem que ser justa, mas é claro que seu resultado geral é favorecido quando a opinião pública mundial acredita que uma guerra está sendo conduzida por razões justas e definidas.

Os planejadores civis e militares de um conflito precisam articular objetivos claros e concisos com os mesmos objetivos estratégicos. Isto se aplica para a guerra convencional e não convencional.

Qualquer país que decida aplicar a guerra como parte de seu meio político tem de compreender os objetivos políticos do outro lado. (ARANTZ, 2002).

## Referências

- AFP, L'Express.** 27 de junho de 2011. Tradução nossa.
- Al Jazeera English.** Gaddafi's military capabilities. Tradução nossa.
- Arab Reform.** Bahrain Woman Gets Year in Jail for Critical Poems. 12 de junho de 2011. Tradução nossa.
- BBC.** Iran protests 'going nowhere', says Mahmoud Ahmadinejad. 15 de fevereiro de 2011. Tradução nossa.
- BOZARSLAM, H. op. cit.** 2011. p. 12. Tradução nossa.
- Center for Naval Analysis.** 2010. Coast Guard Operations during Operation Iraqi Freedom. Tradução nossa.
- CHAIGNE-ODIN, A.** Spécial crise au Maghreb et au Moyen-Orient : Bahreïn. **Institut de recherche et d'études Méditerranée Moyen Orient.** 22 de fevereiro de 2011. Tradução nossa.
- CIA. Alfabétisation d'après la Banque mondiale et le CIA world factbook :** taux de pauvreté *idem*, taux de corruption d'après Transparency international. 2011. Tradução nossa.
- Compreendendo a Guerra de Quarta Geração. Disponível em <<http://www.ecsbdefesa.com.br/fts/MR%20WSLind.pdf>> Acesso em 19/07/2012
- Compreendendo a Guerra de Quarta Geração. Disponível em <<http://www.ecsbdefesa.com.br/fts/MR%20WSLind.pdf>> Acesso em 19/07/2012
- Compreendendo a Guerra de Quarta Geração. Disponível em <<http://www.ecsbdefesa.com.br/fts/MR%20WSLind.pdf>> Acesso em 19/07/2012
- Compreendendo a Guerra de Quarta Geração. Disponível em <<http://www.ecsbdefesa.com.br/fts/MR%20WSLind.pdf>> Acesso em 19/07/2012
- Compreendendo a Guerra de Quarta Geração. Disponível em <<http://www.ecsbdefesa.com.br/fts/MR%20WSLind.pdf>> Acesso em 19/07/2012
- Compreendendo a Guerra de Quarta Geração. Disponível em <<http://www.ecsbdefesa.com.br/fts/MR%20WSLind.pdf>> Acesso em 19/07/2012
- Compreendendo a Guerra de Quarta Geração. Disponível em <<http://www.ecsbdefesa.com.br/fts/MR%20WSLind.pdf>> Acesso em 19/07/2012
- DAGUZAN, op. cit.** 2011. p. 14. Tradução nossa.
- FAO. World Food Situation.** 2011. Índice de preços de produtos alimentares. Tradução nossa.

- France-Soir.** 2011. Tradução nossa.
- HOBBSAWM, E. A Era dos Extremos. 1994, p.15.  
<http://www.ynetnews.com/articles/0,7340,L-4031344,00.html>  
<http://noticias.terra.com.br/mundo/interna/0,,OI2959425-EI294,00-Hezbollah+nega+ter+venezuelanos+acusados+pelos+EUA.html>  
<http://www.yabiladi.com/articles/details/4608/moulay-hicham-tant-marocain-suis.html>. Acesso em junho de 2012. Tradução nossa.
- Human Rights Watch.** Syrie : Escalade de la répression après la déclaration du Conseil de sécurité des Nations Unies. 9 de agosto de 2011. Tradução nossa.
- ICG.** PopularProtests in NorthAfrica and the Middle East (III): The BahrainRevolt. **International Crisis groupMiddle East/North Africa.** Report no 105. 6 de abril de 2011. Tradução nossa.
- International Telecommunication Union.** Measuring the Information Society, Genève : ITU-D, 2010, ISBN :92-61-13111-5, p. 105-106. Tradução nossa.
- International Telecommunication Union.** Measuring the Information Society, Genève : ITU-D, 2010, ISBN :92-61-13111-5, p. 105-106. Tradução nossa.
- L'Écho.** La contestation ne faiblit pas. 5 de maio de 2011, page Actu 1. Tradução nossa.
- Le Matin.** 22 de fevereiro de 2011. Tradução nossa.
- Le Monde,** 19 de fevereiro de 2001, p.4. Tradução nossa.
- Le Monde,** 19 de fevereiro de 2011, p. 4. Tradução nossa.
- Le Nouvel Observateur.** Une nuit de massacre à Homs, 260 morts. 4 de fevereiro de 2012. Tradução nossa.
- Le Parisien.** Libye: 10 000 morts et 50 000 blessés, selon les insurgés.19 de abril de 2011. Tradução nossa.
- Le Point.** 13 de março de 2012. Tradução nossa.
- Le télégramme.** 22 de fevereiro de 2011. Tradução nossa.
- Le télégramme.** 22 de fevereiro de 2011. Tradução nossa.
- LEVERRIER, I. **op. cit.** p. 62. Tradução nossa.
- Manière de voir.** 2011. Le Réveil arabe. Tradução nossa.
- MENS, Y. **op. cit.**2011. p. 10. Tradução nossa.
- MENS, Y. **Génération chômage.** 2011. Alternatives internationales, no 50, p. 11. Tradução nossa.
- MENS, Y. **Génération chômage.** 2011. Alternatives internationales, no 50, p. 11. Tradução nossa.
- Ministério da Justiça da República Federativa do Brasil.** Portal de Direitos Humanos. Acesso em 19 de julho de 2012.
- New York Times.** Egypt, Oil and Democracy. 31 de janeiro de 2011. Tradução nossa.
- NUNES, P. **Dicionário de Tecnologia Jurídica.** 1994, p.941.
- OTAN.** Acesso em junho de 2012. Tradução nossa.
- OTAN.** *Consensus decision-making at NATO.* Disponível em <<http://www.nato.int/issues/consensus/index.html>> Acesso em 19/07/2012. Tradução nossa.
- OTAN.** *The Alliance's Strategic Concept (1999)*<<http://www.nato.int/docu/pr/1999/p99-065e.htm>>. Acesso em 19/07/2012. Tradução nossa.



- Ouest-France**, 2011. Tradução nossa.
- PNUD**. Ranking do IDH. 2010. Tradução nossa.
- Radio France Internationale (RFI)**. 2011. Tradução nossa.
- Radio France Internationale (RFI)**. 2011. Tradução nossa.
- RFI**. Tradução nossa.
- RODDY, M. Iran warns opposition against staging fresh rallies, **Reuters**. 19 de fevereiro de 2012. Tradução nossa.
- RSR**. Révolte en Libye, événements minute par minute. 21 de fevereiro de 2011. Tradução nossa.
- SAYAH, R. and MARTINEZ, M. Iran's two opposition leaders, their wives are placed in safe house. **CNN**. 26 de fevereiro de 2011. Tradução nossa.
- Spiegel Online International**. Anti-semitic Hate Speech in the Name of Islam. 16 de maio de 2008. Tradução nossa.
- STALINSKY, S. An Islamic Republic Is Hezbollah's Aim. *The New York Sun*. 2 de agosto de 2006. Tradução nossa.
- STARR, B.** US Fifth Fleet reborn for active duty in the Persian Gulf, *Jane's Defence Weekly*. 1995, p.11. Tradução nossa.
- TAIT, R. Iran 'using child soldiers' to suppress Tehran protests. **The Guardian**. 27 de abril de 2011. Tradução nossa.
- The Jerusalem Post**. Carter: Stop favoring Fatah over Hamas. 19 de junho de 2007. Tradução nossa.
- The North Atlantic Council**. Disponível em <<http://www.nato.int/docu/handbook/2001/hb070101.htm>>. Acesso em 19/07/2012. Tradução nossa.
- The North Atlantic Council**. Disponível em <<http://www.nato.int/docu/handbook/2001/hb070101.htm>>. Acesso em 19/07/2012. Tradução nossa.
- United States Airforce Online Website/ United States Army Online Website/ United States Navy Online Website/ Site Officiel de l'Armée de L'Air/ Site Officiel de la Légion Étrangère/ Site Officiel de la Marine Nationale Française/ Royal Navy Official Website/ Royal Airforce Official Website/ Royal Army Official Website** . Acesso em junho de 2012. Tradução nossa.

## **Demais fontes consultadas ao longo da elaboração do artigo**

### *Sítios*

<http://www.democraticunderground.com/101632534>

<http://www.iss.europa.eu/topics/arab-spring/>

<http://www.dc4mf.org/en/content/arab-spring-hailed-world-press-freedom-day>

<http://www.pbs.org/mediashift/2012/05/world-press-freedom-day-where-we-stand-after-the-arab-spring124.html>

<http://www.freedomhouse.org/article/freedom-press-2012-breakthroughs-and-pushback-middle-east>

[http://www.huffingtonpost.com/rabah-ghezali/the-arab-springs-implicat\\_b\\_1462866.html](http://www.huffingtonpost.com/rabah-ghezali/the-arab-springs-implicat_b_1462866.html)

[http://www.jfcnaples.nato.int/resources/24/Documents/UNSCR\\_1973.pdf](http://www.jfcnaples.nato.int/resources/24/Documents/UNSCR_1973.pdf)

<http://www.opendemocracy.net/alexander-corbeil-gillian-kennedy-geoffrey-levin-vivien-pertusot-josiah-surface/partners-in-democrac>

[http://www.nato.int/cps/en/natolive/opinions\\_74993.htm](http://www.nato.int/cps/en/natolive/opinions_74993.htm)

<http://www.nytimes.com/2011/06/01/opinion/01iht-edrasmussen01.html>

<http://peoplesworld.org/arab-spring-libyan-winter-has-timely-lessons-for-nato-summit/>

<http://www.hrw.org/world-report-2012/time-abandon-autocrats-and-embrace-rights>

<http://www.hrw.org/news/2012/01/10/soviet-fall-and-arab-spring>

<http://www.hrw.org/news/2012/01/22/world-report-2012-strengthen-support-arab-spring>

<http://www.hrw.org/news/2012/01/23/russia-repeats-western-mistakes-arab-spring>

<http://www.hrw.org/node/75134>

<http://www.unicuritiba.edu.br/sites/default/files/publicacoes/edicoes/corpo6.pdf>

<http://www.un.org/en/africarenewal/vol25no2-3/arab-spring.html>

<http://www.usatoday.com/news/world/story/2011-12-31/un-secretary-general-arab-spring/52299608/1>



[http://www.peacewomen.org/assets/file/PWandUN/GA66/Statements/ga66\\_generaldebatestatement\\_unitedkingdom.pdf](http://www.peacewomen.org/assets/file/PWandUN/GA66/Statements/ga66_generaldebatestatement_unitedkingdom.pdf)

<http://ukun.fco.gov.uk/en/news/?view=PressS&id=730248882>

<http://www.bbc.co.uk/news/world-middle-east-15628006>

<http://www.guardian.co.uk/world/interactive/2011/mar/22/middle-east-protest-interactive-timeline>

<http://af.reuters.com/article/topNews/idAFJJOE6BI06U20101219>

### *Livros*

SANTOS DA COSTA, R. (2006). Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN): histórico, características, objetivos, funcionamento e influência na segurança coletiva. *Relações Internacionais em Revista*, Curitiba, n. 6, pág. 129-151, 2006.

## GUIA DE ESTUDOS COMITÊ DE IMPRENSA – SICOM-2012

Diretores:

Lucas A. Kruse

Luiza Cheib Habib

Clara Santana

*“Porque o jornalismo é uma paixão insaciável que só se pode digerir e humanizar mediante a confrontação descarnada com a realidade. Quem não sofreu essa servidão que se alimenta dos imprevistos da vida, não pode imaginá-la. Quem não viveu a palpitação sobrenatural da notícia, o orgasmo do furo, a demolição moral do fracasso, não pode sequer conceber o que são. Ninguém que não tenha nascido para isso e esteja disposto a viver só para isso poderia persistir numa profissão tão incompreensível e voraz, cuja obra termina depois de cada notícia, como se fora para sempre, mas que não concede um instante de paz enquanto não torna a começar com mais ardor do que nunca no minuto seguinte.”*

**(GARCIA MARQUEZ, Gabriel)**

-----

*"Jornalismo, independentemente de qualquer definição acadêmica, é uma fascinante batalha pela conquista das mentes e corações de seus alvos: leitores, telespectadores ou ouvintes. Uma batalha geralmente sutil e que usa uma arma de aparência extremamente inofensiva: a palavra, acrescida, no caso da televisão, de imagens. Entrar no universo do jornalismo significa ver essa batalha por dentro, desvendar o mito da objetividade, saber quais são as fontes, discutir a liberdade de imprensa no Brasil(ou em cada comitê da SiEM!)."*

(**ROSSI, Clóvis**. "O que é Jornalismo", Brasiliense, 1980, com nota entre parênteses dos autores desse guia)

## 1. INTRODUÇÃO

Cão de guarda da sociedade, voz dos excluídos, baluarte da justiça, protetor da democracia, esses são alguns dos adjetivos que vez ou outra são usados pra definir um jornalista. Apesar de um pouco românticas, todas essas denominações guardam um pouco do que de fato é o trabalho desse profissional que no fundo nada mais é do que um contador de histórias.

O jornalista, repórter, caçador de notícias, ou quer seja como você o denomine, têm um papel fundamental na sociedade. É ele o responsável - ou pelo menos o mais famoso deles - por contar aos cidadãos o que se passa no mundo que os cerca.

“O que é importante geralmente desperta interesse, mas

há também outros tópicos que precisam de um tratamento jornalístico a fim de despertar o interesse do público. E aí está uma das artes do jornalismo: ver relevância até em curiosidades da vida real, desde que a mensagem seja compreensível que se consiga comunicar um fato e que este de alguma forma, acrescente informação ao cidadão. Com a informação, matéria-prima do jornalismo, é possível haver uma sociedade melhor”

(**JORGE, Thaís de Mendonça**. Manual do foca: guia de sobrevivência para jornalistas. 2008)

É por esse motivo que, apesar de alguns pensarem diferente, o compromisso primordial do jornalista vai ser sempre com o seu leitor, com o cidadão que diariamente compra um jornal, liga o rádio, a TV, ou busca informações na Internet.

Mas o que deve nortear um jornalista no cumprimento desse compromisso? A vontade pela manutenção da democracia, da liberdade e da justiça devem sim estimular diariamente um repórter em seu trabalho. Esse desejo, porém, não deve nunca ultrapassar alguns aspectos essenciais da profissão jornalística.

A imparcialidade, a independência, a clareza e, principalmente, a verdade devem ser vislumbradas e perseguidas à exaustão em cada entrevista feita e informação apurada, a fim de que estejam todas presentes no trabalho final do jornalista a ser entregue ao leitor, a notícia.

“Jornalismo dá para a cultura informação independente, confiável, precisa e compreensiva que os cidadãos requerem para serem livres”

(KOVACH, Bill, ROSENSTIEL, Tom - The elements of Journalism – Tradução nossa)

Por isso, cabe a todo repórter apresentar a realidade sem julgá-la, não buscando vê-la com os olhos próprios, mas com olhos que vejam pela sociedade como um todo. É dever desse profissional lutar também contra toda censura governamental, empresarial ou mesmo pessoal que o impeça de ter liberdade para dizer o que tem que ser dito, liberdade essa que é a base da democracia. É obrigação do jornalista não transformar a vida real em espetáculo de entretenimento, mas sempre tratá-la como um objeto que, apesar de ser extremamente mutável, e de assumir formas, muitas vezes, indesejadas, precisa continuar sendo mostrado como de fato ele é, sem máscaras, tratamentos ou ajustes.

São todos esses aspectos que constroem um jornalismo perfeito, puro e desejado por toda sociedade, mas que infelizmente não existe. A história do jornalismo sempre foi e será feita por mudanças na maneira de noticiar, na crença do que é certo passar ao cidadão, na forma como isso deve ser passado, e, acima de tudo, nos elementos e ideologias que devem reger o trabalho jornalístico. Porém, o que nunca vai mudar é uma característica inerente a todo cidadão desde o início da sua existência: o instinto humano de querer saber das coisas. É isso que garantirá a existência eterna do jornalista, caçador de notícias, newsman, repórter, cão de guarda da sociedade ou do que mais esse contador de histórias ainda for chamado um dia.

- - - - -

Você, caro(a) estudante, talvez não conheça nada sobre a profissão jornalística, ou conheça jornal somente de lê-lo em casa e saiba sobre texto jornalístico apenas por tê-lo estudado na escola. Isso não é problema. Todos

começaram dessa maneira. Nós do Comitê de Imprensa também. E, por isso, sabemos das dificuldades que normalmente são experimentadas por cada estudante/repórter em uma simulação.

Preparamos esse Guia de Estudos para que essas dificuldades sejam amenizadas, para que as dúvidas básicas de todos os que se inscrevem nesse comitê sejam, na medida do possível, resolvidas e para que você, estudante, possa ter o primeiro contato com a forma, organização e as regras do Comitê de Imprensa.

Não temos por intenção, ao escrever esse Guia, formar jornalistas, até porque esse processo é interminável, frente ao aprendizado diário que essa profissão traz. Nosso objetivo com os textos que se seguem é apresentar como funcionará o Comitê para o qual você se inscreveu, caro(a) repórter (já podemos chamá-lo assim!).

Para isso, construímos uma linha de apresentação de tudo o que é pertinente à Imprensa, seja dentro ou fora de simulação. Falamos da sua história e da forma que ela tomará na SiCOM. Esclarecemos as divisões dos comitês e como será o trabalho dos repórteres em cada uma delas. Além disso, buscamos deixá-los mais íntimos da forma de texto que usaremos diariamente no nosso comitê, o texto jornalístico em forma de notícia, além de suas características e seus elementos de composição. Lembramos que a leitura completa desse Guia de Estudo é obrigatória para cada participante do Comitê de Imprensa, seja este(a) um repórter, assistente ou diretor(a).

A compreensão de tudo o que está explicado nesse documento é essencial para um bom funcionamento dos trabalhos do Comitê. Cremos que o sucesso do mesmo é um objetivo compartilhado por todos que dele farão parte. Conseguindo isso, alcançaremos um dos privilégios mais nobres do jornalista, o de poder viver experiências incríveis que poderão ser contadas

por muitos e longos anos.  
Seja muito bem vindo(a) ao Comitê de Imprensa, repórter!

Equipe Diretora do Comitê de Imprensa – SiCOM-2012

## 2. CARTA DE APRESENTAÇÃO DOS DIRETORES

Muito prazer, caro(a) delegado(a), seja muito bem vindo(a) ao Comitê de Imprensa da primeira edição da SiCOM. Meu nome é Lucas A. Kruse, tenho 20 anos, moro em Belo Horizonte e estudo Jornalismo na PUC-MG. Já é e será uma honra ainda maior ser o diretor-geral dessa Imprensa tão especial.

Sou apaixonado pelo jornalismo desde meus 15 anos quando pela primeira vez escrevi uma matéria para o jornal da escola. Desde então não larguei essa profissão. As simulações foram aquilo que me deu mais motivação para continuar nesse caminho. Já tenho sete delas, sendo que em seis fui da imprensa e em duas dessas seis fui o diretor-geral do comitê. Tenho o orgulho de dizer que nessas duas oportunidades fui não somente o diretor, mas também o fundador do comitê de imprensa na simulação, do mesmo modo que será na SiCOM.

Espero poder usar minha experiência para ajudar no bom funcionamento do comitê e, mais do que tudo, para contribuir para que cada repórter possa adquirir muito conhecimento e viver experiências únicas durante os dias do modelo. Esse é o pensamento de todos os diretores desse comitê. Abraços!

---

Olá! Meu nome é Luiza Cheib Habib, tenho 19 anos e curso Publicidade e Propaganda no Centro Universitário Newton Paiva, em Belo

Horizonte (MG). Além dos estudos na área de comunicação social, amo o mundo das artes, tanto que os trabalhos que tenho realizado até hoje são nesta área, principalmente os que envolvem dança e teatro.

Em simulações, tive grandes experiências, tanto como delegada, como sendo integrante do diferente comitê de imprensa! Fazendo parte da diretoria do primeiro comitê de imprensa do TEMAS (modelo universitário mineiro), descobri e ganhei experiência sobre como é o trabalho da imprensa dentro de uma simulação e vi como é importante e divertido participar desse comitê. Me dá grande alegria participar da primeira edição comitê de imprensa da SiCOM. Esta é uma simulação que promete e uma imprensa que vai ter muito trabalho a fazer, mas que terá, tenho certeza, uma equipe motivada e presente. Entusiasmo e energia são o que eu espero da nossa imprensa, para fazermos assim um ótimo trabalho. Nos vemos na SiCOM!

---

Olá, me chamo Rayssa Clara Santana dos Anjos, mas muitos me chamam de Clara. Tenho dezoito anos, sou estudante do segundo semestre de Biologia na Universidade Católica de Brasília - UCB. Meu hobby predileto é o jornalismo e foi o que me fez aceitar participar da diretoria de Imprensa da SiCOM este ano.

Esta é a primeira vez que participo como diretora de imprensa de uma simulação. Espero aprender muito com vocês, repórteres, e espero também passar um pouco do que eu sei para vocês. Desejo que, além do aprendizado que vão adquirir, vocês possam também fazer novos amigos e abrir novos horizontes para o futuro.

### **3. HISTÓRIA DA IMPRENSA**



Desde os primeiros registros de sua presença na Terra, o homem se comunicou de algum modo, e de alguma maneira criou formas para se comunicar e se expressar. A ferramenta da escrita mudou radicalmente a nossa forma de pensar. Foi uma revolução no processo cognitivo humano. Como diz Karl Marx (1972, p. 304-317), “o Homem [...] começa a distinguir-se do animal logo que passa a produzir seus meios de subsistência”. E a comunicação é um deles.

Assim, a partir desse ponto o homem usa a ferramenta da escrita para se comunicar, mas o que diferencia os variados tipos de uso dessa ferramenta é a forma de entendimento que será feita a partir dela, pois, nem sempre o leitor terá a mesma compreensão de leitura que o ator do texto teve, logo é necessário que quem escreva, assim o faça de forma clara, porque a imprensa tem a capacidade de “colocar a venda” e mostrar só o que tiver vontade, ou de esclarecer e mostrar o que de fato acontece.

De fato não se sabe ao certo quando surgiu a imprensa tal como ela é hoje, mas os primeiros registros de veículos oficiais de comunicação foram encontrados na Roma Antiga durante o governo do Imperador Júlio César, cerca de 59 anos a.C. O veículo se chamava *Acta Diurna Populi Romani* (“Relatos diários ao povo de Roma”). Escrita em grandes placas brancas e expostas em lugares públicos populares, a *Acta Diurna* mantinha os cidadãos informados sobre eventos políticos e sociais, sobre guerras, sentenças judiciais, execuções e escândalos no governo. Já na China, os primeiros jornais surgiram em Pequim sob a forma de boletins escritos à mão, no século VIII. E, no ano de 1040, foi inventada a imprensa no país, usando-se blocos móveis de madeira.

A invenção da prensa de tipo móvel de metal fundido, pelo alemão Johannes Gutenberg, abriu uma possibilidade inédita de expansão da imprensa, pois permitiu um crescimento na escala de produção e distribuição de documentos escritos. O primeiro livro impresso conhecido é do ano 868 e a invenção do tipo móvel foi aproximadamente em 1040. Ambos em território

chinês. Isso sem falar do processo de impressão em xilogravura, cujo exemplar mais antigo é japonês e data de 764 antes de Cristo.

Mas não se pode desmerecer Gutenberg e sua invenção, já que agora, sem esta, não seria possível produzir e reproduzir volumes e impressos, de forma mais rápida. O mais famoso deles foi a Bíblia de 42 linhas cujo processo se iniciou em 1450, tendo terminado cinco anos depois, em março de 1455.

Porém, a imprensa não viveu somente tempo de progressão livre. Durante os vários séculos seguintes a Igreja católica controlou tudo o que podia se tornar público. Foi, por exemplo, o que aconteceu no ano 1501, quando, por ordem direta do Papa Alexandre VI, todo conteúdo que fosse impresso deveria ser submetido à autoridade eclesiástica antes de sua publicação a fim de impedir heresias. O não cumprimento desse decreto traria multas ou excomunhão ao praticante do 'delito'. Na França, onde o poder central era muito forte, o controle sobre as publicações foi mais severo. Os franceses conseguiram censurar até os jornais holandeses que circulavam em francês. Só o governo podia autorizar as gazetas e, sobre elas, deveria ter total domínio.

Na Holanda, o controle era bem menor. Na Bélgica também. Contudo na Inglaterra, sob a dinastia dos Tudors, a intervenção do governo já era praticada de forma dissimulada. Em vez de censurar, eles forjavam o conteúdo distribuído. Notícias sobre a família real eram amplamente divulgadas e "plantadas" nos periódicos de forma a influenciar a opinião pública a favor da monarquia. A mais famosa dessas campanhas teve o objetivo de convencer o povo a assumir posição favorável ao divórcio de Henrique VIII.

A partir da segunda metade do século XVII é que os jornais começaram a direcionar o seu foco para os assuntos mais locais, internos dos países. Outra notória e importante mudança na forma de redação dos

jornais foi passagem do sensacionalismo, do texto opinativo, para a busca da imparcialidade, da objetividade e da veracidade através de um texto impessoal. Ao invés de buscarem despertar emoções nos leitores, os periódicos passaram a apresentar às pessoas as notícias e as opiniões, deixando a cargo delas a escolha sobre o que ler.

No entanto, havia restrições às novas práticas instaladas pelos jornais. Uma dessas restrições, talvez a maior delas, era e ainda é a censura. A censura era algo normal e os jornais raramente podiam abordar eventos que pudessem incitar o povo a uma atitude de oposição.

No final do século XVIII estourava a Revolução Francesa que abalou a estrutura de valores sociais que recheavam as cabeças dos europeus. A Revolução Francesa teve como particularidade o fato de ter eclodido quando na Europa a percepção do fato político e social passava por uma formidável ampliação, devido à abrupta fertilidade no terreno em que germinava a circulação de narrativas e trocas de ideias. Todo esse contexto possibilitou a criação de um espaço público que pode ser definido como uma esfera ampliada de assuntos antes desinteressantes ou velados e que passaram a interessar tanto a quem produzia as publicações, como a quem as lia.

Foi então nesse mercado de informações que a Revolução Francesa passou a interessar os cidadãos da Inglaterra, da Holanda, da Itália, da Alemanha e da Áustria. Ela se tornou aquilo que chamaríamos hoje de assunto da moda. Mas uma moda problemática, na medida em que trazia dentro dela uma concepção igualitária de sociedade.

Com o passar do tempo e o desenrolar da revolução, Napoleão Bonaparte gerou guerras à todos que se opunham às suas ordens. É então compreensível que a derrocada do bonapartismo em Waterloo tenha gerado na Europa uma reação politicamente violenta, simbolizada pelo Congresso de Viena (1814-1815), e que se constituiu basicamente em vacinar a antiga ordem política contra processos abruptos de transformação. Um dos axiomas

da história política nos ensina que ninguém reinstalou privilégios com a plena e dócil benevolência daqueles que passam a ser prejudicados.

A partir da década de 20 do século passado, após as decisões do Congresso de Viena, a censura se transformou em uma das ferramentas para a reconstrução de uma ordem social baseada em múltiplas formas de opressão. Foi talvez o momento de maior incidência da censura na imprensa europeia. O noticiário internacional acabou se tornando, ao mesmo tempo, o alvo da repressão, em razão dos supostos estragos que ele ajudava a criar a partir das ideias inovadoras que eram importadas através dele.

O século XX foi o período da História de maior importância para a imprensa devido a fatores como a evolução dos sistemas econômicos e políticos, os avanços tecnológicos, transformação social e o reconhecimento da liberdade em rumo à democracia.

Quando o jornalismo se expandiu transformando-se em um negócio lucrativo e rentável conseguiu também sua independência econômica em relação aos subsídios políticos que dominavam a imprensa em seus primórdios. Assim, no final do século XX, o jornalismo se tornou cada vez mais vital como veículo para a publicidade.

O impacto tecnológico marcou o jornalismo do século XIX como iria marcar toda a história do jornalismo ao longo do século XX até o presente, apertando cada vez mais a pressão dos *deadlines*<sup>29</sup>, permitindo a realização de um valor central da cultura jornalística – o imediatismo. De novas edições dos jornais no mesmo dia à quebra da programação televisiva anunciada como boletins, novos avanços tecnológicos nas últimas décadas do século XX tornaram possível atingir o cúmulo do imediatismo – “a transmissão direta do acontecimento”.

---

<sup>29</sup> Termo em inglês, literalmente “linhas finais ou mortas”, para descrever o prazo final em que o jornalista deveria entregar sua matéria para a edição e impressão.

Sem deixar de vez a discussão do discurso político, o jornalismo passou a incorporar outros gêneros como notas, reportagens, entrevistas e crônicas. Surgiram então as editorias especializadas em temas e abordagens específicas como esportes, lazer, vida social e cultural, crítica literária, notícias policiais, regionais, nacionais, internacionais e etc.

Com a ascensão do jornalismo, os meios de comunicação passaram a obrigatoriamente ter de descobrir e produzir notícias em escala cada vez maior para atender a demanda. Assim, a empresa jornalística cresceu, ofertando mais oportunidades de emprego. A atividade de repórter também ganhou maior destaque, responsabilidade e reputação. Transformou-se em uma profissão emergente. Era o repórter o responsável por descobrir os acontecimentos, apurar e enquadrar os fatos sob determinada perspectiva de notícia, com poder de despertar o interesse do público.

#### **4. O COMITÊ DE IMPRENSA**

O comitê de imprensa, como o próprio nome sugere, é um comitê totalmente diferente dos outros que compõem qualquer modelo de simulação. Ao invés de promover um debate que discuta um tema específico e todos os seus desdobramentos, a imprensa das simulações é responsável por cobrir e reportar como as discussões têm sido desenvolvidas e conduzidas pelos delegados em cada um dos outros comitês do modelo.

Durante os dias em que a simulação acontece, cada repórter permanece normalmente dentro do comitê para o qual foi designado a cobrir (quando este não é fechado para a imprensa) assistindo os discursos, os debates e as crises, para recolher o máximo de informações que consiga para transformá-las em notícia depois. Todas essas informações coletadas pelos repórteres ajudarão no posterior processo de escrita das notícias que

ocuparão as páginas do jornal oficial do modelo. Diariamente, o Comitê de Imprensa produz uma ou mais edições desse jornal e assim acontece até o fim da simulação.

Algumas imprensas costumam também usar outras mídias como blog, redes sociais e sites para publicar o material que os seus componentes produzem durante o modelo. Além dos textos redigidos, vídeos e gravações de áudio, por exemplo, também são comumente, mas não obrigatoriamente, usados para levar ao público o que acontece durante os poucos, mas intensos dias de evento.

O Comitê de imprensa é normalmente conduzido e/ou assessorado por um ou mais estudantes de comunicação social, os quais têm a função de selecionar, preparar e instruir os repórteres (na maioria das simulações do país estes são estudantes do ensino médio) durante todo o processo anterior e em meio à simulação.

Fazer parte de uma Imprensa real dá aos estudantes, mesmo aqueles que não tenham em mente seguir a carreira da comunicação, a oportunidade de participarem e aproveitarem uma experiência inesquecível. Por alguns dias eles podem conhecer algumas das dificuldades e dos prazeres que esse trabalho de repórter oferece. Ficar sobre a pressão do *deadline* para terminar um texto e receber elogios e/ou críticas por ele, correr atrás dos delegados para entrevistá-los, acompanhar os intensos debates e escrever sobre eles são apenas alguns exemplos das experiências únicas que cada estudante tem a chance de experimentar sendo um repórter do Comitê de Imprensa.

## **5. O COMITÊ DE IMPRENSA DA SiCOM**

Na sua primeira edição, a SiCOM também terá um Comitê de Imprensa. Essa é provavelmente a primeira vez na história das simulações que um modelo conta com a presença de um comitê desse tipo desde o seu nascimento, o que mostra o crescimento da importância presencial da comunicação em forma de comitê dentro do mundo das simulações.

Os elementos principais de um Comitê de Imprensa - como o jornal com publicação diária - estarão acompanhados de algumas novas e outras reformuladas ideias trazidas pelos diretores do comitê para deixar a imprensa da SiCOM mais dinâmica, funcional e atrativa para os seus participantes e para todo o modelo.

A imprensa contará com dois repórteres em cada uma das outras reuniões e comissões simuladas. Eles serão responsáveis por representar um jornal internacional e cobrir o comitê seguindo as linhas editoriais desse jornal (ver maior explicação em 'imprensa simulada').

Teremos também alguns repórteres separados para se dedicarem exclusivamente à cobertura do que acontecer de externo aos comitês, mas que faça parte do evento (ver maior explicação em 'jornal do modelo'). Esses repórteres não somente trabalharão com a comunicação escrita, mas também terão a oportunidade de participar da produção de vídeos e materiais para a internet (ver maior explicação em 'mídia digital'), todos com o único objetivo de levar ao público os acontecimentos que marcarem a SiCOM-2012.

O nosso objetivo é oferecer àqueles que já participaram de algum outro comitê de imprensa um novo conceito em ser um repórter de imprensa em um modelo. Já para os participantes que pela primeira vez farão parte da imprensa queremos oferecer uma experiência única, a qual os fará aproveitar ao máximo o modelo e buscará encorajá-los a entender, apoiar e espalhar a importância de um Comitê de Imprensa na construção de melhores simulações.

Nós estamos cientes dos muitos desafios que enfrentaremos nesse comitê. Porém esperamos que os repórteres sejam contagiados pela animação e vontade que tem nos tomado, para que possamos juntos promover o melhor Comitê de Imprensa possível.

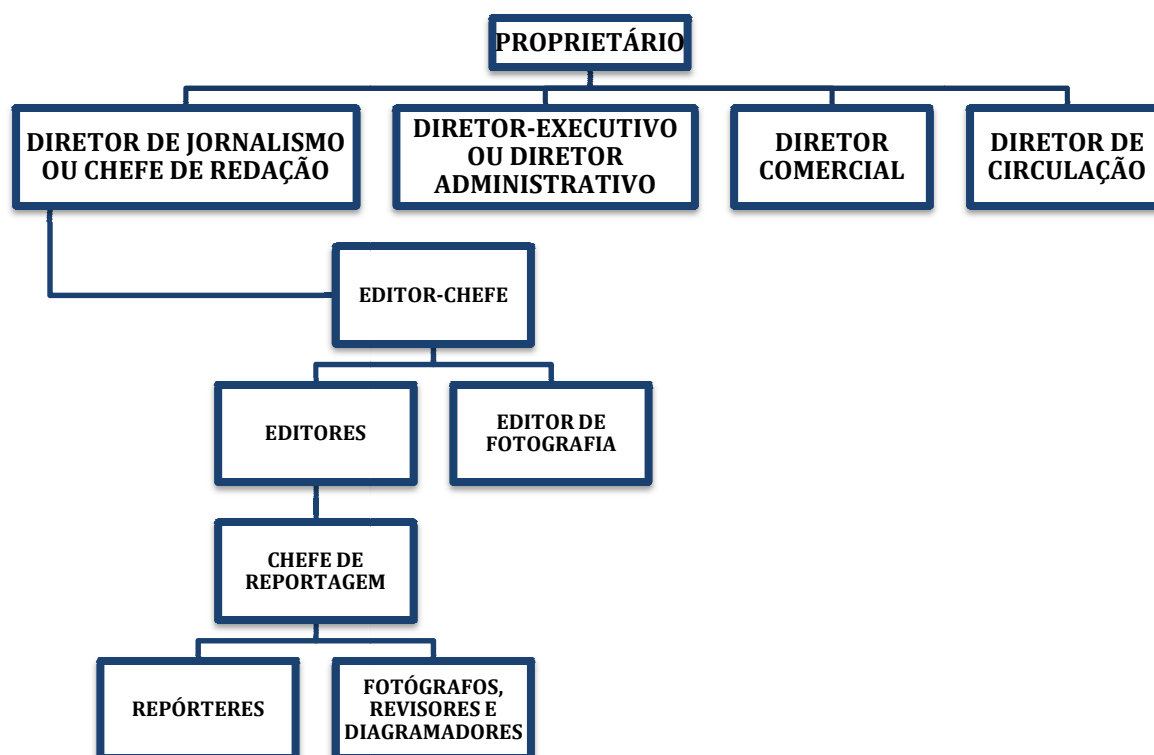
## **6. A ESTRUTURAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO COMITÊ**

Diferentemente dos outros comitês, o Comitê de Imprensa tem algumas especificidades no que diz respeito à hierarquização, funcionamento e regras que regem o trabalho de seus integrantes. Para auxiliar os repórteres, principalmente aqueles que pela primeira vez fazem parte de um comitê desse tipo, explicamos abaixo alguns dos tópicos importantes para um bom funcionamento do nosso Comitê. Procure, caro(a) repórter, estar muito bem familiarizado com eles até o início da SiCOM.

### *6.1 – Hierarquização*



A hierarquização de um comitê de imprensa é totalmente diferente da de qualquer outro comitê de um modelo. Ela segue o modelo existente nas

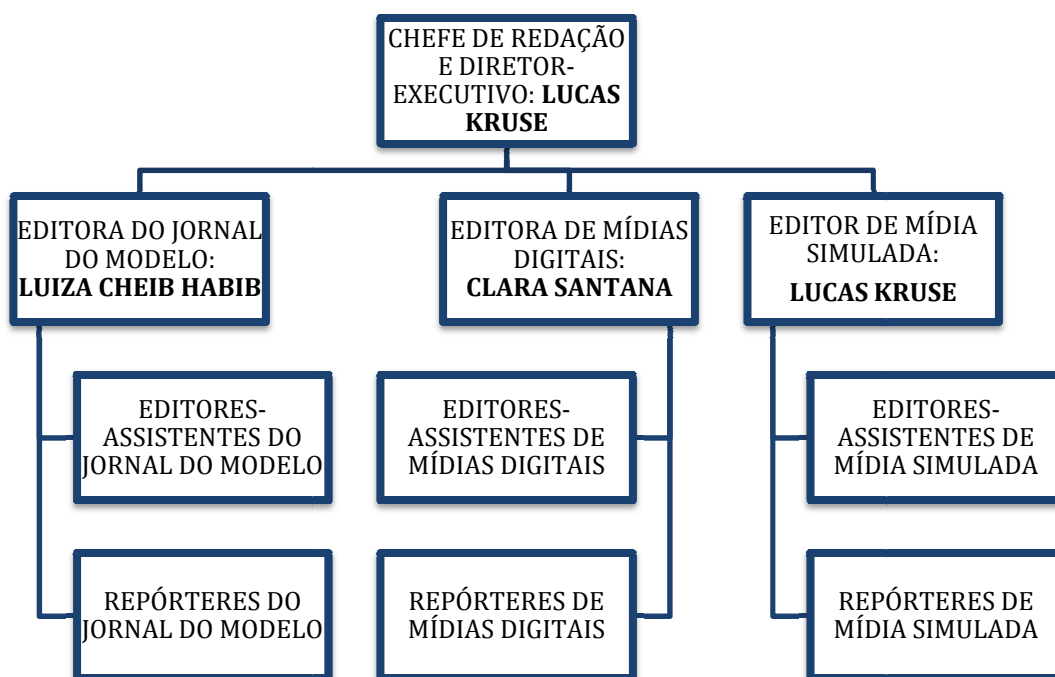


redações dos jornais brasileiros e de alguns pelo mundo.

No comitê de Imprensa da SiCOM, em função da menor complexidade da nossa redação e da quantidade reduzida de pessoas, desenvolvemos um organograma hierárquico mais simplificado. Esse diagrama visa somente ajudar a organização das relações entre os integrantes do comitê durante os quatro dias de simulação, além de delimitar as funções de cada um dentro da redação. É importante lembrar que esse organograma não deve de maneira alguma afastar os repórteres, assistentes e editores, já que a união do comitê é uma das armas para o seu sucesso. Por isso, repórter, em caso de dúvida ou necessidade de ajuda e/ou orientação, caso você seja do jornal do

modelo, por exemplo, não se sinta intimidado em procurar alguém da imprensa simulada e vice-versa. Todos estarão dispostos a ajudá-lo da melhor forma possível.

O esquema hierárquico da Imprensa da SiCOM-2012 vai funcionar da



seguinte forma:

## 6.2 - Funcionamento e Regras

Alguns elementos relacionados ao funcionamento do comitê também são exclusivos do Comitê de Imprensa. Todos são colocados para ajudar e orientar o repórter quanto ao dia a dia do comitê. O bom entendimento das regras de horário, mobilidade e uso do material é de vital importância para que o ambiente de convivência venha a ser o mais agradável e organizado a fim de contribuir para que os trabalhos venham fluir de forma satisfatória.

### 6.2.1 - Quanto aos Horários

Os repórteres de imprensa terão horários diferenciados de chegada no IDP (local onde acontecerá a simulação) em relação ao resto dos delegados da simulação. O horário será definido na primeira reunião do comitê no dia 11/10, conforme o cronograma oficial do evento. Outras questões como o horário de entrega das matérias finalizadas (*deadline*) e dos intervalos, assim como o fim do expediente de cada delegado serão definidas sempre na primeira reunião de pauta de cada um dos dias de simulação.

Pedimos aos delegados que demandem uma atenção especial ao cumprimento dos horários que serão estabelecidos pela direção do comitê. O tempo dentro de uma redação de jornal parece passar mais rápido do que o normal, já que a demanda de trabalho do comitê é grande. Por isso, procure ao máximo ser pontual na chegada ao local da simulação e na entrega das matérias.

### 6.2.2 - Quanto à Permanência no Comitê

Os repórteres são obrigados a estarem no comitê apenas no momento da primeira reunião de pauta, que ocorre no início de cada dia de simulação. Durante o resto do tempo, cada repórter deve estar envolvido na tarefa previamente a ele (a) destinado por seu editor. É recomendado que os repórteres de mídia simulada passem a maior parte do tempo dentro ou próximos (quando o comitê for fechado para a Imprensa) dos comitês que estejam cobrindo. Os repórteres do jornal do modelo e das mídias digitais devem seguir as orientações de seus editores para saberem em que momento precisam estar no comitê. Não será obrigatório que o repórter redija suas matérias dentro do Comitê de Imprensa, porém é indispensável que

cada repórter volte ao mesmo para conferir a edição e o fechamento de seu(s) texto(s).

### *6.2.3 - Quanto ao Uso do Material*

Os equipamentos presentes no Comitê de Imprensa (computadores, impressoras, quadro branco, canetas marcadoras, material de escritório em geral) nos serão disponibilizados pelo Secretariado do Evento e estarão à disposição para o uso dos delegados. Por se tratar de materiais caros e, em muitos casos, alugados, pede-se aos repórteres que tenham o máximo de cuidado e responsabilidade na utilização dos mesmos. Só maneje os equipamentos para os quais você for autorizado. É permitido aos repórteres trazer os seus próprios equipamentos, tais como computadores, gravadores e máquinas fotográficas, sendo a responsabilidade por eles única e exclusiva do estudante que os trouxer.

### *6.2.4 - Quanto à Vestimenta*

O ambiente de simulação já requer que delegados e repórteres se vistam de maneira adequada à formalidade do evento. Para os integrantes do Comitê de Imprensa, algumas orientações especiais devem ser dadas quanto a esse tópico:

- ✓ Os homens devem obrigatoriamente trajar camisa social de manga longa, gravata, calça social ou calça jeans escura e sapato social. O uso do terno é obrigatório somente em solenidades, tais como as cerimônias de abertura e encerramento do evento.
- ✓ As mulheres têm a opção de trajar saias longas (abaixo do joelho, mínimo) ou calça jeans escura, acompanhada de camisa social ou outra

blusa que atenda a formalidade pedida. Não é recomendado o uso de vestidos longos, pois eles podem incomodar a repórter ao longo do evento. Apenas o uso de tênis não é liberado para as mulheres.

- ✓ Recomendamos que os repórteres, principalmente as mulheres, levem um par de chinelos para o comitê e o use durante os intervalos para relaxar os pés. Lembramos que o uso de chinelos é proibido fora do Comitê de Imprensa.

#### *6.2.5 - Orientações/Regras Gerais de Comportamento*

- ✓ É expressamente proibido o consumo de bebidas alcoólicas e cigarros, assim como o uso de drogas dentro do comitê. Lembramos aos repórteres, antes de tudo, que os consumos acima descritos são proibidos, por lei nacional, para pessoas menores de 18 anos, e as drogas para todos;
- ✓ É proibido a todos os integrantes do Comitê de Imprensa consumir alimentos e bebidas perto dos aparelhos eletrônicos de uso coletivo do comitê, tais como computadores e impressoras. Nas outras áreas do comitê o consumo é liberado, contudo, recomendamos que seja tomado todo o cuidado para que nenhum material seja danificado devido à sujeira provocada por líquidos ou alimentos;
- ✓ É proibido trazer outras pessoas para dentro do comitê que não façam parte da equipe de Imprensa ou do Secretariado do evento, salvo em situações já conversadas e acertadas com a direção do comitê;
- ✓ Mantenha seus objetos pessoais perto de você. O Comitê de Imprensa tem geralmente (ainda mais nos momentos de maior tensão do dia, como o fechamento e impressão dos jornais) uma intensa movimentação de pessoas e a presença de diversos outros materiais. Isso facilita a perda de objetos, caso os mesmos não estejam bem guardados;

- ✓ Procure não gritar dentro do comitê. A conversação entre os repórteres e diretores já causa um barulho considerável que fica insuportável quando acrescido de gritarias.

## 7. DIVISÕES DE COBERTURA DO COMITÊ

O Comitê de Imprensa da SiCOM-2012 trabalhará com três formas diferentes de cobertura dos acontecimentos da simulação, sendo elas o jornal “Primeiro Debate”, a imprensa simulada e a mídia digital. Apesar de possuírem algumas diferenças no foco de cobertura e/ou nos meios midiáticos utilizados, todas as três divisões do comitê buscarão trabalhar em cooperação umas com as outras, visto que todas compartilham do mesmo objetivo – cobrir a simulação e tudo o que acontecer referente ao evento – e têm o mesmo público-alvo – os participantes da SiCOM e aqueles que quiserem conhecer mais sobre o modelo. Além disso, os repórteres das três áreas não devem se esquecer que pertencem todos a um mesmo comitê e devem ter em mente trabalhar da melhor maneira possível para o seu bom funcionamento.

Confira abaixo uma explicação melhor sobre cada uma das divisões do comitê, assim como algumas informações importantes sobre a forma de funcionamento e as especificidades de cada uma delas.

### 7.1 - *Jornal do Modelo*: **PRIMEIRO DEBATE**

Editora-Chefe: Luiza Cheib Habib

O jornal do modelo, o Primeiro Debate, veiculará notícias sobre a simulação em si (eventos - Cerimônias de Abertura e Encerramento, festa, etc - e curiosidades) e sobre o andamento dos comitês. A redação das primeiras matérias ficará a cargo dos jornalistas do jornal. As notícias sobre

os comitês serão produzidas pelos jornalistas da imprensa simulada em esquema de rodízio. Cada um, no dia predefinido, será incumbido de redigir a notícia do seu jornal simulado e uma nota para o Primeiro Debate resumindo os acontecimentos do dia do comitê para o qual foi destinado a cobrir.

O esquema do rodízio e o *deadline* para a entrega das matérias serão ambos definidos pelos diretores durante o primeiro encontro do comitê.

A estruturação e as especificidades do trabalho de cobertura a ser feita pelo jornal em cada um dos dias do modelo serão dadas pelos editores em conjunto com os jornalistas durante as reuniões de pautas diárias (ver 'reunião de pauta' na parte 'a produção da notícia', no fim do guia). Outra importância da reunião de pauta para os repórteres do jornal do modelo será a de planejar uma cobertura conjunta com os repórteres da imprensa digital dos eventos mais especiais da simulação.

Terminada a reunião de pauta, a cobertura do fato começa através da apuração do tema proposto pela pauta que cada repórter receber. Finalizada a apuração, é hora de o repórter voltar para o comitê, discutir com a editora os rumos que o texto deve tomar e, em seguida, começar a redigir a matéria. A edição final da mesma, assim como a diagramação do Jornal ficam por conta da diretora.

## 7.2 - Mídia Digital

Editora-Chefe: Clara Santana

A teoria dos gêneros no jornalismo ainda encontra dificuldade para definir jornalismo digital. A confusão conceitual envolve os termos webjornalismo, jornalismo *on line* e ciberjornalismo, entre outros. Certo, porém, é que foi o advento da internet que possibilitou a difusão desta nova arma informativa, a qual veio para revolucionar as relações profissionais e as próprias rotinas produtivas. Jornalismo digital, então, pode ser precariamente definido como a disponibilidade de informações jornalísticas em ambiente

virtual, o ciberespaço, organizadas de forma hipertextual com potencial multimidiático e interativo.

A matriz tecnológica do jornalismo digital implode o modelo de conteúdos centrado no profissional, pois grande parte das tarefas de apuração, atualização e monitoramento dos fatos fica por conta dos 'agentes inteligentes', programas de busca especializados capazes de uma rotina ininterrupta de trabalho por 24 horas diárias. Apesar de ter influenciado mudanças em todos os outros meios de comunicação, nos últimos tempos, o jornalismo digital sofre com dois grandes problemas que dificultam em parte sua completa estabilização como uma mídia universal: encontrar um linguagem própria e democratizar suas interfaces.

A parte digital do Comitê de Imprensa da SiCOM será uma válvula de escape que os repórteres e o próprio comitê terão quanto aos formatos padronizados que caracterizam as matérias para os jornais simulados e padrão Primeiro Debate. A equipe de mídia digital trabalhará em conjunto com os integrantes do Primeiro Debate (haverá uma reunião de pauta separada para essas duas áreas) e terá a função de encontrar meios interessantes, diferentes e atrativos de noticiar os eventos e as curiosidades do evento. Para tanto, poderão ser utilizados vídeos, gravações de áudio, fotos e o que mais a criatividade dos participantes sugerir. O objetivo maior é mesmo o de fornecer outro canal, mais descontraído e menos padronizado para os delegados se informarem sobre o modelo.

Serão obrigações também da equipe de mídia digital abastecer de informações e curiosidades o perfil do Comitê de Imprensa no Twitter e no Facebook, disponibilizar nessas mesmas redes a edição digital do Primeiro Debate e promover o contato por meio digital com os delegados antes, durante e mesmo na semana seguinte ao evento.

### *7.3 - Imprensa Simulada*

Editor-Chefe: Lucas Kruse



Não são somente os delegados que assumem um papel como atores internacionais durante a simulação. Outra forma de cobertura jornalística de um modelo (além da tradicional abrangida pelo jornal “Primeiro Debate”), que será promovida pelo Comitê de Imprensa da SiCOM, oferecerá aos repórteres a chance de representar um órgão internacional importante em cada debate. Porém, ao invés de países, ministros ou personagens históricos, os repórteres serão, por quatro dias, os enviados especiais de jornais, a maioria deles ainda existentes, que cumprirão papel importante no desenvolvimento de cada um dos dez comitês da SiCOM.

Cada repórter receberá um jornal para o qual deverá escrever. Ele(a) deverá pesquisar a respeito do posicionamento, explícito ou não, deste veículo de comunicação que representa em relação à temática discutida no comitê que estiver cobrindo e terá que levar isso em consideração no momento em que for redigir as notícias sobre o andamento das discussões do comitê. Além disso, outros aspectos também devem ser considerados durante o processo de escrita da matéria, tais como a linguagem utilizada pelo jornal, as características do seu leitor, entre outros.

As notícias escritas por cada repórter serão publicadas diariamente numa edição do jornal que estiver sendo simulado. Essa edição será distribuída apenas para os delegados do comitê coberto pelo jornal em questão. Ao todo, cada um dos 20 jornais simulados terão quatro edições publicadas ao longo do evento. É de vital importância que os textos produzidos diariamente sejam entregues ao Editor-Chefe da Imprensa Simulada até o *deadline* estabelecido na Reunião de Pauta do dia.

Os repórteres desta área da Imprensa ficarão a maior parte do tempo dentro de seus respectivos comitês. Porém, é obrigação do repórter ir ao Comitê de Imprensa, no mínimo, uma vez pela manhã e uma vez à tarde para deixar o editor a par dos acontecimentos do comitê, para formular com ele o processo de construção da matéria (possíveis entrevistas que devem

ser feitas, mudança ou afirmação do foco da notícia, entre outros aspectos) e para acompanhar o processo de edição e finalização do texto redigido.

É recomendado que durante a última sessão do dia cada repórter vá ao Comitê de Imprensa para redigir/digitar sua matéria. Esse processo de escrita pode ser feito também, com o auxílio de um computador pessoal, de dentro do comitê que o repórter esteja cobrindo. Contudo, cientes da falta de experiência dos repórteres quanto ao processo de escrita de um texto jornalístico, estimulamos a todos que retornem à Imprensa no momento de escrever o texto, a fim de que qualquer dúvida e/ou dificuldades que possam existir durante esta etapa venham a ser prontamente solucionadas pelos editores e assistentes do comitê.

Em alguns comitês haverá ainda uma espécie de coletiva de imprensa ao fim das sessões com o intuito de auxiliar os repórteres no recolhimento de informações sobre o comitê. Os repórteres que estiverem responsáveis pela cobertura desses comitês em especial, receberão dos editores as instruções necessárias para fazerem parte destas coletivas.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ALBERT, P. e TERROU, F.. História da Imprensa (edição brasileira 1990) – Ed. Martins Fontes - tradução: Edison Darci Heldt

COTTA, Percy. Jornalismo – Teoria e Prática. São Paulo: Ed. Rubio

<http://embaixada-americana.org.br/responsible/conferences.htm><acesso em 29 de Julho de 2012, às 16:45>

JORGE, Thais de Mendonça. Manual do foca - guia de sobrevivência para jornalistas. 2008 – Ed. Contexto

KOVACH, Bill e ROSENSTIEL, Tom - The elements of journalism (2001) - Three Rivers Press

MELO, José Marques de. Historia social da imprensa. Porto alegre: EDIPUCRS. 2003.

NATALI, João Batista. Jornalismo internacional. São Paulo: Ed. Contexto 2011

PENA, Felipe. Teoria do Jornalismo. São Paulo: Ed. Contexto

STEIN, M. L.. How to be a Journalist (1968) - Pyramid Books

## **CAPÍTULO 2 – ORGANISMOS HISTÓRICOS**

### **Guia de Estudos para o Conselho da Cooperação**

#### **Histórico**

Amanda Evelyn Cavalcanti de Lima

Jaqueline Azevedo de Amorim

Matheus Borro Macedo

Pedro Henrique L. do Nascimento

Rodrigo Guerra Bergmann

#### **1 Introdução**

Este é um guia de estudos feito para auxiliar a participação no comitê do Conselho de Cooperação do Golfo Histórico (2011) da primeira edição da Simulação de Conselhos e Organismos Multilaterais (SiCOM). O presente guia abordará questões históricas e sociopolíticas de diversas partes do Oriente Médio, em especial a região do Golfo, no objetivo de clarificar os participantes do evento sobre a situação da região no ano de 2011.

A abordagem deste guia é, antes de tudo, didática; contudo, há de se reconhecer a complexidade dos diversos temas a serem tratados. Todas as temáticas aqui apresentadas merecem ser alvo de estudos científicos mais detalhados, entretanto, este não será o objetivo deste volume. Aqui nos conteremos a apresentar um breve histórico da região, seguido de resumos de algumas entre várias crises políticas que assolaram o Oriente Médio durante o que passou a ser chamado de Primavera Árabe.

O presente guia está dividido em dez partes. A primeira detalhará aspectos históricos e geográficos do Golfo, com ênfase nas três guerras: Primeira Guerra do Golfo (1980-1988), também chamada de Guerra Irã-

Iraque; Segunda Guerra do Golfo (1990-1991), ou Invasão do Kuwait; e, por último, a Terceira Guerra do Golfo (2003-2011), ou Ocupação do Iraque.

A terceira parte deste volume descreverá as relações entre o a República Islâmica do Irã e as monarquias árabes do Golfo. Possíveis tensões com o vizinho persa devem ser levadas em conta antes de se discutirem os primeiros acontecimentos da Primavera Árabe na quarta sessão, na qual serão abordados os casos tunisino e egípcio. A quinta sessão apresentará a crise política no Reino do Bahrain, o regime monárquico mais afetado pelas revoltas. A queda do líder Muammar Qaddafi, na Líbia, será explicada na sexta sessão, enquanto o conflito sírio terá sua vez no sétimo segmento deste guia. A crise na única república da península arábica, o Iêmen, será abordada na oitava parte deste guia.

Em seguida, há uma breve análise dos sistemas políticos internos e dos ecos da Primavera Árabe nos países-membros do Conselho da Cooperação do Golfo (CCG) – Arábia Saudita, Bahrain, Emirados Árabes Unidos (EAU), Kuwait, Omã, Qatar – e outras duas monarquias árabes, Jordânia e Marrocos. A decisão de incluir estas duas últimas monarquias tanto no guia quanto na simulação não foi em vão; os dois países – apesar de não fazerem fronteira com o Golfo geograficamente – receberam convites para se juntar ao conselho<sup>30</sup>. Apesar dos convites e do entusiasmo pela parte de alguns, nenhum dos países se juntou oficialmente ao bloco até a presente data. Por fim, mas não menos importante, uma breve conclusão que incluirá as expectativas dos autores do guia sobre a simulação em si.

## 2. Histórico da Região

O Golfo – também chamado de Golfo Pérsico ou Golfo Árabe – é uma porção do Oceano Índico no continente asiático, banhando a região

---

<sup>30</sup> Para mais informações, ver a notícia publicada no dia 11 de Maio de 2011 no jornal Khaleej Times: [http://www.khaleejtimes.com/DisplayArticle09.asp?xfile=data/middleeast/2011/May/middleeast\\_May233.xml&section=middleeast](http://www.khaleejtimes.com/DisplayArticle09.asp?xfile=data/middleeast/2011/May/middleeast_May233.xml&section=middleeast)

costeira do Irã, Iraque, Arábia Saudita, Bahrain, Qatar, EAU e Omã. Esta região concentra grandes reservas de petróleo e gás natural, tornando-a um centro energético importante para o sistema internacional.

Apesar da maioria destes países ter passado relativamente sem grandes modificações ou perturbações durante a recente onda de protestos da Primavera Árabe, o Golfo, historicamente, não é uma região estável, tendo presenciado três guerras e uma revolução desde a década de 70. Levando em consideração que a maioria dos países consolidou suas independências nas décadas de 1960 e 1970, o histórico destes eventos é essencial para fazer-se entender o clima de insegurança e medo que paira pelo Golfo.

## 2.2. A Primeira Guerra do Golfo (1980-1988)

Recém-saído de sua Revolução Islâmica de 1979, o governo teocrático xiita do Irã entrou em guerra com o secular Iraque – também de maioria xiita, contudo, governado por uma minoria sunita. As razões da guerra eram formadas por um misto de motivos fronteiriços e ideológicos.

Uma possível vitória iraniana poderia expandir a revolução para o Iraque e, mais tarde, atizar revoltas de natureza republicana e islamita entre os regimes monárquicos do Golfo<sup>31</sup>. Portanto, o Iraque de Saddam Hussein não recebeu apoio apenas dos Estados Unidos de Ronald Reagan, mas também dos seus vizinhos árabes da península. Especialmente, apoio financeiro da Arábia Saudita e do Kuwait, sendo que este último chegou a ser atacado pelo Irã durante a guerra.

Com medo que um ataque ou influência iraniana pudesse desestabilizar os Estados formados a pouco tempo, as monarquias árabes da região formaram o Conselho da Cooperação do Golfo (CCG), um bloco econômico e político-militar, em 1981. Três anos depois, o bloco decidiu criar

---

<sup>31</sup> As relações entre as monarquias da península arábica e o Irã serão explicadas com mais detalhes na sessão seguinte.

o *Peninsula Shield Defense Force*, uma força militar conjunta com a intenção de responder a agressões sofridas por qualquer um de seus membros.

A guerra terminou sem um país claramente vitorioso, com as fronteiras intactas, com ambos os países muito desgastados e com o Iraque financeiramente desestabilizado.

### 2.3. A Segunda Guerra do Golfo (1990-1991)

Numa tentativa de sair da crise econômica que o abateu após a primeira Guerra do Golfo, o Iraque atacou o vizinho Kuwait. Saddam Hussein, à época governante do Iraque, acusou o Kuwait de manipular o preço do petróleo e retomou questões territoriais, exigindo indenizações. O Kuwait não cedeu, e foi invadido.

O Kuwait fazia parte do grupo de países árabes que apoiaram o Iraque na empreitada anterior contra o Irã. Como resultado, a legitimidade de sua existência enquanto nação foi questionada pelo Iraque, que reclamou o Kuwait como parte do seu território.

O questionamento da legitimidade do Kuwait teve efeitos sobre todas as monarquias da região. Tendo também formação recente e, portanto, uma existência frágil e questionável, elas se viram em situação de exposição depois desse episódio. Todas as monarquias regionais apoiaram o Kuwait (como esperados, tendo em vista os vínculos entre elas, consolidados na forma de uma instituição na Guerra do Golfo anterior). O uso do braço militar do CCG, o *Peninsula Defense Shield Force*, no conflito foi considerado, porém, a ideia não foi adiante por falta de consenso entre os integrantes do CCG.

A ONU respondeu à invasão do Kuwait com sanções econômicas para tentar demover o país. As sanções, porém, falharam em reverter o quadro e o trabalho diplomático fracassou. Com autorização da ONU, uma coalizão de países iniciou bombardeios ao Iraque e um cessar fogo só aconteceu três meses depois com a retirada das tropas iraquianas do território kuaitiano.

#### 2.4. A Terceira Guerra do Golfo (2003-2011)

A invasão do Iraque pelos Estados Unidos, sob pretexto de depor o ditador Saddam Hussein e instituir governo democrático no país pode ser considerada a Terceira Guerra do Golfo. A invasão americana reforçou o papel dos Estados Unidos na política de segurança da região, tendo o país peso decisivo no fim da Segunda Guerra do Golfo.

O discurso democratizante que justificou a invasão do Iraque afetou, de certa maneira, as monarquias da região, integrantes do CCG, aliados tradicionais dos Estados Unidos na região. Monarquias fechadas, a população desses países não conta com direitos políticos básicos para garantir liberdade e participação política, estando longe do espectro democrático. Mas, ainda assim, apoiaram os Estados Unidos.

O reflexo do discurso democratizante foi a proliferação de reformas liberalizantes dentro das monarquias árabes. Essas reformas aparentemente abrem os regimes, mas não garantem à população a extensão real de direitos políticos e influência na tomada de decisões, criando uma falsa sensação de que o país está se democratizando.

### **3. Irã, um vizinho perigoso**

Não podemos esquecer que os pequenos Estados do golfo se formaram entre as duas hegemonias da região: Arábia Saudita e Irã. Para compreender melhor os antagonismos destas duas hegemonias, levando em consideração a existências das pequenas monarquias, analisar-se-á o processo histórico das relações internacionais na região.

Em 1971 – ano da independência dos EAU, Qatar e Bahrein – o Irã, ainda sob regime monárquico, denunciou o procedimento de independência e formação de novos países como um plano imperialista para diminuir a influência iraniana na região. A época, a Arábia Saudita adiou o



reconhecimento das jovens nações com o objetivo de conseguir vantagens quanto a disputas fronteiriças, algumas que perduram até hoje.

Um caso marcante da época ocorreu no dia da independência dos Emirados Árabes Unidos (EAU), quando o Irã reivindicou e ocupou três pequenas ilhas que pertenceriam à federação de monarquias, uma clara maneira de deslegitimar o recém-formado Estado. Até hoje, as ilhas estão sob domínio iraniano. Outro caso marcante foi o da independência do Bahrein, que esteve sob domínio persa durante muitos anos e, por tanto, na visão do Xá – título do monarca do Irã – deveria ser incorporado ao seu país. O problema só se resolveu com o envio de uma delegação da Organização das Nações Unidas (ONU) responsável por buscar as preferências dos habitantes da ilha, que optaram pela independência.

Ainda que as relações entre as monarquias árabes conservadoras e o país persa nunca tenham sido harmoniosas, elas pioraram bruscamente depois da Revolução Iraniana de 1979. Resultado de uma insatisfação generalizada das políticas econômicas e sociais do Xá, a revolução retirou o regime monárquico e instaurou por referendun uma república islâmica. Sendo assim – apesar de ser também anticomunista, anti-imperialista e islamita – a principal característica da revolução foi o antimonarquismo<sup>32</sup>.

O novo regime – baseado em princípios revolucionários, religiosos, antimonárquicos e republicanos – causou temor entre os governantes do outro lado do golfo. A formação do CCG e o posicionamento das monarquias durante as duas primeiras Guerras do Golfo deixam mais claros este medo sentido pelos membros-fundadores do bloco. A Terceira Guerra do Golfo e a invasão americana no Afeganistão apenas pioraram a situação na medida em que aumentaram o escopo de influência do Irã. Ainda que o ex-presidente Khatami tenha tentado uma política externa mais reformista e aberta ao diálogo, o atual presidente, Mahmoud Ahmadinejad, adotou uma política

---

<sup>32</sup> Para mais detalhes sobre a história da Revolução Iraniana de 1979, ver o artigo escrito por Katouzian em 2010, intitulado *Iran Revolution at 30: The dialects of state and society*.

neoconservadora de retomada dos valores revolucionários. O próprio Ahmadinejad, na época um estudante universitário, foi um participante entusiástico da revolução iraniana<sup>33</sup>.

Os atritos entre os países do CCG e o Irã aumentam com a disseminação da ideia do Crescente Xiita entre as lideranças sunitas. Crescente Xiita é a ideia de que todos os xiitas do Oriente Médio não são fieis às suas respectivas nações, e sim ao único Estado teocrático xiita do mundo: a República Islâmica do Irã. Ainda que a real existência deste tipo de lealdade entre esta minoria religiosa seja bem questionável<sup>34</sup>, a ideia persiste entre os líderes árabes. A possibilidade de uma ameaça à legitimidade dos governos sunitas e de um possível levante pan-xiita guiado pelo Irã faz com que os protestos feitos por essa minoria sejam reprimidos com brutalidade<sup>35</sup>. Todos os países do CCG possuem minorias xiitas, exceto pelo Bahrein que possui uma maioria xiita.

Adicionado a todo esse conturbado cenário vem o programa nuclear iraniano e a possibilidade de um vizinho problemático com capacidades militares nucleares. O Secretário-Geral do CCG, General 'Abd al-Rahman Al 'Attiyah, enviou uma mensagem ambígua a Teerã durante sua visita a base da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) em Viena: Os Estados do GCC não assistirão ociosos ao desenvolvimento de capacidades nucleares pelo Irã<sup>36</sup>. De fato, Arábia Saudita, EAU e Qatar começaram

---

<sup>33</sup> Para mais informações sobre a participação de Ahmadinejad na revolução iraniana, assim como de outras partes de sua história pessoal, ver o livro escrito pelos autores Anoushiravan e Mahjoob em 2007, intitulado *Iran and the Rise of Neoconservatives: The politics of Tehran's silent revolution*.

<sup>34</sup> Para uma discussão sobre a real existência de um Crescente Xiita, ver o paper escrito por Ma'oz em 2007, intitulado *The Shi' Crescent: Myth and Reality*.

<sup>35</sup> Para mais informações sobre a situação de xiitas na Arábia Saudita, ver o artigo da *Foreign Policy* escrito em 2012 por Matthiesen intitulado *Saudi Arabia's Shiite Problem*. Disponível em: <[http://mideast.foreignpolicy.com/posts/2012/03/07/saudi\\_arabia\\_s\\_shiite\\_problem](http://mideast.foreignpolicy.com/posts/2012/03/07/saudi_arabia_s_shiite_problem)>

<sup>36</sup> Para uma discussão sobre a possibilidade de uma Quarta Guerra do Golfo envolvendo o Irã e as monarquias conservadoras do golfo, ver o artigo de Kéchichian escrito em 2007, intitulado *Can Conservative Arab Gulf Monarchies endure a fourth war in the Persian Gulf?*

negociações com países ocidentais para instalarem seus próprios programas nucleares, gerando uma corrida nuclear na região<sup>37</sup>.

Quando a questão nuclear iraniana foi levada pela primeira vez ao Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) em 2006, o Estado do Qatar era o único membro árabe presente. Surpreendentemente, todos os membros votaram a favor das sanções, com exceção do pequeno emirado. O voto do Qatar pode ser compreendido quando levamos em consideração que a fonte de riqueza deste país é a sua enorme reserva de gás natural, próxima à fronteira com o Irã. De fato, a política externa do Qatar em relação ao Irã se caracteriza por ser menos agressiva que a de seus vizinhos árabes.

A confirmação desta tensão que se passa na região do globo foi confirmada por dois eventos recentes. O primeiro são as revelações da Wikileaks, que atribuíram as seguintes frases ao príncipe herdeiro dos EAU, xeique Mohamed Bin Zayed al-Nahyan<sup>38</sup>:

Os iranianos são grandes mentirosos.  
Ahmadinejad é como Hitler  
Irã é como um polvo  
O programa nuclear iraniano deve ser parado utilizando todos os meios possíveis  
Bombardeiem o Irã ou vivam com um Irã nuclear

O governo iraniano acusou o governo americano de fabricar os documentos expostos pela Wikileaks para fomentar a rivalidade entre os irmãos muçulmanos. Nenhum governo árabe negou a veracidade dos documentos.

O outro evento foi a tentativa de assassinato do embaixador saudita em Washington por um líder de um cartel de drogas mexicano supostamente

---

<sup>37</sup> Para uma visão iraniana do ocorrido, bem como do balanço de poder regional, ver o artigo escrito por Barzegar em 2010, intitulado *Balance of Power in the Persian Gulf: an Iranian View*.

<sup>38</sup> Para mais informações sobre as tensões existentes entre o Irã e as monarquias árabes conservadoras, assim como os efeitos da Primavera Árabe nos países do Golfo, ver o capítulo do livro *Medio Oriente y Norte de África: ¿Reforma, Revolución o Continuidad?* escrito por Carvalho Pinto em 2011, intitulado *La ola de movimientos pro democracia en Medio Oriente: Análisis preliminar de las consecuencias políticas para la región del Golfo Pérsico*.

a mando de autoridades iranianas<sup>39</sup>. Apesar de nenhuma evidência conclusiva tenha sido encontrada sobre o envolvimento de altas autoridades iranianas no caso, os Estados Unidos culpou o governo do país persa e condenou o complô. Um porta-voz do governo de Ahmadinejad desmentiu as alegações e afirmou que o governo americano é um especialista em criar mentiras. A nacionalidade do assassino e chefe de cartel de drogas levantou suspeita sobre as verdadeiras intenções na recente aproximação entre o Irã e outras repúblicas da América Latina.

Ainda que a tensão entre as monarquias árabes e a república persa seja contínua, a primavera árabe está sendo uma oportunidade para rearranjar o contexto de alianças em todo o Oriente Médio. A revolução no Egito – tradicionalmente um aliado americano – foi aclamada por Ahmadinejad, que chegou a compará-la com a Revolução Iraniana de 1979. Ao mesmo tempo, o governo iraniano manteve o seu apoio ao regime de Bashar al-Assad na Síria. De maneira semelhante, os EAU expressaram seu apoio à Mubarak e ajudaram a derrubar o governo de Muammar Gaddafi na Líbia.

O objetivo geral da política externa dos países do CCG durante a primavera árabe, além de conter o efeito dominó das revoluções, é evitar um ampliação da influência iraniana e aumentar a sua própria. Como os Estados Unidos não tomaram ações efetivas para impedir a queda de Mubarak no Egito, o país americano deixou de ser um aliado no qual os monarcas do golfo poderiam depositar suas confianças.

Como se pode observar nesta sessão, as relações entre as monarquias do CCG e o Irã são muito pautadas na desconfiança, criando um verdadeiro clima de guerra fria na região do golfo. Essa guerra fria começa a

---

<sup>39</sup>Para mais informações sobre o inusitado evento, ver a notícia publicada no jornal britânico *The Guardian* no dia 11 de Outubro de 2011 e disponível no link a seguir: <<http://www.guardian.co.uk/world/2011/oct/11/iranians-charged-us-assassination-plot>>

extrapolar para outras partes do Oriente Médio, principalmente com a Primavera Árabe, assim como para a América Latina e as ruas de Washington. É neste contexto que se deve entender a tomada de decisão dos monarcas, especialmente durante as revoluções de 2011.

## **4Os primeiros ecos da Primavera Árabe: Os Casos da Tunísia e Egito**

### 4.1 O pontapé inicial: A Revolução na Tunísia

Os protestos que deram início à Revolução de Jasmim na Tunísia<sup>40</sup> começaram em dezembro de 2010, culminando na renúncia de Zine Al-Abidine Ben Ali em janeiro. Tal país, pouco tempo antes visto como estável – tendo em vista, sobretudo, seu crescimento econômico e “por não ser assolado por divisões regionais, étnicas nem religiosas, historicamente menos propenso a conflitos internos”<sup>41</sup> – encontrava-se sob o autoritarismo de Ben Ali desde o ano de 1987.

O ato do jovem tunisiano Mohamed Bouazizi de atear fogo ao próprio corpo após ser impedido por policiais de vender vegetais em uma banca na rua sem permissão, no entanto, repercutiu em uma onda de protestos<sup>42</sup> contra o governo corrupto e ditatorial de Ben Ali. Os jovens passaram a manifestar contra a restrição de liberdades políticas, a violência policial e ao enorme número de desempregados, mesmo em grande parte possuidores de diploma universitário.

Dessa forma, apesar do fechamento de escolas e universidades pelo governo na tentativa de conter as manifestações, os tunisianos, por meio de

---

<sup>40</sup> Para maiores informações acerca da revolução ocorrida na Tunísia, ver, em inglês, “Political Transition in Tunisia”. Disponível em: <<http://www.fas.org/sgp/crs/row/RS21666.pdf>>.

<sup>41</sup> Ver notícia: <<http://veja.abril.com.br/noticia/internacional/tunisia-berco-da-primavera-arabe-vai-as-urnas-pela-1a-vez>>.

<sup>42</sup> Ver a repercussão no mundo árabe da revolução tunisiana: <[http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/01/110115\\_tunisia\\_alerta\\_especialistas\\_ts.s.html](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/01/110115_tunisia_alerta_especialistas_ts.s.html)>.

mensagens via internet e o uso de mídias sociais, deram continuidade aos protestos. Assim, o ditador, após destituir seu governo e com a promessa da realização de eleições legislativas, declarou estado de emergência. Toque de recolher, proibição de que mais de três pessoas se reunissem nas ruas, entre outras restrições as liberdades individuais foram instauradas.

Com isso, Ben Ali anunciou sua saída do cargo de presidente e hoje se encontra exilado na Arábia Saudita, uma vez que fora condenado à prisão perpétua e estaria aguardando extradição<sup>43</sup>. Em outubro, a Tunísia iria pela primeira vez às urnas, tendo o partido islâmico moderado Ennahda como vencedor, prometendo a organização posterior de eleições gerais.

Assim apesar da situação no país ainda não ter mudado em alguns aspectos<sup>44</sup>, com a queda de seu ditador, hoje a Tunísia é vista como o pontapé inicial da Primavera Árabe, sendo responsável por inaugurar na região uma mentalidade e princípios de democracia.

#### 4.2 Rumo à Praça Tahrir: Dias de Fúria no Egito

Inspirada na revolução que derrubou o presidente da Tunísia, a série de protestos que configurou a insurreição egípcia teve seu início no dia 25 de janeiro de 2011 como um movimento focado em questões políticas e legais, como a enorme corrupção do Estado egípcio e o estado de exceção do governo do presidente Hosni Mubarak<sup>45</sup>. Apesar de sua natureza pacífica, os rebeldes e as forças policiais do Estado logo se envolveram em violentos tumultos, resultando em mortos e feridos em ambos os lados.

A escala do conflito cresceu de forma exponencial em um espaço de poucos dias: ondas de protestos se formaram em várias regiões do país,

---

<sup>43</sup> Ver notícia: <<http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,ex-ditador-da-tunisia-e-condenado-a-prisao-perpetua,902491,0.htm>>.

<sup>44</sup> Ver notícia: <[http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/01/120113\\_tunisia\\_um\\_ano\\_fn.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/01/120113_tunisia_um_ano_fn.shtml)>.

<sup>45</sup> Para um cronograma completo do processo que levou à queda de Hosni Mubarak, acesse: <http://www.aljazeera.com/news/middleeast/2011/01/201112515334871490.html>.

organizadas por meio da internet e das redes sociais, sendo frequentemente recebidas de forma violenta pela polícia. Em resposta à força e à escala da rebelião, o governo chega a acionar forças militares de elite, especializadas no combate ao terrorismo, por vários locais estratégicos do Cairo. Entretanto, boa parte da polícia egípcia simplesmente desaparece das ruas no dia 28 de janeiro<sup>46</sup> e o exército, posicionado nas áreas do conflito, demonstra simpatia pela causa dos manifestantes. Como resultado, Hosni Mubarak anuncia, logo após a meia-noite, a dissolução de seu gabinete, mas se recusa a deixar o governo.

No dia 1º de fevereiro, afirma também que reformará a Constituição e não disputará a reeleição em Setembro, mas se mantém irredutível com relação à enorme demanda para que abdique do cargo. Isso acaba por inflar ainda mais a força e a determinação dos rebeldes, que conseguem amearhar tamanho apoio que Mubarak finalmente renuncia no dia 11 do mesmo mês, entregando o poder ao Conselho Supremo das Forças Armadas.

A partir daí, inicia-se um fluxo transitório que paulatinamente varre parte do aparato associado ao governo caído. A agência de segurança estatal, acusada de ter cometido crimes e abusos humanitários durante as três décadas do regime de Mubarak, é desmembrada no dia 15 de março daquele ano; e, da mesma forma, o Partido Nacional Democrático, ao qual pertencia o presidente, é dissolvido por uma ordem judicial.

O descontentamento popular, entretanto, se recusa a desvanecer, e passa a se focar sobre o novo governo militar, acusado de lentidão no processo de mudança pós-Mubarak, principalmente no que se refere à reforma das instituições e ao julgamento dos antigos integrantes do poder. Outro assunto especialmente delicado é o relacionado às cortes militares: muitos rebeldes foram levados a julgamento em tribunais militares sem o devido processo legal, em evidente contraste com o tratamento dispensado a Mubarak e aos oficiais de seu governo. Esses fatores, juntamente com

---

<sup>46</sup> Para uma análise das razões desse desaparecimento, visite: <<http://tinyurl.com/d4jkcl0>>.

atitudes truculentas, como os pseudocientíficos “testes de virgindade” realizados em manifestantes do sexo feminino, têm contribuído para danificar a imagem do exército como um aliado do povo.

Isso é especialmente preocupante porque o governo militar tem tentado se posicionar de forma moderadora em relação ao processo de transição. A pouco tempo das eleições parlamentares, das quais emergirá o grupo responsável por nomear a futura assembleia constituinte, o Conselho Supremo apresentou um projeto de pontos constitucionais. Estes, adicionados a uma eventual Carta Magna, protegeriam o exército de interferências políticas e lhe garantiriam poderes para dissolver a referida assembleia, se assim julgasse necessário. O resultado foi uma onda de novos protestos que em muito lembrou as agitações do início da revolução.

Essa instabilidade talvez seja amenizada após a formação do novo parlamento. Mesmo aqui, entretanto, se encontram pontos porosos. Existe a possibilidade de que muitos antigos membros do partido de Mubarak ganhem influência após as eleições, dado o número de partidos que têm neles uma significativa parte de suas bases. Além disso, acontecimentos recentes apontam para a existência de visíveis rupturas entre a oposição; é emblemático, aqui, o caso do referendo de março de 2011, que resultou na aprovação de emendas à antiga Constituição. Embora a função dessas emendas fosse adequar a Carta ao contexto eleitoral que estava por vir, o referendo acabou se tornando uma demonstração das diferentes visões ideológicas que permeiam o movimento revolucionário, principalmente no que se refere à separação entre grupos islâmicos e seculares. Líderes religiosos fizeram campanhas pesadas para direcionarem o voto de seus seguidores em direção à aprovação das emendas, afirmando que uma rejeição delas (e, conseqüentemente, de toda a antiga Carta) é uma afronta ao artigo 2º da Constituição. Esse artigo, em si mesmo, é um ponto de contenda, uma vez



que estabelece a Sharia, a lei islâmica, como a principal fonte da legislação do país<sup>47</sup>.

O fato é que não é possível prever com clareza o que emergirá ao fim do presente ciclo revolucionário; a queda de Mubarak de fato parece prometer grandes mudanças, mas a instabilidade que ainda caracteriza a política egípcia traz consigo certo grau de incerteza. As forças armadas ainda detêm um forte controle sobre o Estado, governando sob o mesmo estado de emergência que marcou o regime de Mubarak, e as forças da sociedade civil não são tão homogêneas quanto o grau de coesão que demonstravam antes da queda do antigo presidente fazia parecer. É improvável que o processo de transição seja interrompido, mas as irregularidades que já se verificaram em seu curso trazem embutidas dúvidas acerca de quais seus resultados verdadeiramente serão.

## **5 Primavera Árabe Chega ao Golfo: A Crise no Bahrein**

O Bahrain é um reino insular localizado no Golfo Pérsico. Com pouco menos de 800 m<sup>2</sup> de área e uma população de 1.248.348 de habitantes, o Bahrain é um dos principais exportadores de petróleo do mundo e é governado pela família al-Khalifa desde o século XVIII<sup>48</sup>. A família, além de deter grande parte das riquezas do país, é sunita em um país em que a maioria da população é do xiita.

Esse pequeno reino ainda vem sofrendo os efeitos da chamada Primavera Árabe e também é um dos países que mereceu maior atenção do Conselho de Cooperação do Golfo, ainda que tenha recebido o silêncio da comunidade internacional.

---

<sup>47</sup> Para maiores informações acerca do referendo e do artigo 2, acesse: <http://english.ahram.org.eg/NewsContent/1/64/8267/Egypt/Politics-/What-was-religion-doing-in-the-debate-on-Egypt's-Co.aspx>.

<sup>48</sup> Todas as informações geográficas e dados populacionais sobre o Bahrain podem ser encontrados em <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ba.html> (em inglês) - Acesso em 05 de jul 2012.

Em Fevereiro de 2011<sup>49</sup>, centenas de manifestantes reuniram-se em *Pearl Roundabout*, área do centro da capital, Manama, clamando pelo que consideravam direitos básicos: voto e liberdade de expressão. Esses protestos marcaram a chegada da Primavera Árabe aos quintais das monarquias do Golfo Pérsico.

A repressão inicial foi violenta, não havendo confirmações sobre o número de mortos e feridos. O governo acusou a maioria xiita pela desordem, o que tornava o grupo inimigo do país. Porém, a população não desistiu e a *Pearl Roundabout* tornou-se o ponto de encontro daqueles, tanto sunitas quanto xiitas, que queriam mudanças efetivas. Diante da resistência da população, o governo fez uma concessão, permitindo que os protestos, se limitados àquela área, continuassem. Logo, a praça foi tomada por homens, mulheres e crianças, que se instalaram no local e prometiam só sair quando todos os direitos que reivindicavam fossem assegurados.

Numa esfera mais formal, um grupo formado por representantes do governo e da oposição iniciavam suas reuniões, dispostos a definir novas diretrizes para o governo que satisfizesse ambas as partes. Percebendo que as reivindicações poderiam atingir as demais monarquias vizinhas, o CCG teve uma reunião de emergência para discutir a situação. As primeiras ações ficam a cargo do aparelho repressivo do Reino do Bahrain, contudo, logo forças do *Peninsula Shield Defense Force* foram enviadas para conter os protestos.

A situação começava a se agravar e os protestos se intensificavam em outras regiões do país, provocando uma reação violenta do governo. Muitos eram mortos ou feridos, vários sequestrados e muitos outros presos. O governo acusou manifestantes de terem a intenção de

---

<sup>49</sup> O documentário “Shouting in the dark” da rede de televisão Al Jazeera é a principal fonte de informação sobre os protestos e repressão no Bahrain. O próprio nome do documentário, que significa “gritando no escuro”, é revelador da situação do país pelo menos no ano de 2011. Para assistir o documentário na íntegra, basta acessar <http://www.youtube.com/watch?v=xaTKDMYOBou> (em inglês).

provocar um derramamento de sangue e de terem ligações com a República Islâmica do Irã<sup>50</sup>. Assim sendo, iniciou-se um processo de repressão mais aprofundado, que buscava contar com os apoiadores do regime para identificar manifestantes e qualquer opositor, ou aparente opositor, do regime. Foram presos ativistas dos direitos humanos, jogadores de futebol<sup>51</sup>, políticos opositores e pessoas comuns. Acredita-se que pelo menos mil pessoas<sup>52</sup> foram presas e torturadas nesse período, incluindo crianças.

Esperava-se que a comunidade internacional iria intervir e várias tentativas de dar publicidade à situação do Bahrain foram frustradas<sup>53</sup> ou não surtiram o efeito esperado. Críticas foram feitas ao silêncio da comunidade internacional, especialmente aos Estados Unidos e União Europeia<sup>54</sup>, que não foram tão críticos à violação dos direitos humanos no Bahrein quanto foram na Líbia e na Síria.

## **6 Intervenção no Norte da África: A Crise na Líbia**

### **6.1 42 Anos de Muammar Qaddafi**

Antes da instauração da “Grande Jamahiriya Socialista Popular Árabe da Líbia”, é relevante destacar a situação do país, que se encontrava sob uma monarquia na figura do rei Idris I, ainda em grande parte influenciado pelas antigas metrópoles e interesses imperialistas da França e Reino Unido.

---

<sup>50</sup> Mais detalhes podem ser encontrados em [http://en.qantara.de/wcsite.php?wc\\_c=15970&wc\\_id=16166](http://en.qantara.de/wcsite.php?wc_c=15970&wc_id=16166) (em inglês). Acesso em 05 jul 2012.

<sup>51</sup> A prisão de jogadores da Seleção do Bahrain teve grande repercussão. Mais detalhes podem ser encontrados em <http://www.foxsports.com.au/football/leading-bahrain-players-aala-and-mohamed-hubail-arrested-for-taking-part-in-anti-regime-protests/story-e6frf423-1226035763968> (em inglês). Acesso em 05 jul 2012.

<sup>52</sup> Informações retiradas do documentário *Bahrain: Shouting in the dark*.

<sup>53</sup> Os médicos do Hospital salmaniya tentaram por diversas vezes mostrar a situação dos feridos pelas tropas do governo durante os protestos em *Pearl Roundabout*. Muitos foram presos e a repressão no hospital foi violenta. Mais detalhes podem ser encontrados em <http://www.aljazeera.com/indepth/opinion/2011/05/201151285040679763.html> (em inglês). Acesso em 05 jul 2012.

<sup>54</sup> Mais detalhes sobre as controvérsias da relação dos Estados Unidos com a Primavera Árabe podem ser encontrados em <http://english.alarabiya.net/articles/2011/05/29/150954.html> (em inglês). Acesso em 05 jul 2012.

Assim, no ano de 1969 através de um golpe de estado por um grupo de oficiais, chega ao poder o coronel Muammar Qaddafi, estabelecendo um sistema de governo autodenominado socialista, ou como designa a palavra árabe *jamahiriya*, estado das massas<sup>55</sup>.

Qaddafi passa a liderar o país com princípios com vista a promover o anti-imperialismo, o pan-arabismo, o Islã e também o nacionalismo, levando em consideração a descoberta e posterior exploração de petróleo líbio. Com isso, tal líder adquiriu no começo de seu governo grande suporte popular, sendo capaz de promover o desenvolvimento da economia líbia e melhora nas condições de vida da população em geral, como o alto IDH<sup>56</sup> observado dentro do continente africano.

Porém, com o passar do tempo e devido a posições políticas muitas vezes contraditórias tomadas em seu governo<sup>57</sup>, o regime ditatorial de Qaddafi assume uma figura despótica e corrupta – pode-se levar em conta, por exemplo, a Líbia como um dos países em que há maior censura no norte da África.

## 6.2 Guerra Civil

Tendo começo por meio dos reflexos advindos da Tunísia e do Egito em favor do estabelecimento da democracia na região, a Líbia passa a fazer parte também do que seria chamada a “Primavera Árabe”. Dessa forma, a população começa a clamar por uma Líbia livre com a retirada de seu ditador, o coronel Muammar Qaddafi.

---

<sup>55</sup> Para uma perspectiva geral de todo governo Qaddafi: <<http://www.estadao.com.br/especiais/quatro-decadas-de-ditadura-na-libia.131869.htm>>.

<sup>56</sup> Índice de Desenvolvimento Humano.

<sup>57</sup> Segundo Costa, “A história da Líbia vai passar por algumas transformações durante o governo de Kadafi. Desde seu início, devido à inclinação ao que seria um modelo socialista, o Ocidente não o percebeu de maneira amistosa, também, no intuito de afrontar o sistema internacional, Kadafi passou a apoiar organizações que estavam envolvidas em lutas armadas e eram consideradas terroristas. Assim, Hezbollah, OLP, IRA e ETA tiveram suas operações facilitadas pelas armas e explosivo fornecidos pelos líbios”.

O início de protestos por todo o país, representando oposição ao governo, seria então o estopim das violências e da violação de direitos humanos à população líbia, feitas por seu próprio governante na tentativa de combater a insurgência do movimento contra seu governo. Segundo Qaddafi, a juventude líbia, a imprensa internacional, os Estados Unidos e o terrorismo islâmico eram os culpados pela situação de desordem no país<sup>58</sup>.

O agravamento da revolta no país tornava-se mais claro com uma onda crescente de protestos violentos, bombardeios e ataques. Tal situação evocou a atenção internacional a fim de intervir na região, pondo fim ao sofrimento humano assim como ao regime ditatorial de mais de quarenta anos. Assim, o Conselho de Segurança das Nações Unidas estabeleceu a imposição de uma zona de exclusão aérea<sup>59</sup> sobre a Líbia, além da intervenção militar com o apoio direto da OTAN<sup>60</sup> no país.

Assim, o envolvimento da OTAN, em grande parte por meio da ajuda de países como França, Inglaterra e Estados Unidos, constituiu o envio de forças especiais, armas e tropas para a guerra civil líbia, viabilizando a intervenção externa no país<sup>61</sup> e a tomada e retomada de cidades que ainda representassem apoio à Muammar Qaddafi.

Um aspecto a ser destacado quanto a tal intervenção é, seguramente, também o envolvimento de países não membros da OTAN: Suécia, Jordânia, Emirados Árabes Unidos e Qatar. Este último país, no entanto, mostrou apoio de forma mais acentuada na região, sendo a primeira nação árabe a apoiar as

---

<sup>58</sup> Notícia: <<http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,nao-deixarei-a-libia-morrerei-como-um-martir-diz-kadafi-na-televisao,682963,0.htm>>.

<sup>59</sup> Notícia: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/891767-zona-de-exclusao-aerea-na-libia-sera-ampliada-a-mil-km-diz-general.shtml>>.

<sup>60</sup> Organização do Tratado do Atlântico Norte.

<sup>61</sup> Para maiores informações acerca da intervenção militar na Líbia, ver artigo “O Verão Árabe: guerra civil

e intervenção internacional na Líbia, Síria e Iêmen”. Disponível em: <<http://seer1.fapa.com.br/index.php/arquivos/article/view/137>>.

forças aliadas e reconhecer o Conselho Nacional de Transição, enviar jatos à Líbia, além de participação terrestre e providenciar armas aos rebeldes<sup>62</sup>.

Em outubro, foram capturados e mortos na cidade de Sirte o coronel Qaddafi, seu filho e outros combatentes<sup>63</sup>. Tal fato inaugurou uma nova fase de transição e libertação do país após intensa guerra civil e diversos anos de autoritarismo. A formação do estado e suas instituições ficou a cargo do Conselho Nacional de Transição, reconhecido agora como único representante legítimo do governo líbio.

## 7 Crise na Síria

Iniciada em Março de 2011 como uma séries de protestos por reformas políticas, a rebelião popular na Síria rapidamente cresceu de forma exponencial, tornando-se um verdadeiro conflito armado contra o regime unipartidário de Bashar al-Assad<sup>64</sup>. Apesar da enorme oposição a seu governo, o presidente tem se mostrado bastante competente em se manter no poder, em especial contraste com o destino de outros governantes arrastados pelo furacão da chamada Primavera Árabe.

Uma das principais razões para isso é o evidente poderio militar que o regime possui. Ao assumir o poder, Bashar herdou uma enorme rede de inteligência e espionagem estabelecida por seu pai, Hafiz al-Assad, que governou o país com mão de ferro por 30 anos. Além disso, contrastando com outros governantes, os Assad sempre procuraram manter o poder das forças armadas estritamente sob o seu controle. A família pertence à minoria islâmica alauíta, que, apesar de constituir apenas 10% da população síria,

---

<sup>62</sup> Para maiores informações acerca do envolvimento qatari na Líbia, vídeo em inglês: <<http://www.aljazeera.com/programmes/insidestory/2011/09/20119484749772251.html>>.

<sup>63</sup> Notícia em inglês: <<http://www.aljazeera.com/news/africa/2011/10/20111020111520869621.html/>>.

<sup>64</sup> Para um cronograma completo dos eventos na Síria, acesse: <<http://www.aljazeera.com/indepth/interactive/2012/02/201225111654512841.html>>. Além disso, é recomendável assistir ao documentário “Syria: Inside the Secret Revolution”, da rede de televisão BBC.

responde pela maior parte dos cargos estratégicos do regime, principalmente nas forças armadas. É improvável que a lealdade desses grupos deixe o lado do governo central, especialmente devido ao temor de uma punição coletiva em caso de uma vitória da oposição; grupos sunitas viam os alauítas como forasteiros quando estes assumiram o poder e a Irmandade Muçulmana chegou a acusá-los de não serem verdadeiros árabes muçulmanos. Além disso, Bashar al-Assad foi tutorado na arte da guerra desde que foi escolhido como sucessor do governo anterior, tendo ido para a escola militar e se tornado um oficial de alta patente, assim como muitos de seus parentes próximos.

A isso se soma a falta de força e organização dos grupos rebeldes. As instâncias de oposição na Síria são majoritariamente sunitas e não possuem a estrutura e a organização necessárias para constituírem verdadeira ameaça ao exército. Não existe um comando central, e as várias células do movimento parecem operar de forma predominantemente individual. O grupo carece de uma única bandeira ideológica capaz de sustentar toda sua coletividade, um reflexo evidente da repressão que o governo dos Assad exerceu sobre as formas de expressão civil durante toda sua existência. O resultado é um sentimento compartilhado por vários setores da sociedade de que um governo encabeçado por Assad apresenta mais segurança que um cenário liderado pelos rebeldes; isso é notável principalmente entre minorias como os cristãos e os curdos, que também temem a aparente radicalização de boa parte da oposição.

As consequências desse panorama, entretanto, não têm sido completamente favoráveis ao governo sírio. Os combates entre os rebeldes e o governo têm gerado polêmica em escala mundial e a oposição não hesita em utilizar imagens, vídeos e relatos chocantes para atrair a simpatia da

comunidade internacional para sua causa<sup>65</sup>. Vários líderes mundiais já se pronunciaram a favor da renúncia de Bashar al-Assad – entre eles, o presidente dos Estados Unidos, Barack Obama. O ânimo dos insurgentes também parece não desvanecer; ainda que careçam de uma força significativa e a despeito da violência do governo, seus números só parecem aumentar, e a rebelião, que inicialmente tinha seus principais representantes em líderes tribais sunitas da fronteira com a Jordânia, se espalha pelo país de forma célere.

Ademais, a economia da Síria se encontra em um estado extremamente delicado; a liberalização econômica realizada por Bashar Assad foi feita de modo a favorecer os integrantes do poder, e a elite econômica é largamente composta pela prole de membros graúdos do regime – os chamados “filhos do poder”. O crescimento econômico tem sido pífio, a pobreza cresce a níveis alarmantes e o PIB encolhe progressivamente. Embora não se possa dizer que a economia vá entrar em colapso do dia para a noite, esse é certamente um fator essencial na sobrevivência de qualquer governo. A Síria ainda possui aliados econômicos, mas o frágil estado das finanças do país podem se provar excelentes cartas para a oposição.

Um fator essencial na sobrevivência do governo de Bashar al-Assad, entretanto, está na improbabilidade de uma eventual interferência externa. Apesar das constantes manifestações de desaprovação de várias forças internacionais, as chances de um apoio generalizado para uma eventual intervenção militar são muito pequenas. O presidente Barack Obama dificilmente apoiará uma nova incursão militar do Exército Americano, especialmente com a proximidade das eleições, e a Europa se encontra imersa em uma severa crise econômica. É igualmente duvidoso que outros

---

<sup>65</sup> Um relato especialmente interessante acerca da situação dos rebeldes pode ser visto em: < <http://www.spiegel.de/international/world/syria-s-bloody-ramadan-running-from-the-ghosts-of-damascus-a-781904.html>>



países árabes, como o Qatar e a Arábia Saudita, aceitariam liderar uma incursão militar por temor de uma retaliação do Irã, um dos maiores aliados do Estado sírio.

Ademais, a queda forçada do governo de um país como a Síria teria, indubitavelmente, consequências significativas para o panorama político da região, dado que o regime de Assad é notável por sua franca oposição à Al-Qaeda e aos movimentos fundamentalistas islâmicos. Em um momento como o atual, em que o Iraque não se encontra plenamente estabilizado e a Primavera Árabe ainda varre a região, os resultados de tal desdobramento podem se provar catastróficos.

O atual governo da Síria dificilmente pode ser definido como dispendo de solidez suficiente para garantir sua própria perpetuação acima de qualquer suspeita; o contexto em que se encontra, entretanto, permite que o regime atue, tanto internamente como externamente, na busca de legitimidade para sua existência. Apesar de sua violência contra os opositores, Bashar al-Assad ainda dispõe de apoio de parte da população, temerosa dos resultados de uma revolução e dos custos de transições incertas, como aquelas vistas no Egito e no Iraque. Da mesma forma, o país dispõe de certo *status* como sendo “grande demais para cair”, principalmente em face da situação de seus vizinhos. A economia se mostra problemática, mas o governo ainda dispõe de aliados, o que lhe permitirá ao menos amenizar os efeitos de eventuais sanções econômicas.

A maior incógnita, entretanto, é a própria oposição. Para além – e por causa – de sua falta de coesão, o movimento rebelde carece de uma demonstração inequívoca de sua capacidade de estabilizar o país por si mesmo. Muitos sírios só aceitarão apoiar uma revolução se ela se mostrar como uma alternativa genuína ao governo atual, por mais violento que esse possa ser; dificilmente aceitarão os riscos de uma transição liderada por um grupo tão descentralizado. O fato é que, até agora, não há evidências da existência de um poder interno capaz de verdadeiramente derrubar Bashar al-Assad; permanece no ar, entretanto, a possibilidade que uma força de

tamanha magnitude venha a emergir. Até lá, é improvável que o governo atual seja verdadeiramente abalado - mesmo que apenas por uma perspectiva interna.

## **8 Problemas no Vizinho Republicano na Península: A Crise no Iêmen**

O Iêmen apresentava um quadro prévio de cenário econômico ruim e altas taxas de desemprego quando do início das Revoluções da Primavera Árabe. Situação semelhante a do Egito e da Tunísia. Ali Abdullah Saleh era presidente do Iêmen do Norte desde 1978, quando este foi eleito pelo parlamento após o assassinato do presidente anterior, e continuou a presidir o país depois de sua unificação.

Os protestos iniciaram-se como manifestações contra mudanças constitucionais propostas pelo governo para melhorar a economia do país e amenizar o desemprego. Inspirados pela repercussão e pelos resultados dos protestos na Tunísia e no Egito, os manifestantes começaram a pedir o fim do regime Saleh, acusando o governo de corrupção e alegando que os 32 anos de regime eram tempo demais.

O Iêmen foi o primeiro país do Golfo Pérsico a repercutir os protestos da Primavera Árabe, causando nas monarquias da região um medo real de que os eventos ocorridos no *Mashrek* pudessem gerar *spillovers* que ameaçassem os governos monarquistas da região. Os protestos no Iêmen começaram em meados de janeiro, enquanto no Bahrein a pressão por direitos políticos se iniciaram no meio de fevereiro.

Os protestos se espalharam pelo país inteiro, mas adquiriram caráter mais violento e particularmente radical no sul, área em que o movimento terrorista islâmico Al Qaeda possuía maior influência. A Al Qaeda foi, durante os protestos da Primavera Árabe, a facção de oposição mais proeminente no país, chegando a controlar parte dele durante o desenrolar dos eventos.

Criou-se medo de que, com a queda de Saleh, a organização terrorista assumisse o comando do país.

A possibilidade de crescimento da influência da Al Qaeda na região através da apropriação de meios formais de poder (nomeadamente a estrutura estatal iemenita) representava perigo evidente para as monarquias vizinhas. Apesar da repercussão de seus atentados no Ocidente, o objetivo da Al Qaeda, desde a sua formação, foi derrubar governos árabes considerados infiéis.

Fundada por Osama Bin Laden, a Al Qaeda surgiu para ser instrumento de deposição de governos árabes que não eram considerados legítimos representantes da herança do profeta Mohammed, aliando-se ao Ocidente e não observando e empregando os verdadeiros valores do Islã. Osama, nascido na Arábia Saudita, militou ativamente contra o reinado da família Al-Saud (atuais governantes da Arábia Saudita).

O crescimento da influência da Al Qaeda e a tentativa de deslegitimar os protestos acusando-os de serem mera orquestração da organização foram estratégias amplamente empregadas na tentativa de manter o regime de Saleh no Iêmen. Saleh conseguiu o apoio dos países vizinhos, tentou demover a população de protestar argumentando a favor da segurança e acusou a Al Qaeda de querer dar um golpe no país. O apoio do CCG nunca se traduziu em ação militar efetiva, sendo ele meramente diplomático. Nenhum desses meios foi efetivo, e os protestos continuaram escalando.

Saleh tentou acalmar a população declarando que não tentaria um novo mandato nas eleições planejadas para 2013, mas os protestos pedindo a deposição imediata do presidente continuaram. O CCG interveio e tentou negociar um acordo para que Saleh renunciasse em troca de imunidade, que o presidente declarou aceitar, mas se recusou a assinar por diversas vezes.

Após uma tentativa de assassinato, o presidente do Iêmen foi levado para a Arábia Saudita para tratamento, delegando poder ao vice-presidente,

que deu continuidade às suas políticas. Da Arábia Saudita, Saleh mandava comunicados do hospital anunciando sua volta e continuava a exercer influência sobre a esfera política do país.

Retornado ao país depois de três meses, Saleh assinou o acordo negociado pelo CCG e se afastou da cena política do país para que ocorresse a transição de governo. As novas eleições transcorreram sem maiores problemas e a Al Qaeda, nesse novo momento, perdeu força na cena política local.

## 9 As Monárquicas Árabes

Com as rentabilidades das exportações de petróleo, as monarquias do Golfo conseguiram sustentar um Estado de bem-estar social para seus cidadãos nacionais, muitos trabalhando no setor público, com virtualmente nenhuma taxa<sup>66</sup>. Apesar dos mais amplos benefícios econômicos existentes na maioria desses países, a liberdade política é bastante restrita.

Havendo protestos que questionem a legitimidade do regime, os governos normalmente respondem com aumento de salários e repressão violenta, diminuindo incentivos para a manifestação pública. Por vezes também fazem pequenas reformas que aumentam a liberdade política e dão a impressão que a democratização está acontecendo, no entanto, ele dificilmente ocorrerá em um futuro próximo<sup>67</sup>. Vale a pena lembrar que, com exceção da Arábia Saudita, os países monárquicos do Golfo tem uma

---

<sup>66</sup> Para mais informações sobre o “Contrato Social” entre os governantes e os governados nesta região do planeta, ver o artigo escrito por Forstenlechner e Rutledge em 2010, intitulado *Unemployment in the Gulf: Time to Update the “Social Contract”*.

<sup>67</sup> Para mais informações sobre a liberalização política sem democratização que ocorre no Oriente Médio em geral, ver o artigo escrito por Albrecht e Schlumberger em 2004, intitulado *“Waiting for Godot: Regime Change Without Democratization in the Middle East”*.

população formada em sua maioria por estrangeiros, os quais seriam deportados se se engajassem em algum tipo de protesto.

Do Marrocos ao Omã, todos os governos árabes sofreram protestos no ano de 2011, sendo o Qatar talvez a única exceção. No entanto, como visto nas sessões anteriores, todos os protestos tem naturezas diferentes e foram abordados de maneiras diferentes. Esta sessão tem a proposta de analisar brevemente cada caso dos países do CCG mais Marrocos e Jordânia, assim como seu sistema político interno.

### 9.1 Emirados Árabes Unidos

Os EAU são uma federação de sete monarquias, sendo Abu Dhabi a mais rica e politicamente influente delas e Dubai um importante centro cultural e turístico. Os outros emirados são Ajman, Fujairah, Ras al-Khaimah, Sharjah e Umm al-Quwain. O presidente da federação, tradicionalmente ocupado pelo emir de Abu Dhabi, é escolhido pelo Conselho de Emires.

O regime também inclui um Conselho Nacional Federal parcialmente eleito, no qual 20 assentos são apontados pelo Conselho de Emires e os outros 40 assentos são eleitos através de votação. No entanto, somente possuem o direito de voto os cidadãos que forem considerados qualificados pelos seus emires. Houve apenas duas eleições até agora, nas eleições de 2006; apenas 0,08% da população dos EAU fazia parte do seletor grupo de pessoas com direito de voto; e, em 2011, 0,16%. O Conselho Nacional Federal tem poderes bastante limitados.

O episódio que inclui este país na lista dos atingidos pela Primavera Árabe foi caracterizado pela prisão e campanha difamatória contra professores universitários que escreveram e assinaram uma petição por reformas políticas no país. Um membro da família real de Ras al-Khaimah se demonstrou favorável a demanda dos professores e foi preso também. O

governo justificou suas ações dizendo que os professores insultaram os líderes do país<sup>68</sup>.

## 9.2 Estado do Kuwait

O Estado do Kuwait é categorizado como uma monarquia constitucional, com a existência de um parlamento e um primeiro-ministro. O primeiro ministro é indicado pelo emir, assim como parte do parlamento, que tem 66 cadeiras, os outros assentos são eleitos.

Apesar de ser considerado o país mais progressista do Golfo, sua população está dividida em três grupos: cidadãos de primeira classe, cidadãos de segunda classe e *bidouns* – ou não cidadãos. Os cidadãos de primeira classe são todos aqueles que conseguem provar através de qualquer documento que sua família morava no Kuwait durante a Batalha de Jahra em 1920, que protegeu o emirado de uma possível anexação territorial por parte da família saudita. A estes cidadãos é permitido votar e se eleger.

Cidadãos de segunda classe são aqueles que conseguem provar que sua família vivia no emirado desde os anos 1940, década da descoberta do petróleo. Estes cidadãos têm direito a voto, mas não podem se eleger. Qualquer outro indivíduo que more no país e não consiga provar nenhuma destas condições é considerado um *bidoun* e não tem seus direitos políticos e nem sua nacionalidade reconhecida.

O atual emir subiu ao poder em 2006. O país tornou-se independente em 1961, saindo do domínio do Reino Unido. Além de deter a quinta maior reserva de petróleo do mundo, o Kuwait tem indicadores sociais invejáveis como o maior Índice de Desenvolvimento Humano do mundo árabe, além de uma renda *per capita* considerável.

---

<sup>68</sup> Mais informações sobre esta notícia no seguinte link: <<http://www.anhri.net/en/?p=8019>>

Em 1990, o Kuwait foi invadido pelo seu vizinho Iraque e grande parte de infraestrutura da indústria petrolífera existente foi destruída, sendo necessários 5 bilhões de dólares para que toda a estrutura fosse recuperada.

Em 2009, uma eleição histórica levou quatro mulheres para a Assembleia Nacional. Entretanto, em 2010 e 2011, grupos da juventude organizaram pequenos protestos por cidadania e direitos básicos. Em 2011, houve uma intensificação dos movimentos, envolvendo reivindicações pela substituição do primeiro ministro e seu gabinete.

### 9.3 Estado do Qatar

O atual Emir do Qatar tomou o poder em um golpe de Estado sem sangue que tirou do poder o seu pai em 1995. Desde então, o país tem tido liberalização política incluindo a aprovação de uma nova constituição no referendun de 2003 e a diminuição de repressão a imprensa<sup>69</sup>, o que possibilitou um papel mais ativo da emissora de TV qatariana al-Jazeera. Também houve eleições para Conselhos Municipais em 1999 e 2003, nas quais surpreendentemente foi permitido o sufrágio permitido, apesar de ser proibido questionar a decisão do emir sobre ele.

No final de fevereiro de 2011, ativistas se organizaram através da rede social *facebook* para clamar por um “Dia de Fúria” no pequeno emirado. A página logo foi deletada e ninguém apareceu na data marcada. Na verdade, a última vez que os qatarianos tomaram as ruas foi para comemorar a escolha do país como sede da Copa do Mundo de 2022. Uma pesquisa feita no país apontou que apenas um terço dos jovens do país acha que democracia seja importante – a menor porcentagem de todos entre todos os

---

<sup>69</sup> Para mais informações sobre reformas políticas nos países do Golfo nos últimos anos, ver o *paper* escrito por Crystal em 2005, intitulado *Political Reform and the Prospects for Democratic Transition in the Gulf*.

países pesquisados –, a mesma pesquisa descobriu que 88% dos jovens acham que o país está indo para a direção certa<sup>70</sup>.

#### 9.4 Reino da Arábia Saudita

De acordo com o discurso oficial do governo, a custódia das mesquitas sagradas de Mecca e Medina dá ao país uma incrível responsabilidade e, ao mesmo tempo, cria a necessidade de cuidado no processo de democratização. Protestos não são permitidos já que a constituição do país é o próprio livro sagrado do islamismo, o Corão, e o rei detém o título de guardião das duas mesquitas sagradas. Se posicionar contrário ao governo seria se opor à religião oficial, logo uma heresia, clérigos de uma vertente conservadora do Islã ligada a família real – o Wahhabismo – ajudam a manter essa crença. Eleições neste país não são periódicas – acontecendo apenas quando o Rei quiser – e elegem apenas metade dos assentos municipais.

Em 2011, houve dois tipos de protesto neste país. O primeiro ocorreu em forma de desobediência civil e exigia que as mulheres pudessem dirigir – atividade a qual elas são proibidas por lei –, a organizadora do ato foi presa e sentenciada a 10 chibatadas. Para acalmar os ânimos de manifestações feministas e democráticas ao mesmo tempo, o rei perdoou a ativista política e concedeu sufrágio feminino para as eleições que ocorrerem depois de 2015<sup>71</sup>. O outro tipo de protesto envolveu a marginalizada população xiita que vive nas províncias do leste, as mais ricas em petróleo. Os manifestantes foram reprimidos brutalmente.

---

<sup>70</sup> Para mais informações sobre essa pesquisa, além de outras características peculiares da política interna e externa do Qatar, ver o artigo de Eakin publicado em 27 de Outubro de 2011, intitulado *The Strange Power of Qatar*. Disponível no seguinte link: <<http://www.nybooks.com/articles/archives/2011/oct/27/strange-power-qatar/?pagination=false>>

<sup>71</sup> Para ver a notícia do caso, acesse o seguinte link: <<http://www.aljazeera.com/news/middleeast/2011/09/201192820341050915.html>>.



### 9.5 Reino do Bahrain

O Bahrain é uma pequena ilha localizada no Golfo Pérsico de população predominante xiita que é governada pela família sunita Al-Khálifa desde o século XVIII, quando estes expulsaram os persas da região.

Grande exportador de petróleo, o Bahrain foi o primeiro país do Conselho de Cooperação do Golfo no qual a Primavera Árabe teve impacto. Os protestos, concentrados principalmente em Pearl Roundabout, reuniam tanto xiitas quanto sunitas, pedindo não apenas pelo fim do domínio dos Al-Khálifa, como por melhores condições de vida e respeito a direitos básicos dos cidadãos. As reações foram confusas, havendo tanto repressão quanto uma ilusão de liberalização.

Formalmente categorizado como uma monarquia institucional, o Bahrain possui um primeiro ministro e gabinete composto inteiramente por membros da família real. Parlamentares eleitos da oposição deixaram o governo em resposta a violenta repressão.

### 9.6. Reino do Marrocos

O Reino do Marrocos é também uma monarquia constitucional com regime bicameral estabelecido nos anos 90, quando ocorreram reformas políticas no país. O Marrocos é governado pelo rei Mohammed VI desde 1999. O sufrágio é universal para aqueles acima de 18 anos e eleições para o parlamento, composto pela Câmara dos Conselheiros e Câmara dos Representantes, são realizadas regularmente.

No começo de 2011, vários marroquinos saíram às ruas para pedir por mais democracia. Os protestos foram reprimidos de forma usual, mas uma nova constituição foi elaborada. Embora redistribuísse algumas funções, ainda deixava as mais importantes decisões para o monarca. Devido à

aprovação da constituição, as eleições foram adiantadas para 2011 e o partido que conseguiu mais cadeiras no parlamento foi o Partido Justiça e Desenvolvimento, o primeiro partido islâmico a ocupar a maioria no parlamento marroquino.

### 9.7 Reino Hachemita da Jordânia

Governado pelo rei Abdullah II desde 1999, o Reino Hachemita da Jordânia é uma monarquia constitucional, contando com primeiro ministro e parlamento. Depois de se tornar independente do mandato britânico dado pela Liga das Nações em 1946, a Jordânia assinou tratados de paz com Israel e passou ao poder e soberania de seu Rei e parlamento. A constituição, aprovada em 1952, já sofreu várias emendas. Ela prevê o sufrágio universal para os cidadãos acima de 18 anos e em 2007, aconteceram eleições municipais com o diferencial de reserva de 20% das cadeiras para mulheres.

Em 2011, a população se mobilizou em protestos contra o desemprego, os preços altos e contra a corrupção. Como resultado, o rei a dissolveu o parlamento e indicou um novo primeiro ministro. Também houve protestos que exigiam um papel mais firme do governo jordaniano contra a violência na Síria.

### 9.8 Sultanato do Omã

O atual Sultão do Omã está no poder desde o ano de 1970, quando depôs seu próprio pai em um golpe palaciano; a família real al-Said está no poder desde 1749. As decisões políticas no Omã são feitas apenas pelo Sultão e seu gabinete de ministros, excluindo totalmente a população do processo político.

No entanto, em resposta a protestos da Primavera Árabe, o governo anunciou reformas políticas no país. Dois conselhos terão o poder de legislar, sendo um deles eleito e o outro apontado pelo Sultão. Apesar dos manifestantes exigirem a liberalização política, eles enfatizaram sua lealdade ao seu governante<sup>72</sup>.

### **Conclusão**

Tendo um histórico de insegurança, no qual confiavam em uma força externa – os Estados Unidos – para ajudá-las, as monarquias do Golfo se viram em um cenário muito conturbado no ano de 2011, no qual não apenas houve contestações na maioria delas, mas também quedas de vários regimes árabes. Com a queda de Mubarak, os monarcas se viram em uma situação em que o apoio dos Estados Unidos para questões internas se tornava incerto e, portanto, necessitavam de um papel mais ativo para se defender de um possível efeito dominó. O Irã, que tem relações historicamente sensíveis com seus vizinhos árabes do Golfo, começa a apoiar seletivamente os protestos, apontando a revolução egípcia como um eco da Revolução Islâmica de 1979 e os protestos na Síria como um complô ocidental. É nesse cenário que colocamos os participantes do Conselho da Cooperação do Golfo Histórico para discutir, debater e encontrar soluções para crises que apresentaremos durante os dias da simulação. A possibilidade de um efeito dominó; as relações com o Irã; o discurso democrático existente desde a Terceira Guerra do Golfo e as características políticas, sociais e econômicas de cada país terá de ser levadas em consideração em cada uma das decisões.

---

<sup>72</sup> Para mais informações sobre a os protestos no Omã e a reforma política decorrente deles, ver a seguinte notícia do jornal Al-Jazeera <<http://www.aljazeera.com/news/middleeast/2011/02/2011227112850852905.html>> e esta notícia do jornal Voice of America: <<http://www.voanews.com/content/omans-sultan-shifts-lawmaking-powers-amid-unrest--117895309/136407.html>>

O objetivo deste guia foi apresentar tanto o cenário quanto as crises políticas do Oriente Médio – e, em especial, do Golfo – durante o ano de 2011 de maneira didática. Informações sobre as possíveis crises que o comitê enfrentará estão contidas neste volume. As crises estarão baseadas em eventos reais e podem ou não ser idênticas aos reais acontecimentos.

Boa simulação a todos!

## **CORTE DISTRITAL DE JERUSALÉM**

### **CASO DE KARL ADOLF EICHMANN.**

Isabelle Alessandra Marucci Lopes

Luiz Guilherme Pinheiro de Medeiros

Marcus Vinicius Silveira de Sá

*Any personal code of ethics must give way to the total character of the war...*

***Karl Brandt (08/01/1904-2/6/1948).***

#### **1.Contexto Histórico**

##### ***1.1-Prelúdio:A Segunda Guerra Mundial***

Ao se procurar determinar o início de um conflito, utiliza-se como ponto de partida a primeira agressão desferida pelas partes no impasse. Sob estes termos, seria adequado colocar a invasão da Polônia pelo Terceiro *Reich* no dia primeiro de Setembro de 1939 como o primeiro acontecimento de relevância para explicar o conflito.

Entretanto, é equivocado pensar que uma ação deste tipo justifica-se em si mesma. Todo Estado busca manter sua soberania nacional, expandir sua influência política, estender seu domínio territorial e aumentar sua riqueza. A captura de territórios estrangeiros configura-se uma forma de

atingir esses objetivos. Não se pode, contudo, recorrer a um conceito generalizado para justificar um evento particular, caso se queira compreendê-lo mais amplamente. O objetivo da campanha, pela perspectiva alemã, não era uma simples expansão territorial, mas uma justa reparação pelo que foi imposto à Alemanha no Tratado de Versalhes<sup>73</sup>, em Junho de 1919.

De forma resumida, o Tratado estabelecia os seguintes termos:

- A afirmação de que a culpa pelo conflito era exclusivamente da Alemanha, e esta deveria reparar as nações aliadas com um pagamento no valor de 132 bilhões de *Reichsmarks* (US\$442 bilhões atuais).
- A devolução e a tomada de inúmeros territórios e colônias alemãs para os países aliados.
- A drástica redução das Forças Armadas Alemãs, bem como a proibição dela usar certos tipos de equipamentos bélicos.
- O julgamento do *Kaiser* (Imperador Alemão) como um criminoso de guerra<sup>74</sup>.

O repúdio a Versalhes foi uma das bandeiras do Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães (NSDAP) durante sua ascensão na econômica e politicamente frágil República de Weimar. A tomada de poder pelos nazistas em 1933 desencadeou a saída da Alemanha da Liga das Nações no mesmo ano, bem como a suspensão dos pagamentos da dívida de Versalhes.

Outra consequência de tal evento foi a promulgação de uma grande quantidade de leis anti-semitas. Medidas legislativas como a Lei para a Restauração do Serviço Público Profissional (retirava os judeus do mesmo,

---

<sup>73</sup> Para uma análise mais substancial do tratado, recomenda-se o livro 'The EconomicConsequencesOf Peace', de John Maynard Keynes.

<sup>74</sup> Informações retiradas de uma cópia do tratado presente no site da Brigham Young University.

salvo exceções), a Lei de Desnaturalização (retirava a cidadania do grupo) e as Leis de Nuremberg<sup>75</sup> (proibição do casamento entre judeus e outros alemães) acabaram por encorajar uma escalada sem precedentes na prática de atos violentos contra esta minoria religiosa, que teria como ápice a destruição de várias propriedades judaicas na noite de 9 de Novembro de 1938, conhecida como *Reichskristallnacht* (Noite de Cristais do Reich).

Em 1936, as provocações militares do Terceiro Reich se intensificariam, com a ocupação da região da Renânia (fronteira com a França) por tropas alemãs. A audácia nazista prosseguiria com a *Anschluss* (anexação da Áustria) e a ludibriação diplomática realizada nas conversas com a França e a Inglaterra que por fim lhe possibilitou colocar a Tchecoslováquia sob domínio alemão. A tolerância das potências aliadas só se esgotaria com a invasão do território polonês, que por fim desencadearia o maior conflito armado da história.

### *1.2-Rumo ao Grande Reich Alemão*

Os primeiros dois anos da guerra foram caracterizados por sucessivas vitórias nazistas, tendo os alemães derrotado a Polónia, a França e os Países Baixos. Comparado ao que estava por vir, a barbárie vista neste período se encontrava em níveis baixos. A execução de civis e militares poloneses foi comum durante este período, mas nenhum projeto de assassinato sistemático se encontrava em ação. A própria criação do gueto de Varsóvia, no final de 1940, tinha como principal finalidade não o extermínio imediato dos judeus poloneses, mas o aprisionamento dos mesmos.

O nível das atrocidades nazistas aumentaria em 1941, após o início da Operação Barbarossa e a invasão dos países ao leste da Polónia pelas forças do Eixo. A partir daí as *Einsatzgruppen* (forças-tarefa) da *Schutzstaffel* iriam realizar da forma mais ampla, atroz e aberta o que

---

<sup>75</sup>Traduções livres da legislação anti-semita encontrada no site do United States Holocaust Memorial Museum.

realizavam desde a invasão da Tchecoslováquia: assassinar o maior número possível dos supostos inimigos do *Reich*, fossem eles judeus, comunistas, ou simplesmente eslavos.

Em 7 de Dezembro de 1941, Hitler estabelece a diretiva *Nacht und Nebel* (noite e névoa), oficializando o que já acontecia na prática: as forças de ocupação podiam prender e julgar todos aqueles que considerassem um perigo para o *Reich* alemão. Adicionalmente, qualquer autoridade alemã ou estrangeira que questionasse sobre o destino daqueles cidadãos deveria ser simplesmente informada que eles haviam sido presos. A localização e as condições em que se encontravam deveriam permanecer em sigilo.

Juntando-se ao genocídio, viriam os experimentos médicos. A ação de eutanásia, chamada pelos alemães de *Aktion T4*, já vinha ocorrendo desde 1939, com grande influência do Doutor Karl Brandt. A ação foi responsável pelo assassinato de inúmeros adultos e crianças. Todos com diagnóstico de cura impossível para suas deficiências físicas e mentais, sob o argumento de Hitler de que 'um uso melhor de hospitais, médicos e equipes de enfermagem poderia ser feito na guerra'<sup>76</sup>. Apesar de o programa ter oficialmente continuado até 1941, ele teve continuidade, de forma não oficial, como um método de pesquisa nos campos de concentração. Amputações, congelamentos, privação de sono e alimentação, envenenamentos, injeções contendo doenças letais e até testes de bombas incendiárias eram realizados nos prisioneiros.

O final de 1941 e início de 1942 foram marcados pela constatação de que a Alemanha não ganharia facilmente a guerra. Com as tropas do Eixo avançando lentamente tanto no Front Russo quanto no Norte da África, Hitler expressou seus desejos por uma solução para a questão judaica. O que fazer para se livrar de forma definitiva do povo indesejado? Com a intenção de organizar forças para realizar uma empreitada que solucionasse o problema,

---

<sup>76</sup>Hitler, Ian Kershaw, Companhia das Letras, Página 566



ocorreu, em 20 de Janeiro de 1942, a chamada Conferência de Wannsee. Nela, Reinhard Heydrich, general da SS encarregado do Protetorado da Boemia e Morávia (área antes conhecida como Tchecoslováquia), exerceu o seu papel de principal encarregado da chamada ‘Solução Final para a questão Judaica’<sup>77</sup>, entregando números precisos sobre a quantidade de judeus nos territórios ocupados, bem como uma nova diretiva sobre o que fazer com eles: ao invés de ser encorajada sua emigração do Reich, eles deviam ser provisoriamente postos nos *ghettos* mais próximos e depois enviados aos campos de concentração do Leste Europeu. Ninguém falava abertamente no extermínio da população judaica. Nazistas que ficariam famosos pelas suas participações no Holocausto, como Adolf Eichmann, também estavam presentes. Este afirmou no seu julgamento em Jerusalém que já nos tempos da Conferência ‘Toda correspondência referente ao assunto ficava sujeita a rígidas ‘regras de linguagem’<sup>78</sup>. Mesmo em tal estágio inicial do genocídio, existia um cuidado com o sigilo.

Pode-se deduzir que a Solução Final não era uma ordem direta do *Führer*, mas sim uma resposta aos comentários e pedidos que ele fizera anteriormente. É o seguimento do princípio da *Führerprinzip*. O Princípio do Líder tem como base a autoridade absoluta de Adolf Hitler (o *Führer*). Ele não só tem capacidade de indicar pessoas para qualquer cargo no *Reich*, como suas diretivas escritas possuíam força de lei<sup>79</sup> (*Führerworte haben Gesetzskraft*). Cabia então a seus subordinados interpretar o melhor meio de executar aquilo que seu *Führer* queria. Dai vem o conceito de ‘trabalhar para o *Führer*’: Seus subordinados buscavam antecipar seus desejos, elaborando ações e ordens de acordo com o que achassem que seu líder gostaria que fosse feito. Tal linha de pensamento se dava desde a tomada de poder em 1933, tendo a solução final apenas colaborado para a geração de

---

<sup>77</sup>Dez Decisões Que Mudaram O Mundo, Ian Kershaw, Companhia das Letras, Página 550

<sup>78</sup>Eichmann em Jerusalém, Hannah Arendt, Companhia das Letras, Página 100

<sup>79</sup>Nazi Conspiracy & Aggression Vol I, Página 191.

um maior caos administrativo, graças à falta de organização e comandos claros estabelecendo a função de cada oficial nazista no extermínio dos judeus. Isso fazia com que o corpo burocrático simplesmente não funcionasse sem Hitler, que era constantemente consultado para dar uma solução a impasses ou áreas de atuação de seus subordinados.

A primeira medida tomada após a conferência foi o início da Operação Reinhard na Polônia. Os campos de concentração foram se tornando fábricas da morte, com a utilização de gás, trabalhos forçados e fuzilamento para matar os judeus poloneses em massa. A operação só teria fim em Setembro de 1943, mas desde novembro do ano anterior já era realizada a chamada *Sonderaktion 1005*, ação instituída pelos nazistas para apagar os traços do genocídio realizado na Europa Central e Oriental<sup>80</sup>.

Com a empreitada contra os judeus da Polônia concluída, os campos de extermínio passaram a utilizar toda sua capacidade para aniquilar o máximo possível de indivíduos ‘indesejáveis’ dos territórios do Grande Reich Alemão<sup>81</sup>.

O desembarque de tropas americanas e britânicas na Europa Ocidental em 1944 agravou os problemas militares enfrentados pela Alemanha. As sucessivas derrotas em todos os *fronts*, os bombardeios cada vez mais intensos em território alemão e a eclosão de revoltas como as do Gueto de Varsóvia, em Agosto de 1944, não só aceleraram a conclusão dos trabalhos, mas também iniciaram queimas de arquivos e a tentativa de certos oficiais nazistas em buscar negociações em sigilo com os Aliados nos últimos anos do conflito.

A morte do *Führer*, em 30 de Abril de 1945, pôs fim ao sentido de existir de toda a máquina de guerra e ao extermínio nazista. O Exército não

---

<sup>80</sup>Tradução livre do Abstract de Aktion 1005: Effacing The Murder Of Millions, Shmuel Spector, Pergamon Press.

<sup>81</sup>O novo nome da nação alemã, dado em 1943, é uma referência aos antigos territórios alemães que foram re-adquiridos pelos nazistas durante o período em que estiveram no poder.

tinha mais que cumprir seu juramento e a fanática SS não tinha mais justificativa para seus crimes. O governo nazista rendeu-se no dia 8 de Maio, com as últimas tropas encerrando os combates no dia 11 do mesmo mês. O rápido colapso do regime acabou por confirmar a efemeridade do apoio popular a ele, que a escritora Hannah Arendt coloca como 'a essência dos movimentos totalitários, que só podem permanecer no poder enquanto estiverem em movimento e transmitirem movimento a tudo que os rodeia.'<sup>82</sup>

### *1.3-A Criação do Estado de Israel*

Logo após a Segunda Guerra Mundial, as tensões entre árabes e judeus na região da Palestina começaram a atingir níveis intoleráveis. Em 1947, após perceber que era incapaz de estabelecer um acordo de paz sem se prejudicar econômica e politicamente, a Inglaterra iniciou sua saída administração da região, a qual realizava desde 1920.

Foi então proposto pelas recém-criadas Nações Unidas no dia 29 de Novembro de 1947, através do seu Comitê Especial da Palestina<sup>83</sup>, o Plano de Partição da Palestina. O projeto estipulava que houvesse uma divisão da região, com um país sob controle árabe e outro sobre controle judeu.

A Agência Judaica (*Há Sochnut Há Yehudit*) logo concordou com o plano, enquanto sua respectiva árabe rejeitou a proposta. Seguiu-se então de um período de guerra civil na Palestina, com uma agressão inicial por parte da comunidade árabe, destruindo propriedades e agredindo cidadãos de origem judaica. Forças paramilitares sionistas sob o nome de *Haganah* (A Defesa) rapidamente rechaçaram o ataque e tomaram a ofensiva, obrigando grandes quantidades de árabes-palestinos a deixarem a região.

---

<sup>82</sup>Origens do Totalitarismo, Hannah Arendt, Companhia de Letras, página 356.

<sup>83</sup>Traduzido de General Assembly Resolution 106 Constituting the UNSCOP, datado de 15 de Maio de 1947, encontrado no site das Nações Unidas quanto a Questão Palestina (UNISPAL).

Pouco antes do fim do Mandato Britânico, em 14 de Maio de 1948, David Ben-Gurion, chefe da Agência Judaica, declarou a ‘independência do Estado Judeu na região de Eretz-Israel’<sup>84</sup>. O evento iria culminar na Primeira Guerra Árabe-Israelense, onde Egito, Iraque, Transjordânia e Síria enviaram seus exércitos contra o recém-formado Estado. Centenas de milhares de palestinos seriam expulsos ou fugiriam de suas terras. Apesar de ter um contingente militar menor e uma escassez de equipamento bélico apropriado, Israel tinha a vantagem de ter um comando militar unificado, ao contrário dos seus adversários, que eram basicamente independentes. Isto permitiu ao recém-criado Estado organizar suas prioridades estratégicas e realizar audaciosos ataques taticamente inovadores<sup>85</sup>. O conflito cessaria com um armistício em 10 de Março 1949, com Israel obtendo êxito em garantir a manutenção de sua existência. Pouco depois, em 11 de Maio, pelo voto da maioria dos membros das Nações Unidas, o país obteria um assento no grupo<sup>86</sup> e maior influência internacional.

Com uma unidade nacional relativamente estável, os anos seguintes foram marcados pela imigração de judeus de todo o mundo para a região, principalmente as vítimas do Holocausto, em busca de um novo começo. Em consequência disso, a população nacional mais que dobrou, fazendo com que ocorresse um período de racionamento de comida, móveis e abrigo na década de 50.

A necessidade de resolver os problemas de escassez acabou por levar o governo israelita a assinar um acordo com a Alemanha Ocidental, buscando uma reparação econômica pelos danos causados ao povo judeu pelo Holocausto. As negociações foram acompanhadas de intensos protestos

---

<sup>84</sup> Traduzido de Declaration of Establishment of State of Israel Ministry of Foreign Affairs, 14 May 1948, encontrado no site oficial do mesmo Ministério.

<sup>85</sup> Israeli Army in the Middle-East Wars 1948-1973, John Laffin, Osprey Publishing London.

<sup>86</sup> Informação retirada de Application of Israel for admission to membership in the United Nation report of the *Ad Hoc* Political Committee, datado de 11 de Maio de 1949, encontrado no site das Nações Unidas quanto a Questão Palestina (UNISPAL)

por parte da comunidade, que julgava ter sua dignidade violada recebendo reparos financeiros como recompensa pelos anos de horror a que foi submetida durante o Terceiro Reich. Não seria a última vez que Israel faria um acordo vantajoso com os alemães ocidentais, tendo o embaraço dos mesmos (e principalmente de seus políticos) pelo seu passado como uma carta decisiva nas negociações. O esforço para omitir a menção de funcionários do governo alemão durante o julgamento de Eichmann seria outro exemplo notável do tipo de negociação que ocorria entre os dois países<sup>87</sup>.

## **2- Contexto Jurídico**

### *2.1- Jurisdição Internacional*

#### *2.1.1- História do Direito Internacional Público*

A sociedade internacional foi e ainda é descentralizada, como demonstra Rezek (2008). Em âmbito internacional, durante a maior parte da história mundial, que compreende até os dias atuais, não existe uma autoridade superior nem milícia permanente. Os Estados estão organizados de forma que suas autoridades são equivalentes, dispondo-se a proceder de acordo com normas jurídicas que compreendam o âmbito de seu consentimento. A proposição anterior pode ser reafirmada no seguinte trecho:

A vontade singular de um Estado soberano somente sucumbe para dar lugar ao primado de outras vontades reunidas quando aquele mesmo Estado tenha, antes, abonado a adoção de semelhante regra, qual sucede no quadro das organizações internacionais a propósito de questões de importância secundária. (REZEK, 2008, p. 01).

Verifica-se, então, que não há hierarquia entre normas de direito internacional público, porém há princípios invioláveis, como o de não

---

<sup>87</sup> The Holocaust In The Dock: West Germany's Efforts to influence the Eichmann Trial, Klaus Wiegrefe, Spiegel Online.

intervenção nos assuntos domésticos de certo Estado, como explicita Rezek (2008). A ordem internacional está vinculada a uma relação de coordenação, ou seja, nenhum Estado está subordinado a outro; porém, todos estão coordenados entre si por uma ordem internacional, a qual é responsável por organizar a convivência das múltiplas soberanias existentes. Para que um Estado soberano, no plano internacional, seja jurisdicionável perante uma corte, este deve ter consentimento sobre ela, sendo que apenas assim a autoridade dela será legitimada de forma que sua sentença torne-se obrigatória e o seu descumprimento resulte em um ato ilícito sujeito a uma sanção. Tais sanções, no entanto, configuram um sistema precário e deficiente, como afirma Rezek (2008).

Como mencionado anteriormente e pontuado por Rezek (2008), o direito internacional público repousa sobre o consentimento. Esse consentimento, concebido livremente, reconhece ou constrói o efeito do direito o qual não é necessariamente criativo, ou seja, não diz respeito a normas que criam, convencionam padrões ou acordos manipulados pela prerrogativa estatal, como quando se estabelece a extensão do espaço aéreo, mas também pode ser perceptivo, ou seja, os Estados apenas afirmam o consentimento em torno de normas que derivam da pura razão humana sendo apoiada em um imperativo ético, não sendo manipuláveis pelas prerrogativas estatais. De tal fato, temos, por exemplo, como exposto por Rezek (2008), o *Pacta sunt servanda*, o qual é um princípio correspondente a regra de que o que foi pactuado deve ser cumprido.

Como já pontuado anteriormente:

O direito internacional e o direito interno de cada Estado são sistemas rigorosamente independentes e distintos, de tal modo que a validade jurídica de uma norma interna não é condicional à sua sintonia com a ordem internacional. (REZEK, 2008. P 04)

Tornando-se assim evidente a proposição de que o Ordenamento Jurídico de um Estado não teria a obrigação de concordar com os padrões internacionais, sendo, portanto, totalmente legítima qualquer regra imposta por este dispositivo jurídico. E, por mais que os monistas seguidores de Kelsen busquem a instauração de uma ordem única a todos os Estados do globo a qual constituiria um governo internacional centralizado, é evidente que o funcionamento do cenário internacional até então é certamente descentralizado. Nessa realidade a aplicação da linha de pensamento dos monistas nacionalistas torna-se mais viável, uma vez que estes defendem o culto à constituição, afirmando a impossibilidade de sobrepujo de qualquer outro poder ao poder da Carta Magna de um país. Mesmo assim, acreditam ser necessária a atribuição de algum prestígio às normas internacionais escritas e costumeiras.

O primeiro órgão jurídico internacional teve seu estatuto redigido em 1920. A Corte de Haia, ou Tribunal Internacional de Justiça<sup>88</sup>, surge no pós-guerra com a necessidade decorrente dessa época de se dizer qual o direito aplicável no âmbito da jurisdição internacional. Em resposta a tal necessidade, buscaram-se as normas internacionais correlacionando tratados, costumes e princípios do Direito, recorrendo, apenas quando necessário, à jurisprudência e à doutrina.

É importante lembrarmos que por mais que existam Cortes Internacionais, como a citada anteriormente, não há um executivo ou legislativo, fazendo com que essas cortes internacionais não tenham tanta influência quanto uma Corte de um determinado Estado tem em sua jurisdição interna. Pela falta de um poder Legislativo supranacional, as normas são estabelecidas, emendadas, ajustadas e aplicadas através de um processo demorado de acordos ou de decisões unilaterais dos Estados.

---

<sup>88</sup> Importante ressaltar que este tribunal apenas serve de intermédio às questões jurídicas entre Estados. A Corte Penal Internacional, a qual nasce com o intuito de julgar pessoas a nível internacional surge apenas no ano de 2002.

Portanto, acaba que o Estado decide por si mesmo o que é direito internacional e como será interpretado de fato. (KAPLAN; KATZENBACH, 1964)

### *2.1.2- Princípios Gerais do Direito*

Ao tocarmos em qualquer discussão que contenha o âmbito jurídico, faz-se necessária a exposição das duas principais correntes que polemizam o embate sobre o conceito de direito: o jusnaturalismo e o juspositivismo. Resumidamente, poderíamos reduzir a uma explicação bem simplista da situação expondo que o jusnaturalismo é a corrente a qual acredita ser imprescindível a compatibilidade do Direito com a moral para classificarmos um sistema de jurídico, e que há princípios morais e de justiça universalmente válidos e acessíveis à razão humana. Por sua vez, o juspositivismo é a corrente que obrigatoriamente nega as teses anteriores, principalmente a que se refere à classificação de um sistema como jurídico através da sua conformidade com a moral. Isso ocorre porque há, dentro dos seguidores do juspositivismo, uma crença que aceita parcialmente a idéia de princípios morais e de justiça universalmente válidos, afirmando o direito positivado poderá chegar ao nível de que tenhamos um único direito internacional positivado, do qual os demais derivarão. Porém, essa concepção é sua uma idealização, feita por alguns juristas positivistas importantes, como Kelsen.

Para melhor compreensão deste embate. A seguir será exposto um exemplo em que haverá a “dramatização” da sentença judicial, após os juízes terem escutado todas as acusações e defesa dos processados, de três juízes diferentes que foram encarregados de julgar os processos organizados pelos Aliados contra os comandantes nazistas que participaram de ações durante o regime de Hitler. Todas as suposições aqui serão fictícias, apenas com o intuito de ilustrar a questão do conceito de direito e do embate entre jusnaturalistas e juspositivistas. (NINO, 2010)



“O senhor juiz Semprônio declarou: ‘Ilustres colegas: Estamos aqui reunidos para julgar um grupo de homens que participaram ativamente da produção do que foi, sem dúvida alguma, o fenômeno social e político mais aberrante da história da humanidade.’ (..)“Inspirados em um messianismo delirante, movidos por uma crença fanática na superioridade de uma certa raça e no destino de dominação mundial de um determinado povo e de seu líder, estes indivíduos infligiram em seus congêneres danos e sofrimentos que nem sequer foram imaginados pelos escritores que exerceram sua fantasia para construir uma vívida descrição do castigo eterno. Basta lembrar um dos vários fatos que foram comprovados neste longo processo: o pedido feito por um laboratório de lactentes para realização de um experimento que contribuiria para o progresso da ‘nova ciência ariana’, e o conseguinte atendimento do pedido por parte de alguns dos acusados, exterminando filhos de mães judias que estavam confinadas em um dos campos de concentração. Esses são os fatos que temos que julgar hoje, decidindo se cabe ou não, tal como pede a acusação, a aplicação de uma pena aos acusados pelos crimes que foram provados perante este tribunal. A defesa de alguns acusados não nega os fatos aos quais se refere a acusação, mas impugna a qualificação jurídica que os tornaria puníveis. Em síntese, a defesa propõe a tese de que estes indivíduos cometeram atos que, independentemente do valor ou desvalor moral, foram perfeitamente legítimos de acordo com a ordem jurídica do tempo e do local em que foram realizados. Os acusados, segundo essa tese, eram funcionários públicos estatais que agiram em plena conformidade com as normas jurídicas vigentes, determinadas por órgãos legítimos do Estado nacional-socialista.”(...) ”A defesa nos relembra um princípio elementar de justiça, que a civilização que nós representamos aceitou há muito tempo e que o próprio regime nazista ignorou: esse princípio, usualmente enunciado com a expressão latina nullun crimen, nulla poena sine lege praevia, proíbe impor uma pena por um ato que não era

proibido pelo direito vigente no momento de seu consentimento. A defesa sustenta que se punirmos os acusados, estaremos infringindo esse princípio liberal, visto que os atos que julgamos não eram puníveis segundo o direito que vigorava no tempo e local de sua execução. Nobres colegas: creio que um dos serviços mais importantes que este tribunal pode prestar à humanidade consiste em contribuir para varrer de uma vez por todas a absurda e atroz concepção do direito que encerra a tese da defesa. Essa concepção sustenta que temos um sistema jurídico toda vez que, em determinada sociedade, um grupo humano consegue impor certo conjunto de normas, contando com a força para fazê-las cumprir, seja qual for o valor moral de tais normas. Isso gerou o obscuro lema “A lei é a lei”, que serviu para justificar as opressões mais aberrantes. Acima das normas determinadas pelos homens, há um conjunto de princípios morais universalmente válidos e imutáveis que estabelecem critérios de justiça e direitos fundamentais inerentes à verdadeira natureza humana. Nele se incluem o direito à vida e à integridade física e o direito de expressar opiniões políticas, de praticar cultos religiosos, de não ser discriminado por razões de raça etc. e de não ser coagido sem um devido processo legal. Esse conjunto de princípios configura o que se convencionou chamar ‘direito natural’. As normas positivas determinadas pelos homens são direito somente na medida em que se ajustam ao direito natural e não o contradizem. Diante de um sistema de normas em tão flagrante oposição aos princípios do direito natural quanto a doutrina nazista, classificá-lo de ‘direito’ implicaria desnaturalizar de modo grotesco esse sagrado conceito.” (...) “A posição da defesa implicaria que os juízes que julgam os membros de uma organização delituosa teriam que fazê-lo de acordo com as regras internas dessa organização e não de acordo com os princípios jurídicos válidos. Se aceitássemos a tese que a defesa propõe, teríamos a situação ridícula de, depois de ter vencido o monstruoso regime nazista com ‘sangue, suor e lágrimas’, utilizarmos

as normas determinadas por esse regime para absolver alguns de seus principais comandantes; os vencedores se submeteriam às normas dos vencidos. Os regulamentos do regime nazista, não sendo verdadeiras normas jurídicas, são inoperantes para legitimar os atos executados em concordância com eles mesmos.” (...) “Assim sendo, é absurda a pretensão da defesa de que condenar os imputados implicaria violar o princípio ‘ não há pena sem lei prévia que proíba o ato’; há uma lei eterna que proíbe tais atos e essa é a lei que aplicaremos se submetermos os acusados a seu justo castigo. Portanto, voto a favor de que se condenem os processados.”(...)

(...) “O senhor juiz Caio declarou: ‘Compartilho das valorações morais que o digníssimo juiz preopinante fez dos atos submetidos à consideração deste supremo tribunal. Eu também considero que tais atos constituem formas extremamente aberrantes de comportamento humano, sem precedentes de igual magnitude no decurso prévio da história. Ao formular este parecer, não estou opinando como juiz, mas sim como ser humano e como cidadão de uma nação civilizada que contribuiu para erradicar o regime que tornou possíveis essas atrocidades. A questão é se, em nossa condição de juízes, temos permissão para fazer valer esses juízos morais na elaboração de uma decisão neste processo. Os juízos morais, inclusive os que acabo de formular, são relativos e subjetivos. Os historiadores, sociólogos e antropólogos demonstraram como os padrões morais variaram e variam em diferentes sociedades e períodos históricos.”(...) “Podemos negar que o nazismo gerou uma verdadeira concepção moral na qual acreditavam sinceramente grandes massas da população deste país? Não há um procedimento objetivo para demonstrar a validade de certos juízos morais e invalidade de outros. A ideia de que existe um direito natural imutável, universal e acessível à razão humana é uma vã, embora nobre, ilusão. É o que demonstra o conteúdo divergente que os

pensadores jusnaturalistas atribuíram a esse suposto direito natural, no momento de explicitar suas normas. Para alguns, o direito natural consagra a monarquia, para outros, a democracia popular. Segundo alguns autores, a propriedade privada é uma instituição de direito natural; outros acham que o direito natural legitima somente a propriedade coletiva dos recursos econômicos. Uma das conquistas mais honrosas da humanidade foi a adoção da ideia de que os conflitos sociais devem ser resolvidos, não de acordo com os caprichos das apreciações morais dos que estão encarregados de julgá-los, mas com base nas normas jurídicas estabelecidas; é o que foi denominado 'o estado de direito'. Isso torna possível a ordem, a segurança e a certeza nas relações sociais. O direito de uma comunidade é um sistema cuja abrangência pode ser verificada de modo empírico, de forma objetiva e conclusiva, independentemente de nossas valorações subjetivas. Toda vez que encontramos um conjunto de normas que estabelecem instituições específicas, como tribunais de justiça, e que são determinadas e efetivadas por um grupo de homens que têm o monopólio da força em um território definido, estamos diante de um sistema jurídico, que pode ser de fato identificado como tal, sejam quais forem nossos juízos morais sobre o valor de suas disposições.”(...)

“Sendo assim, considero que, pelas mesmas razões, o sistema normativo vigente na Alemanha nazista e nos países ocupados por suas tropas era um sistema jurídico, por mais que julguemos repugnante o conteúdo de suas disposições. Quero destacar que esse sistema foi reconhecido internacionalmente, até mesmo por alguns de nossos países, antes de decidirem declarar guerra ao Eixo.”(...) “Por certo há uma relação entre direito e moral, ninguém duvida de que um sistema jurídico costuma refletir de fato os padrões e aspirações morais da comunidade ou de seus grupos dominantes (o sistema nazista não foi uma exceção, pois refletiu a concepção moral predominante na sociedade alemã); e também não há dúvida de que assim deve ser,

para que o sistema jurídico alcance certa estabilidade e perdure, Porém, o que questiono é se, para classificar um sistema de jurídico, é conceitualmente necessária a sua concordância com os princípios morais e de justiça que consideramos válidos. Nós somos juízes, não somos políticos ou moralistas, e como tais devemos julgar de acordo com normas jurídicas. São as normas jurídicas, e não as nossas convicções morais, que definem para nós a fronteira entre o legítimo e o ilegítimo, entre o permissível e o punível. A existência de normas jurídicas implica a obrigatoriedade da conduta que elas prescrevem e a legitimidade dos atos praticados em conformidade com elas.”(...) “Mas seja qual for a posição que adotemos sobre a origem de nossa competência e das normas que somos obrigados a aplicar, reconheceremos a validade das nefastas normas do regime nazista no tempo e lugar em que tiveram vigência. Se fosse dito que constituímos um tribunal internacional submetido às normas do direito da comunidade de nações, deveríamos concluir que esse direito inclui o chamado ‘princípio de efetividade’, que outorga validade a todo sistema normativo determinado por um poder soberano que exerce de forma estável o monopólio da força em certo território. Se, por outro lado, fosse dito que somos juízes das nações vencedoras que aplicam as normas de seu próprio sistema jurídico, estendido de modo transitório a esse território, deveríamos concluir que nossos respectivos ordenamentos jurídicos incluem entre seus princípios fundamentais o de nullum crimen nulla poena sine lege praevia, que nos obriga a julgar os atos de acordo com as normas que vigoravam no tempo e lugar em que foram praticados, e não de acordo com normas estabelecidas posteriormente ou para um âmbito territorial diferente.”(...) “Devemos, então, aceitar a tese da defesa de que esses atos moralmente horrendos foram legítimos no aspecto jurídico e não podem ser apenados.”(...) “Voto, então, a favor de que se absolvam os acusados.”(...)

(...)“O senhor juiz Tício declarou: ‘As opiniões de meus ilustres colegas mergulham-me em um estado de profunda perplexidade. Tenho consciência de nossa responsabilidade histórica de estabelecer princípios claros e conclusivos que expressem a resposta que o mundo civilizado deve dar a fatos de tamanha barbárie como os que são julgados neste processo. No entanto, não encontrei nos votos dos juízes que me antecederam elementos de juízo que permitam formular tais princípios. Embora haja, nessas opiniões que escutamos, muitos aspectos com os quais estou plenamente de acordo, há também uma série de confusões conceituais e alguns pressupostos valorativos dificilmente justificáveis.”(...) “O juiz Semprônio asseverou que há certos princípios morais e de justiça que são universais e eternos, acessíveis à razão e que derivam da ‘verdadeira natureza humana’. Em contrapartida, o juiz Caio negou a existência de um direito natural e afirmou que os juízos valorativos são necessariamente subjetivos e relativos, sem que existam procedimentos racionais e objetivos para determinar sua validade ou invalidade. Ambas as posturas parecem-me insatisfatórias. A primeira não nos diz como se demonstra a existência dos princípios do direito natural, como são selecionadas as qualidades dos seres humanos que constituem sua verdadeira essência ou natureza ou como ocorre a inferência de princípios normativos a partir de certos pressupostos sobre a condição humana; não estou convencido de que seja possível extrair conclusões sobre o que deve ser ou se deve fazer de premissas que não são em si mesmas normativas, mas que constituem juízos sobre a configuração da realidade (não é fácil invalidar a ideia sugerida por Hume, de que não é possível derivar o ‘dever ser’ do ‘ser’). Por outro lado, a segunda postura, que defende que os juízos valorativos são subjetivos e relativos, também gera dúvidas difíceis de erradicar. Será verdade que quando dizemos que algo é bom ou justo limitamo-nos a soltar as rédeas de nossas emoções ou queremos dizer, simplesmente, que nós ou nossa sociedade pensamos que é bom ou justo ou, ainda, que aprovamos o estado de coisas a que estamos nos referindo?”(...) “Tem sentido afirmar que não devemos julgar os homens nem as sociedades de acordos com os princípios morais que nós defendemos, mas, sim, de acordo com os que eles defendem?”(...) Confesso que minhas dúvidas quanto às duas posturas colocam-me em uma situação incômoda; embora os métodos até agora propostos pelos filósofos morais para justificar princípios valorativos últimos não me pareçam convincentes, não considero satisfatório o ceticismo ético baseado em uma concepção subjetivista ou relativista dos valores.” (...) Ainda que adotemos uma concepção cética em matéria ética, não podemos evitar a formulação de juízos morais; e se

formularmos juízos valorativos - como faz o juiz Caio -, adotamos uma postura moral e ficamos comprometidos a agir em consonância com ela.”(...) “A questão apresentada neste processo, é se, como juízes, podemos empregar tais convicções morais para decidir este caso ou se devemos nos ater exclusivamente à aplicação de princípios e normas jurídicas. Para o juiz Semprônio, não existe a disjuntiva que acabo de sugerir. Para ele, o reconhecimento das regras jurídicas implica tê-las passado pela peneira de nossas convicções morais. Um conjunto de regulamentos que contradiz princípios morais e de justiça considerados válidos não constitui um sistema jurídico. Não estou de acordo com essa postura, e nisso concordo com a opinião do juiz Caio. Se não nos deixarmos seduzir pela pretensão de determinar a verdadeira essência do direito e nos preocuparmos, por outro lado, em definir como a expressão ‘direito’ é usada na linguagem corrente de leigos e juristas, veremos, sem dúvida, que, em muitos contextos, ela é aplicada para denominar sistemas normativos que não satisfazem as mínimas exigências de justiça. Nem todos que falam do ‘direito nazista’ são adeptos da ideologia nazista, e o próprio juiz Semprônio precisou recorrer a circunlóquios artificiosos para se referir ao conjunto de normas implantadas pelo Terceiro Reich, sem usar a expressão ‘direito.’” (...) “No entanto, o juiz Caio não se equivocou ao pressupor que a palavra se aplica a um conjunto de normas reconhecidas e praticadas pelos que controlam o monopólio da coação em um certo território”(...) “Isso me leva a concluir que não podemos nos negar a classificar de jurídico o sistema nazista. Porém, o juiz Semprônio poderia dizer que não se trata meramente de uma questão de palavras; como evidencia o voto do juiz Caio, o fato de identificar um sistema como direito teria conseqüências práticas extremamente importantes, pois implicaria concluir que suas normas têm ou tiveram validade ou força obrigatória, que os atos realizados em conformidade com elas foram legítimos, e que nós, juízes, somos obrigados a reconhecer essas normas em nossas decisões. É nesse ponto que estou em completo desacordo com o juiz Caio. Ele nos diz que as normas de um sistema jurídico são válidas ou têm força obrigatória no tempo e lugar em que vigoram; mas o que quer dizer isso? Se significa que as normas jurídicas estipulam a obrigação de realizar determinados atos, isso é indubitavelmente correto, mas não implica que devemos, de fato, realizar tais atos. A ordem de um assaltante também estipula a obrigação de realizar um ato, mas isso não quer dizer que devemos realizá-lo, embora não nos reste outra alternativa. Por outro lado, se o que se pretende é defender a obrigatoriedade de obedecer às normas jurídicas – e não às ordens de um assaltante -, cabe indagar de onde surge essa obrigação.”



(...) “A única resposta possível é que a obrigação de obedecer às normas jurídicas surge de outro tipo de norma, de normas que são consideradas ‘intrinsecamente obrigatórias’. No entanto, as únicas normas que podem ser consideradas intrinsecamente obrigatórias são as normas de uma moral crítica ou ideal (essas normas, ao contrário das normas jurídicas, só existem enquanto são válidas ou obrigatórias). Em suma, quando o juiz Caio afirma que as normas jurídicas são obrigatórias, está pressupondo uma norma ou princípio moral que prescreve obediência às disposições de todo sistema jurídico.”(...) “O princípio moral de que as normas jurídicas vigentes devem ser obedecidas e aplicadas é um princípio plausível, visto que está vinculado a valores como segurança, ordem, coordenação de atividades sociais etc. Mas é absurdo pretender que ele seja o único princípio moral válido. Há outros princípios igualmente válidos, como os que consagram o direito à vida, à integridade física, à liberdade, etc. Em certas circunstâncias excepcionais, a violação desses últimos princípios, em que se incorreria se fossem respeitadas as regras jurídicas, seria tão drástica e grosseira que justificaria a desobediência ao princípio moral que prescreve ater-se ao direito vigente.”(...) “Tanto o princípio de efetividade do direito internacional, quanto o princípio nulla poena sine lege previa do direito interno de nossos países são princípios muito respeitáveis que refletem valores morais primordiais, tais como a soberania dos Estados e a segurança individual.”(...) “Mas nenhum valor moral, por mais importante que seja, é absoluto e prevalece sobre todos os demais valores. Este tribunal tem a imperiosa necessidade de ratificar categoricamente o valor da vida, da integridade física, da intrínseca igualdade de todos os seres humanos etc. Para isso, não pode deixar impunes os mandatários de um regime que desdenhou de modo brutal desses valores, como nunca antes havia ocorrido. Isso implica deixar de lado princípios jurídicos em geral valiosos, como os alegados pela defesa.”(...) “Por conseguinte, voto a favor de que se condenem os processados.” (NINO, 2010, p.19 a p.30)

Com o exemplo anterior, fica visível que além das teses jusnaturalistas expostas anteriormente, há muitas outras, as quais, algumas, estão contidas no discurso do juiz Semprônio. Já a posição controversa às teses jusnaturalistas é representada pelo juiz Caio, um jurista claramente seguidor do juspositivismo, que expõe em seu discurso algumas das teses defendidas pela sua posição ideológica. Já o juiz Tício tem uma posição não muito definida, ora mostrando o culto ao direito positivado, ora mostra-se a favor da



moral unida ao sistema jurídico. Podemos perceber através desse exemplo que há várias correntes jusnaturalista e juspositivista, entretanto, todas se limitam à explicação das principais questões que afloram o embate entre essas duas ideologias, a definição do sistema jurídico e a questão da moral “universal”.<sup>89</sup>

## 2.2- *Jurisdição do Estado de Israel*

### 2.2.1- *O Sistema Judicial Israelense*

O Sistema Jurídico do Estado de Israel é composto por, em ordem hierárquica do mais provido de poder ao menos, *Supreme Court* (Supremo Tribunal), *District Courts* (Tribunais Distritais), *Magistrate Courts* (Juizado de Pequenas Causas), *Labor Courts* (Tribunais Trabalhistas), *Military Court* (Tribunal Militar) e *Religious Courts* (Tribunais Religiosos). Cada Tribunal possui uma função pontual, semelhante ao Sistema Judiciário brasileiro.

O Supremo Tribunal, órgão máximo do Sistema Judiciário Israelense o qual tem como localização a cidade de Jerusalém, é encarregado de avaliar a legitimidade das decisões tomadas anteriormente pelos demais órgãos judiciais através de apelações feitas pelos réus. Portanto, as discussões desse tribunal dizem respeito, principalmente, à constitucionalidade do caso em pauta. Já os Tribunais Distritais são encarregados de avaliar os casos criminais em que o acusado teria como pena, caso considerado culpado, no mínimo sete anos de prisão e os casos civis em que o acusado teria como sanção prevista o pagamento de no mínimo um milhão de shekels – moeda israelita-. Além disso, os Tribunais Distritais revêem apelações dos tribunais municipais, tribunais especializados em tráfico e vara da família, dentre outros casos particulares.

---

<sup>89</sup> Para o devido aprofundamento sobre tal assunto, recomenda-se a leitura do Capítulo Primeiro “A definição de direito” do livro “Introdução à Análise do Direito” de Carlos Santiago Nino.

O Juizado de Pequenas Causas responsabiliza-se por, como o nome sugere, pequenas causas, ou seja, casos criminais em que o acusado, caso considerado culpado, tenha pena de até sete anos, casos civis em que a sanção prevista é o pagamento de até um milhão de shekels, entre outros. Os Tribunais Trabalhistas, Militares e Religiosos são tribunais especializados, respectivamente, cuidam de processos trabalhistas, os quais dizem respeito à relação empregador-empregado, processos militares, os quais se restringem apenas às forças armadas israelense, e processos que afetam o âmbito da religião, como por exemplo, o divórcio, neste último tribunal, cabe ressaltar que há o Tribunal Religioso Judeu, que avalia o caso segundo os mandamentos judaicos, e os Tribunais Religiosos Não Judeus, podendo avaliar o caso segundo os mandamentos cristãos, muçumanos ou druzos.

#### 2.2.2- Constituição e Leis Anti-Nazismo

O Estado de Israel é uma democracia parlamentar, a qual possui um sistema judicial predominantemente embasado no *Common Law*, portanto, não conhece a prescrição punitiva, nem possui uma Constituição escrita, por conseguinte faz com que as decisões do seu sistema sejam embasadas nos precedentes, na Jurisprudência e em princípios gerais introduzidos na sociedade desse Estado. Essas decisões são tomadas por um corpo legislativo denominado *Knesset*, o qual delibera e institui as Leis Básicas que regem esse Estado. Essas leis têm como conteúdo principal a regulação das instituições do Estado, bem como as relações entre as autoridades estatais e a proteção de alguns Direitos Civis, como o da Dignidade da Pessoa Humana e da Liberdade. Pretende-se que essas Leis Básicas tornem-se, quando houver a positivação da Constituição do Estado de Israel, uma por uma, em um capítulo dessa futura Constituição israelense.

Em 1950 é promulgada a Lei de Punição Contra Nazistas e Nazi-Colaboradores - *Nazis and Nazi Collaborators (Punishment) Law*<sup>90</sup>, 5710-

---

<sup>90</sup>Encontra-se a Lei na íntegra nos “Suplementos Jurídicos”.

1950- conforme o sistema desse Estado, com a assinatura dos competentes à criação e institucionalização das leis da época, o Primeiro Ministro, Ministro da Justiça e o “presidente” do *Knesset*. Essa lei compõe o *Sefer Ha-Chukkim*<sup>91</sup>. Essa Lei de Punição Contra Nazistas e Nazi-Colaboradores instituiria crime contra o Estado de Israel atos que configurassem, segundo a descrição dessa Lei, crimes contra judeus, crimes contra a humanidade, crimes de guerra, crimes contra pessoas perseguidas, aderência a uma organização inimiga, dentre outros.

### *2.2.3- Jurisprudência referente à Lei de Punição Contra Nazistas e Nazi-Colaboradores*

Graeditz e Faelbruck, no período de 1943 a 1944. Foi acusado de cinco crimes sendo esses: crime de guerra, crime contra a humanidade, e três acusações de grave lesão corpórea deliberada a um indivíduo perseguido. Anigster virou um perseguidor sádico. Suas vítimas o descreviam sempre como um homem muito agressivo. “Eu passei três anos em campos de concentração e nunca encontrei um *kapo* tão mau para os judeus como ele”; “O réu foi o pior dos *kapos*”; “Eu posso ver uma máquina assassina diante de meus olhos”; “Ele nos batia como um homem batia em seus inimigos... ele nos bateria sem razão alguma”. (ZERTAL, 2005)

Nesse caso, a maioria das testemunhas afirmou que não havia nenhuma pressão externa para que o réu –Anigster- exercesse tamanha violência. As vítimas também afirmaram que não havia nenhuma obrigação para que o réu aceitasse a posição de *Kapo*<sup>92</sup>, afirmaram ainda que alguns se recusaram a aceitar esses cargos e não foram punidos por tal ato. (ZERTAL, 2005)

---

<sup>91</sup> Espécie de livro em que as Leis israelenses são publicadas, não configura uma Constituição.

<sup>92</sup> *Kapo* era um grupo de judeus que obtinham benefícios nos campos de concentração por vigiarem os seus colegas de cela, ajudando os nazistas, que não eram muito presentes dentro dos estabelecimentos carcerários.

A corte encarregada do julgamento de Yehezkelaceitou quase que inteiramente as provas sugeridas pela promotoria. Além disso, decidiu que, no caso da acusação que afirmava o réu um criminoso de guerra, os atos dele foram inteiramente compreendidos no que está contido como definição de tais atos pela Leide Punição Contra Nazistas e Nazi-Colaboradores, sendo apenas mais agravante, uma vez que o réu e as suas vítimas pertenciam ao mesmo “grupo de pessoas perseguidas”. Quanto à acusação de crime contra a humanidade, os juízes da Corte tiveram duas opiniões divididas, sendo que dois deles apresentaram a seguinte opinião, que acabou por vencedora: “Mesmo ele sendo um individualista, que foi perseguido e encarcerado no mesmo campo que suas vítimas, ele é capaz, legalmente falando, de ter cometido crime contra a humanidade caso ele tenha cometido atos desumanos contra seus companheiros prisioneiros.”. Portanto, o réu é declarado culpado e condenado a dez anos de prisão. (ZERTAL, 2005)

### **3. Biografia de Karl Adolf Eichmann**

#### *3.1- História de Vida de Adolf Eichmann*

Adolf Eichmann, nazista, Tenente Coronel da SS e “executor-chefe” do Terceiro Reich. Foi o responsável pela logística de transporte e extermínio de milhões de judeus ciganos e outros membros da denominada “raça inferior” durante a *Endlösung* (Solução Final). A Solução consistia em levar os seres inferiores à morte por trabalhos forçados, fome, doenças infecciosas, experimentos médicos, asfixia na câmara de gás ou por execução individual.

Filho de Adolf Eichmann e Maria, nasceu no dia 19 de março de 1906 em Solingen. Largou o ensino médio e começou um curso de engenharia do qual posteriormente viria a desistir. Trabalhou como vendedor da Elektrobau austríaca de 1925 a 1927 quando recebeu uma oferta para trabalhar na Companhia de Óleo a Vácuo de Viena para trabalhar numa representação no Norte da Áustria. Foi despedido em 1933 por ter se filiado ao Partido Nacional Socialista e após ser efetivado como membro do partido Nazista foi

promovido a líder de esquadrão e trabalhou como staff administrativo do campo de concentração em Dachau.

Em 1934 entrou para o Serviço de Segurança da *Reichführer* SS de Himmler. Primeiramente foi designado para o departamento de Informação e seu primeiro trabalho foi arquivar todas as informações sobre a maçonaria para ajudar a montar um museu sobre a mesma (costumava-se montar museus celebrando seus inimigos, por isso muitos tesouros culturais do judaísmo foram preservados durante o nazismo). Esse trabalho durou apenas cinco meses, pois foi transferido para um departamento referente aos judeus e foi aí que começou sua carreira que terminaria no Tribunal.

Em 1935 casou-se com Veronika Liebl com quem posteriormente viria a ter quatro filhos e foi promovido a *Hauptscharführer* (“Líder de Esquadrão”) que é considerado o cargo mais alto na SS (com exceção do ranque especial de *Sturmscharführer*).

Em 1937 foi enviado com Herbert Hagen para a Palestina onde judeus lhe mostrariam o país. Eles queriam averiguar as possibilidades da Palestina abrigar os judeus que seriam emigrados da Alemanha, mas antes mesmo de conhecerem o país eles foram deportados para o Cairo pelas autoridades britânicas. No Cairo Eichmann e Herbert encontraram com, segundo Eichmann, “o homem do Haganah” e o que foi dito veio a se transformar num “relatório inteiramente negativo” que, por ordem superior, ambos escreveram com objetivos propagandísticos, e que foi devidamente publicado.<sup>93</sup>

Devido ao seu emprego no departamento dos judeus e seu interesse nos livros de Josef Böhm, Eichmann foi estudando as organizações do movimento sionista, com todos os seus partidos, grupos jovens e diferentes programas, o que foi suficiente para que conquistasse uma indicação como espião oficial dos escritórios sionistas e de suas reuniões. Em 1938

---

<sup>93</sup>-Pag. 76 –Arendt Hannah, *Eichmann em Jerusalém, um relato sobre a banalidade do mal*. Companhia das Letras – 10ª reimpressão - 2010

Eichmann fora promovido a Tenente e foi condecorado por seu “conhecimento abrangente dos métodos de organização e ideologia do oponente, o judaísmo”<sup>94</sup> e então foi enviado a Viena para organizar um tipo de emigração que era inteiramente desconhecido na Alemanha, onde até o outono de 1938 mantinha-se a ficção de que os judeus, se quisessem, tinham a permissão, mas não eram forçados, a deixar o país.<sup>95</sup> Em Viena, Eichmann participou na chefia do Centro de Emigração Dos Judeus Austríacos, onde foi encarregado de organizar uma “emigração forçada”, pois todos os judeus, independentemente de seus desejos ou de sua cidadania, eram forçados a emigrar, ou seja, os judeus estavam na prática sendo expulsos do território Alemão. Devido a essa chefia, em oito meses 45 mil judeus deixaram a Áustria, enquanto apenas 19 mil deixaram a Alemanha no mesmo período. Eichmann conseguiu exportar “legalmente” 60 mil judeus, mesmo após o início da guerra e “limpara” aproximadamente 60% da população judaica do território. Eichmann trabalhou junto com os judeus que “desejavam” sair do território e conciliou isso com a ideologia do Reich *judenrein* (livre dos judeus) e dizia que assim conseguia fazer justiça para ambas as partes<sup>96</sup>.

Em 1939 Eichmann retorna à Berlim após a fusão do Serviço de Segurança da SS com a Polícia Regular do estado, da qual fazia parte a Polícia Secreta do Estado, a Gestapo para a formação da *Reichssicherheitshauptamt*, a RSHA (Escritório Central de Segurança do Reich). Ainda nesse mesmo ano Eichmann e o Dr. Stahlecker começaram a pensar “particularmente” sobre a maneira como o Serviço de Segurança poderia conseguir sua fatia de influência no Leste. O que eles precisavam era de “uma área o maior possível na Polônia, a ser seccionada para a

---

<sup>94</sup>Pag. 56 - Arendt Hannah, Eichmann em Jerusalém, um relato sobre a banalidade do mal. Companhia das Letras – 10ª reimpressão - 2010

<sup>95</sup>Pag. 55 - Arendt Hannah, Eichmann em Jerusalém, um relato sobre a banalidade do mal. Companhia das Letras – 10ª reimpressão - 2010

<sup>96</sup>Pag. 60 - Arendt Hannah, Eichmann em Jerusalém, um relato sobre a banalidade do mal. Companhia das Letras – 10ª reimpressão - 2010

construção de um Estado judaico autônomo, na forma de um protetorado<sup>97</sup> e chegaram a conclusão de que essa podia ser a “solução da questão judaica”. Convocou então em setembro de 1939 uma reunião entre os chefes de departamento do RSHA e dos *Einsatzgruppen* (“Força Tarefa” da SS) na qual foram passadas as diretrizes gerais para que milhares de pessoas fossem deportadas. Essa iniciativa ficou conhecida como “Plano Nisko” o qual, posteriormente, viria a ser abandonado devido às objeções do governador-geral Hans Frank que “não queria mais receber nenhum judeu em seu Governo-Geral”. Aqueles que chegavam “deveriam desaparecer imediatamente” e assim alguns foram repatriados (coisa que até então nunca havia acontecido e não aconteceria novamente) e os que retornaram foram registrados no livro da polícia como “retornando para treinamento vocacional”.

Após essa primeira tentativa frustrada, em 1940 Eichmann participou ainda do “Projeto Madagascar” o qual ele acreditou que seria finalmente “a solução da questão judaica” para tornar possível o sonho da Europa *judenrein*. O objetivo desse projeto era evacuar quatro milhões de judeus da Europa para a ilha francesa no litoral sudeste da África. Um ano depois dessa tentativa frustrada o projeto foi declarado “obsoleto” e todos estavam se preparando para o passo seguinte: uma vez que não havia território para onde pudessem ser “evacuados”, a única “solução” era o extermínio<sup>98</sup>.

Em 1941 Eichmann foi nomeado para a mesa IV- B-4 que tinha por objetivo principal cuidar dos “opponentes” acusados de comunismo, sabotagem, liberalismo e assassinato<sup>99</sup> e em outubro deste mesmo ano foi promovido a *Obersturmbannführer* (Tenente-Coronel). Eichmann fez diversas viagens para checar o funcionamento de diversos campos de extermínios dos

---

<sup>97</sup>Pag. 88 - Arendt Hannah, *Eichmann em Jerusalém, um relato sobre a banalidade do mal*. Companhia das Letras – 10ª reimpressão - 2010

<sup>98</sup>Pag. 91 - Arendt Hannah, *Eichmann em Jerusalém, um relato sobre a banalidade do mal*. Companhia das Letras – 10ª reimpressão - 2010

<sup>99</sup>-Pag. 84 - Arendt Hannah, *Eichmann em Jerusalém, um relato sobre a banalidade do mal*. Companhia das Letras – 10ª reimpressão - 2010



judeus no ano de 1941. Foi primeiramente a Lublin onde, acompanhado de Globocnik, conheceu as instalações (pequenos bangalôs de madeira) que serviriam de matadouros a gás dos judeus para, posteriormente, discutir com Höss sobre a capacidade de extermínio do campo, quantos carregamentos semanais as instalações conseguiriam absorver e quais os planos de expansão. No outono do mesmo ano recebeu ordens de seu superior, Müller, para inspecionar o centro de extermínios das Regiões Ocidentais da Polônia nomeadas “Warthegau”. O campo ficava em Kulm e em vez das tradicionais câmaras de gás usavam-se os chamados “caminhões de gás” que funcionava como uma câmara de gás móvel, pois os judeus entravam despídos e o caminhão partia levando-os para um buraco onde seus corpos sem vida eram jogados. Posteriormente Eichmann fora enviado a Minsk, na Rússia Branca para vislumbrar algo ainda mais terrível, uma vez que em Minsk os judeus eram mortos por fuzilamento e Müller o enviara para averiguar como estava sendo feito tal procedimento. Na volta resolveu parar em Lwów, onde conversou com o comandante local da SS que insistiu em mostrar-lhe a cidade; após o “passeio”, Eichmann constatou que ali funcionava de maneira semelhante à Minsk. Com o fim dessas viagens ele voltou a Berlim para escrever um relatório sobre a viagem ao *Gruppenführer* Müller. Nove meses depois, Eichmann voltaria a Lublin para checar como estava o matadouro após os termino dos preparativos e encontrou, ao invés dos bangalôs de madeira, uma estação de trem com a placa “Treblinka” e uma fila de judeus despídos avançando por um longo corredor para serem asfixiados por ácido ciânico<sup>100</sup>.

Em setembro de 1941 Eichmann organizou suas primeiras deportações em massa da Alemanha e do Protetorado, de acordo com um “desejo” de Hitler, que pediu a Himmler que tornasse o Reich *judenrein* o mais depressa possível. O primeiro carregamento continha 20mil judeus do vale do Reno e

---

<sup>100</sup>Pag. 105 – Arendt Hannah, Eichmann em Jerusalém, um relato sobre a banalidade do mal. Companhia das Letras – 10ª reimpressão - 2010



5mil ciganos. Eichmann então desobedecera a uma ordem e ao invés de mandar essa gente para território russo (Riga ou Minsk) onde os judeus teriam sido fuzilados ele dirigiu o transporte para o gueto de Lódz onde sabia que não havia sido feita nenhuma preparação para o extermínio. Três semanas depois houve uma reunião em Praga e Eichmann enviou 50 mil judeus do Reich para Minsk e Riga para serem fuzilados pelos *Einsatzgruppen*.

Em janeiro de 1942 Eichmann serviu como uma espécie de secretário da Conferência dos *Staatssekretäre* (Subsecretários de Estado), também conhecida como Conferência de Wannsee, cujo objetivo era coordenar todos os esforços na implementação da “Solução Final”. Primeiramente foram discutidas “as complicadas questões legais”, como o tratamento a ser dispensado aos que eram meio ou um quarto judeus: eles deveriam ser mortos ou apenas esterilizados? Em seguida, houve uma discussão franca sobre os “vários tipos de solução possível para o problema” o que queria dizer os vários métodos de matar<sup>101</sup>. Logo Eichmann passou de um “perito em emigração forçada” para um “perito em evacuação forçada”. Ele e seus homens informavam aos Conselhos de Anciãos dos Judeus quantos judeus eram necessários para encher cada trem (Providenciado pelo Ministério de Transporte) que seriam encaminhados para um ou outro centro de extermínio no Leste, dependendo da capacidade relativa de cada um no momento e o Conselho elaborava uma lista com os judeus escolhidos para serem evacuados.

Em 1944 Eichmann fora a Budapeste com Otto Winkelmann e Edmund Veessenmayer para verificar como andava o “progresso da solução da questão judaica na Hungria”. Eichmann conhecera e tornara-se amigo do Secretário de Estado para Assuntos Políticos (Judeus) no Ministério do

---

<sup>101</sup>-Pag. 129 - Arendt Hannah, Eichmann em Jerusalém, um relato sobre a banalidade do mal. Companhia das Letras – 10ª reimpressão – 2010

Interior Húngaro, o senhor LázloEndre, e com ele discutiram a situação da Hungria, pois Lázlo desejava que a capital se tornasse *judenrein*. O sonho compartilhado de Eichmann e Lázlo era o pior pesadelo dos judeus, pois em nenhum outro lugar tantas pessoas foram deportadas e exterminadas tão rapidamente. Em menos de dois meses, 147 trens que levavam 434 351 pessoas em vagões de carga lacrados, cem pessoas por vagão, deixaram o país, e as câmaras de gás de Auschwitz mal conseguiram dar conta dessa multidão<sup>102</sup>. Eichmann ficou na Hungria até janeiro de 1945, quando esta foi libertada pela Rússia e Eichmann voltou a Berlim, onde foi transferido de seu adorado departamento de “Assuntos Judeus” para um que tratava da “Luta Contra as Igrejas”. Move-lo para uma área tão estranha e insignificante foi o que justificou seu declínio durante os últimos meses de guerra e permitiu que Hitler tivesse razão ao declarar em seu *bunker*, em Berlim, em abril de 1945, que “a SS não era mais confiável”.

Com a guerra próxima ao fim, Eichmann passou a viajar com nome falso, pois temia ser capturado pelos Aliados. Uma vez que o *Führer* estava morto, a “lei local” não existia mais, e ele não estava mais preso ao seu juramento pelo fato da SS jurar à Hitler e não à Alemanha como os Soldados. Eichmann foi capturado por soldados norte-americanos e levado para um campo junto com outros homens da SS. Apresentou-se como Otto Eckmann para não levantar suspeitas, evitando até mesmo mandar cartas à esposa. Em janeiro de 1946 conseguiu escapar do campo com a ajuda de alguns prisioneiros e foi para LüneburgerHeide, onde virou lenhador. Ficou ali por aproximadamente quatro anos com o nome de Otto Heninger. Em 1950 conseguiu se comunicar com a *Organisation der ehormaligen SS-Angerhörigen* (ODESSA), uma espécie de organização clandestina de veteranos da SS, e com a ajuda da mesma foi para a Itália, onde um padre franciscano, que tinha contato com o Arque bispo AloisHudal, lhe arrumou

---

<sup>102</sup>Pag. 158 - Arendt Hannah, *Eichmann em Jerusalém, um relato sobre a banalidade do mal*. Companhia das Letras – 10ª reimpressão – 2010

documentos falsos da Cruz Vermelha e o enviou para a Argentina com o nome de Ricardo Klement.

Na Argentina escreveu uma carta a sua mulher, dizendo que “o tio de seus filhos” estava vivo. Eichmann trabalhou em diversos empregos como representante de vendas, funcionário de lavanderia e operário numa fazenda de coelhos. Em 1952 conseguiu levar sua mulher e filhos para viver com ele. Logo após a chegada de sua esposa, Eichmann conseguiu um emprego na fábrica da Mercedes-Benz num subúrbio de Buenos Aires. Começou como mecânico, depois virou chefe de turma e quando nasceu seu quarto filho, casou-se novamente com sua esposa com o nome de Ricardo Klement (uma vez que sua mulher ainda usava o nome original e constava como se estivesse viúva). Juntou dinheiro e conseguiu construir uma casa, no início de 1960, num bairro pobre de Buenos Aires, sem energia nem água encanada onde continuou vivendo até Maio de 1960 quando, voltando do trabalho, foi capturado pelo serviço secreto Israelense e levado num avião da E1-A1 para Israel, onde deveria ser julgado.

### *3.2-Análise Psicológica do Acusado*

Apesar de Eichmann ter sido declarado “são” por seis psiquiatras diferentes, o que mostra que ele estava consciente de todas as suas ações durante o holocausto, há uma indagação: podemos culpá-lo por suas ações?

Antes de qualquer coisa, devem-se destacar as diferenças entre conformidade e obediência. De acordo com Saul McLeod, para a psicologia social: “Obediência é a forma de influência social onde um indivíduo age em resposta a uma ordem direta de outro indivíduo que é geralmente uma autoridade. É presumível que sem essa ordem a pessoa não agiria daquela forma”<sup>103</sup>. Enquanto a conformidade acontece pela pressão social (são as normas da maioria).

---

<sup>103</sup> McLeod, S. A. (2007). *Obedience in Psychology*

Enquanto esperava seu julgamento em Israel, Eichmann escreveu cerca de 1300 páginas sobre seus serviços como funcionário “mediano” na forma de um Diário. Na página seis ele escreve: “Para mim, as ordens eram as coisas mais importantes na minha vida e eu as obedecia sem exitar”<sup>104</sup>. Não é necessária uma análise minuciosa para perceber que as ações de Eichmann se encaixam perfeitamente na descrição de obediência acima retratada.

No mesmo diário, o réu descreve, na página 109, suas visitas aos campos de extermínio e com uma simples análise pode-se perceber que todas essas experiências estavam se tornando mais do que ele poderia suportar: “Corpos, corpos, corpos. Baleados, asfixiados, mortos... eles brotaram do chão quando a tumba se abriu. O cheiro... Era uma fantasia de sangue. Era um inferno. Eu desafio qualquer um a dizer que eu não estava ficando louco por causa disso...” e completa: “Quando eu visitei os campos de extermínio, meu único consolo estava nas garrafas...”<sup>105</sup>. Em outra parte, Eichmann diz abertamente que não tinha interesse nas teorias radicais Nazistas e que o Nacionalismo é o grande inimigo da humanidade<sup>106</sup>.

Eichmann viveu uma vida normal na Argentina, construiu sua casa, morava com sua família e trabalhava como um cidadão comum. Nada parecido com o que as pessoas esperavam do homem encarregado de enviar milhões de judeus a morte. O que nos faz refletir sobre os estudos de Pietro Bocchiari, que em seu livro “*psicologia del male*” chegou a conclusão de que: “Qualquer pessoa em circunstâncias particulares, pode perseguir outro ser humano (...) em face da violência, assassinatos, massacres, procuramos incrédulos os rostos dos culpados como se fossem animais raros, que não têm nada a ver com a raça humana. A interpretação é

---

<sup>104</sup>The Guardian, 12 de Agosto de 1999, “Eichmann memoirs published”

<sup>105</sup>The Guardian, 12 de Agosto de 1999, “Eichmann memoirs published”

<sup>106</sup>The Guardian, 12 de Agosto de 1999, “Eichmann memoirs published”

reconfortante, mas errada. A banalidade do mal esconde-se em todos nós e os nossos comportamentos são influenciados pelo ambiente muito mais do que pensamos. (...) O contexto pode arrastar também pessoas pacíficas a realizar atos de violência ou maus. Cuidado, porém: explicar certos mecanismos psicológicos não significa justificar os responsáveis, porque certos horrores clamam por vingança aos olhos dos homens e Deus. Os crimes, em suma, são crimes e devem ser condenados. Mas a psicologia social ajuda-nos a compreender que somos uma mistura de luz e sombra, de bem e de mal, de céu e de inferno.”

Milgram fez uma série de experimentos sobre obediência<sup>107</sup> e chegou à conclusão de que geralmente operamos em um estado de autonomia, onde temos o controle sobre o que fazemos, mas em algumas circunstâncias nós operamos sobre o “estado de agente” e fazemos coisas em nome e no lugar de outra pessoa, sob sua autoridade, ou seja, não seríamos responsáveis por aquilo que fazemos, somos apenas o instrumento utilizado pela autoridade para praticar tais atos. Quando se chega nesse estado, é a autoridade quem define o valor moral/ético das ações; o significado de suas ações é alterado e o que geralmente para uma pessoa seria algo ruim, se torna o certo a se fazer. Como consequência, a pessoa se sente responsável perante a autoridade, mas não sente responsabilidade pelo conteúdo das ações que está praticando. Milgram ainda escreveu em suas anotações do estudo sobre obediência: “Eles até tentavam se libertar, mas estavam tão engajados com aquilo tudo que não conseguiam. Estavam presos em uma estrutura e não possuíam habilidades ou recursos para saírem”.

Freud, em seu livro psicologia das massas e a análise do eu, investiga as peculiaridades inerentes ao sujeito quanto integrante da massa.

---

<sup>107</sup>As informações completas sobre as experiências podem ser obtidas pelos endereços:

[www.simplypsychology.org/Milgram%20-%20Obedience.pdf](http://www.simplypsychology.org/Milgram%20-%20Obedience.pdf)

[www.experiment-resources.com/stanley-milgram-](http://www.experiment-resources.com/stanley-milgram-experiment.html)

[experiment.htmlhttp://www.bernardojablonski.com/pdfs/graduacao/perigos\\_obediencia.pdf](http://www.bernardojablonski.com/pdfs/graduacao/perigos_obediencia.pdf)

Baseando-se nas concepções de Gustave LeBon, que considera como mais importantes a inibição do rendimento intelectual dos integrantes da massa e o aumento da afetividade, ou seja, a redução das percepções pessoais do certo e errado, do ético e do moral e um aumento da afetividade para/com o líder da massa. Hannah Arendt em Eichmann em Jerusalém cita uma passagem no julgamento, onde o acusado cita:

Hitler pode ter estado errado do começo ao fim, mas uma coisa está acima de qualquer dúvida: esse homem conseguiu abrir seu caminho de cabo lanceiro do Exército alemão até Führerde um povo de quase 80 milhões (...) Bastava o seu sucesso para me provar que eu devia me subordinar a esse homem.(Arendt 3, pp. 142-3).

Há ainda de se levar em consideração a formulação de Hans Frank para o imperativo categórico de Kant, que foi muito usado durante o 3º Reich para influenciar o modo de agir de todas as pessoas na Alemanha: “Aja de tal modo que o *Führer*, se souber de sua atitude, a aprove”<sup>108</sup>.

Por fim, vale a pena levar em consideração as conclusões que a estudiosa Ana Carvalho Novaes, em seus estudos sobre A sociedade de massa e o desafio à razão, chegou após estudar os escritos sobre o caso Eichmann: “Foi a irreflexão, a incapacidade de pensar, que o predispôs ao crime. A força e persistência dessa irreflexão estão na distância da realidade e no desapego de si, evidentes no fato de que Eichmann sempre quis se subordinar a uma autoridade, sempre quis pertencer a um grupo. Quando ouviu a sugestão para entrar para a SS estava a ponto de se filiar à Loja Maçônica *Schlaraffi*. Sobre o período anterior à entrada na SS, quando estava diante da perspectiva de não ser membro de nenhum grupo, ele afirmou:

---

<sup>108</sup>Die TechnikdesStaates, 1942, PP. 15-16

Senti que teria de viver uma vida individual difícil e sem liderança, não receberia diretivas de ninguém, nenhuma ordem, nem comando me seriam dados, não haveria nenhum regulamento pertinente para consultar — em resumo, havia diante de mim uma vida desconhecida. (Arendt 3, pp. 43-4)

### *REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS*

ARENDR, Hannah. **Eichmann em Jerusalém: Um relato sobre a banalidade do mal**; tradução José Rubens Siqueira-São Paulo: Companhia de Letras, 1999.

ARENDR, Hannah. **Origens do Totalitarismo**; tradução Roberto Raposo-São Paulo: Companhia de Letras, 1989.

BOCCHIARO, Pietro. **Psicologia Del Male**, 2009

FRANK, Hans. **Die Technik des States**

GREENBERG, Joel. **Eichmann Memoirs Released To Assist a Libel Defendant**. The New York Times. 1 de Março de 2000. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2000/03/01/world/eichmann-memoirs-released-to-assist-a-libel-defendant.html>

HALL, Allan. **Eichmann Memoirs Published**. The Guardian, 12 de Agosto de 1999. Disponível em: <http://www.guardian.co.uk/world/1999/aug/12/2>

HAMILTON, Charles; **Leaders & Personalities Of The Third Reich**, R. James Bender Publishing, 1984.

HILBERG, Hall. **The Destruction Of The European Jews**

<http://domino.un.org/UNISPAL.NSF/1ce874ab1832a53e852570bb006dfaf6/0b3ab8d2a7c0273d8525694b00726d1b>

[http://en.wikipedia.org/wiki/Basic\\_Laws\\_of\\_Israel](http://en.wikipedia.org/wiki/Basic_Laws_of_Israel)

[http://en.wikipedia.org/wiki/Israeli\\_judicial\\_system](http://en.wikipedia.org/wiki/Israeli_judicial_system)

[http://en.wikipedia.org/wiki/Israeli\\_law](http://en.wikipedia.org/wiki/Israeli_law)

<http://net.lib.byu.edu/~rdh7/wwi/versailles.html>

[http://pt.wikipedia.org/wiki/Corte\\_Penal\\_Internacional](http://pt.wikipedia.org/wiki/Corte_Penal_Internacional)

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Israel>

<http://unispal.un.org/UNISPAL.NSF/0/F5A49E57095C35B685256BCF0075D9C2>

[http://www.loc.gov/rr/frd/Military\\_Law/pdf/NT\\_Nazi\\_Vol-I.pdf](http://www.loc.gov/rr/frd/Military_Law/pdf/NT_Nazi_Vol-I.pdf)

[http://www.mfa.gov.il/MFA/MFAArchive/1950\\_1959/Nazis+and+Nazi+Collaborators+-Punishment+-Law-+571.htm?WBCMODE=PresenVisit+of+French+FM+Vedrine+to+Israel](http://www.mfa.gov.il/MFA/MFAArchive/1950_1959/Nazis+and+Nazi+Collaborators+-Punishment+-Law-+571.htm?WBCMODE=PresenVisit+of+French+FM+Vedrine+to+Israel)

<http://www.mfa.gov.il/MFA/Peace+Process/Guide+to+the+Peace+Process/Declaration+of+Establishment+of+State+of+Israel.htm>

<http://www.spiegel.de/international/world/the-holocaust-in-the-dock-west-germany-s-efforts-to-influence-the-eichmann-trial-a-756915.html>

<http://www.ushmm.org/wlc/en/article.php?ModuleId=10007459>

ISRAEL (PAÍS). LEI NO5710-1950, DE 1º DE AGOSTO DE 1950.

Israel Ministry Of Foreign Affairs

KAPLAN, Morton A.; KATZENBACH, Nicholas de B. **Fundamentos Políticos do Direito Internacional**; tradução de Sigrid Faulhaber Godolphim e Waldir da Costa Godolphim- Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964.

KERSHAW, Ian. **Dez Decisões Que Mudaram o Mundo**; tradução Berilo Vargas, Celso Mauro Paciornik, Clóvis Marques, Fernanda Abreu-São Paulo: Companhia de Letras, 2008.

KERSHAW, Ian. **Hitler**; tradução Pedro Maia Soares-São Paulo: Companhia de Letras, 2010.



LAFFIN, John; **Israeli Army in the Middle-East Wars 1948-1973**, Osprey Publishing London, 1982.

MCLEOD, S.A. **Obedience in Psychology** (2007)

Nazi Conspiracy & Agression Vol I

NINO, Carlos Santiago. **Introdução à análise do direito**; tradução Elza Maria Gasparotto; revisão da tradução Denise Matos Mariano- São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

NOVAES, Adriana Carvalho. **A sociedade de massa e o desafio à razão: Sigmund Freud, Hannah Arendt e o Homem do século XX**

REZEK, José Francisco. **Direito Internacional Público: curso elementar/** Francisco Rezek – 11 ed. rev. e atual – São Paulo: Saraiva, 2008.

SHIRRER, William; **Ascensão e Queda do Terceiro Reich Volume 2: O Começo do Fim**, tradução Pedro Pomar e Leônidas Gontijo de Carvalho-São Paulo: Agir, 2008.

STANLEY, Milgram. ***Os Perigos da Obediência***

STANLEY, Milgram. **Milgram's Obedience Experiment**

Tratado de Versalhes - Brigham Young University

UNISPAL - Application of Israel for admission to membership in the United Nation report of the *Ad Hoc* Political Committee

UNISPAL - Special Committee on Palestine

United States Holocaust Museum

WIEGREFE, Klaus; **The Holocaust In The Dock: West Germany's Efforts to influence the Eichmann Trial**, Spiegel Online, 2011.

ZERTAL, IDITH. **ISRAEL'S HOLOCAUST AND THE POLITICS OF NATIONHOOD**- CAMBRIDGE: CAMBRIDGE UNIVERSITY PRESS, 2005.

## **(1947) COMITÊ ESPECIAL DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A PALESTINA**

### **1. Mundo Árabe**

#### **1.1 Origem**

A história da civilização árabe tem seu início na península desértica do Oriente Médio. Pela infertilidade de grande parte do território, a maioria das tribos que lá habitavam compartilhava de costumes nômades, vivendo do pastoreio e do comércio. Por essas características, até o século VI, não havia um Estado centralizado para essas tribos.

A prática comercial tornou-se um importante pilar para esses agrupamentos que formavam caravanas levando artigos do Oriente para serem comercializados no Mar Mediterrâneo e no Mar Vermelho. Devido ao fluxo mercantil constante, algumas cidades de grande valia e essencial papel histórico foram fundadas ao longo da Península Arábica como: Meca, Taif e Yatreb.

O desenvolvimento das cidades se deu de modo a acolher nesses centros urbanos as características politeístas dos diferentes grupos. Meca se tornou, além de importante centro comercial, um destacado centro religioso; concentrando diferentes ídolos e divindades em um único templo, a Caaba, tornando-se também, posteriormente, o mais importante e sagrado marco islâmico do mundo. Lembrando que, apesar da predominância do Islã nos países árabes, o mundo árabe se define pela língua, não por sua religião; e a difusão do árabe corânico caminha juntamente com o crescimento religioso do Islã.

## 1.2 Religião

A religião islâmica surge por volta do século VII com a figura de Maomé (Mohammed), contrapondo-se ao politeísmo até então vigente e buscando afirmar o monoteísmo tendo como Alá seu único ídolo. Inicialmente, as pregações maometanas não receberam apoio das elites comerciais, como da tribo Quraysh, por serem consideradas desfavoráveis para o fluxo de pessoas e de mercadorias na região, fato que obrigou a fuga de Maomé à cidade de Yatrib, a qual era um conjunto de pequenas vilas controladas por pequenos grupos árabes pagãos e judeus; a partir de então, passa a se chamar Medina. Essa emigração, denominada no Corão como *hégira*, marca o início do calendário muçulmano.

Nesse contexto, surgiu a *Jihad*, um dos termos mais mal interpretados da cultura muçumana, apesar do Profeta Maomé nunca ter declarado formalmente com esse nome suas campanhas expansionistas em nome da fé, estudiosos reconhecem essas investidas como protótipos jihadistas. O termo Jihad, traduzido do árabe detêm o sentido de “empenhar-se”, porém seguindo as principais definições desse termo dadas por eminentes juristas muçulmanos e intelectuais tem-se o significado de “guerra com significância espiritual”, contudo as guerras travadas em nome da fé islâmica garantem respeito à população dominada e aos seus bens, entre outras singularidades. Registros demonstram que o Profeta chegou a participar de vinte sete campanhas e responsável por cinquenta e nove outras; tomando importantes cidades como Meca e Taif, lutando contra Beduínos, alguns ataques contra tribos judias para assegurar o oásis que viviam e combates contra os Bizantinos. Muitos dos conflitos que se seguiram na história muçulmana foram considerados jihadistas e outros não, um caso historicamente interessante aconteceu durante a Primeira Guerra: quando o Estado Otomano, juntamente com Império Austro-Húngaro cristão e com Império

Alemão de Hohenzollern, declarou jihad contra os países Aliados, porém sua população muçulmana rejeitou a justificativa religiosa para esse conflito.

Durante os anos que se seguiram, Maomé escreveu o Corão, o principal livro do Islã, que, segundo o Profeta, guarda os principais ensinamentos de Alá transferidos por seu intermédio. A *Sura 9* é uma das partes do Corão que trata da Jihad e do comportamento dos muçulmanos em relação aos não-muçulmano; delegando, além do combate aos pagãos, a tolerância aos povos que se guiavam pelo Livro, judeus e cristãos, desde que pagassem o *Jizya*, taxa cobrada aos residentes em território muçulmano que não compactuassem com a religião islâmica. Fator decisivo para seu expansionismo e manutenção da paz entre grupos religiosos maiores dentro de seus domínios.

Combatei aqueles que não crêem em Deus e no Dia do Juízo Final, nem abstêm do que Deus e Seu Mensageiro proibiram, e nem professam a verdadeira religião daqueles que receberam o Livro, até que, submissos, paguem o *Jizya*.  
Corão 9:29

Deve-se também destacar o papel dos escritos que relatavam a vida e as práticas de Maomé como guia para a cultura e para a conduta muçulmana, uma vez que as diferenças e desacordos dentro do mundo islâmico vieram a se tornar pontos de grande influência política dentro de cada Estado e suas relações ao longo dos anos. De maneira simplificada, apesar variedade entre famílias e etnias, tem-se dois grandes grupos islâmicos: os xiitas e os sunitas, os quais terão papéis decisivos no desmembramento dos territórios conquistados como será explicado no parágrafo seguinte. Os primeiros, guiados pelo Corão, acreditavam que a sucessão do controle islâmico deveria ser mantida dentro da linhagem sanguínea direta da família de Maomé. E os últimos guiados também pela *Sunna*, livro que, como supracitado, apresenta sabedorias relativas à vida e às práticas do Profeta, afirmavam que o controle deveria provir da lei e da autoridade.

### 1.3 Política

A morte de Maomé em 632 transferiu seu poder político-religioso para os califas, seus parentes ou aqueles que tinham alguma relação próxima, tornando-os as lideranças do mundo árabe. As seguidas dinastias prosseguiram com a unificação da península arábica e a expansão de seus territórios, incluindo a conquista da cidade de Jerusalém no século VII. O domínio muçulmano ao fim da dinastia Omíada, no ano de 750, atingia a Península Ibérica à Oeste, todo o norte africano e o Oriente Médio ao Sul, o Paquistão até a fronteira com a Índia à Leste e o Uzbequistão e a Turquia ao Norte. A sustentação do território em torno de uma única liderança política ruiu durante a dinastia Abássida, dividindo-o em regiões governadas independentemente; apesar de ainda considerarem a imagem do Califa Abássida como líder símbolo da *ummah*, toda a comunidade muçulmana.

Essa desintegração, por outro lado, não decorreu de modo a fortalecer os novos impérios formados, proporcionando as Cruzadas, investidas cristãs em direção à cidade de Jerusalém; as invasões mongóis; e as conquistas otomanas. A consolidação do Império Otomano em território árabe aconteceu por volta século XVII e sua entrada na Primeira Guerra Mundial concretizou a presença europeia que se tornaria tão importante na questão discutida em 1947.

### 1.4 Formação e Organização dos Estados Árabes

A presença europeia surge com a ocupação de territórios indianos, começando pela região de Bengala e se espalhando pela Índia entre os anos de 1798 e 1818. Concomitantemente, Napoleão tentava invadir o Egito e a Síria para estabelecer uma base em Suez, visando cortar o fluxo marítimo britânico; com o fracasso de seu plano, o objetivo se voltou às áreas inglesas na Índia. Juntamente com a Rússia, uma base militar foi implantada no norte

iraniano contrapondo-se às bases inglesas ao sul; tornando o Irã um ponto de grande importância estratégica, embora nenhum dos países pretendesse torna-lo protetorado até o descobrimento de petróleo em suas terras no início do século XX. Dessa maneira, iniciava a ocupação vinda do oeste no mundo islâmico.

As outras ocupações ocorreram seguidamente até a Primeira Guerra. A França ocupou a Argélia em 1830, o Reino Unido ocupou a Tunísia em 1881, o Egito em 1882, o Sudão em 1889, a Líbia e o Marrocos em 1912. O Oriente Médio, até 1914, era dividido entre domínios ingleses, franceses, italianos e otomanos, além de países que conquistaram sua independência como a Turquia. Em 1915 e 1916, França e Grã-Bretanha negociaram as influências sobre as terras partilhadas do decadente Império Otomano, essa negociação fica conhecida como Acordo de Sykes-Picot, que definia as esferas de influência, em algumas situações protetorados, no Líbano, na Síria, na Palestina, no Iraque e na Transjordânia entre as duas nações vitoriosas no pós Primeira Guerra. Esse acordo não foi bem visto pela comunidade muçulmana, uma vez que as potências europeias haviam garantido a independência das províncias árabes.

O desenvolvimento científico e tecnológico europeu dividia a sociedade e modificava o pensamento de muitos intelectuais árabes da época, que defendiam o liberalismo ao modo inglês e mudanças no sistema jurídico islâmico, a secularização do ensino e adaptações da *Sharia*, livro utilizado muitas vezes pelo sistema jurídico islâmico, para acompanhar sem desfalques o desenvolvimento das economias agrárias em centros de modernização econômica.

### **1.5 A questão da Palestina**

A região da Palestina estava em posse árabe por volta da década de 630 e abrigou pacificamente diferentes grupos religiosos como cristãos,

muçulmanos, judeus e samaritanos, tendo em vista que muitos deles preferiam a tolerância religiosa da organização árabe, os quais cobravam apenas impostos extras aos não muçulmanos, do que as perseguições que aconteciam com o domínio cristão. Passando ainda pelo domínio otomano após a retirada dos Cruzados e permanecendo de 1517 a 1917, antes de tornar-se um protetorado inglês com o fim da Primeira Guerra Mundial. A Líbia e Síria tornaram-se zonas de influência francesa. Foi no ano de 1917 também que foi escrita a carta que ficou conhecida como a Declaração de Balfour, que demonstrava o reconhecimento britânico do movimento Sionista e o apoio para a criação de um Estado Judeu. O Mandato Britânico da Palestina foi confirmado pela comissão da Liga das Nações em 1922, entrando em vigor em 1923. A Grã-Bretanha dividiu o território entre a Palestina, como protetorado, e a autônoma Transjordânia, liderada pelos Hashemitas.

### **1.6 A Revolta Árabe de 1936-1939**

A Revolta Árabe, um movimento de cunho nacionalista, mobilizou milhares de palestinos de todas as classes contra o domínio inglês. A revolta surgiu após o assassinato do Xeiue 'Izz al-Din al-Qassam por tropas britânicas e ganhou força após a morte de dois judeus em abril de 1936 e as greves iniciadas em Nablus e Jaffa. Um dos propósitos da greve foi o pedido de independência nacional. As forças árabes palestinas foram reforçadas por árabes de nações vizinhas que se juntavam para atacar tropas britânicas e acampamentos judeus no norte do país. Ao fim do ano, o movimento teria tomado forma de uma revolta nacional cuja principal força campesinato árabe.

Foi durante essa época que grupos políticos árabes estabeleceram a Alta Comissão Árabe liderado pelo Mufti Amin al-Husayn. Essa Comissão declarou greve geral, proibindo árabes de pagar impostos e determinando o

fechamento de governos municipais. Delegavam, também, o impedimento de imigrações judias e de venda de terras a judeus.

Uma comissão real presidida pelo Lord Robert Peel foi enviada a Palestina para avaliar a situação de revolta e o desejo de independência árabe. A comissão de Peel declarou que o mandato britânico falhava e decidiu pela separação das terras habitadas. Isso provocou grande descontentamento aos árabes, uma vez que foram dadas aos judeus mais propriedades do que já possuíam no território. Consequentemente, os conflitos se intensificaram em 1937 e 1938.

A Grã-Bretanha declarou lei marcial em Setembro de 1937. A Alta comissão Árabe foi dissolvida e muitos de seus membros foram presos. O Mufti al-Husayn fugiu do país junto com outras lideranças. A Revolta durou até 1939, estimasse que mais de cinco mil árabes foram mortos, quinze mil feridos e mais de cinco mil presos. Apesar do seu insucesso em atingir seus objetivos, o conflito fez surgir um espírito de identidade nacional entre os árabes e cooperação internacional ao caso da Palestina.

## **1.7 Movimentos internacionais árabes e muçulmanos**

### **1.7.1 Irmandade Muçulmana**

A influência estrangeira na cultura árabe e as rápidas mudanças estruturais que aconteciam entre os governos e os intelectuais da época não foram visto com unanimidade entre a sociedade. Em 1928, no Egito, foi fundada a Irmandade Muçulmana por Hassan al-Banna. A Irmandade, embora inicialmente criada como um movimento reformista islâmico objetivando a reforma moral individual e social, o crescimento de sua significância política começou a comprometer lideranças seculares da comunidade muçulmana. Sua estratégia social compreendia mudanças em programas de base como educação, caridade e atividades culturais. Com seu



crescimento, a Irmandade se ramificou em outros países árabes como no Reino da Arábia Saudita, no Sudão e no Kuwait.

### **1.7.2 A Liga dos Estados Árabes**

A Liga Árabe é uma organização regional de países onde a população fala, principalmente árabe. Seu objetivo maior é o de fortalecimento das relações entre seus membros, coordenando políticas e direcioná-los a um bem comum.

A Liga Árabe foi oficialmente fundada na cidade do Cairo pelo Egito, Iraque, Líbano, Arábia Saudita, Síria, Transjordânia e Líbano. A ideia da criação de um Estado judeu em território palestino não era apoiado pelos países membros da Liga.

## **2. Movimento Sionista**

Ainda que já existissem diversas manifestações do desejo de retorno à “terra prometida” por parte de alguns rabinos, o nacionalismo judaico só ganhou formas mais concretas no final do século XIX. Nesse período, no aspecto cultural o romantismo, no aspecto político as revoluções francesa e americana e no aspecto social à ascensão da burguesia, fizeram eclodir movimentos nacionalistas por toda Europa e América.

Com o objetivo de unir os povos com iguais traços étnicos, político e culturais, os movimentos nacionalistas exerceram grande influência no modelar do cenário europeu, inclusive com a unificação italiana e alemã. Dentre estes movimentos nacionalistas, o último a surgir e se consolidar foi o Sionismo.

O Sionismo político foi fundado pelo jornalista e escritor Theodor Herzl, judeu nascido na Austro-Hungria. Herzl foi desde cedo educado sob influência do Haskalá, movimento que incorporou os conceitos do iluminismo ao judaísmo e defendia a maior inserção dos judeus na sociedade europeia por meio da secularização, reforçando a identidade histórica e cultural do povo judeu no lugar da identidade estritamente religiosa.

Herzl inicialmente acreditava que o antissemitismo deveria ser combatido pela assimilação cultural dos judeus dentro da sociedade europeia. Tendo percebido que essa assimilação era inevitável, em “O Novo Gueto” passou a advogar a tolerância e o convívio entre cristãos e judeus mesmo que reconhecendo suas constantes diferenças.

No entanto, as opiniões de Herzl mudaram profundamente em 1894, a partir de quando ficou responsável por fazer a cobertura jornalística do que ficou conhecido como O Caso Dreyfus.

Nesse ano, foi descoberta uma carta secreta que evidenciava a existência de um espião servindo aos alemães dentro do exército francês. Dentre os suspeitos estava o oficial Alfred Dreyfus, o único judeu dentre os suspeitos, o qual foi levado a julgamento. No julgamento foram utilizadas diversas provas falsas e Dreyfus foi condenado à prisão perpétua. 3 anos depois foram descobertas novas informações que indicavam a culpa de outro oficial e que Dreyfus era inocente, o que o levou a um segundo julgamento que, no entanto, manteve a sentença.

O julgamento de Dreyfus teve grande repercussão em todo o mundo, inclusive acarretando em violentas demonstrações antissemitas na França e em suas colônias, com a realização de pogroms. Vivenciando a intensa perseguição e discriminação aos judeus em toda a Europa, Herzl se convenceu de que os judeus nunca seriam aceitos como parte integrante das sociedades europeias e que a única forma de se protegerem das

perseguições que sofriam seria através da criação de um Estado para o povo judeu, proposta que defendeu em seu livro “O Estado Judeu”.

Após a publicação de seu livro, Herzl passou a articular com outros líderes judeus e foi realizado, em Basileia na Suíça, o primeiro Congresso Sionista Mundial, o qual resultou na criação da Organização Sionista Mundial (OSM) em 1897.

Financiada por doações de judeus de todo o mundo, a OSM passou a se articular com os mais diversos líderes políticos e financiar o estabelecimento contínuo de colônias judaicas na Palestina. Nesse esforço de criação do Estado de Israel, o Sionismo se dividiu em vertentes de grande diferença ideológica, unidos pelo objetivo comum de criar o Estado de Israel, sendo elas:

*Sionismo Político:* Defendia a criação do Estado de Israel pela via diplomática, foi a primeira vertente do Sionismo. Dentro desse espectro Herzl promoveu vários encontros com líderes e diplomatas além de tentar angariar doações de magnatas judeus. Após a morte de Herzl em 1904, essa vertente foi colocada à margem pelos poucos resultados obtidos.

*Sionismo Liberal:* Vertente predominante na OSM até 1930, o Sionismo Liberal também conhecido como Sionismo Geral, defendia a criação do Estado de Israel pela via diplomática. Sobre forte influência do espectro intelectual da classe média, defendia os valores da iniciativa privada, do livre mercado, grande comprometimento com os direitos humanos e um modelo de Democracia Liberal-Pluralista para o futuro Estado de Israel. Se opunha ao sionismo trabalhista e ao revisionista por considerarem ambas as propostas radicais demais e não se sentirem representados por nenhuma das duas correntes. Foi complementar ao Sionismo Político.

*Sionismo Trabalhista:* De inspiração socialista, passou a ser a doutrina dominante na OSM a partir de 1930. Acreditavam que o Estado de Israel não seria construído a partir da negociação pacífica junto à comunidade

internacional e sim através da luta da classe trabalhadora judia, além de se oporem à propriedade privada. Defendia que os judeus, que haviam sido oprimidos pelos estrangeiros durante a Diáspora, deveriam retornar à terra ancestral e cultivar a terra através dos Kibutzim; fazendas de inspiração socialista nas quais toda a educação, trabalho e lazer eram realizados de forma coletiva por judeus. Criaram a Haganah, precursora do exército israelense; força paramilitar responsável por defender os Kibutzim dos ataques árabes. Almejam criar um Estado igualitário, baseado na ajuda mútua e na produção coletiva.

*Sionismo Revisionista:* Inspirados por Vladimir Jabotinsky, surgiu como movimento de reação ao Sionismo Trabalhista. Nacionalistas extremados e anticomunistas, os revisionistas almejavam a criação de um grande Estado de Israel, em ambos os lados do rio Jordão. Inicialmente acreditavam que poderiam conquistar apoio dos ingleses, mas depois passaram a concentrar grande parte dos seus esforços em promover a luta armada para expulsar os ingleses. Por não se sentirem representados pela OSM dominada pelo Sionismo Trabalhista, ignoravam as decisões da OSM. Formaram o grupo paramilitar conhecido como Irgun que não só defendia os assentamentos judeus como promoviam contra-ataques acreditando que só com o uso da força seria possível libertar os judeus.

A oposição entre os revisionistas e os trabalhistas era tão intensa que culminou na ação que ficou conhecida como “Estação de Caça” período de conflito armado entre Novembro de 1944 e Fevereiro de 1945, em que a Haganah perseguiu a Irgun, pois a ultima tinha se revoltado abertamente contra o mandato britânico.

Apesar de todas as diferenças ideológicas, os cerca de 700.000 judeus que habitavam a região por volta de 1945, tinham o objetivo comum de construir naquela terra inóspita, um lar aonde pudessem conseguir refugio das perseguições que sofreram em todo o mundo por milênios.

## 2.1 Documentação

O povo judeu, ainda que tenha dado uma imensa contribuição histórica e cultural para a Europa, sempre foi colocado à margem, não raro, vítima de perseguições por parte dos governos e de populações locais. Aos judeus houve talvez o maior desrespeito ao princípio de autodeterminação dos povos de toda a humanidade, tendo a esse povo sido negado o direito à se organizar e definir seu próprio status político sem interferências de governos de outras nações, continuamente desde os tempos do Império Romano. A Carta das Nações Unidas define como propósito desta instituição:

Desenvolver relações amistosas entre as nações, baseadas no respeito ao princípio de igualdade de direitos e de autodeterminação dos povos, e tomar outras medidas apropriadas ao fortalecimento da paz universal;

Outro documento de grande importância para a causa israelense é a Declaração de Balfour, na qual o governo do Reino Unido se compromete a apoiar a causa de criação do Estado de Israel na Palestina.

Foreign Office,  
November 2nd, 1917.

Dear Lord Rothschild,

I have much pleasure in conveying to you, on behalf of His Majesty's Government, the following declaration of sympathy with Jewish Zionist aspirations which has been submitted to, and approved by, the Cabinet

"His Majesty's Government view with favour the establishment in Palestine of a national home for the Jewish people, and will use their best endeavours to facilitate the achievement of this object. It being clearly understood that nothing shall be done which may prejudice the civil and religious rights of existing non-Jewish communities in Palestine, or the rights and political status enjoyed by Jews in any other country"

I should be grateful if you would bring this declaration to the knowledge of the Zionist Federation.



## **2.2 Justificativa Moral**

Mas o embasamento para a criação do Estado de Israel não se dá apenas por meio de documentos nem mesmo se resume a intenções de um povo que migra para uma terra dita prometida. As atrocidades cometidas pelo Holocausto, genocídio que matou cerca de seis milhões de judeus são só ápice de um histórico muito mais longo de perseguição aos judeus em toda a Europa.

Os judeus foram por muito tempo vítimas da Santa Inquisição e da violência arbitrária das populações locais na Europa, em especial na península Ibérica como no massacre de Lisboa de 1506. A perseguição foi ainda mais intensa no Leste Europeu, aonde ocorriam os pogroms; ataques de massas populares, com ou sem aprovação das autoridades, que visavam matar, torturar, vandalizar e destruir pessoas e propriedades pertencentes a uma minoria étnica, religiosa e cultural (notadamente os judeus).

Os pogroms foram particularmente intensos na Rússia no período de 1881 a 1884 devido a rumores de que os judeus tinham sido responsáveis pelo assassinato do Czar Alexandre II e no período entre 1903 e 1906, e durante a guerra civil russa. Mesmo após o Holocausto a ameaça do antissemitismo e dos pogroms continuava a ameaçar os sobreviventes dos campos de concentração.

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, milhares de judeus que foram libertos dos campos de concentração passaram a viver em campos de refugiados, pois, ao tentarem voltar para seus antigos lares, eram hostilizados pelas pessoas que haviam ocupado as antigas casas de judeus durante a guerra.

Em 4 de julho de 1946 moradores de Kielce, na Polônia, deflagraram um pogrom contra os judeus que haviam retornado à cidade e queriam reaver suas casas. Espalhou-se o falso boato de que os judeus tinham sequestrado uma criança local para ser sacrificada em um ritual religioso. O boato levou a

multidão a atacar os judeus, num episódio que resultou na morte de 42 judeus e deixou outros 50 seriamente feridos. Retornar à suas antigas casas na Europa não era mais uma alternativa para os judeus.

Existiam em 1947, cerca de 250.000 judeus sobreviventes do Holocausto que simplesmente não tinham para onde ir, que haviam perdido seus lares, seus familiares e quase haviam perdido suas vidas. A recém-criada Organização das Nações Unidas simplesmente não podia ignorar essa imensa quantidade de refugiados.

### **3. Contexto Histórico Pós II Guerra Grande Guerra**

#### **3.1 – Breve Histórico do Período imediatamente antes e durante a II Guerra**

Antes de entrarmos no período imediatamente pós II guerra se faz necessário contextualizar o mundo pré-II Guerra e durante.

Eric Hobsbawn, em sua obra *“Era dos Extremos – O Breve século XX”* diz que o mundo era dominado por Impérios. Grande parte das terras na África e Ásia eram colônias das potências europeias naquela lógica imperialista da antiga divisão internacional do trabalho, onde as colônias tinham como função primária a exportação de matéria prima para a sua metrópole e função secundária tornar-se mercado consumidor para a produção industrial excedente das potências.

Isso iria mudar, como ressalta Hobsbawn, no período pós II Guerra onde haveria de acontecer um surto de independência ao redor do globo. Esse fato mostra que o raciocínio das potências tinham que mudar para se adaptar a um novo contexto histórico.

O mundo antes dominado por interesses Europeus prioritariamente agora enfrenta uma nova lógica geopolítica. Ao findar da II Grande Guerra tem-se dois grandes polos de poder ideológico – que se desdobravam por

todas as outras áreas do Estado – tinha-se de um lado os Estados Unidos da América e sua ideologia Capitalista e de outro a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e o Socialismo. Começa, agora, uma disputa ideologia pela supremacia de um sistema econômico que influenciaria a política e a sociedade civil.

Em 1947 existia um jogo de forças diferenciado. Muito embora o mundo se dividisse de acordo com o supracitado, isto é, duas grandes forças opostas personificadas em EUA e URSS, existiam outras forças envolvidas com relativa influência.

O Império Britânico detinha uma importância significativa quando o assunto era o movimento sionista. Com a descoberta dos campos de concentração por todo território alemão o assunto dos judeus foram ficando cada vez mais sensíveis e ganhando cada vez mais espaço na mídia internacional.

As normas de direito internacional e o tópicos de Direitos Humanos começavam a ganhar uma importância *sui generis* e, posteriormente, isso culminaria na internacionalização dos direitos humanos. A proposta é de que esses direitos tornassem-se os guias, preceitos básicos, das nações após a Segunda Grande Guerra. Afetaria, inclusive, as Constituições das nações que passariam a incluir em seu texto Fundamental direitos fundamentais, isto é, direitos sem os quais é impossível garantir a segurança e a manutenção do Contrato Social.

Em suma, fica claro que os acontecimentos da Segunda Grande Guerra foram extremamente relevantes para a questão da criação de um Estado judeu. A descoberta de campos de concentração foram fator determinante para que a pauta judia ganhasse tamanha relevância global. Os direitos humanos em um caráter objetivo, isto é, imprescindível para uma sociedade civil pós guerra, contribuíram, também, para a causa sionista. Faz-se extremamente importante ter em mente que os Estados passaram a ter



que se preocupar em garantir alguns direitos fundamentais para que a sociedade civil possa ter uma certa segurança de que seus direitos não seriam tirados novamente.

É no contexto de precisar mostrar para o mundo que os períodos conturbados de conflito que foi o século XX estavam para trás e, agora, uma nova Era começaria.

### **3.2 – União Soviética no Oriente Médio**

Com base no que foi dito anteriormente devemos analisar os interesses de algumas nações no Oriente Médio e a distribuição da balança de poder no período imediatamente depois da segunda Grande Guerra.

Galia Golan, em sua obra *“Soviet Policies in the Middle East: From World War Two to Gorbachev”*, A União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS – possuía dois objetivos básicos no Oriente Médio. A primeira delas seria garantir sua influência, e a consequente expansão do seu modelo ideológico, nas áreas ao sul de sua fronteira. Isso se deu tanto através de presença física como a movimentação de tropas para as fronteiras quando politicamente como sua posição política dos encontros e conferências internacionais. Para tanto, ela precisaria podar e, se possível, eliminar a influência do Ocidente na região, principalmente os britânicos que detinham influência significativa na região, o que era, por sua vez, seu segundo objetivo básico.

Para exemplificar esses objetivos deve-se lembrar da proposta de Molotov no encontro de Ministros das Relações exteriores em Setembro de 1945 em que ele propunha que a URSS retiraria suas tropas do Irã e, em troca, o Império Britânico recolheria suas tropas do Egito e da Palestina. Essa proposta torna claro os objetivos que a URSS tinha na época.

Outro ponto importante a se falar é a relação entre os Soviéticos e o Irã. No tratado de Molotov-Ribbentrop, ou pacto de não agressão como ficou conhecido, a URSS tinha acordado com a antiga Alemanha nazista, entre outras coisas, que o Irã estava sob influencia soviética. Além disso, existia outro tratado entre a URSS e o Irã onde dizia que a União Soviética poderia entrar no Irã com tropas para conter atividades hostis à segurança nacional e internacional em solo iraniano. Esse direito só foi utilizado no período da segunda Grande Guerra para impedir que o Irã compactuasse com a investida alemã na área. Porém, havia a presença de tropas soviéticas em solo iraniano.

Mais tarde essa relação entraria em litígio devido ao apoio estadunidense em áreas fora da influencia soviética. Em 1944, a URSS ameaçou o governo iraniano para obter concessão da produção de petróleo e, apoiado pelos norte-americanos, o governo se recusou a conceder a concessão e se iniciou um conflito que culminaria na criação do Estado do Azerbaijão em dezembro de 1945.

A coisa se complicou depois que o primeiro ministro do Irã se reuniu com o governo de Moscou e este ultimo afirmou que as tropas soviéticas saíam apenas de algumas partes do Irã. Depois de protestos dos EUA e do Império Britânico ficou acordado que as tropas soviéticas saíam do Irã em maio de 1946 em troca da criação de uma parceria na criação de uma empresa de extração de petróleo Soviética-iraniana, sendo os soviéticos os sócios majoritários.

Em suma, é possível perceber que a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas detinham uma enorme influencia na região do Oriente Médio no Período imediatamente pós segunda Guerra Mundial. O que explica a força política que o governo de Moscou tinha nos debates na comunidade internacional sobre o Oriente Médio.

### **3.3 As duas visões**

Como já pincelado anteriormente, às vésperas da reunião da Comissão Especial das Nações Unidas para a Palestina haviam duas visões gerais sobre a situação. Uma visão mais simpática ao movimento Sionista e uma visão simpática aos Árabes residentes na Palestina. Uma ressalva importante a se fazer é de que as visões não são mutuamente excludentes, isto é, uma visão correta não exclui, necessariamente, a outra.

#### **3.3.1 A visão árabe**

À época que antecede a reunião para decidir o futuro da imigração judia para as terras da Palestina havia-se difundido uma ideia de que ela era uma terra sem um povo esperando para ser povoadas pelos novos imigrantes judeus europeus.

Muitos ignoravam o fato de existir mais de quinhentos mil árabes que já habitavam a região e , por conseguinte, não leva-los em consideração ao traçar diálogos para uma eventual ocupação. Isso, obviamente, deixou-os muito descontentes e com diversos temores. Ademais, esses judeus imigrantes eram vistos como colonizadores europeus. É importante lembrar que existiam judeus que já viviam nas terras palestinas e havia uma certa passividade entre eles. O que incomodava realmente os árabes eram estes imigrantes europeus que, inevitavelmente, tinham uma cultura muito diferente (europeia) daqueles que já viviam na Palestina.

Um medo que permeava os árabes da região era o medo de perder suas terras, visto que a maioria desses dependia da agricultura para viver. Havia um temor de que os líderes sionistas não se contentariam com uma pequena parte e estariam com anseio de dominar toda a Palestina e, deste modo, os árabes palestinos serem forçados a sair de suas terras para que pudessem dar lugar aos judeus imigrantes.

#### **3.3.2 A visão judia**

Na segunda metade do século XIX – época em que o antissemitismo – crescia ganhou ares políticos o antigo sonho dos judeus de retornar à terra santa. Foi então que um grupo de judeus decidiu que eles só seriam capazes de sobreviver caso pudessem se governar, isto é, criar um Estado judeu.

A ideia de reerguer a antiga Israel foi ganhando força e alguns judeus mais religiosos começaram a crer que eles tinham um direito divino àquelas terras da palestina. Outros tinham uma visão mais pragmática: queriam viver livres da perseguição política e antissemita que assolava a Europa, com isso o sentimento de que os judeus tinham que se autogovernar crescia com velocidade *sui generis* no chamado movimento sionista.

Isso somado à ideia de autodeterminação dos povos que vinha ganhando cada vez mais força em aspecto global foi fortalecendo a ideia de que os judeus deveriam – e tinham direito – de retornar às Terras Santas.

No final do século dezenove já haviam cerca de vinte mil judeus na palestina e esse número aumentaria consideravelmente nos próximos tempos.

Os traumas com a recente descoberta do genocídio judeu na Segunda Grande Guerra acentuou cada vez mais esse desejo difuso dos judeus de retornar à Terra Santa e a opinião pública global de maneira geral foi compadecendo-se da causa judia.

### **Bibliografia**

<Guia do Estudante>  
<http://guiadoestudante.abril.com.br/estudar/historia/criacao-israel-duas-visoes-conflitantes-435008.shtml>

Anti-Jewish Violence: Rethinking the Pogrom in East European History – Jonathan Dekel-Chen; David Gaunt; Natan M. Hier; Israel Bartal

Armstrong, Karen. *Islam: A Short History*. New York: Modern Library, revised ed., 2002

ARRUDA, José Robson de A. – História Geral e História do Brasil

Cook, David. *Understanding Jihad*. University of California Press, 2005

Golan, Galia, *Soviet Policies in the Middle East from World War Two to Gorbachev*, Cambridge: Cambridge University Press,. 1990

Hobsbawn, Eric. *Era dos Extremos – O breve século XX* , Companhia das Letras, 1994, 2.ed

<http://books.google.co.uk/books?id=AUYQ8JQ-iM0C&pg=PA19#v=onepage&q&f=false>

[http://news.bbc.co.uk/2/hi/in\\_depth/middle\\_east/2001/israel\\_and\\_the\\_palestinians/key\\_documents/1681362.stm](http://news.bbc.co.uk/2/hi/in_depth/middle_east/2001/israel_and_the_palestinians/key_documents/1681362.stm)

<http://revistaforum.com.br/idelberavelar/2012/05/15/62-anos-do-nakba-a-limpeza-etnica-da-palestina-e-as-responsabilidades-ocidental-e-brasileira/>

<http://www.arableague.org.uk/league/league.html>

<http://www.britannica.com/EBchecked/topic/439645/Palestine/45068/The-British-mandate>

<http://www.britannica.com/EBchecked/topic/466210/pogrom>

<http://www.conib.org.br/glossario.asp?id=103>

<http://www.diariodafrica.com/2009/02/como-os-arabes-veem-os-judeus.html>

<http://www.elfez.com.br/elfez/Dreyfus.html>

<http://www.grupoescolar.com/pesquisa/o-conflito-arabe--israelense.html>

<http://www.historiadomundo.com.br/arabe/arabes.htm>

[http://www.islam.com.br/quoran/traducao/s09\\_at\\_taubah.htm](http://www.islam.com.br/quoran/traducao/s09_at_taubah.htm)

<http://www.jewishvirtuallibrary.org/jsource/index.html>

[http://www.jewishvirtuallibrary.org/jsource/judaica/ejud\\_0002\\_0012\\_0\\_11083.html](http://www.jewishvirtuallibrary.org/jsource/judaica/ejud_0002_0012_0_11083.html)

<http://www.judeusdospaisesarabes.com.br/comunidades.htm>

[http://www.palestinefacts.org/pf\\_mandate\\_riots\\_1936-39.php](http://www.palestinefacts.org/pf_mandate_riots_1936-39.php)

MAGNOLI, Demétrio – Geografia para Ensino Médio

Magnoli, Demétrio. *O Mundo Contemporâneo*. Demétrio Magnoli, 2005

*Muslim Brotherhood and State Power in Jordan*. Albany, NY: State University of New York Press, 2001.

Peters, Francis E. *Muhammad and the Origins of Islam*. Albany, NY: State University of New York Press, 1994

SOLIMAN, Lotfallah - Por uma História Profana da Palestina

*The Invention of Jewish Identity: Bible, Philosophy and the Art of Translation*- Aaron W. Hughes

United States Holocaust Memorial Museum- <http://www.ushmm.org>

Wiktorowicz, Quintan. *The Management of Islamic Activism: Salafis, the*

# (1815) A SÉTIMA COALIZÃO: ALTO COMANDO DOS ALIADOS CONTRA NAPOLEÃO BONAPARTE - A BATALHA DE WATERLOO

**Beatriz Lima da Silva Andrade**

**Letícia Spezani Resende**

**Rafael da Fonseca Tamae**

**Raphael Rodrigues Fonseca**

## **1 Fenômeno Guerra**

*“Although the intensity of their competition waxes and wanes, great powers fear each other and always compete with each other for power. The overriding goal of each state is to maximize its share of world power, which means gaining power at the expense of other states. But great powers do not merely strive to be the strongest of all the great powers, although that is a welcome outcome. Their ultimate aim is to be the hegemon—that is, the only great power in the system.” John Mearsheimer Pág. 2.*

### **1.1 Da Guerra**

De acordo com o teórico da guerra Carl von Clausewitz, a guerra é a continuação da política por outros meios. O fenômeno guerra pode ou não

ser de origem belicosa. Clausewitz ainda continua: “a guerra é um ato de força para compelir o inimigo a fazer a nossa vontade”. O ato de força é aquele usado para compelir seu oponente a realizar suas vontades. Os atos de força são meios físicos enquanto as vontades são unicamente objetivos políticos (Ávila, 2009).

A guerra é um fenômeno humano. Não se pode dizer precisamente como e quando ela surgiu, no passado remoto da humanidade. Nem tampouco se pode presumir a que “necessidades” existenciais (bio-psíquicas ou sociais) ela correspondeu originalmente. Até onde alcança a investigação empírico-indutiva, através da reconstituição arqueológica, da reconstrução histórica e da observação direta, a guerra se nos apresenta como um fato social, no sentido restrito de existir como uma das instituições incorporadas a sociedades constituídas (...) Semelhante maneira de entender a guerra (e suponho que na sociologia não há outra maneira igualmente legítima) implica uma delimitação precisa na observação e na explicação desse fenômeno social. Os problemas concernentes à “origem”, à “integração”, à “função” e a “evolução” da guerra deixam de ser concebidos in genere e in abstracto, para serem definidos e interpretados concretamente, com relação a tipos sociais definidos (FERNANDES, 1970, pág..11).

Clausewitz divide o fenômeno guerra em dois tipos: guerra ilimitada e guerra limitada. As guerras limitadas são aquelas cujo montante de sacrifício por parte do atacante são limitados, ou seja, existe um limite tanto econômico quanto político (principalmente) que o atacante não está disposto a ultrapassar ao entrar em guerra com seu oponente. A partir do momento que esse limite é ultrapassado, o atacante se vê forçado a recuar e desistir do ataque. Logo é feito um cálculo político por parte do atacante para definir quais serão os custos, limites que ele está disposto a pagar. As guerras ilimitadas são aquelas as quais o atacante está disposto a arcar com todos os custos políticos a fim de obter seus objetivos. O montante de sacrifício que o atacante está disposto a arcar é ilimitado. O objetivo político é colocado como acima de tudo, fazendo o estado a estar disposto a arcar com qualquer ônus para que o objetivo seja concretizado (Clausewitz, 1998).



As guerras não são limitadas ou ilimitadas em função do quanto se dispense de força ou recurso. A questão é política, do quanto o que se quer é valorizado por cada um dos lados (ÁVILA, pág. 5, 2009).

A Guerra é a estratégia mais controversa que as grandes potências podem dispor para aumentar a sua fatia de poder mundial. Ela não é somente controversa porque ela gera morte e destruição - em alguns casos como a Segunda Grande Guerra uma destruição em proporções gigantescas - mas também porque muitos teóricos e analistas argumentam que o preço político e econômico que se paga para travar uma guerra não compensam a mesma<sup>109</sup> (Mearsheimer, 2001).

A vitória militar não paga os prejuízos segundo Mearsheimer porque os conquistadores não podem explorar as economias das indústrias modernas para ganho próprio, especialmente aquelas que são construídas ao redor de tecnologias de ponta. A raiz dos problemas do conquistador está no nacionalismo, um sentimento que torna extremamente difícil subjugar e manipular a população dos estados derrotados. Alguns conquistadores adotam a repressão como forma de controle da população, mas essa é a pior maneira possível de lidar com uma população conquistada, pois a repressão é uma faca de dois gumes que pode levar a um levante popular (Mearsheimer, 2001).

Ninguém nega que as grandes potências algumas vezes se pegam em situações que os ônus da conquista são altos demais e os benefícios esperados pequenos demais. Nesses casos, não faz sentido para as grandes potências começar uma guerra (Mearsheimer, 2001).

Ainda quanto aos argumentos dos benefícios da guerra, os conquistadores podem explorar a economia dos estados devastados para ganho próprio. Riqueza pode ser extraída de um Estado ocupado por meio de impostos, confiscando a produção industrial, ou mesmo ao confiscar suas

---

<sup>109</sup> Mearsheimer fez um levantamento de dados e percebeu que os estados atacantes só foram vitoriosos em 60% dos casos.

plantas industriais. Peter Liberman mostra em seu trabalho sobre este assunto que, contrariamente às opiniões de Angell e outros, a modernização não só torna as sociedades industriais ricas e, portanto, alvos lucrativos, mas também faz coerção e repressão mais fácil e não mais difícil para o conquistador. É possível para os conquistadores ganhar poder através do confisco dos recursos naturais, como minérios e alimentos (Mearsheimer, 2001).

Mas mesmo que alguns teóricos rejeitem a noção de que a conquista traz dividendos econômicos, há três outras maneiras que um agressor vitorioso pode alterar o equilíbrio de poder em seu favor. O conquistador pode empregar uma parte da população do estado derrotado no seu exército ou o trabalho forçado na sua terra natal. A máquina militar de Napoleão, por exemplo, fez uso de mão de obra criada dos estados derrotados. Na verdade, quando a França atacou a Rússia no verão de 1812, cerca de metade da força invasora que totalizou 674.000 soldados, não eram franceses (Mearsheimer, 2001).

Além disso, a conquista, por vezes, compensa os custos, porque o vencedor ganha território estrategicamente importante (para Clausewitz esse ganho é o mais importante de todos). Em particular, os estados podem ganhar uma zona tampão que ajuda a protegê-los do ataque de outro estado, ou que pode ser usado para lançar um ataque contra um estado rival (Mearsheimer, 2001).

A guerra pode alterar o equilíbrio de poder em favor do vencedor, eliminando o estado derrotado das fileiras das grandes potências. Conquistadores podem atingir esse objetivo de maneiras diferentes. Eles podem destruir um rival derrotado ao matar a maioria sua população, eliminando por completo do sistema internacional. Estados raramente buscam esta opção drástica, mas as evidências desse tipo de comportamento existem para fazer estados pensar nisso; os romanos, por exemplo, aniquilaram Cartago (Mearsheimer, 2001).

Alternativamente, os conquistadores podem anexar o estado derrotado. Áustria, Prússia e Rússia, por exemplo, dividiram a Polônia quatro vezes nos últimos três séculos. O vencedor pode também considerar desarmar e neutralizar o estado batido. Por fim, conquistadores podem dividir um estado derrotado em dois ou mais estados menores, que é o que a Alemanha fez para a União Soviética, na primavera de 1918 com o Tratado de Brest-Litovsk, e é também aquilo que o Reino Unido, Estados Unidos, e a União Soviética efetivamente fizeram para a Alemanha após a Segunda Guerra Mundial (Mearsheimer, 2001).

## **2.Contexto Histórico**

### **2.1 A sétima Coalizão e o Pacto de Chaumont**

Após o Congresso de Viena, realizado em Novembro de 1814, Napoleão Bonaparte volta a Paris e informa que deseja governar em paz, respeitando as fronteiras traçadas pelo Congresso, porém tal proposta não foi aceita pelas nações que o haviam derrotados anteriormente, assinando uma declaração de que Bonaparte havia quebrado a convenção que o havia estabelecido na ilha de Elba e destruíra o único título legal a que sua existência estava ligada, se colocou fora das relações civis e sociais e que era portanto, inimigo e perturbador do sossego mundial. Forma-se então a Sétima Coalizão, formalizada pelo Pacto de Chaumont, em nove de março de 1814, constituída pela Inglaterra, Áustria, Prússia e Rússia, com o objetivo em comum de derrotar o Imperador e restabelecer a paz na Europa. Cada nação aliada se comprometeu em mandar cento e cinquenta mil homens para combater o Imperador. A Inglaterra, porém, recruta apenas parte de seu contingente, prometendo em compensação aos Aliados uma subvenção de cinco milhões esterlinos. (CHASTENET, Jaques, 1944, p.215)

Em 1815, Rússia, Prússia e Áustria criam a Santa Aliança com o objetivo de garantir a realização das medidas aprovadas durante o Congresso de Viena. A idéia de tal organização deve-se ao o czar Alexandre I da Rússia propôs a formação da Santa Aliança, um pacto de ajuda mútua entre as monarquias absolutistas. Ao agir de forma conservadora a Santa Aliança dedicou-se a combater as revoltas liberais na Europa, interferindo também na política colonial dos países ibéricos, pois era favorável à recolonização das colônias americanas. Já a Inglaterra que se interessava no comércio com as nações da América não aderiu a esta organização, porém não deixou de apoiá-la em muitos momentos. A Santa Aliança, entretanto, não conseguiu cumprir seus principais objetivos, uma vez que o liberalismo já havia sido germinado em todo o continente europeu e americano.

## **2.2 A campanha de 1815**

Após a arrasadora derrota de Napoleão na tentativa de invasão à Rússia em 1812 forma-se então a sexta coalizão. Porém é após o congresso de Viena, em que as demais potências européias, reunidas o denunciaram como criminoso e perturbador da tranquilidade mundial. Fica claro então que o imperador precisaria derrotar os exércitos de pelo menos quatro nações para sobreviver no poder, e após seu exílio na ilha de Elba é formado então a sétima coalizão contra Napoleão Bonaparte, iniciando-se a campanha de 1815 que terá seu final marcado pela Batalha de Waterloo. (CHASTENET, Jaques, 1944, p.215)

No dia 3 de Maio, Wellington tem, com Blucher, uma entrevista em Tirlemont. Informações que já é proveniente na fronteira belga que o imperador Napoleão vai concentrar o grosso das tropas que mobiliza às pressas. Antes de iniciar a campanha tem-se o exército prussiano, com quinze mil homens, sob as ordens do marechal príncipe Blucher, que estabeleceu quartel general em Namur. É dividido em quatro corpos

comandos respectivamente, pelos generais von Ziethen, von Pirch, von Thielmann e von Bulow. Seriam necessários três dias a cada um dos dois exércitos para se encontrarem na sua linha de contato. Em presença de um adversário de tanta mobilidade como Napoleão, esta extensão de acantonamentos não deixa de ser perigosa. (CHASTENET, Jaques, 1944, p.221)

Bruxelas, a cidade brabantina que se tornara a segunda capital do reuni dos Países-Baixos e desde o regresso da ilha de Elba, é também o centro da atividade anti-napoleônica. O príncipe de Orange, herdeiro da coroa e antigo lugar-tenente de Wellington em Espanha, estabeleceu ali o seu quartel general. O valor das tropas de Wellington, da Legião Germânica, na qual seus homens foram vendidos à Grã-Bretanha por príncipes alemães ao preço médio de 11 libras cada um, e também as tropas do Príncipe de Orange são muito desiguais. Se algum dos regimentos ingleses que combateram em Portugal e Espanha são excelentes, os outros são insuficientemente aguerridos. A Legião Germânica, que também serviu na Península é muito boa, ao restante dos alemães faltavam-lhes adestramento. Os Belgas e Holandeses incorporados no exército irlandês são valentes, mas muitos serviam as Águias francesas e só com relutância passaram para o campo adverso. (ROBERT, Andrew, 2006)

O duque em suas correspondências com Londres omitia a sua opinião de que uma segunda Restauração dos Bourbons é indispensável à segurança da Inglaterra. O princípio básico dos Aliados diante da campanha era que eles não estavam em um estado de guerra com a França, mas sim de guerra de toda a Europa, incluindo a França, contra Bonaparte. O inconveniente prático de tal princípio é de os Aliados hesitarem em tomar uma ofensiva que os levaria a violar o território francês e ofereceria o risco de transformar o movimento nacional aquilo que eles não querem deixar de considerar como uma rebelião militar. Napoleão, portanto, aproveita-se desta hesitação para proceder à concentração apresada de cento e vinte mil

homens ao longo da fronteira belga, entre Solre-sur-Sambre e Philippeville (CHASTENET, Jaques, 1944, p.223).

### **12 de junho de 1815:**

A campanha de Waterloo começou de verdade às 3:30 da madrugada da segunda feira de 12 de junho de 1815, quando Napoleão deixou Paris após um jantar de despedida com a família e dirigiu-se rapidamente para o norte em uma carruagem cruzando a fronteira belga apenas três dias depois, com um exército de 124 mil homens. (ROBERTS, Andrew, 1963, p.23)

A princípio a estratégia de Napoleão era marchar depressa para o norte, derrotar os exércitos anglo-aliados sob o comando do duque de Wellington ou o exército-prussiano comandado pelo marechal Gebhard von Blucher, príncipe de Wahlstadt, teria como efeito imediato o restabelecimento da Gloire. Napoleão então começa a mover suas tropas, transpondo a fronteira e levando sua tropa em direção a Charleroi.(ROBERT, Andrew, 2006)

### **15 de junho de 1815:**

O serviço de informações tanto de Wellington como de Blucher era demasiado ineficiente. Ambos consideravam certos de que Napoleão não ousaria com cento e vinte mil homens tomar a ofensiva contra os seus duzentos mil. Entre o exército inglês e prussiano as ligações eram defeituosas e, ao passo que o primeiro pensa sobretudo em manter suas comunicações com o mar, é em direção à Alemanha que o segundo estabeleceu suas linhas de retiradas. Ou seja, enquanto os franceses já começavam a atravessar a Sambre, os ingleses e os prussianos se conservam sossegadamente nos seus acantonamentos. (CHASTENET, Jaques, 1944, p.223)

Quando a Armada do Norte atravessou o rio Meuse e capturou Charleroi, na quinta-feira de 15 de junho, era uma força tão eficaz e bem equipada como as que Napoleão comandara durante anos. Esta rápida operação que fez Napoleão avançar depressa rumo a Bruxelas surpreendeu Wellington. (ROBERT, Andrew, 2006, P.25)

Wellington reclamava de sua tropa, achava-as fraca, porém ao todo havia 39 batalhões de infantaria oriundos do exército britânico e a Legião Germânica do Rei (King's German Legion – KGL), unidade de elite leal ao rei Jorge III. Também havia 29 regimentos de cavalaria, inclusive vários dos melhores do exército. (ROBERT, Andrew, 2006)

“Era uma pálida sombra do velho exército peninsular, contudo ali estavam alguns dos melhores regimentos e com certeza o contingente britânico não era o exército inexperiente e cru, que alguns historiadores querem que acreditemos.” Observação feita por Ian Fletcher, cronista da batalha de Waterloo. (ROBERT, Andrew, 2006)

Da coalizão, os dois únicos exércitos prontos para combater Napoleão em junho de 1815 eram o de Wellington e Blucher. O general Comte Louis Bourmont, um dos comandantes da divisão de Napoleão, apesar de monarquista na política, cavalgou diretamente rumo ao comandante da Primeira Unidade Prussiana, general Hans von Zieten, e se rendeu com cinco dos seus oficiais. A informação que ele pôde passar sobre os planos de invasão de Napoleão foi imediatamente transmitida ao marechal Blucher, que, no entanto, parece ter falhado em tirar vantagem disso. Duvida-se mesmo se Blucher repassou todas as informações a Wellington quanto à suposta rota de Napoleão rumo a Bruxelas. (HEROLD, Waterloo, p.67)

Após um de seus generais se render, Napoleão dividiu suas forças. Ordenou que o marechal Michel Ney marchasse para oeste, para tomar a encruzilhada de Quatre Brás de importância estratégica, antes que Wellington a fortificasse. Quatre Brás situava-se na junção das estradas de

Charleroi-Bruxelas e Nivelles-Namur e, portanto, daria a Napoleão um desvio de rota a mais quando precisasse decidir como atacar Bruxelas. A posse dessa encruzilhada permitiria aos franceses a abertura de opções estratégicas, e Ney sabia muito bem que Napoleão queria muito capturá-la. A estratégia de Napoleão em se defender, usando a estratégia da posição central, em que ele evitaria que os dois exércitos se unissem, dando-o vantagem no campo de batalha. (WOOTTEN, Geoffrey)

Ao se arriscar dividindo suas forças, ele esperava ser capaz de erguer um bloqueio entre as forças anglo-aliadas e as prussianas, e assim combater primeiro umas e depois as outras em separado, em um microcosmo dos seus planos gerais para dividir e destruir toda a coalizão dos inimigos. (CHANDLER, Campaigns, pp1.034-42)

O baile da duquesa de Richmond, onde Wellington estava presente e recebera a notícia de que as tropas de Napoleão haviam cruzado a fronteira. Além disso, também se encontrava presente no baile o Príncipe de Orange, que posteriormente vinha a ser o rei Guilherme II da Holanda, o duque de Brunswick, que morreu no dia seguinte em Quatre Brás, o príncipe de Nassau, os condes de Conyngham, Uxbridge, que era o comandante da cavalaria britânica. Wellington percebeu durante o baile que não iria vencer Napoleão em Quatre Brás e por isso, junto com Richmond marcou a lápis uma aldeia chamada Waterloo. (ROBERTS, Andrew. 2006)

Às dez horas, uma mensagem de Gneisenau, chefe de estado-maior de Blucher, deu ordem às tropas acantonadas em Bruxelas para tomarem, em direção ao Sul, a estrada de Charleroi e ao conjunto do exército para fazer um movimento para Leste. Decidido isto, foi, rodeado pelos ajudantes de campo, para o baile do duque de Richmond, que se realizara em uma vasta cachoeira, brilhantemente decorada e iluminada. À uma da manhã, Wellington recebe a notícia de que a tropa francesa se aproximava da estrada que vai de Bruxelas a Charleroi, a aldeia de Frasnes, a seis quilômetros ao sul da encruzilhada denominada Qatre-Bras, onde esta



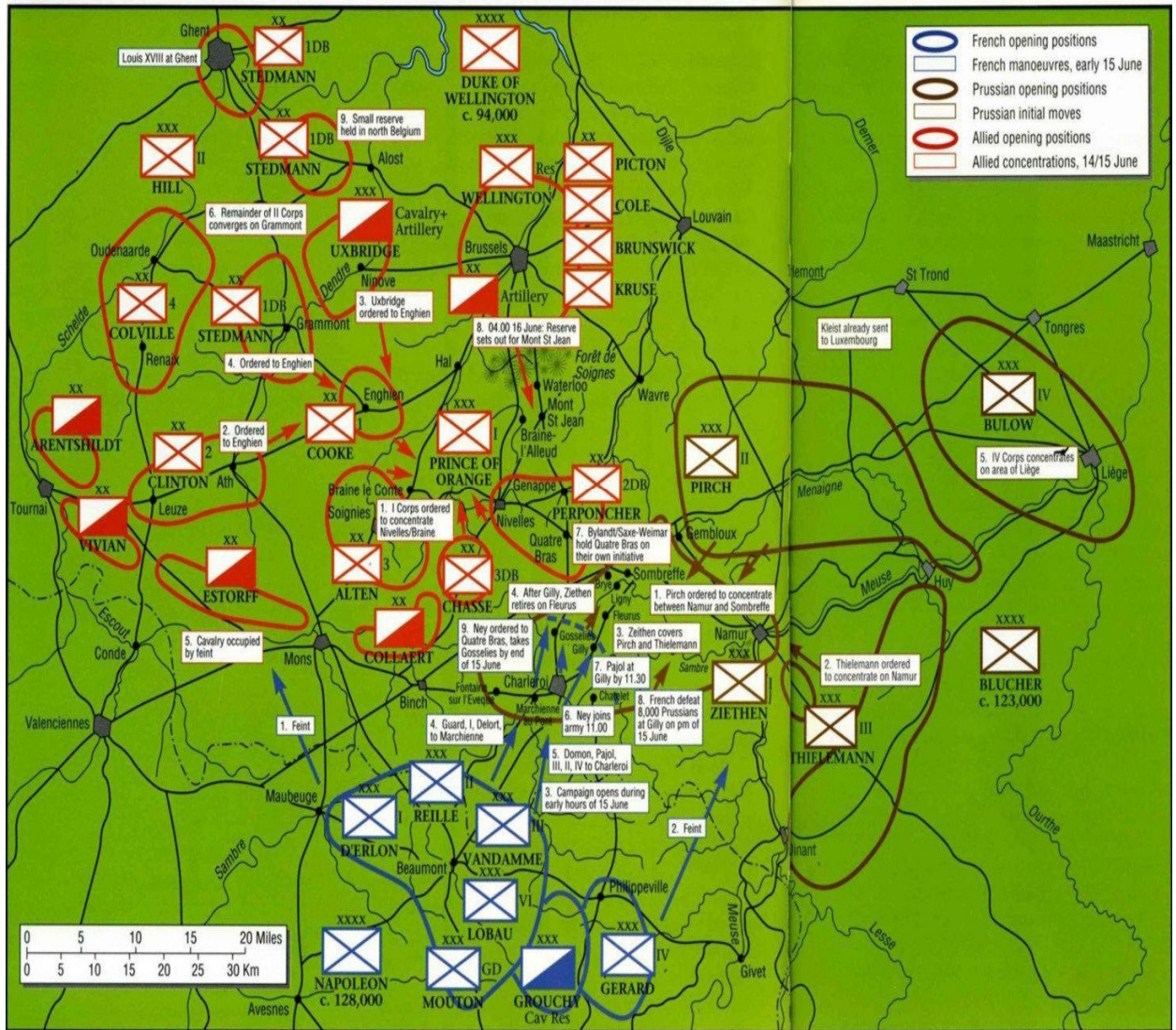
estrada corta a que conduz de Nivelles, a Oeste, a Namur, a Leste. A linha interior de comunicações entre os exércitos britânico e prussiano está perigosamente ameaçada (CHASTENET, Jaques, 1944, p.226).

### **16 de junho de 1815:**

Às duas horas da manhã, o duque abandona a festa e após o conhecimento de que Constant de Rebecque, chefe do Estado-Maior holandês, que por iniciativa própria havia colocado uma divisão neerlandesa nas proximidades de Quatre-Bras, decide concentrar ali todo o exército, para que pudesse impedir a passagem das forças francesas e a poder, eventualmente, socorrer prussianos. Às seis da manhã, lança-se a galope pela estrada de Charleroi. Wellington chega em Quatre-Bras por volta das nove e meia da manhã, encontra a encruzilhada ocupada por sete mil Holando-Belgas, só com oito canhões. (CHASTENET, Jaques, 1944, p.227)

Wellington partira de Bruxelas às 3 da manhã e por volta das 11 da manhã conferenciava com Blucher no minho de Brye, que dominava o campo de batalha de Ligny. Depois partiu para comandar a defesa de Quatre Brás. O que aconteceu em Quatre Brás foi que Wellington embora não estivesse no campo de batalha ele não ocultou sua tropa A batalha de Ligny e Quatre Brás ocorreram simultaneamente. Em Ligny, o imperador retardara até sete e meia da noite o início do ataque com a sua Guarda Imperial, Regimentos da elite apelidados de “Lês invincibles”, mas quando deu essa ordem, precedida de enorme bombardeio de artilharia, o ataque revelou-se decisivo. A guarda investiu com baionetas contra o centro dos prussianos, apoiada por brigadas de cavalaria. Embora Blucher contra-atacasse pessoalmente com apenas duas brigadas de cavalaria, não conseguiu rechaçar os franceses. O duque criticou polidamente a decisão de Blucher de apresentar todo o exército prussiano, inclusive a artilharia, à visão de Napoleão, à velha maneira continental, e explicou que preferia tentar ocultar os soldados por trás das reentrâncias das encostas das colinas.(ROBERT, Andrew, 2006, P.35)

## The Campaign Opens, Nights of 14/15 and 15/16 June 1815



Retirado de: WOOTTEN, Geoffrey. Waterloo 1815: The Birth of Modern Europe, 1992.

Às oito horas da manhã, Napoleão foi informado que o exército prussiano inteiro parecia estar reunido em Sombreffe e assim partiu para a extremidade do flanco direito das suas tropas, para verificar pessoalmente, chegando a Fleurus às onze da manhã. Os prussianos realmente estavam ali, Napoleão então ordena ao marechal Ney que lhe enviasse um grande

contingente de tropas para ajudá-lo a afugentar os prussianos, cortando definitivamente toda a comunicação entre os Anglo-Neerlandeses e os prussianos. O marechal Ney dispõe, em princípio de quarenta e dois mil homens, mas só tem imediatamente à mão cerca de dezoito mil. Quando Ney começou a tomar a encruzilhada em Quatre Brás, os reservas britânicos já haviam começado a chegar ali.

Napoleão enviou mensagem ao general Drouet d' Erlon para que ele marchasse para o campo de batalha de Ligny, onde se desenvolvera um combate generalizado. Napoleão acreditava que conseguiria tomar Quatre Brás com as tropas ainda sob seu comando. O que aconteceu foi que as tropas de Drouet d' Erlon nunca aparecera, pois este havia recebido uma contra-ordem de Ney para que marchasse para Quatre Brás, porém d' Erlon não chegou a nenhuma batalha a tempo. (ROBERTS, Andrew.2006)

A infantaria francesa quase conseguiu, a leste da estrada de Bruxelas, alcançar a de Namur, a oeste alcançou a orla do bosque de Bossu, a pouca distância de Quatre-Bras. Ney havia recebido a notícia de que o corpode de Drouet d'Erlon, colocado sob sua autoridade, recebeu diretamente do Imperador, ordem de obliquar para leste e marchar contra os prussianos. Dá, portanto, uma contra-ordem, que tem por efeito não participar este corpo, nem duma, nem doutra das duas batalhas. Ele próprio, acaba de receber uma mensagem de Soult, que é agora major general do exército imperial, convidando-o a atacar a ala direita de Blucher e lhe diz que o destino da França está em suas mãos. Napoleão nem imaginava de nada que estava ocorrendo naquele momento em Quatre-Bras. Ney, portanto, ordena a Kellermann que se apodere, à frente duma brigada de couraceiros, da posição inimiga. Wellington neste momento dispõe de vinte mil homens, enquanto Kellermann só pode contar com oitocentos cavaleiros. Mesmo com essa observação Ney ordena que siga em frente e por isso, Kellermann em seu relatório à Ney, narra que se apressou em seu caminho até Quatre-Bras, para que não desse tempo de seus cavaleiros refletissem sobre a gravidade

da situação. No fim, Kellermann perde dois terços de seu regimento e retira suas tropas a trote largo sobre o caminho calcetado, em direção a Frasnes. Às nove horas da noite Ney, renunciando a romper as linhas inimigas, concentra toda a sua gente nos arredores de Frasnes.(CHASTENET, Jaques, 1944, p.230)

Caso Ney tivesse tomado a ofensiva nas primeiras horas do dia, em vez de esperar o princípio da tarde, talvez os Neerlandeses, postados em Quatre-Bras, tivessem sido repelidos, os reforços teriam sido surpreendidos em marcha e o caminho de Bruxelas ficaria aberto para os Franceses. À tarde se d'Erlon não tivesse sido neutralizado por ordens e contraordens, a sua ajuda teria, permitido ao marechal francês desalojar o adversário. Wellington teria sido constrangido ou a recuar para Oeste, para suas bases de Ostende e Anvers, perdendo assim todo o contato com os prussianos, ou a deslocar-se para Leste, para manter esse contato, mas rompendo por consequência, suas comunicações com o mar. De qualquer forma a sua retirada seria muito dificultosa e talvez se tivesse transformado em debandada. (CHASTENET, Jaques, 1944, p.232)

De fato da noite do dia 16 para o dia 17, após a encruzilhada em Quatre-Bras o duque estava com uma certa vantagem, tendo quatro mil e oitocentos mortos e feridos contra quatro mil e duzentos entre os Franceses. Durante a batalha que se travara em Ligny, o cavalo que Blucher montava havia sido morto e o general prussiano que se encontrara desmaiado, foi levado para longe do campo de batalha, assumindo então o seu chefe do estado-maior, Gneisenau, tomando a decisão de mandar o exército prussiano para o norte, Wavre.(CHASTENET, Jaques, 1944, p.232)

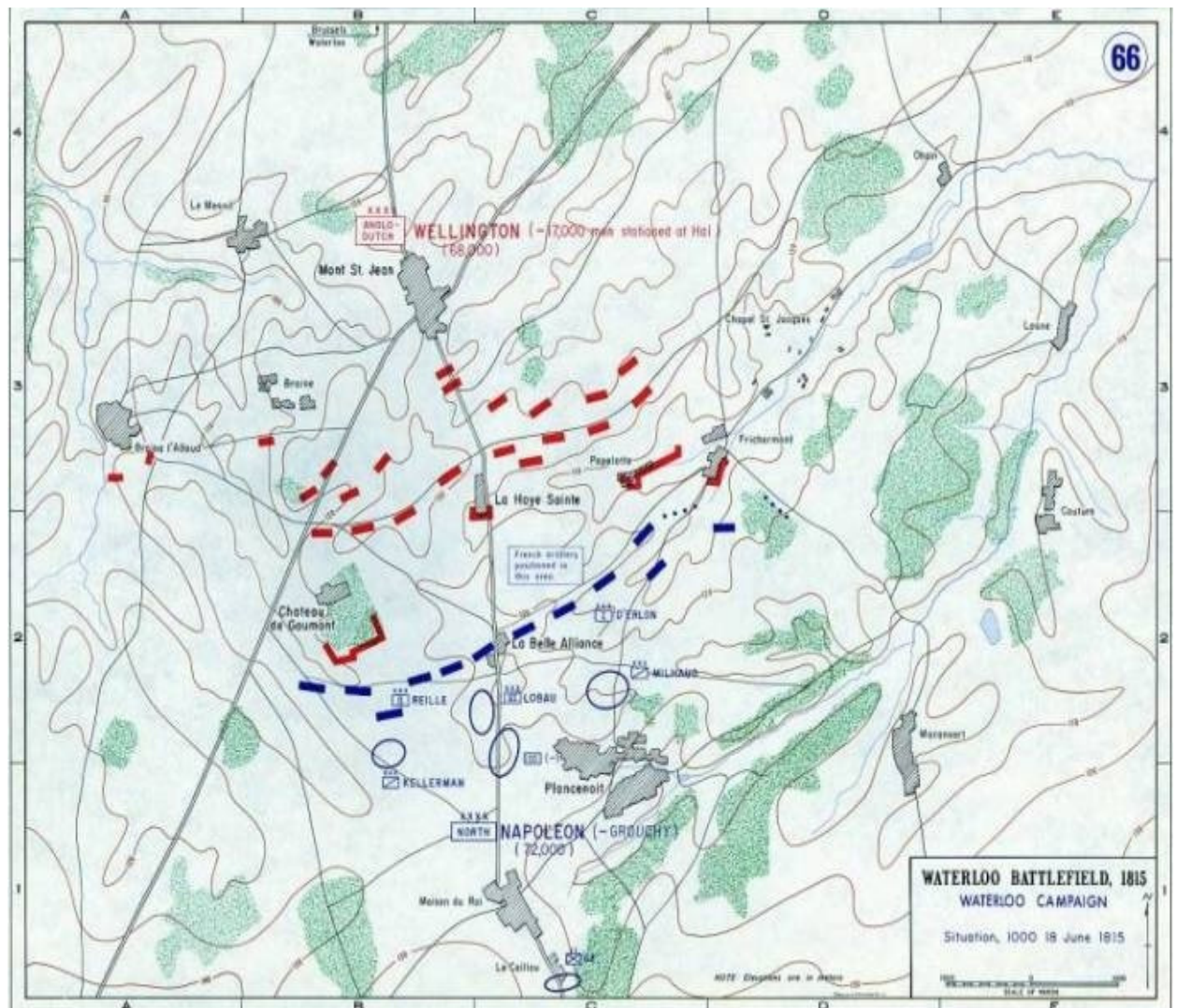
### **17 de junho de 1815:**

Após a Prússia perder a batalha em Ligny, o Duque resolveu abandonar então a encruzilhada, pois não poderia arriscar que as forças



combinadas de Napoleão e Ney o atacassem, por isso, ordenou um recuo para local altamente protegido, alguns quilômetros ao norte, nas encostas do monte Saint Jean, esse local é conhecido como o campo de batalha de Watterloo. Sabendo da vinda das tropas extras de Blucher, Wellington fortaleceu as linhas da direita e do centro e também deixou 17 mil homens totalmente fora do campo de batalha, estacionados a 14 km a oeste em uma aldeia chamada Hal, sob o comando do príncipe Frederick, dos países baixos, e do tentente-general Sir Charles Colville, ambos sob o comando supremo do general Lord Hill. (ROBERTS, Andrew, 2006, p.42)

Na manhã do dia 17, ainda havia uma tropa prussiana intacta que não havia entrado no campo de batalha, comandada por Bulow. Enquanto o resto do exército prussiano preferiu tomar direção à Norte, concentrando-se em Wavre, a vinte quilômetros de Bruxelas. Gneisenau mostra a sua intenção de recomeçar a luta o mais cedo possível e de manter-se na expectativa, o contato com Wellington. Às nove horas da manhã, Ney dá a ordem para sua tropa começar o recuo, em que uma parte do exército seguirá pela estrada de Bruxelas e a outra tomará o caminho que, partindo de Neville, corta aquela estrada na altura do casal de Mont-Saint-Jean. (CHASTENET, Jaques, 1944, p.234)



Retirado de: <http://battlefield-tour.com/waterlooweb/waterloo.htm>

O batalhão de Wellington, após o exército de Blucher recuar, resolve recuar também e chega ao campo de batalha de Waterloo. Napoleão manda Grouchy, o seu marechal mais recentemente nomeado, para perseguir os prussianos com trinta mil homens de infantaria e cavalaria e noventa e seis canhões, afastando-se de Waterloo. Grouchy acreditava que na guerra a inspiração é exclusiva do comandante supremo e que os tenentes devem se limitar a executar ordens. A coalizão saiu de Quatre Brás, havia uma série de saídas estreitas para o exército anglo-aliado se retirar-se de Quatre

Brás. Com isso, Blucher envia uma mensagem à Wellington, dizendo que tão logo houvesse luz suficiente para marcharem, ele enviaria não apenas a unidade de Bulow para ajudar o duque, mas também duas outras unidades, praticamente todo exército prussiano, deixando apenas uma unidade para proteger Wavre do ataque de Grouchy. Wellington podia tentar fazer com Napoleão o que este esperara fazer com os prussianos em Ligny: esmagar o inimigo atacando-lhe os flancos de surpresa com tropas extras. (ROBERTS, Andrew. 2006)

Próximo às seis horas da tarde, Napoleão chega na estrada de Bruxelas, á altura da hospedaria da Belle Alliance, ao sl do Mont-Saint-Jean. A de Wellington, durante o dia, só lhe restava travar com ele naquela região uma batalha campal. Durante a madrugada Wellington recebe uma mensagem de Blucher, que tendo se recomposto da batalha de Ligny, iria assumir de novo o comando de seu exército Na manhã do dia 18 de junho as tropas estavam preparadas e localizadas era visível que haveria uma batalha. (CHASTENET, Jaques, 1944, p.237)

Na manhã do dia 18, Wellington não sabia a posição exata de todas as forças francesas. Pela observação pessoal, ele podia ver que Napoleão dispensara considerável porção de todo o seu exército. Havia cerca de 39 mil franceses não computados. Wellington sabia dos movimentos de Grouchy em geral, mas não de sua força. (WELLER, Waterloo, p.183)

### **2.3 Waterloo**

*A arte de narrar uma batalha reside em apagar o que não tem importância e embarga o avanço. Narramos mal uma batalha ... a menos*

*contemos simplesmente o que decidiu a sorte do dia. Napoleão*<sup>110</sup>

Logo no começo de Julho os exércitos britânico e prussiano já haviam chegado na Bélgica e foram reforçados com algum contingente tanto austríaco quanto russo. A meta era derrubar o usurpador (Napoleão) a qualquer custo. Com isso o imperador francês se via com poucos cursos de ação a escolher. Ou ele podia esperar o ataque que estava por vir, ou tomar de assalto seus inimigos e destruí-los totalmente (Englund, 2004).

Napoleão decide assumir sua postura de sempre, a de atacante. Deixando a capital para se encontrar com o *Grande Armée* na fronteira belga, Napoleão conseguiu realizar suas manobras clássicas que o caracterizam: mobilizar suas tropas rapidamente e pegar seus inimigos desprevenidos. Isso facilitou o confronto com Blucher em Ligny (Englund, 2004).

No dia 18 de junho de 1815 Napoleão Bonaparte perde uma batalha que ficou conhecida como uma das mais decisivas e inovadoras da história, a batalha de Waterloo, nas encostas do monte St. Jean, cerca de 19 km ao sul de Bruxelas, em que as potências européias anglo-aliadas, Inglaterra, Prússia, Bélgica e Alemanha, formaram uma coalizão contra o imperador francês Napoleão Bonaparte. A batalha de Waterloo envolveu uma série de inovações de armas em destruição em massa, a principal delas eram as granadas, balas de chumbo envolvidas por aço, que podiam ser disparadas a longa distância. Sem dúvidas a batalha de Waterloo trouxe consequências significativas para a história da Europa e da humanidade, determinou o fim da Era Napoleônica na França e seu expansionismo, a Europa, portanto, começa a viver uma nova era, uma nova forma de vida, tanto política como social, após a derrota de Napoleão. (ROBERTS, Andrew. 2006)

---

<sup>110</sup> Tradução de Napoleão Uma biografia Política, pág. 480.



Por mais terrível que tenha sido a carnificina sem dúvida ocorrida em Waterloo, foi a partir daí que as guerras seriam lutadas com métodos infinitamente mais terríveis: trincheiras (Criméia), arame farpado, ferrovias e metralhadoras (Guerra Civil Americana), fome direcionada (Guerra Franco- Prussiana), campos de concentração (Guerra dos Bôeres), gás mostarda e bombardeios aéreos (1 Guerra Mundial). À época da Grande Guerra, o cavalheirismo como elemento integrante da guerra já estava efetivamente morto. (ROBERTS, Andrew. 2006)

O duque de Wellington comparava a descrição de uma batalha à de um baile, talvez pensando no famoso baile da duquesa de Richmond, realizado três dias antes de Waterloo, em que há muito movimento simultâneo de muitas pessoas espalhadas em uma área bastante grande, com tantas consequências diferentes, que se torna praticamente impossível registrar a partir de um ponto de vista único. (ROBERTS, Andrew.2006)

### **2.3.1 Napoleão Bonaparte: Objetivos e Estratégia**

Napoleão Bonaparte figura que inspirou e inspira até hoje a humanidade, conhecido por suas táticas e estratégias de guerra, o exército de Napoleão fora o mais temido na Europa durante seus tempos, chamados de “Os invencíveis”. Para se entender como um simples soldado se torna imperador é preciso ter em mente que desde sua formação militar e Paris, Napoleão aprendeu a lutar e guerrear e com isso houve alguns pontos que foram de extrema importância para seu sucesso. Primeiro, a sua estratégia geral rápida, em que tinha como forte a velocidade, seu exército era antes de tudo veloz e a busca de guerra ofensiva. A propaganda também foi um instrumento fundamental utilizado sabiamente por Napoleão, que reconhecera sua importância central dentro de uma guerra, ao utilizá-los garantia que a sua versão sempre era a primeira a chegar em Paris. Sua capacidade de manipulação e estímulo aos seus soldados era inacreditável e movia todos ao redor.(JOHNSON, Napoleão, P.64-67, 2002)

O imperador entendera bem as palavras de Nicolau Maquiavel, em seu clássico “O Príncipe” em que afirma que é melhor um governante ser temido do que amável ou odiado. Napoleão utilizava o medo em sua estratégia ofensiva, em que consistia em não só atacar rapidamente, mas também alvejar o hiato entre as forças adversárias, antes que elas pudessem se juntar. O plano de Napoleão era bem simples, ele baseava-se sempre em único movimento: o ataque, por isso, seu exército era treinado para o ataque, fazendo-o de forma eficaz. (JOHNSON, Napoleão, P.69-71, 2002)

Napoleão usava uma tática simples, porém seus recursos eram essenciais para obter êxito em quase todas as suas batalhas. Primeiro ele utilizava sua artilharia, seus canhões eram excelentes comparados à época, podendo ser acionados de perto, triplicando sua eficiência. O segundo passo era o uso da cavalaria, que podia observar os pontos fracos do inimigo atacando-o no momento certo. A cavalaria napoleônica era considerada a melhor da Europa naquele momento, e sua vantagem estava em desmontar uma posição e em seguida refazer a formação. Após a cavalaria vinha o uso da infantaria, para dominar e conservar o campo de batalha. Os infantes de Napoleão eram treinados para inspirar medo, marchavam aos sons dos fortes tambores e dos gritos de guerra ensaiados, no qual o próprio Imperador havia estudado detalhadamente para intimidar o inimigo. (JOHNSON, Napoleão P.73, 2002)

Durante a batalha de Waterloo, Napoleão dividiu suas forças em duas partes, uma comandada por Ney e outra por Grouchy e havia também um centro de reserva sob seu próprio comando. No início da campanha, seu objetivo típico era impedir que as tropas inimigas se juntassem, por isso ordenou a Grouchy para atacar as tropas prussianas de Blucher e Ney para atacar as tropas britânicas de Wellington, simultaneamente em lugares diferentes, enquanto Napoleão estaria no centro esperando para atacar o alvo que oferecesse batalha. Enquanto Ney tomava Quatre Brás, no dia 16 de Junho e Grouchy tomava Ligny, as tropas do conde d’Erlon se manteve

neutra, uma vez que o conde recebera ordens contrárias, uma de Ney e outra de Napoleão, não tendo ajudado nenhuma das outras tropas. Na madrugada do dia 18 de junho, dia da batalha, havia chovido muito e o duque de Wellington tivera que despachar um quarto de suas forças, cerca de 17 mil soldados para uma posição mais a oeste, para impedir os franceses de os cercarem por aquele lado. Nesse momento o duque temera, pois esperava alguma reação de Bonaparte, que costumava se aproveitar de situações como essa reagindo com movimentos de ataque bem rápido, o que não aconteceu naquele dia. (JOHNSON, Napoleão P.166-182, 2002)

Napoleão havia mandado ordens claras para que Grouchy se dirigisse na estrada de Charleroi atrás dos prussianos, porém este jamais executara suas ordens, seus homens não haviam, portanto, participado efetivamente da campanha, o que fora uma desvantagem para Napoleão que contava com menos homens no campo de batalha. Esse foi um primeiro ponto em que Napoleão estava em desvantagem. Outro era que com as chuvas a batalha fora atrasada, pois o terreno estava demasiadamente molhado, havendo uma espera de cinco ou seis horas para que o terreno secasse e nesse momento Wellington estava recebendo mais tropas. Durante a batalha, Napoleão fracassara por outro motivo: o duque já conhecia as táticas napoleônicas de primeiro usar a artilharia, depois cavalaria e por último a infantaria e com isso, utilizou a tática de permanecer na vertente oposta do morro, reduzindo as baixas e tendo tempo para formar quadrados, o que se saiu bastante resistente à cavalaria francesa. (JOHNSON, Napoleão P.183-4, 2002)

No final da batalha de Waterloo, por volta das sete e meia da noite, Napoleão mandara toda a linha atacar a posição britânica. Esse fora o último ataque do Imperador, pois se ouviu gritar "*La Garde recule*" (a guarda recua). Wellington avia reforçando sua linha e as unidades do exército de Blucher começavam a entrara em contato com o flanco direito dos franceses. Napoleão havia finalmente sido derrotado pela sétima coalizão. (JOHNSON, Napoleão P.185)

### **2.3.2. Descrição da Batalha de Waterloo**

#### **18 de junho de 1815:**

A localização da batalha não podia ser mais estratégica para os Aliados do que fora. A região de Waterloo se encontra à encosta do Moint-Saint-Jean que entre ele e a Belle Alliance, encontrava-se um pequeno vale semeado de montículos e depressões. À direita do vale, ao olhar para o sul, encontra-se o castelo de Hougoumonte, protegidos por muralhas, fossos, cercas, rodeados por um bosque que o duque de Wellington ocupara. Já no centro e à esquerda ficava uma propriedade rural conhecida como La Haye Sainte, uma fazenda com estábulos, celeiro, cercada de muros altos, em que o duque ocupara com a KGL (unidade leal ao rei Jorge III e que demonstrara excelentes habilidades de luta na Guerra Peninsular). Junto da estrada principal tem-se Papelotte e um pouco mais distante, uma estrada rural, conhecida como uma ravina, Ohain. À esquerda da Belle Alliance, encontra-se a aldeia de Plancenoit e à direita, a estrada de Bruxelas- Charleroi. (CHASTENET, Wellington, p.241)

O terreno de onde se travara a batalha também é importante para se entender a vantagem que a Coalizão tinha. Waterloo era cercada por uma serra e uma natureza propícia para a batalha, cheia de depressões, cercados, árvores e bifurcações de estradas. No terreno também havia plantações de milho que crescia até o ombro, em que poderia ser usado para dificultar o avanço das tropas francesas além da lama viscosa que também atrasara a movimentação. Outro aspecto da batalha é que no dia 18 de junho de 1815 foi um dia de chuvas fortíssimas. A lama havia atrasado a formação das unidades francesas no campo de batalha e também amoleceu o terreno a ponto de fazer as balas de canhão mergulharem na lama, em vez de se lançarem impetuosas em terreno firme. Embora em 1815 já existissem semáforos e um sistema telegráfico muito empírico, nada disso era muito

abrangente e não cobria o território belga; nenhum dos lados utilizava balões. As mensagens dependiam da velocidade do galope dos cavalos, diminuída em consequência da lama provocada pelas fortes chuvas que caíram durante a campanha de Waterloo. (ROBERTS, Andrew. 2006 p.52-53)

O duque dispôs seu exército numa frente de três quilômetros, em que todas as unidades estavam misturadas. Na extrema direita, encontrava-se a divisão neerlandesa do barão de Chassé. Na esquerda, apoiando-se no castelo de Hougoumont, estava a brigada britânica de Mitchell. Na estrada de Bruxelas, estavam as brigadas inglesas e escocesas e os hanoverianos, a Legião Germânica de Ompteda e do outro lado da estrada estava a divisão anlo-hanoveriana, comandado por Picton. Já na extrema esquerda estava a cavalaria inglesa de Vandeleur e Vivian. Em frente à Hougoumont se encontrava quatro companhias de Guardas inglesas e duzentos hanoverianos. Enquanto La Haye Sainte e Papelotte eram guarnecidas por legionários germânicos e Nassavianos. A artilharia encontrava-se dispersa pelo conjunto de frente com reservas próximas do Mont-Saint-Jean. (CHASTENET, Wellington, p.243)

De acordo com inúmeros historiadores a primeira fase da batalha de Waterloo iniciou-se com um cerrado bombardeio da Grande Bateria e com um ataque da unidade do general Reille sobre Hougoumont, que apenas serviu para desviar a atenção do inimigo, fazendo com que Wellington precisasse enfraquecer a sua linha, porém quem precisou reforçar as tropas foram os franceses. Por volta das onze e meia da manhã um cabo do segundo Hussardos Silesianos, regimento da cavalaria prussiana, foi capturado no Bosque de Paris pela cavalaria francesa. Napoleão decide apressar o ataque a Hougoumont. De fato seria quase impossível Napoleão vencer Waterloo sem tomar Hougoumont, uma vez que o domínio de Wellington sobre esse local impedia qualquer movimento francês contra a direita ou centro-direita anglo-aliada. (ROBERTS, Andrew. 2006 p.56)

Em uma passagem do clássico “O retorno ao Morro dos ventos uivantes” da autora Lin Haire-sargeant, descreve alguns aspectos importantes durante a batalha de Waterloo, narrado por Heathcliff, coronel de um dos regimentos de Wellington. “O duque escolheu este lugar porque havia uma colina, o monte St. Jean, de onde se dominava a planície; no dia seguinte o exército francês tomou posição com grande pompa e desdobramento de marchas militares. (...) Estávamos muito nervosos enquanto esperávamos que começasse a batalha. Tinha chovido a noite anterior e o dia tinha amanhecido cinza e triste. O terreno era um lodaçal. Desde cedo aprontaram os canhões. Não tínhamos medo, pois estávamos com o Wellington, embora sabíamos que nosso exército era muito menor que o do Napoleão. (...) O Marechal Ney tinha decidido, por alguma razão, que devia apoderar-se do Hougoumont e mandou contra ela divisão detrás de divisão, quando tivessem usado melhor suas tropas contra o exército principal e Wellington. Mas nossos moços resistiram, embora nos inteiramos que Ney deu procuração da outra granja do Maye Sainte, penetrando através de nossas filas. Foi uma batalha difícil, muito mais do que pensa a gente, mas ao entardecer chegou Blücher, e isso contribuiu à vitória.” (HAIRE-SARGEANT)

Alguns historiadores defendem de que o sucesso da batalha de Waterloo inicia com o fechamento dos portões de Hougoumont que se deu pela manhã. A defesa do castelo foi intensa apesar do contínuo ataque francês, uma vez que as tropas francesas haviam sido expulsas das encostas do monte Saint Jean. (ROBERTS, Andrew. 2006)

Os maiores estrategistas franceses Napoleão, marechal Soult, seu chefe de Estado-Maior, e o marechal Ney. É preciso entender que na Era Napoleônica uma boa estratégia em campanhas e batalhas era baseada na interação dos regimentos de cavalaria, artilharia e infantaria. Sabe-se que um regimento de infantaria organizado em um quadrado era quase invencível a um ataque convencional de cavalaria, porém frágil quando se trata de um

bombardeio de artilharia, enquanto que um ataque de canhão de cavalaria faria o mesmo que a infantaria em um quarto do tempo e com menos perda. O imperador utilizava de tais métodos para manter seu exército invencível. Sem dúvidas o exército de Napoleão fora o maior de todos os tempos e de extrema importância para o estudo estratégico. Às uma e meia da tarde, Napoleão então inicia seu famoso ataque de infantaria. “A unidade d’Erlon, portanto, seguiu em frente, alcançando o topo da encosta no centro-esquerdo dos anglo-aliados, porém ao atingir a brigada belgo-holandesa de von Bijlandt, que havia sido massacrada em Quatre Brás, os soldados então correram e fugiram, passando pela quinta Divisão do general Sir Thomas Picton. D’ Erlon forçou algumas companhias da 95ª Brigadas de Fuzileiros a saírem de Sandpit para se juntarem ao resto do batalhão atrás da estrada de Wavre. Tal brigada detinha de um poder de fogo bem maior a longa distância, pois empregavam rifles Baker em vés de mosquetes.” (ROBERTS, Andrew. 2006 p.66)

Após um ataque a baioneta, o general Picton foi morto, porém o ataque continuou junto do 92º Regimento e os Scots Greys, enquanto Lord Uxbridge combateu-o ordenando um forte ataque de cavalaria, investindo sobre as lacunas de cerca e contornou-a para cair sobre a infantaria francesa, o que fora um sucesso. Os soldados de d’ Erlon fora atacados tanto pela Brigada Real (Household Brigade), junto da Brigada Unida, formada por Dragões Reais, Scots Greys e Inniskilling. Um fato importante da batalha foi quando dois estandartes da “águia francesa” foram capturados por sargentos do Scots Greys e o pelo capitão Alexander Clark-Kennedy dos Dragões Reais. Às 3 horas da tarde Napoleão esperava a unidade de Grouchy, que antes o havia mandado para perseguir os prussianos em Wavre, porém mesmo Grouchy ouvindo o som dos canhões no campo de batalha, este com medo em contrariar as ordens do imperador, continuou sem caminho rumo a Wavre ao invés de ir para Waterloo, o que poderia ter sido decisivo, uma vez



que iria aumentar a unidade francesa na batalha. (ROBERTS, Andrew. 2006 p.71)

A nova necessidade estratégica estava nas mãos de Ney, que organizou os regimentos, levando-os até La Haye Sainte, para tomar a fazenda, porém também falhou na posse. Enquanto que a Grande Bateria e o restante da artilharia francesa continuavam com fortes ataques aos anglo-aliados, seguido por um maciço ataque de cavalaria contra o centro anglo-aliado, este fora considerado uma das maiores movimentações das Guerras Napoleônicas. Ney pretendia atacar entre Hougoumont e La Haye Sainte, não podendo, portanto, cavalgar em uma frente muito larga, porém, quando alcançou as linhas anglo-aliadas, descobriu que elas haviam alterado a forma, adotando uma formação quadrada. Travara então um cenário de cavalaria francesa contra baionetas anglo-aliadas. Cavalaria contra a infantaria, organizada em quadrado, fora duas horas no ataque, que, no entanto, não conseguira romper o quadrado. (ROBERTS, Andrew. 2006 p.76-80)

O capitão Mercer desobedecera às ordens do duque e ao invés de mandar seus soldados para dentro de um quadrado já formado, ordenara que fossem disparadas lanternetas contra a cavalaria francesa que se encontrava a 90 metros de distância, resultando em um afastamento da cavalaria. Após esse momento Ney assume o comando da última reserva da cavalaria francesa. Gronow, que servira no primeiro batalhão de Infantaria, narra em seu livro “Reminiscences” como a investida da cavalaria francesa derrubou homens e cavalos, uma vez que seguiam a ordem de mirar embaixo, atirando mais nos cavalos do que nos cavaleiros. (ROBERTS, Andrew. 2006 p.84)

A descrição mais famosa sobre a batalha de Waterloo se encontra na obra literária “Os miseráveis” de Victor Hugo, em que descreve que a derrota de Napoleão fora deveras influenciada por um declive do terreno no campo de batalha que ficou conhecido como “Ravena da morte”, que era conhecida pelos belgas como *chemin creux d’Ohain* (depressão do caminho de Ohain),



porém muitos historiadores discordam desse argumento, já que alguns relatos como os de Shaw Kennedy, que se encontrava perto de La Haye Sainte e também de Becke em sua obra “Waterloo II”, em que afirmam que não havia nenhum obstáculo ao longo da linha de batalha, apenas um caminho rural comum. (ROBERTS, Andrew. 2006)

Apesar do avanço do regimento prussiano ter sofrido um atraso, que alguns historiadores atribuem a culpa à manobra de Von Gneisenau, que fez com que a retaguarda chegasse a leste do campo de batalha ao atravessar outras unidades que permaneciam na estrada, chegando ao campo de batalha por volta das quatro e meia da tarde. Já em Wavre, que se encontrara a 11 quilômetros a leste de Waterloo, parte das tropas prussianas enfrentava forte pressão da numerosa tropa de Grouchy, e por ordem de Gneisenau as tropas prussianas não recebera nenhum reforço, uma vez que ele queria manter o maior número possível de soldados em Waterloo e manter as tropas de Grouchy longe do campo de batalha. . (ROBERTS, Andrew. 2006 p.86-88)

Por volta das seis e meia da tarde Ney finalmente toma a propriedade de La Haye Sainte. Não havia munição e os suprimentos não havia chegado na propriedade e os franceses se aproveitaram da situação e conseguiram tomar a fazenda. Tendo como base todos os relatos de testemunhas sobre a batalha, concordam que praticamente La Haye Sainte havia se rendido aos franceses, a KGL, portanto, fora obrigada a abandonar o local. O marechal Ney havia conseguido o ponto mais estratégico no centro da batalha e com isso, dominara a estrada de Charleroi para Bruxelas. É nesse momento que Ney aproveita para abrir fogo cerrado contra a linha de ataque anglo-aliada, fazendo com que o Regimento Inniskilling sofra as maiores perdas de unidades de infantaria do seu exército. Nesse momento houvera a retomada das tropas prussianas de Bulow para aldeia de Planccenoit, a leste de La Belle Alliance, expulsando a Guarda Jovem, que depois volta a ocupar a região fazendo os granadeiros da Guarda Veterana voltarem para a aldeia,

conseguindo mais tempo para o imperador na tentativa de romper a linha de ataque de Wellington. (ROBERTS, Andrew. 2006 p.91-5)

Após Wellington perceber a gravidade da lacuna no centro de sua linha de batalha, uma vez que as duas brigadas anglo-aliadas havia sido fortemente massacrada após a tomada francesa. . (ROBERTS, Andrew. 2006)

### **Conclusão**

A batalha de Waterloo marcou uma nova era e o fim de um grande império. A era napoleônica acabara, emergindo uma nova potência, o moderno império britânico. Os avanços tecnológicos provenientes da batalha de Waterloo são tamanhos relatados por inúmeros historiadores assim como as estratégias e táticas utilizadas em tal batalha que até hoje são estudadas, principalmente pelas Escolas de Guerras pelo mundo inteiro. Historiadores e estudiosos tentam relatar todos os erros cometidos e pressupor táticas que poderiam ter sido usadas que poderia ter mudado a história mundial, porém existem alguns pontos que é necessário levar em conta. “As comunicações dependiam da velocidade de um homem a cavalo e quando as mensagens chegavam podiam ter perdido a validade. Os comandantes conseguiam ver apenas o que a topografia e os telescópios permitiam.” (ROBERTS, Andrew.2006, p. 115)

Waterloo representou uma grande transformação, o fim da supremacia francesa e sua idéia de superioridade militar. Uma grande cena de humilhação francesa. Porém para os ingleses reforçou suas forças e com o subsequente Congresso de Viena, o Reino Unido adquiriu certos territórios estratégicos como Malta, Tobago, Heligolândia, Ceilão e Santa Lúcia. (ROBERTS, Andrew. 2006)

### Referências:

ÁVILA, Rafael. **História do Fenômeno Bélico**. S/l: 2009.

CHASTENET, Jacques **Wellington (1769-1852)** Livraria Bertrand 73, Rua Garrett, 75, Lisboa

CLAUSEWITZ, Carl von. **On War**. New York: Every'sman Library, 1993.

ENGLUND, Steven. **Napoleão – Uma Biografia Política**. Rio de Janeiro: Scribner, 2004.

ESDAILE, Charles. **Napoleon's Wars – An International History 1803 – 1815**. London: Penguin Group, 2007.

FERNANDES, Florestan. **A função social da guerra na sociedade tupinambá**. São Paulo: Livraria Editora Pioneira, 1970.

GOMES, Mauro Guedes Ferreira Mosqueira. **Método para a Obtenção de Padrões de Medidas de Desempenho de Unidades da Força Terrestre**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

HOLT, Lucius H. and CHILTON, W. Alexander. **A Brief History of Europe: From 1789 to 1815**. New York: The MacMillan Company, 1919.

JOHNSON, Paul **Napoleão**. Rio de Janeiro, Objetiva, 2002

MAGNOLI, Demétrio. **Congresso de Viena (1814-1815)**. In: MAGNOLI, Demétrio (Org.) **A Histórias da Paz**. 2ª Edição. São Paulo: Editora Contexto, 2012

Mapas Históricos: Cambridge Modern History Atlas, 1912, Cambridge Press University, University of Texas at Austin, Historical Atlas by William Shepherd (1911), The Public Schools Historical Atlas edited by C. Colbeck, 1905.  
Acessados em: site: <http://www.emersonkent.com/maps.htm>

MEARSHEIMER, John J. **The Tragedy of Great Power Politics**. Chicago: University of Chicago, 2001

MONDAINI, Marco. **Guerras Napoleônicas**. In: MAGNOLI, Demétrio (Org.). **A História das Guerras**. 5ª Edição. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

ROBERTS, Andrew **A batalha de Waterloo – A última jogada de Napoleão**. Rio de Janeiro, Ediouro; 2006

SOBOUL, Albert. **A Revolução Francesa**. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1981.

WOLOCH, Isser. **Napoleão e Seus Colaboradores – A Construção de uma Ditadura**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2008.

WOOTTEN, Geoffrey. **Waterloo 1815: The Birth of Modern Europe**. London: Campaigns Series 1992.

# THE SPLIT FROM CATHOLIC CHURCH AND CREATION OF ANGLICAN CHURCH

**Diana Beltrão**

**Daniel Lyra**

**Gabriel Bayomi**

**João Antônio Rondina**

**Mariana Barbosa**

**Matheus Bastos**

**Stella Hoffman**

## **1 List of Noble Titles**

Here you will find a list with a brief explanation of the most important titles of nobility that are cited throughout the Guide.

**Knight:** is a person who received an honorary title of knighthood by a monarch or a political leader for providing a service to the monarch or country, especially on the military activity.

In the Modern period, the title of Knight became purely honorific. As in the British honors system, the title was usually given by a monarch and had no links with the military service to the country.

**Duke:** is a monarch who rules over a duchy or a member of the nobility. It's the highest position below the monarch.

**Earl:** is British nobleman holder of a title below a marquis and above a viscount. The female title equivalent is called of countess. An important fact about the earls is that they were owners and governors of large lands of the kingdom.

**Cardinal:** is a high church official being second only to the Pope. He is nominated by the pope and composes the College of Cardinals that elects the popes following.

**Ambassador:** is the highest ranking diplomat that is sent to another country representing his sovereign as the resident representative or in a temporary mission for negotiations, for example.

**Viscount:** is a member of the European nobility whose title is classified, in the British nobility, above a baron and below an earl. Originally this title was usually given by the monarch, not hereditary; but this soon changed and began tending to establish hereditary principles.

**Lord Chief Justice:** is the name given to the judge presiding over the division of the King's Bench Division of the High Court. It is the second-highest judge of the English court, being second only to Lord Chancellor.

**High Sheriff:** is the sovereign's judicial representative in the county. He holds a jurisdiction called "shriveled county".

**Archbishop:** is a priest of the highest rank who is responsible for the churches in a particular area.

**Lord Chancellor:** is the prolocutor of the House of Lords and in the reign of Henry VIII received the right to preside over the House even if was not a lord.

**Archduchess:** is the female form of the noble title above the Duke and below the King. It is used only by princess.

The territory ruled by them is called an archduchy.

## **2The Privy Council organization**

### *2.1 What was the Privy Council?*

The Privy Council emerged from a political institution in Anglo-Saxon England named Witenagemot that lasted from the 7<sup>th</sup> century until the 11<sup>th</sup> century. It was the most important administrative institution on medieval England.

During Henry VIII's reign, the council was also allowed to provide laws by mere proclamation, except the ones which includes terms of life execution. Knowing that, it's possible to conclude that it comprehends all the government pillars: Judiciary, Legislative and, consequently, Executive. Most members of the Privy Council were closest allies of the King and, also, great friends. Considering the time period, it was believed that the relevant administrative issues of government were only properly conducted by men. Therefore, the council was formed only by them.











The Privy Council sat almost every day to basically decide everything on the coordination process of the State, reiterating the primordial function of all the counselors for the well being of society. Differently from nowadays, which any decision needs a large amount of bureaucracy to be installed, any word spoken by one of the Privy Council members could lead on powerful changes for the citizens.

### *2.2 Who was on the Council?*

The membership of the Privy Council was fully composed by fixed and restricted members; all with the same function of Counselors (even though they had the same function, it doesn't mean their privilege was the same). All the members of the Privy Council had great influence on the court and, consequently, with on England's high society. Most of them were also members of the House of Representatives and other administrative institutions. It's

important to emphasize that their personal intentions had a significant weight in their decisions in the council, which meant that its work and operation were not linear at all.

During the period in which the Council takes place, its members were:

-  Henry VIII, King of England and Ireland
-  Sir Thomas More
-  Thomas Cromwell, 1<sup>st</sup> Earl of Essex
-  Thomas Cranmer, Archbishop of Canterbury
-  Thomas Boleyn, 1<sup>st</sup> Earl of Wiltshire
-  Thomas Howard, 3<sup>rd</sup> Duke of Norfolk
-  Francis Bryan, Lord Chief Justice of Ireland
-  Sir Thomas Wyatt
-  Sir John Seymour
-  Charles Brandon, 1<sup>st</sup> Duke of Suffolk

### *2.3 What were the functions of the Privy Council?*

The Privy Council could issue proclamations and administrative orders, also issue orders and commands in its own name or in the name of the king. Moreover it was possible to govern the realm by state paper: that is by writing letters or issuing procedures.

### *2.4 What are we supposed to resolve on our very specific situation of the Privy Council?*

The Privy Council used to acquire good results, assuming that the quantity of work designated for each member was reasonable, turning the Privy Council into a really effective state government. Even though it's known practical success, it's impossible to deny the high importance of personal issues on the council demand. Personal interests could intervene on a very particular way,



difficult to find on any other piece of British history. The committee of the Privy Council, which was mainly formed by the closest friends and allies of the king, could approve laws by proclamation, subverting the legislative authority.

What does it mean? The council was responsible for all the well being of the referred society. Therefore, it's possible to conclude that the whole role of social, administrative, economic and politic issues were responsibilities of this committee. Knowing that, you, counselors, must not only own great knowledge about your character's personal interests, political behaviors, religious views, relationship with the king, you should also understand the full context of 1533, such as political, social and economic structures of the period.

### 3 Background History



The XVI century, when our committee is located, was a period of great changes for the ancient continent. Europeans were improving in knowledge, which caused consequences throughout all aspects of history.

The early 1500's were the summit of the Great Navigations. Portugal and Spain were the greatest powers of colonization. They found in America a variety of products that could be used as trade and commerce. Moreover, the quantity of gold and, especially, silver found increased the interests on the area. On the European point of view, America was an excellent opportunity of social ascent, enrichment (especially for the bankers, who were the largest lenders of expeditions) and financing for the constant wars on Europe. In special, Henry VIII's reign is the start of the English sea supremacy that was increased by his daughter Elizabeth I.

In Henry's reign, another practice had become common. It was the enclosure, a practice that was a signal of the new idea of capitalism that was to come: now, the importance of owning lands was about the money they were worth and because of that some landlords leased their land to pasture, enclosing them. During the Tudor dynasty this caused the destruction of many villages and loss of the common rights.

The enclosure was supposed to be one of the reasons of the English social problems at this time. Another one was the huge number of diseases that reached England by this time. One of them was really famous in the beginning of King Henry VIII's reign, the Sudor Anglicus, or Sweat Sickness, which made many of the servers of the Court sick, including Anne Boleyn. This picture of England and the large amount of conflicts in the old continent was the set of the early years of Henry VIII's reign.

One of the many conflicts that scarred Europe was crucial for the English History: The War of the Roses. By the time that Henry VIII was born, England was already in a peaceful time after passing through The War of the Roses, one of the biggest civil wars of History. It was the dispute for the English throne by two rival spawns of the Platagenet Royal family: the House of Lancaster, depicted as a red rose, and the House of York, as a red one. This war had a particular impact on Henry's family: it was his father, Henry VII that put an end to this conflict, marrying with Elizabeth of York, and uniting both houses to form the Tudor dynasty, which ruled England from then forth.

The start of the War of the Roses remains in the reign of Henry VI (of Lancaster). In 1453 Henry VI suffered a mental breakdown making him unable to govern for a short period of time. Subsequently, a man called Richard of York was named regent and protector of England, however, Richard had a claim to the throne, and in this short period of time he was regent, he gained followers and prestige. Both houses had victories in the fields of war, and Richard was killed in battle, in 1460. His descendents persisted on the claim and so, the war persisted as well.

With his death, Edward IV, his son, amounted to the throne. However, in 1470, he is betrayed by the Parliament and by his brother, turning the power back to Henry VI again. Despite this betrayal, Edward won the throne again and, one more time, became the king, position that he occupied until his death in 1483 when his youngest brother took the position and became Richard III. Meanwhile, the House of Lancaster started to prepare Henry Tudor to take the power from Richard.

The War ended in 1485 when Richard III was murdered in the battle of Bosworth. He was the last English King to be slain in the field of battle. Henry Tudor became the king and, to make his claim to the throne stronger, he married Elizabeth of York, forging the Tudor dynasty.

Years later, the death of Henry VII and the rise of Henry VIII to the throne would be the first peaceful passage in many years. Although he assumed the throne in a period of relative peace in England, Henry VIII still had to deal with other conflicts in Europe.

In 1511, the Holy League was formed by Pope Julius II. It was composed of Spain, Venice, the Swiss Cantons and the Holy Roman Empire. It was an alliance made to free Italy from the French influence. Henry joined the alliance with the wish to expand England's territory and start a campaign against the French in 1513. In this military venture he did in fact obtained success.

During this campaign, while King Henry VIII was focusing resources and thoughts with the continent, his brother-in-law, James IV of Scotland attacked England. Henry's chief advisor Thomas Howard was able to defend England, defeating James and his army.

Even though there was military success, by the end of 1513, with the death of Pope Julius II, the further dissolution of the Holy League and no means to go to war, Henry again saw itself with no alliances. Knowing that, when he became closer with his Lord Chancellor and mentor, Cardinal Wolsey (a great French supporter), Henry tried, despite the past, an approximation with the kingdom of

France. Seeking for permanent peace between these two nations, both Kings met in Calais. However, in an attempt to outdo the other, the Kings failed to sign a peace accord. Instead of it, both of them tried to impress and outshine the other. Both kings had been rivals, political, but mainly personal, so the encounter, later known as cloth of gold, happened to be more about exhibitions of power than diplomacy.

Returning from the encounter, Henry signed treaty with Charles V, King of Spain and the Holy Roman Emperor. Not long after, the Holy Roman Emperor declared war on France. Henry VIII, dutiful ally of the Emperor followed in another war towards France, proving how worthless was the past encounter.

Some years later another event affected indirectly the history of England. It was in 1527 that Charles V, the Holy Roman Emperor, invaded Rome and defeated the League of Cognac – an alliance formed by France, Milan, Venice, Florence and the Papacy. This event is known as The Sack of Rome.

The name comes from the behavior of Charles V's, mostly composed of Protestants, which became uncontrollable. They were filled with anger marching to Rome willing to get their unpaid rewards from the leader, Charles. However, it should be stressed that Rome wasn't a crucial target only for being an incredibly rich and easy taken city, but especially for its religious issues.

There, they destroyed the city, and the pope, Clement VII, was held captive. After being released, the pope, trying to keep himself away from any conflict involving Charles V, started to avoid decisions that could displease him.

Besides all these conflicts, another decisive fact happened in Europe at the time. It was the Protestant Reformation. In a catholic continent, a man named Martin Luther began to question the Catholic Church, questioning its actions and rites. But most importantly, questioning the importance of priests and the Pope as intermediaries between people and God.

The Reformation started in 1517 when Luther posted his Ninety-Five Theses on the door of the Castle Church, in Wittenberg. Martin was a German theologian that after visiting Rome became increasingly angry with the corruption of the institution and the selling of indulgences for the ones that still lived and for the ones that were dead and believed to be in the purgatory. He also suggested that Heaven could be reached by faith alone and not just by the efforts done in Earth. He translated the Bible to German first, believing that people should be able to read it and this was the spring of new beliefs and a whole new world for the Christians.



With this, a new religion, the Protestantism, and a whole movement emerged opposing and questioning the Catholic Church. This, until then, was the only Christian doctrine to exist.

As stated in the beginning, Europe and specifically England are going through various events before and during the time of this committee. It's up to you, counselor, be aware of everything that is happening to be able to help the King.

#### 4 History of characters involved

##### 4.1 Henry the Eight, King of England and Ireland



Henry VIII was born on 28 June of 1491 at Greenwich Palace. He was the third child of Henry VII and Elizabeth of York. She had seven children but only four survived infancy: Arthur, Margaret, Mary and, obviously, Henry.

The birth of Henry for the English crown was of relative unimportance, especially because the heir to the throne of England was not him, but his brother Arthur, five years older. Whilst Prince Arthur had his own household of tutors and counselors to teach him how to be a king, Henry was brought up mostly by his mother, Queen Elizabeth of York, which was unusual for a prince.

Henry VII's reign was a period of certain stability, despite claims to the throne. One claim in special was from an Englishman, named Perkin Warbeck, who pretended to be Richard, Duke of York, a missing boy, and member of the House of York, who reappeared in London around 1490. The reappearance of a possible member of the former Royal Family was a threat that the King took seriously. The King, then, had to expose Perkin as a fake Duke of York by creating a real duke, his son Henry. In order for this to happen, the King had to make Henry a knight, still in his childhood. His knighting made an impression on Henry. During his early reign, it led him to try and emulate the conquests of medieval England.

Prince Arthur's death caused a lot of turmoil in the court because he was the heir to the throne and the only one who had an appropriate education to be the king. Queen Elizabeth and King Henry were devastated, and, in an attempt to replace Prince Arthur, the Queen became pregnant again. Yet, the life of recently named Prince Henry would be even more surrounded by death. In 1503, Henry's mother died after giving birth to a baby girl, who also died just a few days later. The news of her death devastated Henry, who had a close relationship with his mother.

In 1509, the King Henry VII fell ill on his chamber, and Henry was declared Henry the Eighth, King of England, the first peaceful transition in almost a century.

The Coronation of Henry, former Duke of York, put a definitive end to the infamous War of the Roses, great achievement for a fifteen year old boy.

With the death of Prince Arthur, in 1502, Catherine of Aragon became widowed, but the alliance between Spain and England prevailed, and she was still engaged to Henry. However, with the death of Queen Isabella of Spain, Catherine's mother, her value as a royal bride descended, and King Henry VII backed off the negotiations, even forcing young Henry to repudiate the marriage in public.

After the death of his father, young Henry married Catherine, ignoring his father's wish. It is possible to conclude, based on Henry's admiration for Catherine and the realization of the marriage, knowing that it was against his father's wish, that Henry married Catherine not only for the obvious political issues, but also for love. Two weeks after the wedding, they both left their joint coronation as King and Queen of England.

In the beginning of his reign, King Henry ruled with intentions to go to war. Being brought up a knight, hearing tales of medieval battles and English conquests, Henry lusted for war, passionately defending the belief that a king should be a warrior, his role was to lead his men into glorious battles. However, members of his council were against the war, claiming that it could only be justified in the most unavoidable circumstances. At that time, a royal decision could only be approved with the Royal Seals, which were controlled by the Privy Council only.

His mentor at the time, Thomas Wolsey, for King Henry's relief, defended the king's almighty power, and wrote a bill in which the signature of the king was enough to put a motion in order. This meant that King Henry was free from the council to declare war and all he lacked was a motive. When King Louis XII of France and Pope Julius II declared war on each other, fighting over the Italian Lands, owned by the Vatican, King Henry found his opportunity to declare war on France.



Henry did win the war, but it was costly to England and it consumed all of the King's inheritance. When King Louis XII of France died, his successor, Francis I invaded Italy, and forced the Pope to come to terms with Henry. With no money to start another war, Henry could not pose as the liberator of Europe, and lost interest in the cause, only to turn him to jousting, hunting and leave business to the man that once was his mentor, Thomas Wolsey, who now was Cardinal of York, the representative of the Pope in England. Later, with an alliance with Charles V of Spain, nephew of Catherine, he would, once again, defy France.

The first signs of stress between Catherine and Henry had already appeared, mainly because of Catherine's inability to produce a male son, an heir to the throne of England. When her nephew, Charles V, became the King of Spain, an alliance was formed between England and Spain, in an effort to beat Francis I. However, for two consequent years, Charles V let Henry down by not acting in the war efforts, which caused great conflict between Henry and Charles, and therefore, Henry and Catherine.

The following year, Charles not only acted, but managed a great victory, and King Francis I himself was his prisoner. Henry issued orders to kill Francis and extinguish his line of succession. Charles, however, seeing that this would make England a great continental power, released Francis, who was obligated to cease the region of Burgundy to Charles. This was a humiliation to Henry, and a disaster for Catherine, that could not fulfill her marriage personally, with the absence of an heir, nor politically, with the separation between Spain and England.

If Henry had died now, he would've been just another English King that tried and failed to emulate the conquests of Medieval England. It was the series of unexpected events and decisions that marked Henry as one of the most memorable monarchs in the history of the world.

Around 1526, Henry started having an affair with a mistress named Anne Boleyn (not his first mistress). So, when the King told Cardinal Wolsey, his mentor, that he desired Anne, Wolsey helped the King to get rid of his competition by subjecting Henry Percy, the fiancé of Anne to a semi-public humiliation. For this, Anne vowed revenge on Wolsey.

By this time, Henry, with his desire to have a male heir and the unhappiness with his marriage, he began to seek divorce with Catherine, starting to believe in a passage of the bible, from Leviticus 20:21 - "If a man shall take his brother's wife, it is an unclean thing...they shall be childless." He picked and briefed the leading lawyer to a secret trial he arranged. Wolsey, the representative of the Pope in England, claimed the case too difficult for immediate judgment, and adjourned the court to consult with the Pope.

However, the Vatican was under siege, facing the looting and sacking of the now Holy Roman Emperor, Charles V, Catherine's nephew. When Wolsey referred the case to Rome, he accidentally exposed Henry's case, and it would be decided, not by the Pope, but by whoever ruled Rome; In this case, it was Charles.

Henry was profoundly disappointed with Wolsey, who struggled to maintain the divorce proceedings in his hand, at England. Later that year, Pope Clement VII managed to escape Rome, and received a letter from Wolsey, asking for a Decretal Commission, which granted him the power to trial the divorce. The Pope granted the Commission, however, to Cardinal Campeggio, who later was revealed as being in Charles V's pocket. After two years of struggle, Cardinal Campeggio adjourned the trial back to Rome.

Influenced by Anne's hate for Wolsey, and the immense delay of the proceedings, the King stripped Wolsey of all his powers and titles, and he died over a year later.

Without Wolsey and with a huge conflict ahead, Henry need, more than ever, help from his council to conduct sensible actions to solve this problem.

## 4.2 Catherine of Aragon

Catherine was born in Spain in 16 December of 1485, the youngest surviving children of King Ferdinand and Queen Isabella from. As was common for princesses, her parents started to search a good political marriage as soon as they could do it. At the age of three, she was betrothed to Arthur, future King of England.



Her history at the English kingdom began when she married the eldest son of King Henry VII, Arthur. He was supposed to be the king but he died at the age of 15 in the same year that he and Catherine got married. After that, the British Royal family tried to send Catherine back to Spain with nothing that she had right as a widow of an English Prince. The excuse given by the British Royal family was that they didn't receive their part of her dowry. However, her parents didn't accept that she would come back to the Spain without what was hers and she was determined to be the next Queen of England.

At this time, the king became a widower and proposed to her. When it became clear that if they had children, their children wouldn't be king or queen, Catherine refused the request but stayed in England and planned a way to be the next Queen: she saw the next son of Henry VII, now the first on the line of succession and prince of Wales, Henry VIII, as her ticket to the English royal family.

King Henry VII did everything to prevent the marriage between Henry VIII and Catherine. But when the king died, his son, that would become King Henry VIII, decided to honor the commitment with Catherine, a woman he admired since his childhood. This was also thought by Henry to be beneficial for English

international affairs. A partnership with Spain was a good first step for the future of the kingdom.

During the years that she was the consort queen of England she worked with charity and was loved by her people. The only problem was that after some years, Catherine, six years older than her husband, didn't deliver an heir to the throne. The whole kingdom was becoming afraid of a new War of the Roses for the throne if the Queen didn't deliver a son. This became a continuous source of stress for the English people and her marriage. Yet, to increase the fear in Englishmen, after Mary, no other children of Catherine survived the birth or lived for more than a few days.

The male heir to the throne didn't arrive and King Henry VIII was already involved with the Boleyn sisters. Mary Boleyn became King's mistress and after that it was her sister, Anne Boleyn, who got the attention of the king. It was 1526 when King Henry VIII started his pursuit of Anne Boleyn but she wouldn't accept to be only his lover. Anne Boleyn desired to hold the Queen status.

On the following years, the English Court saw King Henry VIII fighting with all his forces and influence to get the divorce. The marriage annulation became a great political matter that affected the international affairs of Henry's kingdom. When the king tried the annulation of his marriage within the laws of the Catholic Church he didn't achieve success, because the Pope Clement VII was under the pressure of Catherine's nephew King Charles V, the Holy Emperor of Rome. The English people started to show on the streets that they disapproved the new girl who was clearly taking the Queen's place.

Catherine sees herself with a great problem ahead, to go through the divorce means be stripped of the powers and influence of the title of Queen of England, and, foremost, it means accepting a thing that even God, represented by the Catholic Church, didn't accept.

### 4.3 Anne Boleyn

Historically, it's not exactly known the birth date of Anne Boleyn. However, after loads of suggestions, the most acceptable date is somewhere between 1501 and 1507. She was the daughter of Thomas Boleyn, a respected diplomat who was one of the favorites of Henry VII, and Lady Elizabeth Howard, daughter of Thomas Howard. She had two siblings: Mary, her older sister, and George, her younger brother.



When Anne was born, the Boleyn family was considered one of the most respected in the English aristocracy. Anne also bore the Howard's name, one of the prominent families in the land, seen that King Edward I of England was one of her ancestors.

Part of her childhood was spent in the Netherlands by invitation of the Archduchess Margaret of Austria. During this period, she had a typical 'women education' in its covering academic class and domestic education. In 1514, she left Netherlands, sent by her father to France in order to attend Henry VIII's sister, Mary Tudor.

Anne Boleyn stayed in France for about seven years where she finished her studies, learned culture and etiquette and developed interests in fashion and religious philosophy. Also part of her French experience, she became a devout Christian in the new tradition of Renaissance humanism. This fact may have influenced some future events that happened in Anne's life.

In 1522, Anne Boleyn returned to England by her father request, in order to marry her Irish cousin, James Butler, a young man who lived at the English court with the purpose of settling over the title and estates. The 7<sup>th</sup> Earl of Ormond died in 1515, leaving his daughters, Margaret Boleyn and Anne St

Leger, as co-heiresses. In Ireland, the great-great-grandson of the 3<sup>rd</sup> earl, Sir Piers Butler, contested the will and claimed the Earldom himself. He was already in possession of Kilkenny Castle – the ancestral seat of the earls. However, Sir Thomas Boleyn, being the son of the eldest daughter of the 7<sup>th</sup> Earl of Ormond, couldn't accept that and protested against his brother-in-law, the Duke of Norfolk, who spoke to King Henry about the matter. Henry, fearing that the dispute could be the spark to ignite a civil war in Ireland, sought to resolve the matter by arranging an alliance between Piers' son, James, and Thomas' daughter, Anne Boleyn. She would bring her Ormond inheritance as dowry and thus end the dispute. The plan failed, perhaps because Sir Thomas was hoping for a big marriage for his daughter or because he himself coveted the titles. Later, James Butler married Lady Joan Fitzgerald, daughter and heiress of James Fitzgerald, 10<sup>th</sup> Earl of Desmond.

Mary Boleyn, her older sister, married a minor noble, named William Carey, in 1520 with the attendance of Henry VIII. Later, Mary became the King's mistress.

After 1522, when Anne made her *début*, she quickly established herself as one of the most accomplished women at the court. Although lots of men were competing for her; the reports say that she entered on a secret betrothal with Henry Percy, son of the Earl of Northumberland. The relationship was over when Percy's father refused to support it. Besides Percy, a series of romantic legends, written by Wyatt's own grandson, joined together, in a secret romance, Anne Boleyn to Sir Thomas Wyatt, a courtier-poet who was estranged from his own wife. It wouldn't last.

Then, in 1526, the King Henry VIII began to pursue Anne Boleyn. At the beginning, she resisted the seductions of the King, refusing to become a mistress and the court may have thought that she was going to be only another lover. However, Henry, in 1527, tried to annul his marriage with Catherine of Aragon, what would make him free to marry Anne. The King's passion for Anne

Boleyn is completely evidenced in the love letters that he wrote to her when she was away from the court.

We may consider Anne a very ambitious woman. She saw an opportunity by using the passion of the king. So she determined that only complete surrender to Henry VIII when she became queen. With that she began to take place at his side in politics and in state, but not yet in his bed.



#### 4.4 Pope Clement VII

Born as Giulio di Giuliano de 'Medici, Pope Clement VII played a major role in history as the leader of the Catholic Church, an institution with great political influence, that, in this period of History was receiving the impact of the Protestant Reformation and dealing with the political power that they had in the whole world.



Clement VII was from an important family of Florence called Medici. The Medici family had a great influence on art, politics and religion. Giulio received his education from his uncle Lorenzo the Magnificent and became a powerful figure in Rome when his cousin Giovanni di Medici was elected Pope with the name Leo X. With Leo's rise, Giulio rose as minister and archbishop of Florence, taking care of the papal policy. However, when Leo X died he did not become Pope, instead of him; Adrian Florenszoon Boeyens was elected Pope, as Adrian VI. After less than two years of papacy, however, Adrian died, leaving Giulio to rule one of the greatest powers of the time, The Holy Catholic Church.

During his papacy, the now Pope Clement got involved with an important military event: the Sack of Rome, detailed in the Background History section. This event proved to exercise a great influence on the way that Clement ruled the Catholic Church, for all his actions were now closely watched by Charles V.

When Henry's divorce matter reached Clement, Charles V, moved by the will of pleasing his old enemy and protecting his aunt, didn't let the English king dissolve his marriage. The English Parliament couldn't act against the pope



prohibition. Without the pope's approval, Henry VIII wasn't able to legally marry another woman within the laws of the Catholic Church.

## Bibliography

BBC HISTORY WEBPAGE. **Thomas Cromwell** (1485-1540).. Available at:  
<[http://www.bbc.co.uk/history/historic\\_figures/cromwell\\_thomas.shtml](http://www.bbc.co.uk/history/historic_figures/cromwell_thomas.shtml)>.

[Accessed on June, 2012.](#)

BBC HISTORY WEBPAGE. **THOMAS Cranmer**. Available at:  
<[http://www.bbc.co.uk/history/historic\\_figures/cranmer\\_thomas.shtml](http://www.bbc.co.uk/history/historic_figures/cranmer_thomas.shtml)>.

Accessed on July 14<sup>th</sup>, 2012.

BEVAN, RICHARD. **Anne Boleyn and the Downfall of her Family**. BBC  
webpage, 2011. Available at:

<[http://www.bbc.co.uk/history/british/tudors/anne\\_boleyn\\_01.shtml](http://www.bbc.co.uk/history/british/tudors/anne_boleyn_01.shtml)>.

Accessed on June 21<sup>st</sup>, 2012.

CAMPBELL, JOHN. **Lives of the Lord Chancellors and Keepers of the  
Great Seal of England From the Earliest Times Till the Reign of Queen  
Victoria**. London: John Murray, 1878.

CHURCHILL, CAMERON; BRUCE, SIR ALEXANDER CARMICHAEL. **The  
Law of the Office and Duties of the Sheriff**: With the Writs and Forms  
Relating to the Office. Oxford University: Stevens e Sons, 1879.

ELIZABETHAN-ERA. **Thomas Boleyn (aka Thomas Bullen) Grandfather of  
Queen Elizabeth I**. Available at: <<http://www.elizabethan-era.org.uk/thomas-boleyn.htm>>. Accessed on August 1<sup>st</sup>, 2012.

ELTON, G.R. **The Tudor Revolution in Government**: Administrative  
Changes in the Reign of Henry VIII. Cambridge, England: Cambridge  
University Press, 1962.

ELTON, GEOFFREY RUDOLPH. **Policy and Police**: The Enforcement of the  
Reformation in the Age of Thomas Cromwell. Cambridge University Press,  
1973.

GLOSSARY WEBPAGE AT UK PARLIAMENT. **Lord Chief Justice**. Available at: <<http://www.parliament.uk/site-information/glossary/lord-chief-justice/>>. [Accessed on July, 2012.](#)

LUMINARIUM. **SIR Thomas Boleyn, The Life of King Henry VIII**. Available at: <<http://www.luminarium.org/renlit/tudorbio.htm>>. [Accessed June, 2012.](#)

LUMINARIUM. **SIR Thomas Boleyn, Earl of Wiltshire**. Available at: <<http://www.luminarium.org/encyclopedia/thomasboleyn.htm>>. Accessed on July, 2012.

LUMINARIUM. SIR Thomas Boleyn,. ENGLAND under the Tudors: Field of the Cloth of Gold, 1520. Meeting of Henry VIII and Francis I. Available at: <<http://www.luminarium.org/encyclopedia/clothofgold.htm>>. Accessed on June, 2012.

LUMINARIUM. **SIR Thomas Boleyn, The Life of Sir Thomas Wyatt (1503-1542)**. Available at: <<http://www.luminarium.org/renlit/wyattbio.htm>>. [Accessed on May, 2012.](#)

MACCULLOCH, Diarmaid. **Thomas Cranmer: A Life**. London: Yale University Press, 1996.

MACMILLANDICTIONARY. **Archbishop Definition**. Available at: <<http://www.macmillandictionary.com/dictionary/british/archbishop/>>. [Accessed on July, 2012.](#)

NATIONALARCHIVE. **HENRY VIII, 500<sup>th</sup> Anniversary of Henry VIII's Accession to the Throne**. Available at: <<http://www.nationalarchives.gov.uk/henryviii/>>. Accessed on August 4<sup>th</sup>, 2012.

NNDB. **Thomas Cromwell**. Tracking the Entire World website. Available at: <<http://www.nndb.com/people/302/000096014/>>. [Accessed on May, 2012.](#)

OLIVEIRA DE SOUZA, EMMANUEL CÁSSIO. **MS WORD: Criando Textos Segundo as Normas ABNT**. Available at:

<<http://pt.scribd.com/doc/1816529/Normas-ABNT-no-Word>>. Accessed on August 2<sup>nd</sup>, 2012.

OXFORDDICTIONARIES.**Cardinal English Definition.** Available at: <<http://oxforddictionaries.com/definition/english/cardinal>>. Accessed on July, 2012.

RIORDAN, MICHAEL. **Lord Thomas Howard (1512-1537).** Oxford Dictionary of National Biography webpage, 2004. Available at: <<http://www.oxforddnb.com/index/70/101070793/>>. Accessed on July, 2012.

THE FREE DICTIONARY WEBPAGE **Cardinal Definition.** Available at: <<http://www.thefreedictionary.com/cardinal>>. Accessed on July, 2012.

THE FREE DICTIONARY WEBPAGE **Duke Definition.** Available at: <<http://www.thefreedictionary.com/duke>>. Accessed on July, 2012.

THE FREE DICTIONARY WEBPAGE **Knight Definition.** Available at: <<http://www.thefreedictionary.com/knight>>. Accessed on July, 2012.

THE FREE DICTIONARY WEBPAGE.**Earl Definition.** Available at: <<http://www.thefreedictionary.com/earl>>. Accessed on July, 2012.

THE TELEGRAPH WEBPAGE. **Thomas Cromwell letter to Henry VIII before Anne of Cleves marriage discovered..** Available at: <<http://www.telegraph.co.uk/history/9322677/Thomas-Cromwell-letter-to-Henry-VIII-before-Anne-of-Cleves-marriage-discovered.html>>. Accessed on June 23<sup>rd</sup>, 2012.

THE TUDOR HISTORY. **Catherine of Aragon.** The. Available at: <[http://www.historylearningsite.co.uk/catherine\\_of\\_aragon.htm](http://www.historylearningsite.co.uk/catherine_of_aragon.htm)>. Accessed on June, 2012.

THE TUDOR HISTORY. **Anne Boleyn.** Available at: <[http://www.historylearningsite.co.uk/anne\\_boleyn.htm](http://www.historylearningsite.co.uk/anne_boleyn.htm)>. Accessed on June 4<sup>th</sup>, 2012.

TUDOR PLACE. **Sir Francis Bryan**, Knight Lord Chief Justice of Ireland.

Available at:

[http://www.tudorplace.com.ar/Bios/FrancisBryan\(JusticeofIreland\).htm](http://www.tudorplace.com.ar/Bios/FrancisBryan(JusticeofIreland).htm).

Accessed on July 3<sup>rd</sup>, 2012.

TUDOR PLACE. **Lord Chief Justices, King's Bench**. Available at:

[http://www.tudorplace.com.ar/Documents/lord\\_chief\\_justice.htm](http://www.tudorplace.com.ar/Documents/lord_chief_justice.htm). Accessed

on July, 2012.

TUDORHISTORY. **Anne Boleyn, The Most Happy**. Available at:

<http://tudorhistory.org/boleyn/>. Accessed on July, 2012.

TUDORHISTORY. **The King Henry VIII history**. Available at:

<http://www.tudorhistory.org/henry8/>. Accessed on May 29<sup>th</sup>, 2012.

WEIR, ALISON. **The six wives of King Henry VIII**. New York, Grove Weidenfeld, 1991.

WILSON, DEREK. **In the Lion's Court: Power, Ambition and Sudden Death in the Reign of Henry VIII**. New York: St. Martin's Press, 2001.

WORLD ENGLISH DICTIONARY **Archduke Definition**. Available at:

<http://dictionary.reference.com/browse/archduke>. Accessed on July, 2012.

WORLD ENGLISH DICTIONARY **Viscount Definition**. Available at:

<http://dictionary.reference.com/browse/viscount>. Accessed on July, 2012.

WORLD ENGLISH DICTIONARY. **Ambassador Definition**. Available at:

<http://dictionary.reference.com/browse/ambassador>. Accessed on July, 2012.